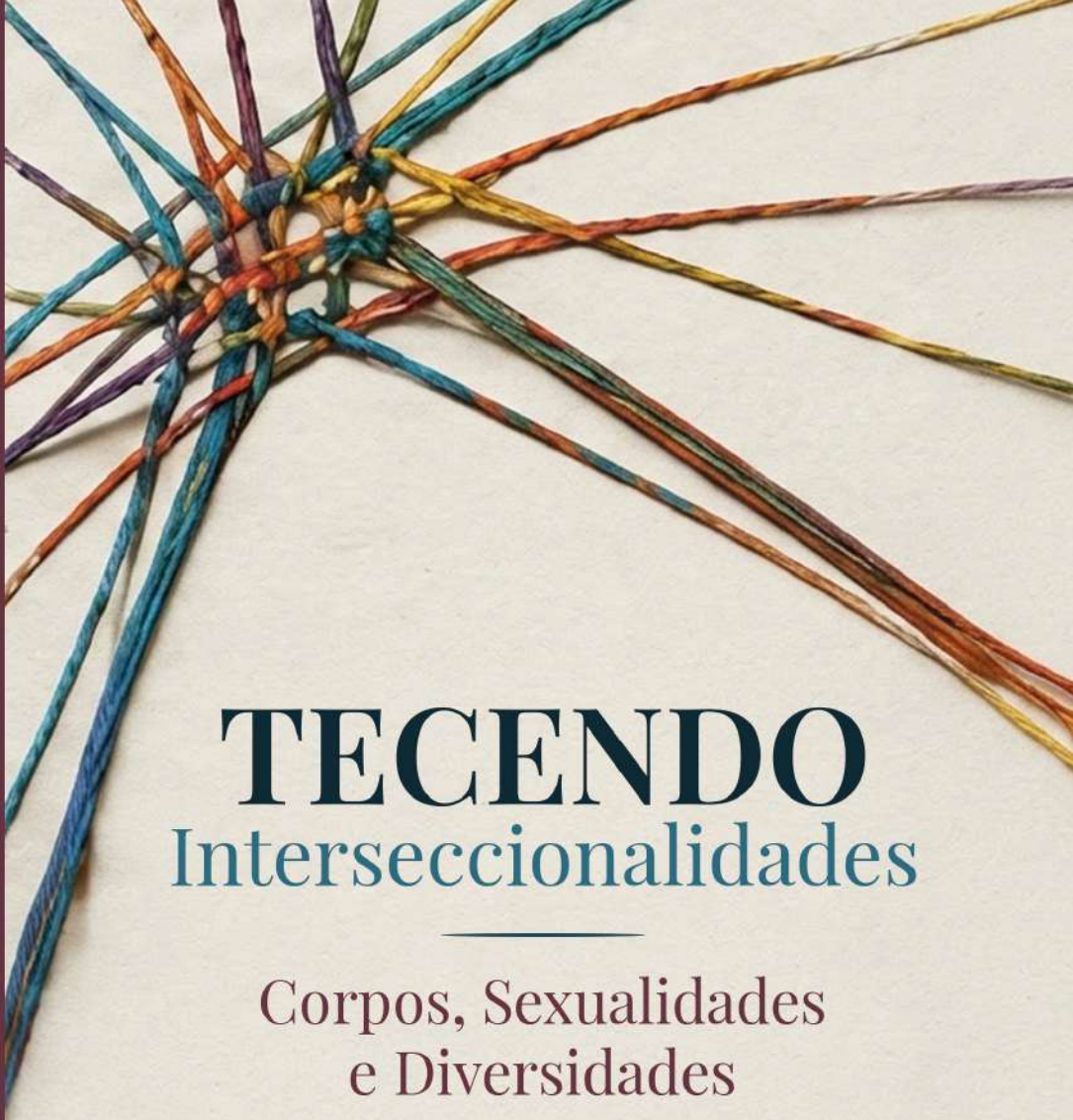


TECENDO
Interseccionalidades

Corpos, Sexualidades e Diversidades

Organizadores

Claudia Pons Cardoso
Marco Antonio Matos Martins

Pedro & João editores

Corpos, Sexualidades e Diversidades

Tecendo Interseccionalidades
Volume 4

Pedro & João
editores

Cláudia Pons Cardoso
Marco Antonio Matos Martins
(Organizadores)

Corpos, Sexualidades e Diversidades

Tecendo Interseccionalidades
Volume 4

Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Cláudia Pons Cardoso; Marco Antonio Matos Martins [Orgs.]

Corpos, Sexualidades e Diversidades. Tecendo Interseccionalidades. Volume 4. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 286p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3164-8 [Digital]

1. Corpos. 2. Sexualidades. 3. Diversidades. 4. Educação. 5. Dissidências. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho
Editor: Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

Sumário

Agradecimentos 7
Cláudia Pons Cardoso
Marco Antonio Matos Martins

Apresentação 9
Marco Antonio Matos Martins

Uma reflexão sobre a sexualidade no cotidiano escolar a partir de narrativas (auto)biográfica de uma professora de Ciências 13
Danielle Ribeiro Rocha
Franciele Reis-Messias

A sexualidade em pessoas com DI: percepção da família sobre a sexualidade de jovens com DI 31
Nilda Maria Teixeira Alves
Luciene Assunção da Silva

Fora do armário: oficinas pedagógicas, estigma, discriminação e HIV/AIDS 55
Franclin Correia da Rocha
Osvaldo Francisco Ribas Lobos Fernandez

Educação sexual: tensionamentos nas práticas pedagógicas de professores/as da Educação Básica 75
Ingrid de Souza Silva
Railma Valéria Dantas Pereira
André Luiz de Araújo Lima

Vamos falar sobre sexo? Revisão sistemática da literatura sobre gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) 99
Rafaela Cordeiro Gama
Tatiana Aranha
Osvaldo Francisco Ribas Lobos Fernandez

Objetificação e sexualização do corpo feminino nas mídias sociais fitness: uma análise de postagens do Instagram 123
Tainã Milena Aristóvolo
Vanessa Anunciação Silva
Raphaella Silva Pereira de Oliveira

Entre ilhas, travessias e transfobias: reflexões sobre o uso do nome social de alunas(os) transexuais e travestis em escola da rede estadual da Bahia 167
Aleí dos Santos Lima
Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

Entre conflitos e desejos: a sexualidade vista a partir dos banheiros escolares 191
Mauricio Santana
Danilo Cardoso

"Não; um pouco; às vezes; sim, mas só com uma condição": uma análise psicossocial das experiências de pessoas assexuais e suas representações na literatura acadêmica brasileira 213
Rafael Santos Silva
Daniela Maria Barreto Martins

(Auto)Cartografias feministas: prenúncios de um vir a ser 241
Luna Layse Almeida da Silva
Zuleide Paiva da Silva (Eide Paiva)
Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes)

Babete Seara: a gueixa canavieirense, 1949-2014 263
Ronaldo Lima da Cruz
Marco Antonio Matos Martins

Agradecimentos

A realização da coletânea **Tecendo Interseccionalidades** é, antes de tudo, uma celebração de vozes, trajetórias e sonhos de educadoras/es que acreditam na promoção da educação como prática de liberdade. É o resultado do esforço coletivo de muitas mãos, mentes e corações comprometidos em construir uma pedagogia crítica, feminista e decolonial, capaz de enfrentar as desigualdades de gênero, raça, sexualidades, classe e abrir caminhos para novas possibilidades de existência e à promoção da educação inclusiva e transformadora.

Os artigos aqui apresentados foram organizados em cinco volumes, compostos pelos eixos temáticos **Gênero, Formação Docente e Práticas Pedagógicas; Educação, Currículo e Decolonialidade; Literatura, Representações e Identidades em Movimento; Corpos, Sexualidades e Diversidades; e Feminismos, Resistências e Direitos Sociais.** Cada trabalho é uma centelha de transformação, um gesto de enfrentamento ao racismo patriarcal cisheteronormativo e às opressões coloniais, e um compromisso com a justiça social. Mais do que uma contribuição acadêmica: é um registro de experiências, reflexões e lutas que reverberam no espaço escolar e na sociedade; é um projeto político de resistência, memória e criação. Ao abordar experiências e reflexões que emergem da escola, das comunidades e das lutas sociais, cada artigo afirma a potência de uma pedagogia feminista que não se limita à sala de aula, mas se espraia para a vida.

Esta coletânea reúne parte dos 297 trabalhos de conclusão da segunda turma do curso de Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras/es, promovido pelo Diadorim – Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em parceria com a Unidade de Educação a Distância (UNEAD/UNEB).

Foram 407 estudantes formadas/os, em sua maioria atuantes na Educação Básica da Bahia.

O sucesso deste curso e desta publicação só foi possível graças à generosidade e ao apoio de muitas instituições e pessoas: a Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) e a Universidade do Estado da Bahia, bem como todas/os as/os docentes e monitoras/es que se dedicaram à formação, os membros das bancas de avaliação e a equipe de pesquisadoras/es e técnicos do Diadorim e da UNEAD, que acompanharam cada passo com afeto, cuidado, atenção e entusiasmo.

Por fim, nossa gratidão mais profunda vai para todas/os as/os estudantes da especialização, que se entregaram com interesse, coragem e compromisso, transformando teoria em prática e conhecimento em ação. Esta coletânea é, sobretudo, de vocês: suas trajetórias, descobertas, lutas e insurgências estão vivas em cada artigo, em cada análise, em cada proposta apresentada.

A vocês, nosso sincero e afetuoso muito obrigada. Que estas páginas inspirem novas vozes, novas insurgências e fortaleçam a luta por uma educação emancipadora.

Cláudia Pons Cardoso
Marco Antonio Matos Martins

Apresentação

Se há algo que os debates sobre corpos e sexualidades nos ensinam, é que nenhuma experiência é neutra ou isolada. Neste volume**, Corpos, Sexualidades e Diversidades**, reunimos reflexões que tensionam normas, desestabilizam certezas e evidenciam como a sexualidade atravessa os espaços educativos e sociais, sendo constantemente regulada, disputada e ressignificada. Os trabalhos aqui apresentados articulam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, compondo um campo de reflexão que reafirma a centralidade da diversidade na constituição dos sujeitos.

O texto **Uma reflexão sobre a sexualidade no cotidiano escolar a partir de narrativas (auto)biográficas de uma professora de Ciências** inaugura o volume ao evidenciar, a partir de narrativas de si, como a sexualidade se inscreve no cotidiano escolar, ora como mecanismo de regulação e silenciamento, ora como possibilidade de tensionamento e ressignificação de práticas e discursos. Em seguida, o artigo **A sexualidade em pessoas com DI: percepção da família sobre a sexualidade de jovens com DI** analisa as percepções familiares sobre a sexualidade de jovens com deficiência intelectual, destacando os desafios ainda presentes na superação de tabus e na promoção de uma educação sexual orientada para a autonomia e os direitos.

Na sequência, **Fora do armário: oficinas pedagógicas, estigma, discriminação e HIV/AIDS** apresenta uma experiência de pesquisa-ação que articula práticas artísticas e educativas, constituindo-se como espaço de diálogo, expressão e enfrentamento de estigmas associados ao HIV/AIDS. O artigo **Educação sexual: tensionamentos nas práticas pedagógicas de professores/as da educação básica** discute, por meio de revisão integrativa da literatura, os desafios que marcam a atuação docente, evidenciando lacunas formativas e a necessidade de abordagens mais amplas no tratamento das questões de gênero e

sexualidade. Complementarmente**, Vamos falar sobre sexo? Revisão sistemática da literatura sobre gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA)** sistematiza a produção acadêmica recente, destacando a diversidade de abordagens e apontando a necessidade de maior investimento em perspectivas interseccionais.

O volume também se volta à análise das dinâmicas contemporâneas de produção e regulação dos corpos. Em **Objetificação e sexualização do corpo feminino nas mídias sociais fitness: uma análise de postagens do Instagram**, são discutidos os processos de mercantilização e padronização estética dos corpos femininos nas mídias digitais. Em seguida, **Entre ilhas, travessias e transfobias: reflexões sobre o uso do nome social de alunas(os) transexuais e travestis em escola da rede estadual da Bahia** evidencia os limites na implementação de normativas institucionais, revelando a persistência de práticas excludentes no cotidiano escolar.

Na continuidade, o artigo **Entre conflitos e desejos: a sexualidade vista a partir dos banheiros escolares** analisa grafismos produzidos por estudantes como formas de expressão simbólica das vivências da sexualidade, marcadas por tensões, transgressões e disputas de sentido. Já o texto **"Não; um pouco; às vezes; sim, mas só com uma condição": uma análise psicossocial das experiências de pessoas assexuais e suas representações na literatura acadêmica brasileira** amplia o debate ao problematizar a assexualidade, contribuindo para a visibilização de identidades dissidentes e para o questionamento das normas sexuais hegemônicas.

Por fim, **(Auto)cartografias feministas: prenúncios de um vir a ser** mobiliza a escrita de si como estratégia de análise e produção de conhecimento, articulando experiências, memórias e referenciais feministas na construção de uma docência implicada, enquanto **Babete Seara: a gueixa canavieirense, 1949-2014** resgata uma trajetória marcada por deslocamentos, produções culturais e processos de afirmação identitária no contexto baiano.

Os textos reunidos neste volume evidenciam que os corpos e as sexualidades, longe de se constituírem como dimensões naturais ou estáveis, são atravessados por normas, disputas e processos de regulação que produzem desigualdades, mas também abrem possibilidades de resistência e reinvenção. Ao trazer à cena experiências, narrativas e análises que tensionam o silenciamento e a exclusão, este conjunto de trabalhos contribui para o fortalecimento de uma perspectiva crítica, plural e comprometida com a diversidade nos espaços educativos e sociais.

A todas/os uma boa leitura e que as reflexões aqui reunidas contribuam para a construção de práticas educativas mais plurais, críticas e comprometidas com a diversidade.

Marco Antonio Matos Martins
Julho, 2026

Uma reflexão sobre a sexualidade no cotidiano escolar a partir de narrativas (auto)biográfica de uma professora de Ciências

Danielle Ribeiro Rocha[1]
Franciele Reis-Messias[2]

Introdução

A sexualidade é um aspecto natural da experiência humana e envolve as questões biológicas, emocionais, sociais e culturais. A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde do Brasil (2017) entendem que a sexualidade integra contato, sentimentos, emoções, ações, interações, pensamentos, identidades, prazer e reprodução; e, que a sexualidade influencia na saúde física e mental das pessoas e é influenciada por fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos e espirituais.

A Educação Sexual, por sua vez, pode ser considerada um campo de conhecimento e de prática educacional importante para o desenvolvimento dos indivíduos, abrangendo a compreensão de fatores relacionados à sexualidade, como diversidade sexual, anatomia e fisiologia humanas, emoções, respeito, direitos sexuais, consentimento e saúde sexual e reprodutiva — não se restringindo às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), mas contemplando também as relações de gênero (Ribeiro, 2018).

As primeiras experiências em Educação sexual podem começar em diferentes contextos e momentos da vida de uma pessoa. Por exemplo, na minha infância e adolescência não se

[1] Graduação em Ciências Biológicas (UESB). Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadores/as (UNEB)., Mestrado em Ensino (UESB). daniellerocha_01@hotmail.com.
[2] Doutoranda em Educação e Contemporaneidade (UNEB), Mestra em Educação e Diversidade (UNEB), psicologa.francielemessias@gmail.com

falava abertamente sobre Sexualidade, ainda que ela estivesse presente em interações, ações e pensamentos. Então, as primeiras lembranças que enumero como educação sexual começa com lembranças do segundo semestre de Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) quando cursei a disciplina obrigatória "Estudos temáticos em Sexualidade", o qual considero fundamental para que eu, enquanto pessoa e, naquela época, como futura professora de Ciências, compreendesse que a sexualidade é parte integrante do ser humano e não apenas um viés biológico e anatômico.

Apesar disso, é sabido que em muitas licenciaturas ocorre a omissão da temática de sexualidade integral. Na experiência de minha formação inicial, mencionada anteriormente, tive professoras que oportunizaram a reflexão sobre a Sexualidade com naturalidade, apresentando estratégias para despertar o interesse de estudantes e evitar discriminações. Algumas dessas docentes de áreas específicas também tinham essa preocupação, um exemplo foi a minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que apesar de ser da área da Microbiologia e desenvolver trabalhos sobre Educação em Saúde, também foi responsável por me incentivar a pesquisar sobre Educação sexual e participar de projetos de extensão sobre esse tema.

Participar desses projetos foi importante por evidenciar que uma responsabilidade que deveria ser social/coletiva é direcionada apenas para os responsáveis legais, em menor escala para os profissionais da saúde ou professoras, sendo que, muitas vezes acabam não sendo feita por nenhum deles. De todo modo, a maneira de analisar uma realidade é diferente quando você é estudante da Educação básica, uma licencianda em formação ou uma professora. Após a licenciatura, ao assumir a regência de classe da disciplina de Ciências, percebi que para abordar Sexualidade na sala de aula é necessário lidar com várias disputas discursivas de diversos personagens do chão da escola, seja a direção, coordenação, estudantes, responsáveis legais e a comunidade escolar como um todo. Essa é uma das razões pela

qual eu ingressei na Especialização em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras/es, ofertada pelo Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (Cegres/ Diadorim), órgão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Para responder esta questão norteadora da pesquisa, "Como uma professora de Ciências pode descrever as questões relacionadas à sexualidade no contexto do cotidiano escolar como experiências, levando em consideração sua trajetória profissional?", utilizo a pesquisa (auto)biográfica para responder à questão norteadora, considerando que a (auto)biografia permite capturar experiências subjetivas e compreender melhor as nuances, práticas, atitudes e desafios enfrentados.

Logo, após essa breve apresentação de minha trajetória enquanto estudante e profissional em constante formação, propondo a realizar as seguintes reflexões: 1) teórica baseada em trabalhos científicos sobre Sexualidade; e, 2) descritiva com ênfase na minha escrita (auto)biográfica, acerca de como percebo a presença da Sexualidade no cotidiano escolar e os percalços encontrados considerando a minha trajetória como professora de Ciências.

A decisão para abordar esse tema parte do pressuposto de que a discussão sobre a sexualidade no cotidiano escolar é importante para evidenciar a implicação das relações escolares na formação de estudantes. Como ressaltado por Ana Lúcia Gomes da Silva (2009), a escola é um espaço marcado pela pluralidade e transitoriedade, mas as discussões da sexualidade são pouco incorporadas nas práticas pedagógicas por razões de cunho político, histórico, cultural e ideológico, o que permite que preconceitos, estereótipos e imposições sobre os desejos e o corpo do outro continuem acontecendo no cotidiano escolar.

O texto está organizado da seguinte maneira: a primeira seção compõe o referencial teórico-metodológico utilizado para elucidar o procedimento metodológico e para pontuar as principais autoras utilizadas para contribuir com a pesquisa (auto)biográfica e a discussão sobre sexualidade no cotidiano escolar. A seção seguinte

apresenta os resultados e discussão com elementos que corroboram com os objetivos do trabalho. Por fim, na última seção, apresento algumas pontuações acerca da temática, bem como sugestões para novos trabalhos.

Escolhas teórico-metodológicas

A pesquisa (auto)biográfica é uma epistemologia teórico-metodológica que, dentre outras, pode utilizar narrativas pessoais e experiências de vida para explorar e compreender significados, subjetividades e contextos específicos (Souza, 2023). No presente trabalho, a descrição de vivências, sentimentos e percepções que tive como professora de Ciências em uma escola da rede privada de Vitória da Conquista – Bahia, é tida como mote (auto)biográfico. Nesse sentido, escolhi apresentar situações significativas envolvendo a sexualidade no cotidiano escolar, considerando o impacto que foi causado em mim.

Em diálogo com esta perspectiva de pesquisa (auto)biográfica de Souza (2023), Marie-Christine Josso (2020) e outras pesquisadoras discorrem sobre as narrativas de si e sua importância em contextos diversos. Para Josso (2020), as narrativas possuem vários objetivos e possibilitam enxergar uma pessoa, sua história, seu tempo, suas relações e a sociedade em que vive, tanto no campo individual quanto formativo. Para ela (Josso, 2020) as histórias de vida podem ser utilizadas para explorar um problema específico que geralmente está associado com a vida profissional, permitindo que essas profissionais criem estratégias que resistam às tempestades enfrentadas cotidianamente, um processo de tecer possíveis soluções e imaginar um resultado solidário e cooperativo.

A pesquisa (auto)biográfica pode ser entendida também, como uma forma de narrar e compreender o que elucida a subjetividade do pesquisador e apresenta resultados capazes de render discussões reflexivas sobre as relações de poder que são estabelecidas em diversas esferas sociais (Moura, 2010). Nessa perspectiva, enfatizo que durante a minha escrita é inevitável

ressaltar o encontro do individual com o coletivo e os conflitos que surgem, afinal, ao falar sobre mim, vou descrevendo o encontro do "eu com o outro" (Butler, 2003) e produzindo uma narrativa que evidencia os marcadores do tempo que eu vivo e escrevo.

Além disso, é importante ressaltar a importância das pesquisas (auto)biografias para a educação. Segundo Barbosa e Ramalho (2019), o método autobiográfico permite que uma história de vida seja contada sob um ponto de vista educativo, baseada nas relações e confrontações cotidianas do ambiente escolar, o que permite a discussão da prática docente e favorece a compreensão da cultura escolar da qual o sujeito é representante. Para as autoras, a autobiografia permite que a escola seja conhecida na perspectiva dos sujeitos que estão inseridos nela, unindo o pessoal com o universal e o conhecimento científico com o sistema social dos espaços escolares.

Consideramos como resultados, as experiências considerando uma análise narrativa à luz (auto)biográfica da literatura que permite uma compreensão abrangente dos dados apresentados, permitindo a contextualização e a teorização da experiência. Para realizar a reflexão teórica baseada em pesquisas científicas sobre a Sexualidade na educação, considerei as pontuações de Souza (2021) ao afirmar que no século XX as pesquisas sobre a Sexualidade ganharam espaço no Brasil e novas pesquisas sobre esse tema continuam trazendo contribuições, questões e indicações de problemas que evidenciam que o tema ainda precisa ser explorado para ser compreendido de forma significativa considerando o ambiente escolar, pois a sexualidade é de grande relevância para o desenvolvimento dos indivíduos e deve ser abordada de forma positiva, respeitosa e considerando seus diferentes aspectos.

Desse modo, para perseguir e superar as inquietações que se apresentaram durante a escrita, utilizo como suporte teórico diferentes artigos científicos sobre a sexualidade na educação e as discussões e leituras que foram realizadas nos componentes curriculares da Especialização em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras/es, como os trabalhos de

Ana Lúcia G. Silva (2009), Montserrat Moreno (1999), Guacira Lopes Louro (2016) e Elizabeth Macedo (2017).

Cada autora elencada acima traz uma contribuição importante nos estudos sobre sexualidade. Silva (2009) realiza uma reflexão sobre a sexualidade no cotidiano escolar, considerando a contemporaneidade e o seu próprio agir pedagógico, provocando questionamentos sobre a cultura escolar marcada pela disciplinarização dos corpos e da propagação de normas que evidenciam padrões. Macedo (2017), por sua vez, enfatiza que as teorias curriculares e educacionais não contribuem para a abordagem da sexualidade como parte integrante do currículo escolar, mas que a sexualidade nunca deixou de estar presente nas escolas.

Em relação a Moreno (1999), Louro (2016) e Butler (2003), as autoras trazem algumas questões centrais das práticas educativas e evidenciam a construção de sujeitos por meio da escola e de perspectivas bem estabelecidas, destacando que normas e padrões que são impostas a meninos e meninas como natural, são na verdade construções históricas e sociais que podem ser modificadas.

Sustentados por esses pressupostos teórico-metodológicos, na seção seguinte são apresentados os resultados e a discussão da pesquisa.

Narrativas (auto)biográfica de uma professora de Ciências

Em março de 2023, após cursar licenciatura em Ciências Biológicas e ter realizado mestrado em Ensino, assumi aulas de Ciências em quatro turmas do Ensino Fundamental na etapa dos anos finais (6º ao 9º ano) da Educação Básica em uma escola da rede privada de ensino na Bahia, região Nordeste do Brasil. Nesse contexto, o livro didático do oitavo ano do Ensino Fundamental me chamou atenção ao apresentar alguns tópicos que favorecem a abordagem da Sexualidade.

Em 2023, o ano letivo começou no mês de fevereiro, dentre uma das turmas que fiquei responsável, de 8º ano, iniciei a primeira aula realizando uma dinâmica para conhecer os estudantes e fiz um levantamento de conhecimentos prévios sobre o conteúdo que estava sendo estudado no ano letivo anterior, tal seja, reprodução dos seres vivos. Poucos dias após essa aula, a equipe gestora me apresentou os conteúdos de Ciências que deveriam ser abordados por trimestre em cada turma e também me orientou a ter cuidado com a abordagem de alguns conteúdos polêmicos e/ou sensíveis do 8º ano (como puberdade, sistema genital, gravidez, parto e métodos contraceptivos).

Vivenciei na prática o ressaltado por Macedo (2017) e Louro (2016), a sexualidade tornou-se mais algo a ser ensinado com finalidades específicas como higiene do corpo, anatomia humana, IST e gravidez na adolescência, momentos em que há menos resistência na sua abordagem. Mas, discussões sobre sexualidade com a equipe gestora não costumam ocorrer em um sentido mais amplo e muitas vezes só é citada para reafirmar comportamentos, ações e situações que não devem acontecer dentro da escola.

Nas aulas com essa turma utilizei as estratégias e recursos que considero adequadas para cada objetivo a ser alcançado para o contexto mencionado, entretanto, fiquei com receio de receber críticas, principalmente quando não estava abordando aspectos biológicos, afinal, abordar a anatomia do sistema genital é considerado normal por reconhecer as estruturas do próprio organismo, mas falar sobre identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual já havia me sido alertado que poderia gerar conflitos (inclusive com a própria escola) e expor intolerâncias.

Para reduzir os focos de tensão, afinal era meu primeiro ano de atuação, eu me antecipei aos possíveis conflitos e ao planejar as minhas aulas, optei por uma abordagem que estivesse próxima de alguns tópicos do livro, a citar os títulos “Adolescência, puberdade e sexualidade”, “Diversidade sexual: respeito acima de tudo” e “Papéis sociais”, que poderiam ser utilizados para defender a temática da Sexualidade em sala de aula.

Todos estudantes participaram ativamente durante a aula desses conteúdos e diferentes questionamentos foram feitos ao longo das aulas, sejam oralmente ou através de uma caixinha de curiosidades, alguns deles: *"uma mulher menstruada pode engravidar?"*, *"a reprodução do ser humano está associada com gametas femininos e masculinos, então por que tem gente que sente atração por pessoas do mesmo sexo?"*, *"é normal ficar de 'pinto' duro?"*, *"por que homens não podem pintar as unhas como as mulheres?"*, *"por que mulheres homossexuais querem agir como se fossem homens?"* e *"se masturbar é pecado?"*.

Perceba que muitos desses questionamentos estão relacionados a uma perspectiva dicotômica do sexo biológico e também evidenciam as normas em que foram culturalmente formados a partir dos estereótipos de como homens e mulheres se comportam na sociedade estruturalmente cisgênera e heterossexual tidos como naturais. Sobre isso, Guacira Lopes Louro (2016) inicia um artigo lembrando que Simone de Beauvoir impactou o mundo em 1949, ao dizer que "ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher", ressaltando que o modo de ser e estar no mundo são resultado de uma construção social e cultural ao longo da vida, reforçando que a construção de gênero e de sexualidade ocorre de maneira sutil com a apresentação de normas e de valores que emanam de toda parte e vão sendo internalizados.

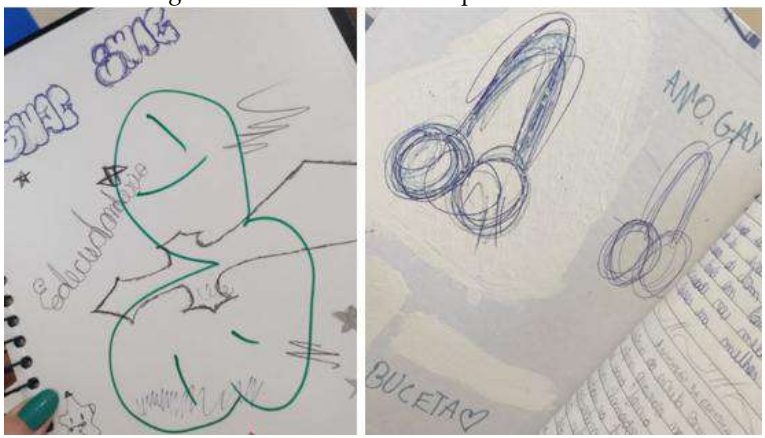
Todos os questionamentos foram sendo respondidos ao longo das aulas, considerando os aspectos biológicos, culturais e sociais. Busquei considerar e validar as dúvidas e curiosidades manifestadas, porque como reforçado por Moreno (1999), a curiosidade de crianças e adolescentes sobre a sexualidade é natural e será manifestada nos ambientes que ela está inserida, incluindo a escola, sendo desmotivador quando eles são repreendidos por tentar tirar dúvidas, assim como é frustrante quando o assunto é abandonado ou quando a abordagem só acontece com foco em aspectos biológicos.

A turma do 8º ano de 2024, é formada principalmente por estudantes que eu conheci no ano anterior, no 7º ano, período em

que a turma rabiscava órgãos genitais nos cadernos e nas cadeiras da sala. Lembro-me do dia que sentei em uma das cadeiras em que havia um pênis desenhado e virei "meme", motivo de risada entre eles e de constrangimento para mim, que não havia publicizado minha própria orientação sexual.

Antes de solicitar que eles apaguem os rabiscos, é protocolar que tudo seja fotografado como uma forma de registrar a falta de cuidado com os materiais e equipamentos na instituição, uma vez que o zelo com o material didático e com a estrutura da escola constitui um dos aspectos da avaliação qualitativa estudantis. Dessa forma, é possível apresentar, na figura 1, alguns rabiscos que foram encontrados na capa dos cadernos de dois estudantes, sendo que, o segundo rabisco foi feito em um espaço onde já havia sido apagado com corretivo o rabisco de um outro órgão genital ilustrado.

Figura 1: Rabiscos realizados por estudantes



Fonte: arquivo própria

Segundo Silva Junior e Silva (2020), os rabiscos feitos pelos estudantes transgridem as normas das escolas por ser entendidas como vandalismo ou depredação do espaço escolar, mas para além desse discurso de criminalização, os rabiscos devem ser percebidos com um diálogo, pois são formas de comunicação e descobertas, podendo abordar corpos, sexo, sexualidade e gênero, sendo

importante dialogar com os estudantes sobre o que os desenhos representam.

Em relação aos conteúdos do 8º ano, nessa turma eu tive muito mais confiança e os estudantes também participaram ativamente, demonstrando confiança ao realizar mais perguntas orais do que escritas. Logo, foi fácil dialogar com estudantes que buscavam tirar suas dúvidas e fazer confidências, assim como foi incrível lidar com aqueles que conseguem se expressar e assumir suas sexualidades, utilizando a aula para obter novas informações e trocar experiências em momentos oportunos.

Como em toda sala de aula, a turma foi marcada por desafios da heterogeneidade, considerando que era um grupo de estudantes com muitas diferenças discursivas, sendo que, enquanto alguns estavam abertos para o diálogo, outros apresentavam resistência porque já estavam marcados por preconceitos. Quando os estudantes pararam de desenhar órgãos genitais nas cadeiras e cadernos, outros desafios surgiram: um estudante começou a utilizar com frequência as suas crenças religiosas para tentar invalidar ou criticar o que era apresentado, enquanto outros passaram a fazer comentários maliciosos.

Segundo Cunha (2021), a sexualidade é um tema carregado de significados, tabus, preconceitos, dúvidas e costuma ser associada com o sexo em uma sociedade que construiu essa "verdade" como forma de controle, então os conflitos tendem a surgir. O autor (Cunha, 2021) pontua que há inúmeras barreiras para abordar a temática, dentre elas a falta de apoio dos colegas, o medo da reação da família e os dogmas religiosos, mas que ainda assim eles interferem quando presenciam atitudes discriminatórias.

Comigo não foi diferente. Eu me senti despreparada em diversos momentos e senti a ansiedade de ter que lidar com pessoas tão diferentes na forma de pensar e socializar, mas busquei estratégias para dialogar com a turma. Após o término de algumas aulas eu saía da escola angustiada por me sentir despreparada, em outras eu saía aliviada por acreditar que estava fazendo um bom trabalho.

Formalmente, podemos dizer que a Sexualidade humana compõe parte do conteúdo da disciplina de Ciências do 8º ano, mas isso não é o suficiente para que haja um contato maior com as questões que envolvem a diversidade e pluralidade desse tema. Como reforçado por Moreno (1999) e Macedo (2017), há muitas situações envolvendo gênero e sexualidade que ocorrem na escola e são ignoradas porque não foram transformadas em conteúdos e não são consideradas parte do currículo, mas são inscritas no cotidiano da escola porque o currículo não é apenas uma seleção e organização de conteúdos, é também tudo aquilo que ocorre na escola e que deve ser legitimado para se tornar educativo.

No cotidiano escolar é possível perceber a presença da Sexualidade em diferentes situações que envolvem as relações entre diferentes sujeitos, a partir dessa afirmação gostaria de evidenciar duas situações que foram importantes para minha formação enquanto professora.

A primeira situação envolve uma estudante que ficou conservada no 6º ano e finalmente havia alcançado o 7º ano. Infelizmente, os comentários positivos sobre a aprovação logo cederam espaço para um bombardeio de comentários negativos diante de uma desistência causada por uma gravidez na adolescência. Eu sei que uma gravidez na adolescência envolve vários fatores, como inicio precoce de uma vida sexual ativa, aspectos socioeconômicos e influência da mídia. Mas, também é causada pela falta de informações na escola, na residência e nos espaços de saúde.

Essa situação me atravessa de uma forma intensa porque eu gostaria que essa estudante tivesse tido a oportunidade de ter contato com todas as informações que eu poderia ter passado na minha disciplina, afinal, ela já deveria estar no 8º ano. Entretanto, me faz questionar porque a Educação sexual não acontece fora da aula de Ciências, se o seu enfoque interdisciplinar pode ocorrer com o respaldo dos documentos legais e da legislação vigente.

Para Reis-Messias (2022) o fenômeno de evasão escolar feminina resultante de gravidez na adolescência é um problema

social, que demanda de políticas educacionais específicas de permanência e segurança aos direitos de meninas e jovens mulheres. A autora (Reis-Messias, 2022) expõe que, muitas adolescentes que engravidam em tempo de escolarização acabam abandonando os estudos por uma série de motivos, como falta de apoio, vergonha, baixa autoestima e desesperança do futuro. Além disso, Reis-Messias (2022) ressalta que cabe à escola criar um ambiente de confiança, com profissional qualificada, como psicóloga escolar ou assistente social, para que estudantes gestantes se sinta seguras para conversar e, se for o caso, denunciar uma gravidez resultado de violência sexual. Além disso, Reis-Messias (2022) defende que o fenômeno expõe a urgência das discussões sobre gênero e sexualidade na escola.

Em relação aos documentos legais, é possível encontrar respaldo para que as discussões e orientações sobre Sexualidade sejam realizadas nas escolas, ainda que os contextos políticos impactem a maneira como isso aparece nos documentos. Atualmente, é possível verificar que a abordagem está silenciada após passar por avanços e retrocessos que culminaram em políticas de Educação sexual cheias de lacuna, que é um dos motivos que desfavorece a consolidação do tema nas escolas (Barbosa, Viçosa e Folmer, 2019; Cassiavillani e Albrecht, 2023).

A segunda situação aconteceu no 6º ano, quando os estudantes começaram a rejeitar um colega porque ele era "afeminado", "grudento" e "escandaloso" e passou a ser chamado ofensivamente de "gay" e "menininha", por exemplo. A educação é uma prática permeada por interações entre sujeitos que expõem suas subjetividades e a sexualidade se faz presente nas suas configurações biológicas, sociais, culturais e afetivas. Então, senti a angústia de não saber quem protege uma criança que está apenas expressando a sua própria sexualidade e tentei acolher e dar suporte para o estudante, bem como enfatizei a importância da pluralidade, das diferentes formas de agir, de expressar emoções e demonstrar carinho.

Nós, professoras que também presenciaram essa situação, tivemos o cuidado de tentar resolver o conflito e essa situação foi levada para a reunião quinzenal com a coordenadora, que garantiu que haveria uma solução. No dia seguinte a diretora apareceu para conversar com a turma; inicialmente repudiou os comentários maldosos e reforçou que atitudes assim não são aceitas na escola, o que eu considerei necessário. Contudo, o meu desconforto surgiu quando ela tentou justificar o comportamento do estudante dizendo que "ele não era gay, era apenas dócil e afetuoso em excesso porque recebia muito carinho em casa"; e piorou quando ela informou para o estudante que ele deveria se controlar, porque o tipo de comportamento que ele apresenta é o que permite que os colegas o tratem como um *gay*.

Aqui parece sensato lembrar novamente de Louro (2016), que ressalta que a sexualidade é alvo de vigilância e controle na sociedade, sendo regulada por diferentes instâncias e espaços de referência, que através de inúmeras práticas e recomendações repetidas, como aquelas que acontecem cotidianamente na escola, em casa e na igreja, mostram como devemos ser ao dizer como devemos nos vestir, andar, comer, conquistar e viver. Contudo, as formas de experimentar desejos, ser afetuoso e amar são múltiplas e é necessário não se recusar a ver essa realidade.

Em um espaço atravessado por redes discursivas normatizantes, eu preciso compor a minha rede de resistência para favorecer o reconhecimento e o respeito às diferenças. Quando solicitei a fala, pontuei para os estudantes que quando alguém não se identifica como heterossexual ou homossexual, não se impõe ou não faz um comentário explícito que permita identificar sua orientação sexual, não há motivos para que os outros façam suposições; e, que não é errado ser homossexual, assim como não é errado gesticular, gritar de alegria ou demonstrar carinho com gestos afetuosos e palavras que reforçam uma conexão emocional.

Esse momento reflete as desigualdades que tornam possível a discriminação no ambiente escolar. Eu não acredito que seja válido censurar uma criança por demonstrar carinho e se comportar de

forma espontânea, mas acredito que a reprimir na frente de uma turma que tende a rejeita-la seja uma forma de instigar rivalidade, de criar inseguranças, de aumentar a discriminação, de afetar a expressão da sexualidade e de moldar o comportamento de acordo com um padrão heteronormativo.

No livro "Como se ensina a ser menina", a psicóloga Monteserrat Moreno (1999) evidencia que cada pessoa constrói suas crenças com base na observação de fatos concretos e a partir do julgamento dos outros, com uma forma de pensar condicionada pela sociedade a que pertence, sendo que, escola irá colaborar com esse processo de construção, possibilitando novas formas de interpretar o mundo ou apenas perpetuando padrões normativos e moldando o comportamento de meninos e meninas.

A autora evidencia que socialmente foram sendo construídos modelos para meninos e para meninas, então as crianças já chegam à escola com padrões de conduta discriminatória, pois foram ensinadas sobre o que é certo e errado, bom e ruim, e o que deve ser feito ou evitado. A escola pode ajudar na transmissão dos modelos segregacionistas, o que não é incomum, mas também pode abrir caminhos e investir em uma educação não sexista, dando as crianças o que a sociedade lhes nega: a possibilidade de serem elas mesmas (Moreno, 1999).

Perseguindo a minha inquietação, o principal amparo que tive com o trabalho de Monteserrat Moreno foi uma confirmação de que as pessoas sofrem influência de modelos que não são inerentes ao ser humano e podem ser modificados, nem que seja ao burlar o caráter normativo e mostrar que alguns comportamentos são naturais e não são patrimônios exclusivos do feminino ou do masculino.

No que diz respeito a conduta de professores, diferentes pesquisadores convergem sobre os motivos pelo qual os professores não abordam sexualidade na Educação básica, como a falta de reflexão sobre a própria sexualidade, o receio da falta de aceitação dos familiares e a insegurança por não possuir formação específica para isso (Barbosa e Folmer, 2019; Souza, Milani e

Ribeiro, 2020; Souza, 2021). Na prática, todos esses motivos são reais, mas é preciso ter cuidado para não reduzir o problema a uma abstenção da responsabilidade para discutir Sexualidade, que normalmente recai sobre o professor de Ciências em momentos pontuais.

Para além da formação, dos receios e das próprias limitações, nós, professores, nem sempre encontramos o apoio para combater discriminações e/ou abordar Sexualidade no cotidiano escolar; e, para além das escolhas que tomamos, nós somos permeados silenciamentos, tensões e sobrecargas de trabalho que estão implícitas na condição de ser professor. Então, percebo no cotidiano escolar que enquanto os professores tentam tratar a sexualidade com o cuidado que o tema exige, as barreiras de aceitação da pluralidade dentro da escola continuam a ser construídas quando a gestão escolar reforça padrões heteronormativos, induz o silenciamento das discussões sobre Sexualidade e age com desorientação ou sem o rigor necessário ao se deparar com situações preconceituosas.

Algumas considerações

A educação oportuniza uma permanente (re)construção de sujeitos e a escola é um espaço central de construção de conhecimento na vida de crianças e adolescentes, influenciando no processo de subjetivação. Como a sexualidade não fica de fora da escola quando um estudante chega, é preciso falar sobre corpo, sentimentos, anseios e conflitos. Nesse sentido, através de uma narrativa autobiográfica, busquei compartilhar a minha experiência ao abordar conteúdos que envolvem a sexualidade na disciplina de Ciências em duas turmas do 8º ano do ensino fundamental II, assim como descrevi duas situações que ocorrem no cotidiano escolar que evidenciam a presença da sexualidade.

Os dois pontos apresentados mostram que a escola pode ser uma propulsora de inseguranças no que diz respeito a expressão da sexualidade e também de reprodução de padrões cis-

heteronormativos que através de situações corriqueiras hierarquizam e marginalizam sujeitos, o que pode ser favorecido por qualquer pessoa que naturalizar o silenciamento ou posturas discriminatórias.

Da mesma forma, a escola também pode ajudar na desconstrução de padrões discriminatórios e contribuir com a reconstrução de uma educação livre desses problemas. Infelizmente, os professores também são afetados por dispositivos de controle e isso influencia na abordagem da sexualidade, mas há a tentativa de problematizar normas, superar silenciamentos e solucionar os conflitos que surgem no currículo oculto, na busca por uma educação respeitosa e não discriminatória.

Nessa perspectiva, concluímos evidenciando a importância de investir em formações continuadas e ações que envolvam toda a comunidade escolar, para que seja possível realizar discussões sobre práticas cotidianas que possam contribuir com a compreensão da importância da sexualidade e da diversidade que se encontra no espaço escolar, visando uma educação marcada pela pluralidade.

Referências

BARBOSA, D. S.; RAMALHO, S. V. Reflexões acerca dos desafios do uso da operação (auto)biográfica no campo da história da educação. In: MACHADO, C. J. S; NUNES, M. L. S.; SANTANA, A. M. S. (Org.). **Exercício da escrita (auto)biográfica. Fortaleza**: EdUECE, 2019, p. 111-123. Disponível em: https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/88/2013/07/Exercício-da-escrita-autobiográfica.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024 às 13h07.

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. L.; FOLMER, V.. A Educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.11, n.10,

p.772, jul. 2019. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772. Acesso em: 26 jul. 2024 às 11h15.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista,** v.3, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjLGgcZRScv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2024 às 16h10.

CUNHA, P. C.. **Sexualidades na adolescência e escola: um diálogo possível? Trabalho** de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222401/Tcc-%20repositório%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 ago. 2024 às 15h01.

JOSSO, M. C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa** (Auto)Biográfica, v.05, n.13, jan/abr. 2020. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8423/5390. Acesso em: 23 ago. 2024 às 16h37.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 17–23, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470. Acesso em: 4 set. 2024 às 11h51.

MACEDO, E.. O currículo no portão da escola. In: MACEDO, E.; RANNIERY, T. **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MORENO, Montserrat. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

MOURA, K. M. S.. Linguagem e Educação: histórias de si nos percursos de formação pessoal e profissional. In: MORAES, D. Z.; LUGLI, R. S. **Docência, pesquisa e aprendizagem**: (auto) biografias como espaços de formação/investigação. Cultura Acadêmica, 2010, v.1, p.111 a 128.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde e sexualidade de adolescentes**: construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017.

REIS MESSIAS, Franciele. **Discursividades das psicólogas escolares sobre performatividades de gênero e sexualidades.** Trabalho Final de Conclusão de Curso em Educação e Diversidade (Mestrado Profissional) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité, 2022.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Entrevista Educação para a Sexualidade. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 7–15, 2018. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867 . Acesso em: 10 set. 2024 às 15h27.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da. Educação, gênero, sexualidade e corporeidade: diálogos na escola. In: MESSEDER, Sueli A.; MARTINS, Marcos A. Matos. **Enlaçando sexualidades**. Salvador: EDUNEB, 2009, v.1, p.151-165.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da Silva; SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da. Imagens do cotidiano escolar: gênero e sexualidades nos desenhos de estudantes de uma escola pública. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 177–192, 2020. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1104. Acesso em: 7 set. 2024 às 15h47.

SOUZA, Elizeu Clementino. (Auto)biografia, ciência e arte. **Revista E-Curriculum** (PUCSP), v. 21, p. e59921, 2023.

A sexualidade em pessoas com DI: percepção da família sobre a sexualidade de jovens com DI

Nilda Maria Teixeira Alves[1]
Luciene Assunção da Silva [2]

Introdução

O objeto dessa pesquisa é a sexualidade da pessoa com DI. A relevância desse estudo está em compreender a sexualidade como um direito de qualquer ser humano. Privá-lo dessa experiência é fortalecer o preconceito a um grupo que vem buscando seu espaço na sociedade. Por isso, a escolha de incluir os jovens com DI e seus pais a fim de obter uma visão mais ampla sobre a sexualidade enriquecendo essa pesquisa.

O problema desse estudo é que a superproteção e a falta de educação sexual adequada dificultam o reconhecimento e o apoio da família à sexualidade de jovens com DI, limitando o desenvolvimento de uma identidade sexual saudável e autônoma desses indivíduos.

Diante disso, este estudo busca compreender como os pais de jovens com DI que são acompanhados com tratamento multidisciplinar em uma instituição filantrópica percebem e vivenciam a sexualidade dos seus filhos.

A abordagem desse estudo se dá por atuar como professora do município do Salvador (SMED) em uma instituição filantrópica há 20 anos que oferece atendimento a pessoas com deficiência intelectual. Durante esse tempo passei por várias situações

[1] Licenciado em Pedagogia com Habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental (UNEB). Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na formação de Educadores/as (UNEB)., nmtvalves@hotmail.com
[2] Professora (UNEB – Campus XIII), doutoranda em Difusão do Conhecimento (UFBA). luasilva@uneb.br

envolvendo a sexualidade de jovens que manifestavam ereção involuntária, jovens que namoravam e engravidaram, jovens que a família não aceitava o interesse do(a) filho(a) em namorar, enfim, diferentes casos que despertaram a minha curiosidade em compreender sobre o assunto e poder ajudar e orientar a família desses jovens.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) entende a Deficiência Intelectual (DI) como um transtorno do desenvolvimento neurológico que surge durante o desenvolvimento incluindo déficits intelectuais e adaptativos relacionados a aprendizagem acadêmica, as habilidades sociais e as habilidades práticas necessárias a vida cotidiana (APA, 2014 apud Schwartzman; Lederman, 2017). Considerando que 2 e 3% da população geral é diagnosticada com DI é imprescindível compreender os contextos que cerceiam a vida dessas pessoas dando destaque às temáticas que, embora essenciais, já foram postergadas, tais como a sexualidade (Blasingame York, 2020).

A sexualidade de pessoas com deficiência é um tema complexo que envolve questões sociais, culturais, psicológicas e de acessibilidade. Nesse quesito, as pessoas com deficiência têm sido negligenciadas ou até mesmo negadas devido a preconceitos e estigmas que as desumanizam ou infantilizam. No entanto, esta questão inerente à experiência humana independentemente de suas deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais não é negada à sua biologia, mas levada em consideração à sua construção social e histórica.

Então, compreendendo a sexualidade como uma dinâmica da vida humana, esta deve ser entendida a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada. Nesse entendimento, a sexualidade vai além dos aspectos biológicos e físicos. É uma construção social e cultural que varia entre as diferentes sociedades e períodos históricos desafiando a visão de que ela é puramente biológica ou natural.

Este estudo abordará a história da pessoa com deficiência e a percepção social da sexualidade da pessoa com DI. Na sequência,

será apresentado a análise das entrevistas e grupo focal a partir de autores que abordam esse assunto. Por fim, é apresentado os resultados coletados.

Trajetória histórica da pessoa com deficiência

Em diferentes períodos da história o deficiente era discriminado pela sociedade. A deficiência era vista como um castigo ou maldição, assim acreditava-se que essas pessoas não tinham o que contribuir com a sociedade. Em alguns casos eram internadas em asilos e hospitais. Segundo Amorim (2019), a deficiência era considerada uma condição penosa e indesejável levando a prática do infanticídio. Essa visão estava ligada à necessidade de sobrevivência e ao valor atribuído à força física e à produtividade em sociedades antigas. A incapacidade de realizar um trabalho físico não só tornava a vida de uma pessoa com deficiência mais difícil, mas também era percebida como um fardo para a comunidade que dependia da contribuição de todos os seus membros para sustentar-se. Assim, a prática do extermínio dessas crianças era uma tentativa de evitar o encargo social e econômico.

Em consonância com essa assertiva, Palacios (2008) afirma que na Antiguidade a deficiência era interpretada como sinal de descontentamento divino ou maldição e que a prática de eliminar essas crianças era uma tentativa de aplacar os deuses ou de purificar a sociedade de qualquer desagrado divino. Somente a partir do cristianismo, durante a Idade Média, esse olhar ao deficiente muda. Estas pessoas passam a receber cuidados e proteção de hospitais e asilos que ofereciam assistência e abrigo de acordo com a posição social, influência da igreja e legislação local.

A percepção social da sexualidade da pessoa com DI

Muitos ainda veem as pessoas com DI como incapazes de desenvolver uma sexualidade saudável. Essa visão impede que

sejam reconhecidas como adultos com desejos, sentimentos e com direito à expressão sexual.

Além disso, familiares e cuidadores preocupados com a vulnerabilidade das pessoas com DI, muitas vezes adotam uma postura de superproteção, restringindo o acesso à educação sexual e a oportunidades de relacionamento. O preconceito é de que as pessoas com DI não têm capacidade para entender questões sexuais ou que não deveriam ter uma vida sexual ativa. Em outros casos, elas são vistas como hipersexualizadas, o que gera uma série de mal-entendidos e comportamentos inadequados (Maia, 2016).

A educação sexual para pessoas com DI frequentemente é negligenciada ou inadequada resultando em comportamentos sexualmente inadequados que pode aumentar o risco de abuso.

Há um crescente reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com DI, mas ainda há muito a avançar. O acesso a informações, ao planejamento familiar e ao suporte em relacionamentos é essencial para que possam exercer plenamente sua sexualidade.

Com o aumento da conscientização e a inclusão das pessoas com DI em discussões sobre sexualidade, há uma mudança gradual na percepção social que impacta diretamente a maneira como a sexualidade dessas pessoas é vivida e expressa. Por isso, a necessidade de haver uma educação sexual inclusiva para combater os preconceitos e a autonomia dessas pessoas.

Nessa lógica, Gagnon (2006) aborda a sexualidade como um fenômeno socialmente construído e desafia visões essencialistas que tratam a sexualidade como algo puramente biológico ou natural. Segundo o autor, o desejo sexual e as práticas sexuais são moldados pelas normas, valores e contextos culturais específicos. Define o comportamento sexual como ações ou práticas sexuais observáveis, a exemplo, o ato de beijar e acariciar; enquanto, a conduta sexual como o comportamento dentro de um contexto social e cultural que orienta e dá sentido a essas ações. Por exemplo, o ato de beijar alguém pode ser considerado uma conduta sexual diferente dependendo do contexto cultural (um cumprimento

social em uma cultura versus um ato íntimo em outra). A diferença entre os dois conceitos é que o comportamento sexual é uma descrição das ações físicas ao passo que a conduta sexual envolve a interpretação e o significado dessas ações no contexto social e cultural. Dessa forma, a sexualidade é moldada por fatores socioculturais e não apenas por impulsos biológicos ou naturais que independe das habilidades ou limitações dos atores envolvidos, sejam eles deficientes ou não. Por isso, a necessidade de promover a educação mais inclusiva e respeitosa.

A DI é caracterizada como um transtorno determinado por déficits da cognição que impactam vários aspectos: aprendizagem, interação social e falta de autonomia para determinadas atividades. Frente a essas limitações, as pessoas com DI encontram dificuldades frente a sexualidade, tanto em relação ao preconceito e repressão por parte da sociedade, quanto em relação às limitações intrínsecas à realidade desses indivíduos. Esse preconceito acarreta experiências negativas, a saber: abuso sexual, impedimento da sua expressão sexual, falta de orientação para contracepção e até esterilização desses indivíduos.

A sexualidade da pessoa com D.I pode ser comprometida por sua limitação cognitiva dificultando sua capacidade de manifestar e vivenciar os vínculos afetivo-sexuais. O estigma, marca física, mental ou social pode ser inata, adquirida ou atribuída que a coloca em descrédito social. Este estigma é atribuído desde o momento em que se percebe algo de diferente em uma pessoa e a sociedade relaciona essa diferença a uma marca negativa (Zuin; Leão; Denari, 2022).

Em seu artigo Vieira (2015) traz reflexões sobre o conceito da sexualidade a partir dos aspectos fisiológicos, psicológicos, culturais, históricos e sociais. Nesse contexto são debatidas algumas concepções de deficiência intelectual e os mitos quanto à sexualidade que podem ser desmistificados a partir da educação. Em seus estudos, Silva e Pigatto (2020) abordam que a pessoa com deficiência recebe o rótulo de incapaz sem o reconhecimento da sua sexualidade. São pessoas com deficiência, mas que têm seus

próprios desejos sendo necessário esclarecimentos sobre educação sexual para diminuir riscos de infecções, gravidez indesejadas, dentre outras adversidades.

> (...) o conceito de sexualidade humana precisa ser considerado de forma mais ampla do que as concepções que se limitam a aspectos genitais ou relacionados a uma prática sexual específica. Não se trata apenas de uma expressão fisiológica e anatômica; nem uma definição puramente biológica do sexo (Amorim, 2019, p. 29)

Ter uma visão mais ampla da sexualidade humana é ter uma compreensão mais holística e inclusiva desse conceito que engloba uma série de fatores emocionais, psicológicos, culturais e sociais que influenciam a forma como os indivíduos a experenciam e expressam. Por isso, a sexualidade deve ser considerada enquanto expressão cultural que atua singularmente em cada indivíduo, conforme aponta estudo de Amaral (2004, p. 17).

Tratar a pessoa pelo modelo social que não foca na sua deficiência é entendê-la como uma pessoa com direito a ter uma vida plena com suas escolhas respeitadas à medida em que a sociedade remove as barreiras do preconceito. O "modelo social da deficiência" traz um olhar diferenciado para a questão ao compreender a deficiência humana como algo que faz parte do processo natural da vida e não como uma tragédia que deve ser vista com aflição (Amorim, 2019, p. 30).

> O Modelo Social da Deficiência propõe o abandono da ideia de que a deficiência é necessariamente uma experiência trágica e restrita à dimensão do corpo. Muito pelo contrário, esse modelo afirma que a deficiência é uma condição inerente ao ser humano, ou seja, ser deficiente significa vivenciar um dos muitos possíveis modos de vida. [...] (Amorim *apud* Luis; Nuemberg, 2018, p. 62).

Entretanto, Silva *et al* (2022) destaca que a sexualidade ainda é um assunto impedido para as pessoas jovens e adultas com deficiência, sem direito a se expressar, viver seus afetos, desejos e

possibilidades. Logo, a sexualidade é um tabu social quando associada a pessoa com deficiência.

A adolescência é uma fase transitória entre infância e idade adulta, momento importante do desenvolvimento humano, marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociais relativas ao início da sexualidade. Sendo a idade cronológica medida em anos e a biológica avaliada pelas funções físicas e mentais de uma pessoa, isso não se aplica a pessoa com DI. Por isso, que na maioria das vezes, um jovem pode ter 20 ou 30 anos e sua idade mental apresenta a idade mental de um jovem de 12 anos, para exemplificar. Essa situação também é motivo para a família afirmar que não concorda com a sexualidade do filho por não ter maturidade. Este momento geralmente é conturbado, pois entender como tratá-lo e garantir seu direito a sexualidade é o que precisa ser entendido pela família. A maneira infantil e discriminatória de serem tratados pela família e sociedade influenciam nas percepções das mães de filhos com DI (Littig *et al* 2012).

Em sua pesquisa qualitativa-descritiva, Maia (2016) traz a vivência da sexualidade e saúde sexual a partir de relatos de 12 pessoas, homens e mulheres com DI que participaram de uma entrevista. Os participantes demonstraram dificuldades em verbalizar conceitos sobre sexualidade, mas a expressaram sem ser ela ausente ou atípica. Relataram a ocorrência de namoros, geralmente sem sexo e vigiada por adultos; as relações sexuais relatadas ocorreram em lugares de pouca privacidade e quase sempre sem preservativo. Há aqueles que desejam o casamento e a reprodução, mas também os que adiam ou não querem a maternidade/paternidade, revelando escolhas sobre sua vida reprodutiva. Por demonstrarem informações superficiais de uma educação sexual ineficaz e assumirem uma vida ativa afetiva e sexual, conclui-se que estão em condições de vulnerabilidade. Por isso, a necessidade dessa população receber uma educação sexual que contribua para o exercício pleno da sua sexualidade e o respeito aos seus direitos sexuais. A dificuldade de a sociedade lidar com a

manifestação da sexualidade da pessoa com DI é permeada de tabus e preconceitos.

Métodos e Procedimentos

Participantes

Participaram desse estudo 16 pessoas, sendo 6 jovens com DI, (3) do sexo masculino e (3) do sexo feminino com idade entre 19 e 41 anos e seus respectivos pais, sendo 6 mães e 4 pais. Todos os estudantes são solteiros, moram com seus responsáveis e estudam em uma instituição filantrópica localizada no município de Salvador, Bahia, Brasil.

Instrumentos e Procedimentos de Dados

Este estudo tem como objetivo compreender como a família e os jovens com DI lidam com a sexualidade dos seus filhos. Para isso, utilizou-se a metodologia do grupo focal por ser uma técnica que coleta dados a partir da interação de um grupo sobre um tema, neste caso, a sexualidade da pessoa com DI. Quem direciona o grupo é o pesquisador (Morgado, *et. al.* 2021).

O contato e convite às famílias ocorreu pessoalmente na instituição que os alunos frequentam para acompanhamento pedagógico nas Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). As mães foram orientadas a participar de uma pesquisa semiestruturada para falar sobre como lidam com a sexualidade de seus filhos e que deveriam convidar também os pais. Foi garantido o sigilo da identidade de todos os envolvidos na entrevista. Os encontros foram previamente agendados e conduzidos individualmente em dois dias da semana em torno de 40 minutos. No primeiro momento os pais receberam o questionário **(Anexo 1)** para ler e preencher. Após o término, os meninos foram chamados e depois as meninas, a fim de poder ler para cada grupo e explicar

cada questão para que as respostas fossem as mais condizentes com a realidade **(Anexo 2).**

Após o preenchimento dos questionários e análise das respostas, foram realizadas 2 sessões de grupo focal com cada grupo com o objetivo de complementar e confrontar os discursos individuais e do grupo em momentos distintos. Nos dois momentos com as famílias estiveram presentes 3 casais, pais de três alunos (2 rapazes e 1 menina) e 4 mães responsáveis pelos outros três alunos (1 rapaz e 2 meninas). Nas outras duas sessões participaram coletivamente o grupo dos 6 alunos descritos anteriormente.

A duração das sessões foi de 30 minutos cada. Compareceram no total, 16 pessoas, sendo três casais (6 pessoas), 4 mães e os 6 alunos. Para identificação foi utilizado nomes fictícios para preservar a identidade dos alunos: Pietra, Rose, Antônia, Jorge, Cleiton e Marcos; enquanto os pais foram previamente identificados como responsáveis desses alunos.

A partir do levantamento dos resultados, cada entrevista foi lida com os presentes em momentos distintos (família e alunos) buscando familiaridade e identificação com os temas de relevância apresentados nos depoimentos. Frente a essas informações, foi elaborado os núcleos de sentido identificando as ideias explícitas e implícitas denominado de síntese horizontal. Posteriormente, cada entrevista foi relida para analisar como cada participante se manifestava frente aos temas que surgiram constituindo a síntese vertical destacando o que mais se repetia (palavras, frases) indicando os conceitos e expressões sobre a percepção e expressão da sexualidade. As categorias levantadas foram Sexualidade e Deficiência.

Análise dos dados

A entrevista da família foi organizada inicialmente pelos 3 casais que responderam em momentos diferentes para não haver interferência e influência nas respostas. Depois, organizei os 3

questionários das mães que também responderam individualmente.

Na primeira questão, ao perguntar se a família já conversou com seu filho (a) sobre sexualidade, as respostas foram: Sim, frequentemente (2 casais) e (1 mãe); Algumas vezes (1 casal) e (1 mãe); e, não, nunca conversamos sobre isso (1 mãe).

Em seguida, quando perguntado se a família se sente confortável ao abordar sobre as questões de sexualidade com seu filho (a), as respostas foram: Sim, me sinto muito confortável (1 casal); às vezes, depende do assunto (2 casais); não, tenho dificuldades para falar sobre isso (3 mães).

> *Tenho receio de falar e ele querer ter muitas parceiras. Além disso nossas crenças religiosas influenciam como nós pensamos (Pais de Cleiton, 40 anos).*
> *Ele é muito tímido. O namoro dele é mais paquera (Mãe de Marcos, 33 anos).*
> *Ela já namorou e ficou noiva. Mas não deu certo. Hoje ela não quer mais saber (Mãe de Antônia).*
> *Eu fico sem jeito para falar. Peço o pai dele para falar porque é homem e fica mais fácil (Pais de Jorge, 19 anos).*

Informalmente as famílias mencionaram que não abordam esse assunto (sexualidade) com seus filhos para não despertar o interesse, além do cuidado em relação à possibilidade de exploração, violência e abuso dentro dos relacionamentos. Além disso, demonstram o temor à limitação cognitiva (deficiência) e a falta de consciência sobre infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada ou indesejada também é um empecilho (Brown *et al.*, 2020; Mccann; Lee; Brown, 2016).

Ao questionar se o filho (a) recebe orientação sobre sexualidade na escola ou em outro ambiente, as respostas foram: Sim, recebe orientação na escola (1 casal) e (1 mãe); sim, recebe orientação fora da escola (2 casais) e (2 mães). Chama atenção quando foi perguntado sobre as preocupações em relação à sexualidade do filho (a), as respostas foram: A falta de informação adequada (3 casais) e (2 mães) e abuso ou exploração (1) mãe.

Todos destacaram a importância da orientação que recebem na instituição com a Assistente Social que faz orientação com as famílias e a Psicóloga sobre como devem proceder para tratar desse assunto com seus filhos. Relatam que não tem apoio no Todos deixaram claro que seus filhos demonstram se interessar por alguém e ficam acompanhando esse processo com as outras famílias, mas, admitem a dificuldade de falar sobre esse assunto.

Perguntado se a família sente que há apoio adequado para discutir a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, as respostas foram: Sinto que há algum apoio, mas poderia ser melhor (1 casal) e (1 mãe), e não, sinto falta de suporte para abordar esse tema (2 casais) e (2 mães). Contudo, avaliam o nível de compreensão do seu filho (a) sobre sexualidade como adequado para a idade (1) casal, e que precisam de mais orientação e informações (2 casais) e (3 mães).

Sobre a relação familiar com o filho (a) com deficiência, responderam a relação entre eles é: Ótima, todos se dão bem (1 casal); Boa, só tem aquelas implicâncias de irmãos mesmo (1 casal) e (3 mães); mais ou menos. Falam que ele (a) é superprotegido (a) (1 casal).

Os dados coletados inicialmente com as famílias comprovam que estas na sua maioria lidam com os filhos de modo infantilizado e superprotetor por acreditar que falar sobre sexualidade é complexo pela limitação cognitiva, por isso, falam o mínimo possível.

> *Não me sinto confortável. Ele é muito tímido e não me pergunta nada. Por isso, prefiro deixar como está (Mãe de Marcos, 33 anos) .*
> *Eu e o pai falamos o mínimo possível. Não sabemos como abordar esse assunto de forma que ele entenda. Ele tem muita dificuldade para aprender as coisas. Prefiro não despertar ele para esse assunto (Pais de Cleiton, 40 anos).*

Ao analisar o questionário dos alunos constatou-se que 4 alunos (2 rapazes e 3 moças) já tinham escutado falar sobre a sexualidade, mas não sabem muito sobre isso, e, 2 moças responderam que sim, sabem o que significa. Adiante, ao perguntar se este (a) se sente confortável para conversar sobre o seu corpo e

as mudanças que está passando, as respostas foram: 3 alunos (1 rapaz e 2 moças) não se sentem confortável com a situação e 3 (2 rapazes e 1 moça) disseram que às vezes se sentem confortável, dependendo da situação.

Durante conversa, apenas 1 demonstra ser mais interessado em paquerar e beijar, diferente dos outros dois que tem relacionamentos duradouros a distância. Se vem quando vão a instituição, a igreja ou algum passeio promovido pelas famílias. Tudo supervisionado.

> *A gente se vê aqui na instituição e quando nossas mães marcam no shopping para tomar sorvete (Marcos, 33 anos).*
> *A gente se vê aqui, quando vai pra casa e na igreja (Cleiton., 40 anos).*
> *Eu tenho uma namorada. Eu vou na casa dela e conheço os pais dela (Jorge, 19 anos)*

Enquanto as meninas, uma é namorada de um participante do sexo masculino, a outra teve uma decepção amorosa e não tem mais interesse em manter outro relacionamento e a outra já foi noiva, mas não deu certo. Depois disso se interessou por outro rapaz, mas a família não permitiu a continuidade do relacionamento.

Quando perguntado aos alunos se gostariam de aprender mais sobre relacionamentos e sexualidade, 5 (2 rapazes e 3 mocas) responderam que sim, e 1 (rapaz) informou não ter interesse em aprender mais. Na sequência foi perguntado se já teve interesse em namorar ou estar em um relacionamento, 5 (3 rapazes e 2 moças) e 1(moça).

> *Quando estava crescendo perguntei ao meu pai sobre algumas mudanças que começaram a aparecer no meu corpo. Já ouvi falar sobre esse assunto na escola e na igreja. Não me sinto confortável falar desse assunto (Cleiton, 40 anos).*
> *Minha mãe já me explicou quando comecei a menstruar. Quando tenho dúvidas converso com minha professora (Antônia, 41 anos).*

Resultados e Discussões

Alencar *et al.* (2021) caracteriza a deficiência intelectual (DI) como um transtorno determinado por déficits da cognição que

impactam vários aspectos: dificuldades na aprendizagem, resolução de problemas e raciocínio, limitações na interação social e falta de independência individual para determinadas atividades. Essa realidade fica clara quando os alunos selecionados para essa pesquisa afirmam que gostariam de ter mais liberdade, mas entendem que necessitam de supervisão.

> *Eu queria poder ter liberdade para poder sair para ir à padaria comprar pão. Eles não me deixam sair. A noite só posso ir à escola com meu pai. Ele não me deixa ir sozinha e nem com a vizinha. Eu sei ir só (A., 41 anos).*
> *Eu trabalho com meu pai colocando gesso. É tranquilo, mas só venho a instituição acompanhado de minha mãe (C., 40 anos).*
> *Eu viajo para Vitoria da Conquista sozinha. Já venho sozinha para a instituição. Minha mãe me ensinou (P., 40 anos)*

As pessoas com deficiência intelectual não apresentam o desempenho esperado de acordo com sua idade, sexo e condição social, pois possuem um desenvolvimento cognitivo abaixo da média geral e, em geral, as circunstâncias sociais não favorecem a independência dos indivíduos com tal deficiência (Schwartzman, 1999; Denari, 1997; Glat; Freitas, 1996; Glat, 1992). Entretanto, a grande maioria das pessoas com deficiência intelectual apresenta comprometimento leve, sendo capaz, portanto, de desenvolver algum grau de autonomia, independência e assumir responsabilidades, como as de autocuidado (Coll; Marchesi; Palacios, 2004; Glat, 1992).

Frente a essas limitações, as pessoas com DI encontram dificuldades frente a sexualidade, tanto em relação ao preconceito e repressão por parte da sociedade, quanto em relação às limitações intrínsecas à realidade desses indivíduos. Esse preconceito acarreta experiências negativas, a saber: abuso sexual, impedimento da sua expressão sexual, falta de orientação para contracepção e até esterilização desses indivíduos. Essa realidade é comprovada quando todos os pais afirmam a falta de orientação para seus filhos e que isso os deixa sem saber como proceder.

A sexualidade segundo Zuin; Leão & Denari (2022) é um atributo humano inerente a qualquer pessoa independentemente de suas limitações de cunho biológico, psicológico ou social. Entretanto, a sexualidade da pessoa com D.I pode ser comprometida por sua limitação cognitiva dificultar sua capacidade de manifestar e vivenciar os vínculos afetivo-sexuais. O estigma, marca física, mental ou social pode ser inata, adquirida ou atribuída, o que coloca essa pessoa em descrédito social. Este estigma é atribuído desde o momento em que se percebe algo diferente em uma pessoa e a sociedade relaciona essa diferença a uma marca negativa.

Em seu artigo, Vieira (2015) traz reflexões sobre o conceito da sexualidade a partir dos aspectos fisiológicos, psicológicos, culturais, históricos e sociais. Nesse contexto são debatidas algumas concepções de deficiência intelectual e os mitos quanto à sexualidade que podem ser desmistificados a partir da educação. Em concordância com esse entendimento, Silva e Pigatto (2020) abordam em seus estudos que a pessoa com deficiência recebe o rótulo de incapaz sem o reconhecimento da sua sexualidade. Contudo, as pessoas com deficiência têm seus próprios desejos, inato a todos os seres humanos, e a necessidade de esclarecimentos sobre educação sexual para diminuir riscos de infecções, gravidez indesejadas, dentre outras adversidades. Nesse aspecto todos os pais informaram que orientam à medida do possível sobre os cuidados para evitar filhos e doenças venéreas.

> *Explico tudo a ele. Sobre a importância de usar preservativo e de tomar cuidado para não ter filho (Pai de J., 19 anos).*
> *Ele é muito tranquilo sobre isso. Ele que se encontrar, dá as mãos, dá uns beijinhos, mas é só. Mesmo assim, orientamos ele na medida do possível (Pais de C., 41 anos).*
> *Ela é muito tranquila. Ela que se encontrar, tomar sorvete e tirar fotos (Pais de R., 28 anos).*
> *Acho ele bem tranquilo sobre isso, mas oriento sim. Por isso, eu e a mãe da namorada dele sempre estamos promovendo encontros e registramos tudo isso com fotos (Mãe de M., 33 anos).*

Para Amorim (2019) entender os reflexos do modelo social em relação à sexualidade da pessoa com DI é necessário para que haja o amadurecimento da sociedade para com essas pessoas para que tenham os esclarecimentos suficientes e necessários para que possam se autodeterminar em relação à sua sexualidade.

Silva *et al* (2022) a sexualidade ainda é um assunto impedido para as pessoas jovens e adultas com deficiência, sem direito a se expressar, viver seus afetos, desejos e possibilidades. Logo, a sexualidade é um tabu social quando associada a pessoa com deficiência. Esse fato foi verificado nesse estudo quando os pais falam sobre a dificuldade de abordar esse assunto, mas sabem que é necessário.

> *Confesso que é uma realidade que me assusta. Procuro protegê-lo sempre, mas que preciso prepará-lo para quando não estiver aqui. (Pai de M., 33 anos)*
> *Eu estou dando liberdade a ela. Dou dinheiro para ela comprar pão e a deixo vir só no meio do caminho. Sei que isso é para o bem dela (Mãe de A., 41 anos).*
> *P já faz tudo sozinha. Vai à escola, viaja e vem para a instituição aqui. Tenho que prepará-la porque não vou estar sempre aqui. Ela melhorou muito. Não era assim, mas graças a Deus hoje fala até pelos cotovelos... (Pais de P., 41 anos).*

Concomitantemente, Puga e Pereira-Ruzzi (2020) comprova em seus estudos sobre o tabu da sexualidade de pessoas com deficiência. Foi feito um estudo exploratório descritivo, de natureza qualitativa, com oito alunos de uma instituição com idade entre 13 e 42 anos. A partir dos dados colhidos concluiu que as percepções sobre a sexualidade são infantilizadas e as famílias têm dificuldades em prover educação sexual, por isso para protegê-los destaca a necessidade da criação de estratégias de educação em saúde sexual e reprodutiva para esta população. Esse resultado não é diferente dos dados colhidos na pesquisa realizada com os pais da instituição aqui em Salvador. Apesar de receberem apoio na orientação de seus filhos, são claros em afirmar que mesmo assim, ainda é um tabu principalmente pela limitação dos seus filhos.

Cresci em uma família que meus pais não tinham estudo. A gente teve uma infância muito sofrida. Diálogo nem pensar (Pai de J., 19 anos).
Naquela época os pais da gente não conversavam. A gente estudava e logo que crescia já ia trabalhar e estudar a noite (Pai de M., 33 anos)
O pouco que sei foi minha tia que me falava. Naquela época tudo era cochichado. Tudo era tabu (Mãe de M., 33 anos)
Lá em casa pouco se falava. Quando a gente ficava mocinha é que se falava sobre higiene e o cuidado para não engravidar. Só isso (Mae de A, 41 anos).

A adolescência é uma fase transitória entre infância e idade adulta, momento importante do desenvolvimento humano, marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociais relativas ao início da sexualidade. De acordo com Brant *et al* (2012), sendo a idade cronológica medida em anos e a biológica avaliada pelas funções físicas e mentais de uma pessoa, isso não se aplica a pessoa com DI. Por isso, que na maioria das vezes, um jovem pode ter 20 ou 30 anos e sua idade mental apresenta a idade mental de um jovem de 12 anos, para exemplificar. Essa situação também é motivo para a família afirmar que não concorda com a sexualidade do filho por não ter maturidade. Este momento geralmente é conturbado, pois entender como tratá-lo e garantir seu direito a sexualidade é o que precisa ser entendido pela família. Esse é o maior desafio apresentado nesta pesquisa, como lidar com os filhos sabendo que sua idade cronológica não condiz com a biológica.

Em sua pesquisa qualitativa-descritiva, Maia (2016) traz a vivência da sexualidade e saúde sexual a partir do relato de 12 pessoas, homens e mulheres com deficiência intelectual que participaram da sua entrevista. Os participantes demonstraram dificuldades em verbalizar conceitos sobre sexualidade, mas a expressaram se ela é ausente ou atípica no seu contexto social. Relataram a ocorrência de namoros, geralmente sem sexo e vigiada por adultos; as relações sexuais relatadas ocorrem em lugares de pouca privacidade e quase sempre sem preservativo. Ainda há aqueles que desejam o casamento e a reprodução, mas que adiam ou não querem a maternidade/paternidade, revelando escolhas sobre sua vida reprodutiva. Por demonstrarem informações

superficiais de uma educação sexual ineficaz e assumirem uma vida ativa afetiva e sexual, conclui-se que estão em condições de vulnerabilidade. Por isso, a necessidade de receberem uma educação sexual que garanta o respeito aos seus direitos sexuais e o exercício pleno da sua sexualidade.

Essa realidade não é muito diferente do resultado obtido nesta pesquisa. Os desafios dos pais perpassam tanto pelo desejo de proteger seus filhos quanto a necessidade de reconhecer sua autonomia e direitos como indivíduos. Esse impulso protetor pode levar a negação ou minimização da sexualidade dos seus filhos, o que, por sua vez, pode dificultar o desenvolvimento saudável de sua identidade sexual. Esse conflito interno pode gerar estresse e ansiedade dificultando a comunicação e o apoio em relação à sexualidade dos filhos.

Considerações Finais

Os resultados corroboram com estudos anteriores de que as famílias enfrentam dificuldades para abordar a sexualidade com seus filhos devido a tabus culturais, falta de informação e medos relacionados à idade apropriada e à influência que a conversa pode ter. A vergonha e o desconforto somados à dificuldade de comunicação e, em alguns casos, à influência religiosa complicam ainda mais esse diálogo.

Essa realidade pode impactar negativamente o desenvolvimento sexual e pessoal desses jovens, contudo, existem abordagens que podem ajudar esses pais a enfrentar os desafios de forma positiva. A conclusão que este estudo chegou é de que os pais se percebem como responsáveis em orientar seus filhos, por isso reconhecem que precisam mudar seus comportamentos para ajudá-los a lidar com sua sexualidade. Para isso, a escola deve fazer sua parte em promover uma educação sexual que forneça esclarecimentos suficientes para que esses jovens possam se autodeterminar em relação à sua sexualidade. Além disso, a educação sexual adaptada, por exemplo, pose ser uma poderosa

ferramenta para proporcionar um entendimento mais saudável da sexualidade, tanto para as pessoas com deficiência quanto para seus pais.

O apoio psicológico também pode ser fundamental ao ajudar os pais a lidar com seus sentimentos associado a estratégias eficazes para apoiar seus filhos. Além disso, a participação em grupos de pais pode oferecer um espaço seguro para compartilhar experiências, discutir preocupações e encontrar soluções em conjunto.

Em suma, os pais de jovens com deficiência enfrentam desafios únicos em relação à sexualidade de seus filhos, mas com educação, apoio e um diálogo aberto, é possível construir uma abordagem mais positiva e saudável. Dessa forma, criando um ambiente mais equilibrado e compreensivo para todos. Isso não só beneficia aos filhos ao permitir que usufruam uma vida mais plena e satisfatória, mas também aos pais a lidarem melhor com suas próprias ansiedades e medos.

Referências

ALENCAR, Rebeka Ellen de.; CORREIA, A. Y. F.; ROLIM, H. W. N.; COSTA, J. O. M; TAVARES, P. A; ROCHA, M. F. A.; LUCENA, A. B. **Dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência intelectual em relação à sexualidade:** uma revisão integrativa da literatura. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.10, p. 97590-97603 oct. 2021.

AMARAL, Mariana Clivati do. Sexualidade e deficiência mental: impacto de um programa de orientação para famílias. **Dissertação (Mestrado em Educação Especial).** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

AMORIM, Christiane Dias da Silva. Direito à sexualidade das pessoas com deficiência mental ou intelectual à luz da Convenção

sobre os Direitos das pessoas com deficiência. **Dissertação de Mestrado em Direito.** Faculdade de Direito do Recife. Recife, 2019.

BLASINGAME, G. D.; YORK, J. R. **Men With Intellectual Disabilities Who Have Offended Sexually**. Current psychiatry reports, v. 22, n. 6, p. 1-8, 2020.

BROWN, M. *et al*. The design, content and delivery of relationship and sexuality education programmes for people with intellectual disabilities: A systematic review of the international evidence. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 17, n. 20, p. 7568, 2020.

GAGNON, J. H. **Uma Interpretação do Desejo**: ensaio sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

LITTIG, Patrícia Mattos Caldeira Brant; CÁRDIA, Daphne Rajab; REIS, Luciana Bicalho Reis. FERRÃO, Érika da Silva. Sexualidade na Deficiência Intelectual: Uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais. **Rev. Bras.** Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 3, p. 469-486, jul.-set., 2012.

LUIZ, Karla Garcia; NUERNBERG, Adriano Henrique. A sexualidade da pessoa com deficiência nas capas da Revista Sentidos: inclusão ou perpetuação do estigma? Fractal - **Revista de Psicologia,** v. 30, n. 1, p. 58-65, jan./abr. 2018.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Violência da sexualidade a partir do relato de pessoas com deficiência intelectual. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 21, n.1 p. 77-88, jan./mar. 2016

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.7, n.1, p.35-46, 2001.

MCCANN, E.; LEE, R.; BROWN, M. **The experiences and support needs of people with intellectual disabilities who identify as LGBT**: a review of the literature. Research in Developmental Disabilities, v. 57, p. 39-53, 2016.

MORGADO, T., LOUREIRO, L, & BOTELHO, M. A. Intervenção psicoeducacional promotora da literacia em saúde mental de adolescentes na escola: estudo com grupos focais. **Revista de Enfermagem**, 2021.

PALACIOS, Agostina. **El modelo social de discapacidad:** orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Grupo editorial CINCA, 2008.

POWNALL, J. D.; JAHODA, A.; HASTINGS, R. P. Sexuality and sex education of adolescents with intellectual disability: Mothers' attitudes, experiences, and support needs. Intellectual and developmental disabilities, v. 50, n. 2, p. 140-154, 2012.

PUGA, Pâmela Coimbra Argenton; PEREIRA-RUZZI. Andrea. **A percepção de pessoas com deficiência intelectual sobre a sexualidade**. Temas em Educ. e Saúde, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 542-552, jul./dez. 2020.

SCHWARTZMAN, J. S; LEDERMAN, V.R.G. **Deficiência intelectual causas e importância do diagnóstico e intervenção precoces**. Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.17-27, jan./jun. 2017.

SILVA, A. C. Alves da; PIGATTO, Eduarda. Sexualidade na Deficiência Intelectual: Tabus e Preconceitos. **Anais IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças** – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar. 06 a 08 de outubro de 2020. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.

SILVA, M.L; BARACHO, A.; MOTA, T.; GOMES, T. B. **Querendo tabus As dificuldades encontradas acerca da sexualidade da pessoa jovem e adulta com deficiência.** 2022. CONAIS 3ª ed. SOCEPIS. Universidade Federal do Ceará.

VIEIRA, Camila Mugnai; VIEIRA, Priscila Mugnai. Reflexões sobre Deficiência intelectual e sexualidade: Desafios para a Educação.

Revista Brasileira de Sexualidade Humana. RBSH 2015, 26(1); 31 – 40.

YOUNG, R.; GORE, N.; MCCARTHY, M. Staff attitudes towards sexuality in relation to gender of people with intellectual disability: A qualitative study. Journal of Intellectual and Developmental Disability, v. 37, n. 4, p. 343-347, 2012.

ZUIN, Luiz Fernando; LEÃO, Andreza Marques de Castro; DENARI, Fátima Elisabeth. **Sexualidade e Deficiência Intelectual: Estigmas e Preconceitos**. Revista Apae Ciência, v. 18 n°. 2 - jul/dez – 2022.

Anexo I
Questionário com a família

Aluno _____
Grau de deficiência intelectual: ( ) leve ( ) moderada

1 Você já conversou com seu filho (a) sobre sexualidade?
( ) Sim, frequentemente.
( ) Sim, algumas vezes.
( ) Não, nunca conversamos sobre isso.

2 Você se sente confortável ao abordar questões de sexualidade com seu filho (a)?
( ) Sim, me sinto muito confortável.
( ) Às vezes, depende do assunto.
( ) Não, tenho dificuldades para falar sobre isso.

3 Seu filho (a) recebe orientação sobre sexualidade na escola ou em outro ambiente?
( ) Sim, recebe orientação na escola.
( ) Sim, recebe orientação fora da escola.
( ) Não recebe orientação.

4 Quais são suas principais preocupações em relação à sexualidade do seu filho (a)?
( ) A falta de informação adequada.
( ) O risco de abuso ou exploração.
( ) A dificuldade em estabelecer relacionamentos saudáveis.
( ) O impacto de preconceitos sociais.
( ) Nenhuma preocupação específica.

5 Você sente que há apoio adequado para discutir a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual?

( ) Sim, sinto que temos apoio suficiente.
( ) Sinto que há algum apoio, mas poderia ser melhor.
( ) Não, sinto falta de suporte para abordar esse tema.

6 Como você avalia o nível de compreensão do seu filho (a) sobre sexualidade?
( ) Muito bom.
( ) Adequado para a idade.
( ) Precisa de mais orientação e informações.

7 Como é a relação familiar com seu filho (a) com deficiência?
( ) Ótima, todos se dão bem.
( ) Boa, só tem aquelas implicâncias de irmãos mesmo.
( ) Mais ou menos. Falam que ele (a) é superprotegido (a).
( ) Não se dão bem.

Anexo II
Questionário com o aluno

Idade: _____ Gênero:_____

1 Você já ouviu falar sobre sexualidade?
( ) Sim, sei o que significa.
( ) Já ouvi falar, mas não sei muito sobre isso.
( ) Não, nunca ouvi falar.

2 Você se sente confortável para conversar sobre seu corpo e as mudanças que ele está passando?
( ) Sim, me sinto confortável.
( ) Às vezes, depende da situação.
( ) Não, me sinto desconfortável.

3 Você gostaria de aprender mais sobre relacionamentos e sexualidade?
( ) Sim, gostaria de aprender mais.
( ) Já sei o suficiente.
( ) Não tenho interesse em aprender mais.

4 Você já teve interesse em namorar ou estar em um relacionamento?
( ) Sim, já tive interesse.
( ) Às vezes penso sobre isso.
( ) Não, nunca tive interesse.

5 Você se sente à vontade sobre suas dúvidas sobre sexualidade?
( ) Sim, sempre falo com alguém quando tenho dúvidas.
( ) Às vezes converso com alguém.
( ) Não me sinto à vontade para falar sobre isso.

Fora do armário: oficinas pedagógicas, estigma, discriminação e HIV/AIDS

Franclin Correia da Rocha[1]
Osvaldo Francisco Ribas Lobos Fernandez[2]

Introdução

Minha voz uso para dizer o que se cala.
Elza Soares, 2018

A epígrafe da cantora Elza Soares conjura o objetivo desta pesquisa-formação, já que os sujeitos envolvidos, historicamente e socialmente por ocupam um lugar distinto, desigual na sociedade, estruturando suas condições sociais. E determina quem pode ou não ter direito a falar sobre determinados temas, faz da investigação *lócus,* onde lugar de fala, vozes por muito tempo silenciadas e invisibilizadas, ecoa em partilhas ao ser narradas na pesquisa.

Neste trabalho de pesquisa, a narrativa (auto) biográfica foi utilizada na "*pesquisa-formação*", onde a narrativa, em seus diversos modos de expressão - oral, escrita, imagética, videográfica - mobiliza processos reflexivos, conhecimentos. Segundo Abraão; Cunha; Boas (2018) pesquisadores/as e sujeitos se formam em

[1] Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores/as (UNEB). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (UFBA).

[2] Doutor em Ciências Sociais – Antropologia (UFBA), Professor Titular de Antropologia, Colegiado de Ciências Sociais (UNEB DEDC Campus I); Pesquisador do Diadorim – Centro de Estudos de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (UNEB). Pós Doutorado em Antropologia e Saúde, bolsa Capes, pela Mailman Public Health Faculty /*Comlubia University of the New York City*; ofernandez@uneb.br

partilha, tendo como fios dessa formação as questões de estudo tematizadas.

A proposta pedagógica de oficina surgiu a partir do desejo de realizar uma experiência de prática teatral para abordar os estigmas sociais através da construção de performances artísticas dos participantes.

Essa proposta pedagógica com performances relativas ao HIV, somente fora possível após vinte anos de experiência com a doença, vírus no corpo em segredo, sigilo e isolamento social, vivendo em dupla clandestinidade (Daniel; 2018). Permitindo a experiência da doença enquanto pesquisa(dor), perceber a mudança nas atitudes e na recepção manifestadas principalmente no público que passaram a apreciar estas performances sobre HIV e aids.

A vivência do pesquisador[3] como reagente para o Vírus da Imunodeficiência Adquirida - HIV e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida- AIDS, desde 2001, esse fator externo, de experiência pessoal, tornou-se em 2020, parte de trabalhos artísticos através do uso da linguagem da performance com abordagem do tema HIV/AIDS[4].

A linguagem da performance permitiu potencializar neste trabalho, um movimento de (trans)formação que envolve a todos/as, investiga(dor) e participantes, promovendo uma abertura para diálogos, trocas de conhecimentos entre sujeito e objeto de pesquisa, marcado pela orientação: homossexual e sorológica.

---

[3] Termo utilizado pelo pesquisador Franco Fonseca em sua dissertação de mestrado: *Agora chupa essa manga: a cena pós-coquetel: as interfaces da aids nas artes da cena* (2020).

[4] O uso de AIDS com letras minúsculas se refere ao ativismo do dramaturgo Herbert Daniel da primeira década da epidemia. Antes de uma questão extra-cotidiano, de uma doença, para ele a AIDS trata-se de um problema de saúde pública. Então preferia usar a sigla esteticamente dessa forma, ao invés de em letras maiúsculas. AIDS e HIV se referia estritamente uma questão de doença e não de ordem social. Por esse motivo, para fortalecer o ativismo será usado as siglas em minúsculo hiv e aids ao longo do texto, exceto quando se referir a questões de outra ordem.

Essa abordagem com arte e educação está fundamentada nos estudos de Richard Schechner acerca da linguagem da performance conceitua esse tipo de abordagem como:

> Performances marcam identidades, dobram o tempo, remodulam e adornam o corpo, e contam estórias. Performances – de arte, rituais, ou da vida cotidiana – são "comportamentos restaurados", "comportamentos duas vezes experienciados", ações pelas quais as pessoas treinam e ensaiam. (...) (Schechner, 20017, p. 2).

Na oficina a performance é entendida como comportamentos que são experienciados, e possibilitam contar histórias. Segundo a dramaturga, professora e ensaísta Leda Maria Martins:

> (...) Como tal, o termo performance é inclusivo e abriga uma ampla gama de ações e eventos que requerem presença viva do sujeito para realização e ou fruição, funcionando como atos de transferência, transmitindo saber social, memória e sentido de identidade através de ações reiteradas. (Tylor apud Martins, 2021, p.39)

Ou seja, são atos de transmissão de conhecimentos, de experiências renovadas, duas vezes experienciados como aponta Schechner, onde os *perfomers* treinam, se preparam para a performance.

O público-alvo alvo primeiramente da oficina se destinou ao grupo de homossexuais soropositivos, porém a oficina expandiu para o público geral, para melhor ampliação da temática sobre estigmas sociais, informações, diálogos sobre hiv/aids.

O termo estigma, categoria social onde o indivíduo para Erving Goffman (2022) "está inabilitado de sua aceitação social plena", (Goffman, prefácio,2022, p.7,) ou seja, aquele que é estigmatizado nas relações sociais, não é aceito plenamente dentro um modelo de sociedade, que tem como norma, um padrão, uma referência a ser seguida. E quando o sujeito se desvia dessa norma, torna-se diferente, daquele que se considera normal, e por isso é desigualmente tratado, estereotipado, diante da sociedade normativa, por causa da sua diferença, tornando-se estigmatizado.

Universo da Pesquisa-Ação

A proposta foi realizada na cidade de Salvador (Bahia), divulgada nas redes sociais, com inscrições no *google forms* e no *Instagram,* os quais recolhiam alguns dados interessados (nome, idade, profissão, identidade de gênero, sexual, sorologia). Na inscrição também havia um espaço para relato sobre a experiência com estigma social, experiência com o teatro e/ou performance.

Houve 25 inscrições, comparecendo apenas 10 pessoas, três mulheres negras e sete homens homossexuais, cinco negros e dois brancos. Um número majoritariamente de participantes autodeclarados negros, vivendo com hiv/aids. Aqui, o pensamento interseccional se encaixa quando utilizado, segundo Akotirene (2019, p. 23) "como uma oferenda analítica", possibilitada pelo feminismo negro, quando relacionada a marcadores sociais como: raça, gênero e sexualidade. Os participantes estavam na faixa etária de 20 a 50 anos.

A proposta foi realizada na cidade de Salvador (Bahia), divulgada nas redes sociais, com inscrições no Google Forms e no Instagram, que recolhiam dados como nome, idade, profissão, identidade de gênero, sexualidade e sorologia. Houve 25 inscrições, com 10 participantes comparecendo, sendo três mulheres negras e sete homens homossexuais, cinco negros e dois brancos.

1. O Poeta homem, 30 anos, negro, gênero não binário ("fluido"), cantor, "soronegativo";
2. O Artista, 40, homem, branco, homossexual, designer gráfico, "soropositivo".
3. O Ativista 1, 38 anos, homem, branco, homossexual, cargo de confiança, "soropositivo";
4. A Professora, 53 anos, negra, heterossexual, cisgênero, atriz, servidora pública, "soronegativa";
5. O Professor, 51 anos, homem, negro, gênero não binário (fluido), atriz, coreógrafa soropositiva;
6. O Parceiro 1, homem, 40 anos, negro, homossexual, vendedor, "soronegativo", casal "sorodiscordante";

7. O Parceiro 2, homem, 41 anos, negro, homossexual, jornalista, "soropositivo", casal "sorodiscordante";
8. O Participante, homem, 41 anos, negro, homossexual, chefe de almoxarifado, "soronegativo", casal "sorodiscordante";
9. Atriz modelo, mulher, 27 anos, negra, heterossexual, cisgênero, atriz, soronegativo;
10. Atriz apresentadora, mulher, 31 anos, negra, heterossexual, cisgênero, atriz e maquiadora, soronegativa;
11. Ativista 2, homem, 55 anos, branco, homossexual, cisgênero, aposentado, soropositivo.

Foram realizados quatro encontros na Escola de Formação Política Luiza Mahin, aos sábados, no período da tarde. Utilizei nomes fictícios para preservar as identidades dos participantes. Foram quatro encontros realizados na Escola de Formação Política Luiza Mahin, aos sábados, no período da tarde, das 14 às 17 h. Utilizei nomes fictícios para os participantes, para preservar suas identidades pois não foi autorizada a utilização de seus nomes e imagens na pesquisa.

Primeiro Encontro

Aciono o conceito de "escrevivência" cunhado por Conceição Evaristo (2018), como aporte para escrita, e aproveito para utilizar esse neologismo, já apropriado pelos estudos em Literatura e Cultura, do pesquisador e ativista do HIV/AIDS, Anunciação (2020), ativista do movimento social HIV e AIDS.

Iniciamos o primeiro dia de encontro com exercícios práticos para esvaziar os pensamentos do corpo cotidiano, sobretudo instalar o estado de presença no trabalho. Foram utilizados adaptação de exercícios do teatro do oprimido para apresentação e integração dos participantes.

Os procedimentos usados foram: um movimento corporal para se identificarem uma sonoridade para dizer o nome e depois um adjetivo, destacar uma característica pessoal. Após essas

apresentações, cada participante narra sua própria história de vida, relacionados ou não com HIV/AIDS.

E para finalizar cada integrante através de notação (escrita ou imagem) em folha de ofício, escreveu livremente como registro do encontro a primeira experiência da oficina. Dois participantes experienciaram a dinâmica da oficina. Quando um deles apontou a filmagem como um inibidor da integridade da narrativa por causa de sua exposição de imagem no *Instagram* sendo transmitido ao vivo e posteriormente arquivado para preservação de suas identidades. Propunha iniciar a narrativa falando sobre estigmas e impactos na vida dos participantes.

> O artista: *Para mim, o estigma é como uma marca, de sua pele, uma forma pejorativa do olhar do outro (...), mas hoje o silêncio dar segurança, ser marcada pelo hiv, o sigilo me protege mais hoje que o silêncio, uma faca de dois gumes, o fato de viver escrachadamente com hiv, certas coisas não me afetam como me afetaram (...) Com certeza se não estivesse sendo filmado, não estaria escolhendo palavras para falar, expor minha trajetória sobre o hiv/aids.*

Uma questão veio à tona em relação ao vírus do HIV, mesmo após **o** relato de trajetória pessoal, o diagnóstico e sua aceitação ainda é um problema para pessoas vivendo com HIV/AIDS. Outra questão é sobre a memória do hiv/aids. Destacou o mesmo, a importância de manter viva a memória dos mortos por aids no Brasil. O ativista 1: "*Manter viva a memória, história de Sidney, de meu namorado, também me ajuda a me curar".*

Segundo Encontro

Exibição da performance, *Não contei para o meu pai que tinha aids* (2022), o procedimento para prática artística foi iniciado, após apreciação da cena pós-coquetel[5], o participante expôs suas impressões.

[5] Termo cunhado pelo pesquisador Franco Fonseca em sua dissertação *Agora chupa essa manga; cena pós-coquetel: as interfaces da aids nas artes da cena* (2020) que se refere a produção de artistas após o advento do uso do coquetel, antirretroviral em 1996,

> O poeta: *Me tocou, porque, um tema que precisa ser falado, eu lembro da primeira vez que soube sobre HIV, eu tinha sete anos de idade, fui morar em São Paulo, memória, estava indo para o shopping com a Tia, tinha uma mulher trans, com o termo usado era travesti, estava com a gente, que a própria família falava, cuidado não beba do mesmo copo, não é assim, acaba tendo essa micro violências, a gente vai aprendendo desmistificar várias questões humanizar, todo esse processo, o espetáculo tem essa função de alertar, desses cuidados. E amar independente do vírus, não deixar de viver, de sair. Isso foi em 2004, desinformação, quando era criança, depois, adulto, não é um tema que se trabalha nas escolas, se fala mais de pessoas, no teatro, cinemas, artes visuais, para identificar várias violências e tabus.*

A narrativa do poeta abriu para questões como: preconceitos, discriminações, sorofobia relacionado ao HIV/AIDS. O exercício e procedimento no segundo encontro, foi escrever o que lhe vinha à cabeça após apreciação da obra. Depois de alguns minutos ele demonstrou e relatou sua dificuldade em escrever.

Na oportunidade mostrei o livro *Tudo que deixei de falar em voz alta* (2023), que fiz parte, produzindo o texto, da cena performativa apreciada pelo participante. Esse projeto foi realizado pelo Acervo Bajubá com a produção de um livro, de cartas e textos que fazem parte do memorial incompleto da AIDS.

Nesse encontro o tempo da oficina foi menor, apenas de uma hora. O participante produziu um poema, depois escreveu uma carta em agradecimento aos ancestrais do HIV/AIDS. A proposta no dia ocorrido, seria produzir uma escrita livre sobre a apreciação e temáticas que emergiram no encontro, para no terceiro encontro a produção de escrita, fosse utilizada na construção e para realização de performances.

Terceiro Encontro

Foram expostas três obras artísticas autorais do pesquisador para os participantes neste encontro. A trilogia de trabalho artístico

---

que vivem e falam abertamente da temática HIV/AIDS nas artes da cena, lançando um contra discurso, cujo as narrativas e discursos não tem como centralidade a vivência soropositiva como sentença de morte.

de performances de autobiografia cênica positiva. Para exemplificar, de que maneira a arte se pôs como importante mecanismo, caminho na ressignificação dos estigmas do hiv/aids no período de 2020 a 2023.

A primeira obra exibida foi *Amor+* (2020) realizada na Pandemia, segui o programa performativo proposto por Eleonora Fabião[6]. O programa consistiu em uma performance livremente inspirada em um texto da escritora bell hooks *Tudo sobre o amor*: *novas perspectivas (*2021), depois da frase impactante que li "*o amor cura"*. O programa performativo foi: Costurar um ponto de cruz em duas cuecas com a palavra amor + -; vesti-las e dançar com elas; declamar um texto poético autoral e tomar os antirretrovirais (ARVs).

Essa performance foi a primeira vez que eu expus a sorologia em cena. Metaforicamente quis questionar a solidão de um corpo positivo, a falta de afeto e importância do amor próprio e autocuidado.

A segunda performance artística *Mal-me-quer bem-me-quer* (2021), questiono uso contínuo de antirretrovirais, indiretamente seus efeitos e a não cura da aids. Numa dança-ritual, um dia de um soropositivo em sua rotina de busca de seu coquetel, utilizo a mecânica de um corpo automatizado, controlado. Mas que se livrou dos remédios em dança, em movimento e não aceita apenas o uso de antirretrovirais, questiona, tensionado com a pergunta final no vídeo-dança: Cadê a cura da aids?

A terceira obra, autobiográfica e performativa *Eu não contei para o meu pai que tinha aid$ (2022),* uma carta para meu pai que escrevi, explicando o porquê não lhe falei que estive em quadro de AIDS em 2020.

---

[6] Eleonora Fabião em *Programa Performativo: o corpo em experiência* (2013), a autora descreve e analisa as performances por William Pope L. para propor o programa performativo. "(...) O programa é compreendido como "motor da experimentação" – enunciado que norteia, move e possibilita a experiência.(...) " (Fabião, 2013, p.1)

No encontro uma questão chave norteou as reflexões sobre a experiência de apreciar propostas distintas de performances autorais e autobiográficas. Então lancei a pergunta: quando ouviram a palavra aids e se sabiam o significado do estigma? Noção do termo e suas diferentes perspectivas? Um debate e bate-papo como confrontação do imaginário social da aids e dos estigmas. A recepção dos participantes após apreciação da triologia posithiva[7].

> A Professora (atriz): *"Eu não contei pra meu pai que tenho aids" quando assisti a primeira vez fiquei impactada por ver uma entrega tão honesta retratando um drama pessoal de forma artística. Entendi que é uma performance que precisa ser vista por muitas pessoas para que se saiba com mais profundidade sobre acometimentos que estão invisíveis à sociedade e necessitam de ampla discussão na busca de informações, quebra de tabus e preconceitos, e conhecimentos sobre as mais diversas formas de vida. É uma performance que informa e pode encorajar muitas pessoas tanto no sentido de ampliar uma rede solidária, buscar apoios, assim como saber que questões dessa ordem diz respeito a toda gente. Louvável, sensível e inteligente a performance de Franclin Rocha que faz uso da sua arte para discutir um tema ainda negligenciado.*

Discussão e bate-papo sobre as perguntas foram as seguintes:

> Atriz (apresentadora): *Fiquei sabendo de uma mulher em situação de rua.*
> Atriz (modelo): *Ouvi a história de uma vizinha que também vivia em situação de rua. E na Escola.*
> Professor (dançarino*): Cazuza, Renato Russo que forma se tratar fora do Brasil.*

No encontro, a questão das diferentes gerações debatendo o assunto foi um aspecto relevante. As narrativas discorrem sobre a pouca informação sobre o assunto. Relatos de preconceitos supostamente vividos por vizinhos infectados pelo vírus, apresentando aspectos da doença, sendo estigmatizados pela vizinhança.

Outro relato que surgiu foi sobre adoecimentos de artistas homossexuais em Salvador acometidos pela aids. E convívio com

[7] Uso neologismo poshitiva ao qual se refere a abordagem da temática hiv/aids.

artistas em quadro de doenças. Sobre o desserviço dos meios midiáticos no que diz respeito, a fortalecer estigmas por meio de desinformações quando mencionando a aids como uma doença de homossexuais, também o relato da doença por homens infectados pelos HIV, que se envolviam duplamente (com mulheres e homens), bissexualidade e infectavam suas esposas.

Após o bate-papo sobre a multiplicidade de questões que iam surgindo com participação de todos os envolvidos, os professores convidados para este encontro, propuseram práticas corporais e vocais. E um dos exercícios mexeu profundamente com um casal homossexual e soropositivos participantes.

A proposta foi expressar seus medos, através de gestos, expressões corporais e vocais. No exercício, um dos parceiros precisou apoiar e acolher seu companheiro por estar muito emotivo durante a prática. Os exercícios realizados pelos professores convidados possibilitaram soltar o corpo, confiar no outro, romper algumas inibições e acolher as emoções que emergiram durante o exercício.

Nesse encontro tivemos oito participantes presentes, entre eles dois professores de teatro e dançarinos convidados. Cada convidado conduziu seus exercícios propondo. Nese dia, o espaço e lugar de realização da oficina instalou um lugar de acolhimento, afeto e catarses.

Quarto Encontro

No quarto encontro, o procedimento de exercício de escrita, voltou a ser utilizado com objetivo de construção e apresentação de uma performance. Foi produzida uma carta para o futuro do estigma. No primeiro momento, os participantes costurariam suas cartas em fariam em conjunto uma performance coletiva. Na atividade apenas teve um participante. Então a dinâmica se deu de outra forma. Fizemos exercícios de aquecimento, respiração, desumanização do corpo, observando articulações, expressão corporal e vocal, com canto, leitura da carta em voz alta. O relato

do participante sobre a questão do estigma foi questionado sua materialidade, o motivo de não se apresentar, não mostra sua cara e como se escondia usando estratégias para nos desqualificar enquanto soropositivo, sem se mostrar, usufruir de nossa existência, resistência, de forma covarde. A imagem de Judas, foi mencionada, e até virou uma possibilidade de performance, o judas como forma de queimar, cuspir até bater usando metaforicamente a figura de tradição. "A gente aprendeu seu ponto fraco, que é lidar com o medo e a ignorância", fala do ativista. A a*tivista 2 diz que:* "A melhor maneira e solução está na informação correta".

O relato continuou sobre a justiça feita pelo orixá *Xangô*. Outra imagem que surgiu foi da cobra que engole sua própria cauda (essa imagem foi pesquisada e representa o conceito da eternidade, através da figura de uma serpente (ou dragão) que morde a própria cauda). Com base na semiótica, a representação circular do *ouroboros* simboliza a constante evolução e movimento da vida, (além de outros significados como a ressurreição, a criação, a destruição e a renovação) seu próprio veneno.

Em diferentes culturas ouroboros tem diferentes significados. Na cultura greco latina é um conceito simbolizado por uma serpente — ou por um dragão — que morde a própria cauda. O Ouroboros costuma ser representado pelo círculo, o que parece indicar, além do eterno retorno, a espiral da evolução, a dança sagrada de morte e reconstrução. Segundo o Dictionnaire des symboles[1], o Ouroboros simboliza o ciclo da evolução voltada para si mesmo. O símbolo contém as ideias de movimento, continuidade, autofecundação e, em consequência, eterno retorno.

Durante a oficina pedagógica, os participantes exploraram imagens simbólicas que emergiram de suas experiências e reflexões sobre o HIV/AIDS. Uma dessas imagens foi a da cobra que engole sua própria cauda, conhecida como Ouroboros. Essa figura mitológica representa a eternidade e a constante evolução da vida, simbolizando a ressurreição, a criação, a destruição e a renovação.

Há uma conexão entre a `Pesquisa-|Ação com a utilização da imagem do Ouroboros na oficina pedagógica permitiu que os

participantes refletissem sobre a complexidade e os ciclos da vida, relacionando-a às suas próprias experiências com o HIV/AIDS. Essa abordagem simbólica facilitou a expressão de emoções e pensamentos profundos, promovendo um espaço de discussão e reflexão sobre os estigmas sociais associados à doença.

A imagem do Ouroboros pode ser vista como uma metáfora para a resiliência e a capacidade de superação das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Ao mesmo tempo, ela também pode representar o ciclo de estigmatização e marginalização que essas pessoas enfrentam. A oficina pedagógica proporcionou um espaço para que os participantes explorassem essas questões e desenvolvessem uma compreensão mais profunda sobre si mesmos e sobre a doença.

Houve vários pontos relevantes de desenvolvimento pessoal tal como a utilização de imagens simbólicas, como o Ouroboros, pode ser uma ferramenta poderosa para a expressão e reflexão sobre experiências complexas. A oficina pedagógica proporcionou um espaço seguro para que os participantes discutissem e refletissem sobre os estigmas sociais associados ao HIV/AIDS. A abordagem simbólica pode facilitar a compreensão e a superação dos desafios enfrentados pelas pessoas que vivem com HIV/AIDS.

Análise das intervenções

O conceito de "escrevivência" cunhado por Conceição Evaristo é um aporte importante para a escrita desta pesquisa, que busca compreender como a narrativa (auto)biográfica e a performance podem ser utilizadas para abordar os estigmas sociais relacionados ao HIV/AIDS. A oficina realizada com os participantes permitiu que eles compartilhassem suas histórias de vida e experiências relacionadas ao HIV/AIDS, e como a arte pode ser um importante mecanismo para ressignificar os estigmas e promover a conscientização sobre a doença.

As performances artísticas apresentadas durante a oficina, como "Amor+", "Mal-me-quer bem-me-quer" e "Eu não contei para

o meu pai que tinha aids", mostram como a arte pode ser utilizada para questionar os estigmas e promover a reflexão sobre a doença. A recepção dos participantes após a apreciação das performances foi positiva, e eles destacaram a importância de discutir temas como preconceitos, discriminações e sorofobia relacionados ao HIV/AIDS.

A oficina também permitiu que os participantes produzissem suas próprias escritas e performances, como o poema e a carta em agradecimento aos ancestrais do HIV/AIDS, mostrando como a arte pode ser um importante mecanismo para a expressão e a criatividade. Em resumo, a oficina foi um espaço importante para a reflexão e a discussão sobre os estigmas sociais relacionados ao HIV/AIDS, e como a arte pode ser utilizada para promover a conscientização e a ressignificação da doença.

Os pontos positivos experimentados foram que a oficina permitiu que os participantes compartilhassem suas histórias de vida e experiências relacionadas ao HIV/AIDS. A arte foi utilizada como um importante mecanismo para ressignificar os estigmas e promover a conscientização sobre a doença. A recepção dos participantes após a apreciação das performances foi positiva. Os desafios e limitações foram que a oficina enfrentou desafios na captação de participantes. A utilização de filmagens pode ter inibido a integridade da narrativa de alguns participantes.

As contribuições foram de que a oficina contribuiu para a compreensão dos estigmas sociais relacionados ao HIV/AIDS e como a arte pode ser utilizada para promover a conscientização e a ressignificação da doença. A oficina mostrou como a arte pode ser um importante mecanismo para a expressão e a criatividade. A oficina de teatro e performance sobre HIV/AIDS proporcionou um espaço seguro para que os participantes compartilhassem suas histórias de vida e experiências relacionadas à doença. Durante os encontros, os participantes discutiram temas como preconceitos, discriminações, sorofobia e estigmas sociais.

Os principais pontos abordados foram de lidar com: 1- Estigma e armário: Os participantes refletiram sobre a dificuldade

de lidar com o estigma e a decisão de se manter ou não no "armário sorológico", ou seja, se expõem ou não sua condição de soropositividade; 2- Informação e conscientização: A oficina destacou a importância da informação correta e da conscientização sobre HIV/AIDS para desmistificar estereótipos e reduzir estigmas; 3- Arte e performance: A linguagem da performance foi utilizada como ferramenta para discutir e refletir sobre os estigmas sociais relacionados ao HIV/AIDS, promovendo a criatividade e a expressão dos participantes; 4- Saúde mental e bem-estar: A oficina também abordou a importância da saúde mental e do bem-estar para as pessoas vivendo com HIV/AIDS, destacando a necessidade de apoio e acolhimento.

Os desafios e limitações foram a participação irregular. A oficina enfrentou desafios com a participação irregular dos participantes, o que exigiu adaptações na dinâmica e no conteúdo dos encontros. A ética da pesquisa também levantou questões éticas importantes, como a necessidade de autorização para registro e compartilhamento de imagens, e a proteção da identidade e privacidade dos participantes.

Por fim, podemos considerar que a oficina foi um espaço importante para reflexão e discussão sobre os estigmas sociais relacionados ao HIV/AIDS. A arte e a performance podem ser ferramentas poderosas para promover a conscientização e a expressão sobre temas sensíveis e estigmatizados. A oficina destacou a importância da informação correta e da conscientização sobre HIV/AIDS para reduzir estigmas e promover a saúde e o bem-estar das pessoas vivendo com a doença.

Considerações Finais

Os relatos dos participantes na pesquisa são importantes como análise de narrativas e discursos, demonstrando que estes dispõem de informações sobre a temática HIV/AIDS, porém esbarram na barreira que ainda encontram relacionados aos estigmas em seus processos de enfrentamento e ressignificação desta categoria social.

A exemplo, uma questão salutar se deu logo no primeiro encontro por um dos participantes declarando ficar inibido com a filmagem da oficina. Foi levantada a questão do armário sorológico. Expor ou não, a sorologia para hiv/aids. Sair ou permanecer dentro no armário? Se manter em sigilo, segredo e anonimato? Uma forma de negação da saída do armário? Denotando barreiras que associo a experiência do estigma.

> O ativista 2: *Alô Estigma! Pra você que existe, mas nunca se mostra abertamente. Por que dessa covardia de usar os/as outros(as) para nos espezinha? Quando vais mostrar verdadeiramente a tua face incógnita e ridícula, que só presta para nos desqualificar? Por que escolheste esse subterfúgio de ridicularizar as pessoas, sentimentos e situações se o mais ridículo é você, que só se esconde, por covardia e inveja de nossas (re)existências? Já que se aliaste ao medo e ignorância. Porque não aproveita seu tempo e cai no esquecimento da humanidade, nos permitindo viver sem maldade e sofrimento? Vai…some! Aproveita que eu já não me espanto contigo, e desapareça no futuro, das nossas vidas e mentes. Pois já sabemos de teu segredo. te alimentas do medo das pessoas, mas comigo não funciona mais. Eu vou ensinar as outras pessoas a lidar contigo, até definhares de inanição, reduzido a pó.*

De algum modo, ou forma o tema que foi proposto acabou sendo esgarçado nos encontros. Como por exemplo, o subtema armário que durante a prática com a linguagem da performance não fora aprofundado de forma mais demorada com os participantes, mas foi incluído como também relevante para reflexão da proposta.

Outra questão importante é que logo ao iniciar a oficina, tornou-se preponderante a ética da pesquisa. Mesmo os participantes verbalmente serem avisados previamente sobre gravação como registro da pesquisa para análise dos encontros, não foi autorizado pelos participantes o direito de imagem como coleta de dados da pesquisa. Mesmo sem autorização, do registro a ser compartilhado permanentemente e publicização na plataforma do *Instagram do* pesquisador na oficina, os registros filmados dos encontros foram utilizados como arquivos de memória da proposta pedagógica utilizada posteriormente como análise e para desenvolvimento da escrita do artigo. Talvez um fracasso

metodológico da pesquisa sobre a temática e seus subtemas que emergiram na investigação.

A pesquisa usou a (auto) e biografia dos participantes e experiência ou não artística dos envolvidos. Que a cada encontro mesmo que não contínuo dos mesmos o que acabou acontecendo nesta proposta de oficina de teatro, a cada dia, fosse estabelecido por um ambiente seguro para que estes pudessem narrar suas vivências, estigmas sem julgamentos ou pré-conceitos. Elaborando criativamente suas próprias propostas artísticas através de procedimentos e técnicas do teatro e da performance.

Acredito que a problemática do estigma teve a potência de problematizar na experiência pedagógica das oficinas, o armário, ou sigilo aberto e, sobretudo uma ética na pesquisa. Porém a não continuidade dos participantes nos encontros, estruturou simultaneamente adaptação do conteúdo e didática na pesquisa. Mas possibilitou a reflexão sobre um debate oportunamente sobre o armário, suas questões e o problema ainda difícil sobre experiência soropositiva e os estigmas sociais.

Analisando as narrativas e relatos dos participantes, suas falas estavam relacionadas a preconceitos, discriminações, "sorofobias" e histórias de pessoas supostamente com aids em fase adoecimento. Apesar dessas narrativas, os participantes demonstravam compaixão aos mesmos.

De certa forma, manejar a consciência de que a informação é um mecanismo muito importante, desconstrói certos estereótipos acerca do hiv/aids, desmistifica-o, apontado inverdades foi o papel dessa experiência de pedagógica. Além de ajudar no enfrentamento, ressignificação dos estigmas vividos pelos mesmos ou por outras pessoas, a experiência convoca ao engajamento os participantes, mesmo aqueles "sorodiferentes".

Durante a oficina, o corpo também se comunicou, sofrendo cartazes relatados pelos participantes durante a prática teatral, a estímulos técnicos da prática do teatro promovendo trocas de conhecimentos com alteridade.

Não falar e tratar questões como estigma, armário ainda que sejam tarefas complexas, não podem ser naturalizadas como questões superadas no âmbito social. Como ideia forjada de que problemas como estes apresentados. Tudo está bem resolvido, basta usar medicação, adesão, exames periódicos, métodos preventivos. Mas e a questão subjetiva do positivo, sua saúde mental não são importantes, para o exercício do bem-estar, da saúde, e do social?

A proposta pedagógica de certa forma realizou seu objetivo central, uma experiência como processo para realização de performances, com objetivo de ajudar pessoas homossexuais, ou indivíduos estigmatizados ou não, a enfrentarem seus próprios estigmas, de forma criativa, poética, em rede, no coletivo. E dessa forma fortalecer e empoderá-las, demonstrando a importância de falar sobre estes assuntos ainda em certos espaços invisibilizados e silenciados, que porventura podem causar adoecimento tanto psicológico, moral como físico.

Como pesquisa(dor) e professor de teatro, a arte teve a função de tratar processos curativos na coletividade, para pensar porque ainda estigmas sociais, faz adoecer. E como exemplo, o armário, como dispositivo de regulação da vida, mantém em sigilo, em segredo pessoas soropositivas? Será que por vergonha, medo da rejeição ao lidar com temas ainda tabu como HIV e a AIDS? Sem romantizar a experiência com a doença, mas despertar que discursos e narrativas errôneas, estereotipadas sobre o tema podem levar às mais diversas opressões e violências.

Apesar de questões ainda paradoxais como o armário (exposição ou sigilo), falar abertamente sobre HIV/AIDS na sociedade, no cotidiano, é tirar do invisível, da inexistência, e colocar o HIV/AIDS no lugar de condição humana, social, analítica, crítica e política.

Nas oficinas o outro armário da homossexualidade não pareceu no contexto, um problema para os participantes presentes, que autodeclaravam suas identidades sexuais como grupo. Com pares ou não se espelhar ou de forma autônoma encontrar

mecanismos de sobrevivência para lhe dar com os estigmas foi o objetivo da pesquisa.

Concluo fazendo uma análise sobre a minha experiência de me manter no armário sorológico, no segundo armário, "sigilo aberto" por mais de vinte anos. O segredo que pactuava, dava uma impressão ilegítima, disfarçada de proteção. Chegando a considerar que apenas protegia-me contra a exposição integral para sociedade, mas não me protegia de violências e opressões em espaços sociais, mesmo familiares que também encontrei afeto e acolhimento. Contudo o armário teve seu tempo e desempenhou uma função protetiva, mas ele não impediu a vivência com o estigma.

Talvez a criação de uma subcultura em relação ao HIV/AIDS, entender a subcultura como um grupo diferenciado dentro de uma cultura, cujo seus membros, se reúnem por diversos motivos, no caso em específico da pesquisa, como um encontro pela vida, pelo direito à vida, saúde, bem estar, afeto ,que se define por oposição à cultura dominante, para se opor às formas sorofóbicas ao estigmatizar pessoas vivendo com HIV/AIDS, seja na perspectiva do trabalho pedagógico através da utilização da linguagem da performance, um mecanismo de discussão, diálogo, conhecimento, construção e preparação para o enfrentamento dos estigmas sociais, abrindo mais espaço para que seja possível viver com consciência e informação sobre HIV e AIDS .

E criar mudanças e ressignificar os estigmas, mitigá-los de alguma forma, só se tornou possível pela de pessoas vivendo com HIV/AIDS, artistas da cena pós-coquetel, que pesquisam no campo das artes a questão social, política e sensível dessa abordagem.

Após a exposição poeticamente, artisticamente, essa maneira permitiu falar abertamente sobre HIV/AIDS, não apenas como dor, mesmo com insegurança e medo, mas como um modo ideológico de vida, para afirmar vidas positivas, produtivas em processos curativos, que ainda tem uma questão problema que é a cura da Aids.

Essa discussão e análise não se encerram apenas com este trabalho. Apesar do planejamento não ocorrer enquanto experimentação da vivência com apresentação de performances dos participantes a um público, o objetivo da oficina como processo com arte foi realizado trazendo as problemáticas do HIV e AIDS, com seus subtemas estigma e armário, tanto quanto importante na vivência social. Se ensinar é uma forma possível de "transformar o mundo, de intervir" como menciona Paulo Freire, tenho contribuído para uma forma de transformação do mundo, fazendo com que propostas de oficinas com a linguagem da performance tornem-se ferramentas para caminhos potencialmente de um trabalho com arte como uma prática de cura que precisa continuar.

Referências

ABRAHÃO, M. H. M. B.; Bôas. L. V.; Cunha. J. L. **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmicos-metodológicos**. Curitiba: CRV, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidades**. São Paulo: Pólen, 2019.

DANIEL, Herbert. **AIDS, a terceira epidemia:** ensaios e tentativas/ Herbert Daniel e Richard Parker. Rio de Janeiro.: ABIA, edição, 2018. p.143.

DANIEL, Herbert. **Vida antes da morte**. Rio de Janeiro.: ABIA, 2018.

FABIÃO, Eleonora. Programa Performativo: o corpo em experiência. **ILINX: Revista do Lume**, Campinas, n. 4, 2013. Disponível em: https://orion.nics.unicamp.br/index.php/lume/article/view/276. Acesso em: 10 de abril de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa**.** São Paulo: Paz e Terra,1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, São Paulo: LTC, 2012.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar:** poéticas do corpo tela. Rio de Janeiro. Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SCHECHNER, Richard. **What is performance?** in performance Studies: an introdution. Second edition. New York & Londre: Routledge, p.28-51, 2006.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 28, p. 19–54, 2016.

Educação sexual: tensionamentos nas práticas pedagógicas de professores/as da Educação Básica

Ingrid de Souza Silva[1]
Railma Valéria Dantas Pereira[2]
André Luiz de Araújo Lima[3]

Introdução

A Educação Sexual nas escolas se caracteriza como o modo pelo qual a instituição ensina intencionalmente e de forma organizada, a estudantes, informações e reflexões sobre diversos temas essenciais para a sua saúde, bem-estar e desenvolvimento completo e integral. Esse processo permite que compreendam melhor a si mesmos e aos outros, além de tomar decisões informadas e autônomas sobre sua vida sexual e reprodutiva (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

É amplamente reconhecido que, em nível nacional, existem documentos orientadores e normativos que guiam a elaboração dos currículos escolares da Educação Básica, como as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2010), entre outros. Alguns desses documentos contêm elementos que permitem a inclusão da educação sexual como um conteúdo pedagógico nas escolas, todavia, a literatura atual demonstra que professores/as da Educação Básica identificam a falta de formação

[1]Especialista em pediatria e neonatologia (FARESE), Especialista em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras(es) (UNEB), Bacharel em Enfermagem (UNEB), ingrid.ss156@outlook.com.
[2]Mestra em Psicologia (UNIVASF), Especialista em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras(es) (UNEB), Bacharel em Psicologia (UNIVASF). railmadantas@gmail.com.
[3]Doutor em Educação (UFRJ). Professor Adjunto de Filosofia e de Epistemologia (UNEB Campus XIV). andreluiz.pedreira@hotmail.com.

adequada em educação sexual como um fator que dificulta a compreensão e o desenvolvimento do trabalho pedagógico sobre o tema. Essa lacuna faz com que questões relacionadas à sexualidade de meninos e meninas sejam frequentemente vistas como um problema pelas educadoras dessa fase de ensino (Villa; Prado, 2024; Carvalho; Guizzo, 2016).

Barbosa e Folmer (2019) evidenciam que o maior desafio no âmbito da educação sexual na contemporaneidade é transformar a abordagem curricular e pedagógica nas escolas, deixando de lado o foco excessivo na biologia sexual e expandindo o ensino para incluir temas sociais e culturais que também são fundamentais para a compreensão da sexualidade humana. Além disso, é crucial assegurar a qualificação profissional com segurança e qualidade, juntamente com a educação contínua para os educadores, conforme as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 2009), que ainda são frequentemente negligenciados na prática. O objetivo da educação sexual, conforme estabelecido pelos PCN, é ajudar os estudantes a desenvolver e vivenciar sua sexualidade de maneira prazerosa, segura e responsável.

Este artigo teve como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão da literatura, como professores/as da educação básica têm lidado com questões concernentes à Educação Sexual, gênero e sexualidade em suas práticas pedagógicas. Para isso, investigou-se os possíveis avanços, tensionamentos e desafios apresentados na literatura contemporânea acerca dessa temática, evidenciando quais percursos podem ser traçados para solidificar os conhecimentos da educação sexual no enfrentamento de violências, na promoção da construção da identidade e cidadania, bem como na construção de práticas pedagógicas para professores/as visando uma educação inclusiva e de qualidade.

Esta pesquisa possui relevância por discutir uma temática atual, ampliando as contribuições para a compreensão de como a educação sexual adequada pode melhorar a saúde física e mental dos alunos, ajudando-os a tomar decisões informadas sobre sua saúde sexual e reprodutiva, prevenindo doenças sexualmente

transmissíveis (DSTs) e gravidez não planejada (Pastan; Bortollozi, 2022); pode contribuir também para o desenvolvimento integral dos alunos ao abordar aspectos emocionais, sociais e psicológicos relacionados à sexualidade, especialmente ao promover reflexões saudáveis sobre o próprio corpo e das relações interpessoais (Magrin *et al*, 2022).

Também é relevante por contribuir para a desmistificação de temas frequentemente envoltos em tabus e desinformação, combatendo mitos e estigmas, tanto para os alunos quanto para os professores/as no âmbito do gênero e da sexualidade (Junqueira, 2018); bem como pode ajustar projetos políticos pedagógicos para atender às necessidades específicas das comunidades escolares e culturas, respeitando e integrando valores locais enquanto promove uma compreensão saudável da sexualidade (Brasil, 2009).

Corroborando com isso, considera-se também o quanto a contemporaneidade tem sido marcada pela era digital e pelo uso de tecnologias, que têm influenciado tanto positiva quanto negativamente. As redes sociais, em particular, têm minimizado a importância da educação sexual, afetando a maneira como as pessoas se posicionam em relação a temas de sexualidade e gênero. A disseminação de *fake news* nessas plataformas acaba impactando o ensino da educação sexual (Rodrigues; Modesto; Nunes, 2022).

Refletir e trabalhar educação sexual na escola pode implicar na ressignificação de estereótipos machistas que transcendem a cultura e a história, e que são reproduzidos cotidianamente no espaço escolar. Para Vicente (2023), os estereótipos associados à cultura machista, sexista, misógina e opressora só poderão ser superados se a educação sexual nas escolas estiver direcionada para combater a desigualdade, promover o respeito à diversidade e permitir que os alunos expressem seus sentimentos, dúvidas e medos sobre esses assuntos.

Revisão de autores/obras

a. Tipo de pesquisa

Esse estudo se caracterizou como uma revisão bibliográfica que envolveu a busca minuciosa por pesquisas relevantes sobre um tema específico. Os estudos de revisão bibliográfica se destacam pelo exame e interpretação de materiais científicos, como livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos, sem a necessidade de investigar dados empíricos diretamente. Assim, a pesquisa bibliográfica se baseia em fontes secundárias, que são as contribuições de diferentes autores sobre um tema específico (Cavalcante; Oliveira, 2010).

Esse processo permite não apenas identificar lacunas no conhecimento, mas também sugere áreas que podem ser exploradas por estudos futuros. Esse desenho de pesquisa possibilitou não só uma avaliação criteriosa, mas também a integração e análise das evidências existentes sobre o assunto em questão. O resultado final oferece uma visão organizada do que já se sabe, destacando pontos essenciais para reflexão e abrindo caminhos para possíveis novas abordagens e intervenções na área do ensino da sexualidade (Souza; Silva; Carvalho, 2020).

b. Critérios de elegibilidade

Como critérios de inclusão, foi considerada: I) relevância temática: estudos que abordem diretamente a relação integrativa entre as categorias apresentadas inicialmente; II) pesquisas empíricas, revisões, estudos teóricos e trabalhos acadêmicos que investiguem as temáticas concernentes ao objetivo geral; III) estudos realizados no ambiente educacional do ensino básico, considerando diferentes disciplinas ou áreas de ensino; IV) artigos e estudos publicados nos últimos 05 anos (2019 a 2024) para incluir pesquisas recentes e relevantes, disponíveis em plataformas não pagas.

O recorte temporal (2019-2024) foi escolhido considerando os tensionamentos que ganharam grande discussão nacional a partir das eleições de 2018, inclusive o debate sobre as *fake news* envolvendo questões de gênero e sexualidade (Junqueira, 2018). Lelo e Caminha (2021) apontam que o Brasil tem se destacado como o país onde a população mais expressa preocupação com a dificuldade de distinguir entre informações verdadeiras e falsas na internet, e para os autores, a disseminação de desinformação no país também resulta da forma como essas informações se alinham com as normas morais vigentes, e não apenas da desconfiança da população nas instituições democráticas ou da manipulação das crenças pelos agentes externos.

Como critérios de exclusão, foram descartados materiais que: I) artigos que não abordem diretamente a temática educação sexual; II) artigos sem revisão por pares ou estudos com metodologia pouco rigorosos como métodos dedutivo, histórico, e comparativo, incluindo também materiais com amostras pequenas ou abordagens metodológicas inadequadas; III) estudos sem disponibilidade do texto completo como por exemplo resumos simples, para uma análise mais detalhada; IV) revistas de caráter fechado, ao qual o público não possui acesso gratuito aos artigos científicos.

c. Plano de coleta e sistematização de dados

Foi realizada uma coleta em duas etapas. Na primeira, foi feita a coleta dos resumos de artigos que se enquadram nos critérios de busca definidos anteriormente, baseados nos níveis de evidência científica dos materiais selecionados, organizados no tópico "análise descritiva".

A partir dessas definições, inspirações conceituais e metodológicas, realizamos um processo de pesquisa em busca de trabalhos sobre a temática em questão e explorando os bancos de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e do Google Acadêmico. Na primeira base de dados, foram utilizados como

descritores as seguintes palavras: educação sexual, educação básica e formação docente, utilizando-se apenas a intercessão *"and"* como conector dos descritores, não havendo a utilização de outros filtros. Foram encontrados 38 artigos no total, dos quais após exclusão de semelhantes e os não condizentes com a temática, obteve-se um total de 24 artigos.

Na segunda base de dados, houve um total de 16.900 artigos, e após uso de filtro temporal para últimos 5 anos, reduziu-se para 15.900. Deste total, foram analisados os artigos aos quais se referiam a educação sexual, professores e ensino médio. Muitos destes artigos apresentavam títulos e resumos aos quais não abrangiam a temática acima descrita, sendo então selecionados apenas um total de 12 artigos por possuir compatibilidade com a temática.

Com base nos níveis de evidência identificados nos resumos desses 36 artigos, uma seleção preliminar foi realizada através da leitura dos artigos na íntegra, e um total de 10 artigos pareceu mais relevantes e adequados para inclusão na revisão.

Na segunda etapa, foi elaborada uma tabela para catalogar os artigos selecionados, incluindo informações como autor, ano de publicação, revista, qualis e objetivo. A análise dos dados foi baseada na avaliação dos artigos escolhidos.

Resultados e discussão

Análise descritiva

Nesta seção, apresenta-se uma perspectiva geral acerca dos artigos selecionados, evidenciados na tabela a seguir:

Título: A Educação Sexual Nas Escolas Brasileiras: A Importância Da Educação Sexual Para Crianças e Adolescentes das Escolas Públicas. **Autores:** Da Silva; Batista e Martins **Ano:** 2023 **Revista:** Revista Contemporânea **Qualis**: B1 **Objetivos:** Compreender como a educação sexual pode auxiliar na vida da criança e do adolescente.

Título: Educação em Sexualidade Em Escolas De Ensino Médio: Percepção De Professores. **Autores:** Picolo e Rossi **Revista:**Revista Científica Multidisciplinar o Saber - RCMOS **Ano:** 2024 **Qualis:** Não Possui **Objetivos:** Apontar as principais questões levantadas pelos professores de Ensino Médio no que tange à Educação em Sexualidade nas escolas.
Título: Diversidade Sexual: Perspectivas Docentes Em Unidades Escolares Rurais De São Raimundo Nonato (Piauí, Brasil). **Autores:** Alves e Flores. **Revista:** Revista LES - Linguagem, Educação e Sociedade **Ano:** 2023 **Qualis:** A3 **Objetivos:** Analisar, no âmbito da educação rural, os aspectos da temática diversidade sexual no Ensino Fundamental - anos finais, nas escolas do município de São Raimundo Nonato - Piauí e a pertinência deste tema para as práticas pedagógicas.
Título: O Papel Das Escolas Na Educação Sexual E Métodos De Combater A Gravidez Na Adolescência E A Evasão Escolar. **Autores:** Coelho; Junior e Tomaz. **Revista:** Revista Científica Multidisciplinar **-** RECIMA21 **Ano:** 2023 **Qualis:** B4 **Objetivos:** O objetivo geral do presente artigo é diagnosticar e comparar o impacto das ações educacionais preventivas na evasão escolar em razão da gravidez precoce em seis escolas públicas, sendo três em Pinheiral (RJ) e três em Volta Redonda (RJ).
Título: Educação Sexual: Uma Análise Sobre Legislação E Documentos Oficiais Brasileiros Em Diferentes Contextos Políticos. **Autores:** Cassiavillan e Albrecht. **Revista:** Educação em Revista **Ano:** 2022 **Qualis:** A1 **Objetivos:** É verificar como aparecem as questões concernentes à Educação Sexual, gênero e sexualidade nas leis, decretos e demais publicações norteadoras da Educação brasileira, assim como relacioná-los aos contextos sócio políticos em que foram publicados.
Título: Educação Sexual Em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática Da Literatura. **Autores:** Furlanetto; Lauermann; Costa e Marin. **Revista:** Cadernos de Pesquisa **Ano:** 2018 **Qualis:** A1 **Objetivos:** Realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a educação sexual em escolas brasileiras, a fim de identificar suas principais características (ano de publicação, autoria, título, objetivos e delineamento), assim como os temas abordados e os profissionais responsáveis pelas ações.

Título: Trabalho De Formiguinha: Formação Continuada De Docentes Em Sexualidade Na Rede Municipal De Educação De Manaus. **Autores:** Rotondano **Revista:** Educação em Revista **Ano:** 2023 **Qualis:** A1 **Objetivos:** Identificar concepções de sexualidade e gênero que permeiam as formações e os trabalhos desenvolvidos por docentes em escolas, as repercussões das disputas em torno das políticas educacionais em sexualidade no plano do legislativo local, tanto sobre as práticas das formadoras como de professoras(es), e verificar como os dois grupos profissionais lidam com a tensão instaurada.
Título: Percepção De Professores A Respeito Das Práticas Pedagógicas Em Educação Sexual No Espaço Escolar. **Autores:** Nunes; Kanan e Dresch. **Revista:** Revista Práxis Educacional **Ano:** 2024 **Qualis:** A2 **Objetivos:** Analisar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço escolar sob a perspectiva de professores
Título: Formação De Professores E Educação Sexual: O Retrato De Um Curso De Licenciatura Em Ciências Naturais. **Autores:** Mendel e Miranda. **Revista:** Boca Boletim de Conjuntura **Ano:** 2023 **Qualis:** A1 **Objetivos:** Conhecer a abordagem da Educação Sexual nas disciplinas que compõem o currículo, de forma a identificar as que abordam questões pertinentes à temática, além de conhecer as opiniões e percepções dos licenciandos do curso sobre aspectos à ela relacionados, bem como a maneira como é abordada durante a graduação, de forma a identificar possíveis lacunas existentes em seu processo formativo.
Título: Projetos Pedagógicos De Curso Em Análise: Gênero E Sexualidade Na Formação Docente. **Autores:** Guimarães *et al.* **Revista:** Educação em Revista **Ano:** 2023 **Qualis:** A1 **Objetivos:** Identificar se é de que forma a temática gênero e sexualidade está presente em dez projetos pedagógicos de cursos de formação docente para a educação básica em duas universidades públicas da cidade de Manaus (AM).

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Análise semântica

A análise das amostras foi organizada em tópicos de acordo com os principais aspectos evidenciados nos artigos, apresentados a seguir:

O despreparo na formação docente e o ensino da Educação Sexual nas escolas

A educação sexual é uma temática cercada de inúmeros tabus pela sociedade, principalmente quando se trata do seu ensino aos adolescentes e crianças. Piccolo e Rossi (2024) expõem que em nossa cultura, o termo "sexualidade" é constantemente associado ao sexo e ao ato sexual, desencadeando movimentos pró e anti-sexuais, recaindo então sobre a escola o papel da informação.

Nunes, Kanan e Dresh (2024) discutem que, diante das crenças e mitos associados à sexualidade, falar sobre educação sexual apavora e gera receio por parte dos profissionais da escola e da família; estes acreditam que falar a respeito da sexualidade incentiva à vida sexual precoce e acabam ignorando os reais benefícios de tocar nessa temática (Coelho; Junior; Tomaz, 2023). No entanto, a sexualidade se constitui como uma questão social e política, e desta maneira, a sexualidade é "aprendida", construída, ao longo de toda sua vida (Piccolo; Rossi, 2024).

Em suas pesquisas, Nunes, Kanan e Dresh (2024) relatam que na grande maioria das vezes, a educação sexual acontece no espaço escolar por meio de um currículo oculto, o que reflete na iniciação da vida sexual de forma precoce e com baixo conhecimento a respeito da educação sexual. Complementando essa questão, Coelho, Junior e Tomaz (2023) evidenciam que a falta de informações sobre saúde sexual pode levar os adolescentes a conceitos distorcidos sobre a sexualidade, trazendo a necessidade da efetivação da educação sexual como um elemento fundamental na formação dos adolescentes.

Coelho, Junior e Tomaz (2023), Piccolo e Rossi (2024) e Furlanetto (2018) apontam que a escola tem papel importante no ensino desta temática, uma vez que as ações ligadas à educação em sexualidade na rede de ensino se caracterizam por intervenções realizadas por profissionais não pertencentes ao quadro de funcionários das escolas. Os autores corroboram que a grande maioria das instituições optam ou por profissionais da área da

saúde para abordagem da temática, ou deixam a cargo dos professores de Ciências e Biologia como principais responsáveis.

Diante desta interpretação, Nunes, Kanan e Dresh (2024) discutem a responsabilidade em discorrer a respeito da temática sexualidade, é então, delegada aos professores da disciplina de ciências, por possuírem mais "autoridade" para falar a respeito de sexualidade. No entanto, estes docentes relatam nas pesquisas que não se sentem preparados o suficiente para abordar esses assuntos, e evidenciam suas dificuldades em lecionar temas associados à educação sexual, principalmente no que diz respeito às questões afetivas e emocionais dos estudantes, que podem surgir durante as aulas ou em qualquer momento no cotidiano escolar (Nunes; Kanan; Dresh, 2024).

Deixando a cargo de outros profissionais, Furlanetto (2018) ressalta que muitas das intervenções realizadas pelos profissionais de saúde ainda enfatizam os temas voltados a área da saúde sexual e reprodutiva e não abordam a sexualidade como construção social e histórica, incluindo discussões sobre papéis e identidades de gênero, conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Isso pode implicar na construção de uma educação limitada às dimensões biológicas por parte dos professores, estando ainda relacionadas a formação ineficaz dos mesmos, afetando os estudantes no desenvolvimento de uma compreensão crítica e reflexiva sobre a temática (Nunes; Kanan; Dresh, 2024).

Diante das pesquisas, percebe-se que o discurso dos professores é sempre o mesmo, no qual estes reconhecem a importância da educação sexual nas escolas. No entanto, relatam que há limitações em tempo, currículo, e o seu despreparo e limitações no trabalho com a temática sexualidade podendo gerar dificuldades e resistência de suas partes (Piccolo; Rossi, 2024).

No que tange o despreparo relatado pelos professores/as, dois trabalhos tratam-se de estudos empíricos baseados em pesquisas bibliográficas: Nunes, Kanan e Dresh (2024) e Coelho, Junior e Tomaz (2023). Ambas apresentam dados quantitativos de

pesquisas realizadas em regiões distintas. Coelho, Junior e Tomaz (2023) realizaram seus estudos com orientadores escolares de instituições públicas dos municípios de Pinheiral e Volta Redonda situados ambos no estado do Rio de Janeiro - RJ, e Nunes, Kanan e Dresh (2024) coletaram seus dados em escolas públicas em Lages, Santa Catarina.

Comparando as duas pesquisas, publicadas no mesmo ano (2023), constatou-se que mesmo com a variedade regional, é clara a importância da formação continuada para os professores/as diante das complexidades da educação sexual e de sua prática. As pesquisas demonstraram que a educação sexual deve contemplar fatores individuais juntamente com os aspectos teóricos e científicos, demarcando nos relatos dos professores o sentimento de limitação e insegurança em ministrar aulas sem conhecimento adequado diante da grande demanda apresentada pelos alunos.

Coelho, Junior e Tomaz (2023) correlacionam as limitações referentes ao currículo dos professores, juntamente com a resistência exterior por parte dos pais, grupos religiosos e do pensamento retrógrado, e a pouca formação continuada dos professores a respeito de como abordar o tema de forma fidedigna. Furlaneto (2023) afirma ainda que estas habilidades pedagógicas não são desenvolvidas ao longo da profissionalização, uma vez que os cursos de capacitação são raros e comumente não incentivados pelas instituições, o que pode levar a respostas baseadas nas suas experiências e perspectivas, e desta forma, como afirmam Nunes, Kanan e Dresh (2024), a um currículo oculto sobre o que é certo e errado quando se trata do assunto.

As questões não devem se restringir aos aspectos fisiológicos e preventivos, mas incluir as relações com o contexto social e debates sobre ações preconceituosas que advém, muitas vezes, do desconhecimento científico do que de fato é trabalhar educação sexual (Piccolo; Rossi, 2024). Em suma, os artigos demonstraram a necessidade de capacitação contínua dos professores não só das áreas envolvendo a biologia e fisiologia, mas dos docentes de outras disciplinas, a fim de ampliar a abordagem de conteúdos na

prática e na importância de haver avanços na área da educação sexual.

Importância da Educação Sexual como tema transversal não apenas em caráter biologicista

As questões referentes à educação sexual recebem diferentes perspectivas e encaminhamentos a depender do país, a exemplo da Europa que possui países mais liberais sendo a temática de extrema necessidade no currículo escolar. Já em países do Oriente Médio o assunto é proibido. Quando nos referimos ao Brasil, a temática é abordada como tabu por parte da população conservadora, possuindo seus prós e contras à educação sexual, principalmente envolvendo o ensino para crianças e adolescentes (Mendel; Alves, 2023).

A pesquisa de Alves (2023) foi realizada na cidade de São Raimundo Nonato - Piauí, e diante dos seus dados observa-se a ausência de assuntos relacionados à diversidade sexual no cotidiano das escolas, o que dificulta a prática neste ambiente, além de que somente alguns/as docentes tiveram a oportunidade de receberem orientações de como abordar estes temas na prática docente, reflexo da falta de investimento e incentivo das instituições na educação continuada destes docentes.

O que se reflete na pesquisa de Mendel (2023), realizada no Rio de Janeiro - RJ, o qual reconhecem que os obstáculos da efetivação da Educação Sexual em sua prática profissional, por não se sentirem aptos para trabalhar o tema em sala de aula, uma vez que demonstraram ter uma rasa formação acerca da temática. Comparando suas pesquisas, percebe-se que as questões referentes ao preparo dos professores em relação aos conhecimentos da Educação sexual são falhos em ambas as regiões do Brasil, por falta de políticas públicas voltadas às questões sexuais.

No entanto, evidencia-se a criação de programas a partir de 1997, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a inclusão da Orientação Sexual como tema transversal a ser

trabalhado ao longo de todos os ciclos de escolarização, visando ampliar a discussão sobre a temática da sexualidade de modo educativo. Para Alves (2023), estes programas servem como instruções a nível nacional sobre a educação sexual, sendo fundamentais por abrangerem os temas transversais, os quais competem à organização dos conteúdos para o ensino no currículo.

Da Silva (2023) discorre que os alunos podem aprender, além de sanar dúvidas, e a escola acaba por possuir um papel fundamental nesta questão. Muitos jovens podem ter dificuldades em exprimir seus pensamentos e desejos relacionados à sexualidade dentro de casa por medo da repreensão dos pais, e com isso acabam por levar estas dúvidas para as salas de aulas, ajudando outros nas reflexões e discussões a respeito da temática.

Corroborando com Da Silva (2023), Mendel e Alves (2023) afirmam que a escola é uma instituição socializadora, cabendo a esta a importância de relacionar a formação de licenciandos com a temática da Educação Sexual. Entretanto, estes projetos voltados à educação sexual possibilitam que este diálogo não seja voltado apenas aos conhecimentos físico-anatômicos do corpo, mas uma abordagem de diversos temas que possam contribuir no processo educacional e sexual da juventude.

A sexualidade, para Mendel e Alves (2023), trata-se de uma temática complexa e extensa, exigindo do docente conhecimento amplo para que a abordagem seja implementada de forma correta, contribuindo para a reflexão crítica dos indivíduos, legitimando as diferenças e crenças: "o educador tem como papel distanciar-se dos padrões regulatórios que influenciam o modo de entender a sexualidade e transmitir conhecimentos que estão diretamente relacionados com o cotidiano dos/as estudantes e na compreensão e aceitação das formas pluralistas das relações afetivo-sexuais" (Mendel; Alves, 2023. p 24).

Essa formação deve englobar temas relacionados às questões sociais, aos direitos humanos e à importância do respeito à diversidade, entre outros. O objetivo é preparar os jovens para desenvolver uma consciência crítica sobre suas ações na sociedade,

especialmente no que diz respeito às relações sexuais e afetivas. Esta nova proposta de educação visa promover a sexualidade com responsabilidade e prazer, além do caráter preventivo, desenvolvendo o respeito, o conhecimento e a conscientização (Mendel; Alves, 2023).

Da Silva (2023) discorre em suas pesquisas que o trabalho com educação sexual precisa ser realizado pelos professores de maneira que abranja todas as questões envolvidas com a sexualidade, com o intuito além de apenas orientar os alunos. Isso implica no desenvolvimento de habilidades que auxiliem os alunos a exercerem a sexualidade de forma saudável, ao combate à violência sexual em crianças e adolescentes, além contribuir para que futuramente esses indivíduos não tenha pensamentos discriminatórios a respeito da sexualidade no geral, trabalhando desta forma no preconceito e violência.

Estratégias e possibilidades: lidando com os tensionamentos da educação sexual

Acerca das estratégias e possibilidades que visam o enfrentamento dos possíveis entraves e tensionamentos apontados pela literatura sobre o ensino da educação sexual nas escolas de educação básica, foram evidenciados três estudos.

Guimarães *et al (*2023) discutem a importância da inserção das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos escolares. Ao ignorar os debates contemporâneos sobre o assunto, as conversas sobre gênero e sexualidade nas salas de aula parecem continuar promovendo padrões cis-heteronormativos e visões estereotipadas sobre as diversas expressões de sexualidade e identidade de gênero. Isso ocorre nos variados contextos que moldam e regulam pensamentos, comportamentos, emoções e relacionamentos em categorias morais de aceitável ou não, bom ou ruim, saúde ou doença.

Tais aspectos estão atravessados pelas construções sociais acerca dos conceitos de gênero e sexualidade, normalizados pela

cultura e perpassados de geração a geração. Para Rotondano (2023), após a década de 1980, o conceito de gênero, originado no movimento feminista, começou a ganhar destaque, tanto como uma área de reflexão quanto como um campo de luta. Isso ocorreu porque a categoria "mulher", amplamente utilizada até então, não conseguia abarcar as diversas experiências relacionadas ao feminino.

Essas experiências não se limitavam apenas à biologia, mas também eram influenciadas por elementos sociais como raça, etnia, classe social, geração e religião, entre outros. Nesse sentido, o conceito de gênero permitiu também pensar nos homens como indivíduos dotados de gênero, ampliando o entendimento das complexidades envolvidas nas identidades e nas relações sociais (Rotondano, 2023).

Em sua revisão da literatura, a autora discute que os paradigmas de gênero são constantemente reforçados nas interações sociais, abrangendo diversos contextos como a estrutura familiar, a escola e a religião. Nestes contextos, certos agentes têm o privilégio de determinar e promover uma concepção específica do que é gênero e como deve ser vivido, muitas vezes ocultando seu caráter político e suas diversas manifestações. Assim, a escola contribui para moldar identidades diversas, incluindo as de gênero, em um cenário marcado por relações de desigualdade que podem ser percebidas de forma sutil nos materiais didáticos e na condução dos currículos escolares (Rotondano, 2023).

É nesse cenário que Cassiavillani e Albrecht (2023) analisam os documentos e legislações oficiais promulgadas no Brasil que norteiam o ensino de educação sexual nas escolas. As autoras apontam que, em conformidade com a ideia de que a Educação Sexual deve ser responsabilidade exclusiva das famílias, vários grupos conservadores procuram silenciar a sexualidade e proibir a Educação Sexual nas escolas.

Essas vozes conservadoras encontram apoio em uma convergência de ideologias ultraliberais, fundamentalismos religiosos e anticomunismo, que ressurgiu na última década sob o

pretexto de defender o patriotismo. Naturalmente, as escolas não passaram despercebidas nesse contexto. Pelo contrário, tornaram-se um campo de batalha central para uma série de conflitos políticos e ideológicos, sendo acusadas de supostamente promover doutrinação marxista e difundir a "ideologia de gênero"[4].

Constatou-se que, para combater essa e outras ideologias conservadoras envoltas de *fake news*, é fundamental que sejam elaboradas e implementadas políticas públicas de formação e capacitação continuada para os professores/as. Cassiavillani e Albrecht (2023) apontaram a importância de documentos como a Constituição Federal de 1990 e documentos subsequentes: o Decreto Legislativo n° 28/90, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, e que versa sobre o reconhecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais, promoção da tolerância e mitigação das desigualdades; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de dezembro de 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), já citados neste trabalho; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Brasil, 1998c).

As autoras ainda discorrem sobre políticas públicas mais recentes, como o projeto "Escola Sem Homofobia", decorrente das políticas estabelecidas no governo federal de 2004 (Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação

[4] Para Junqueira (2018), o conceito de "ideologia de gênero" foi elaborado por movimentos ultraconservadores participantes das mobilizações antigênero. Esses grupos "radicais" estão promovendo de forma envolvente discursos que supostamente buscam igualdade e questionam estereótipos, mas na verdade estariam disseminando uma ideologia perigosa e imprecisa: o conceito de gênero. Eles argumentam que essa agenda visa eliminar a "diferença sexual natural" entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, difundindo a crença equivocada de que tais diferenças são meros produtos de processos opressivos de construção social e que poderiam ser simples escolhas individuais. Para o Vaticano e seus aliados, é crucial deter esses manipuladores, pois essa agenda político-ideológica, ao subverter a ordem natural da sexualidade, representaria uma ameaça genuína à "família natural", ao bem-estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e à civilização como um todo.

contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual como uma das bases fundamentais para o fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil). Essa política foi um marco por partir da compreensão de que, como pais e colegas, ou a própria comunidade, professores/as e outros membros da comunidade escolar, também podem promover homofobia contra alunos/as.

Todavia, foi constatado que diante das discordâncias e dos constantes embates com grupos conservadores, em 2011, o governo decidiu suspender a distribuição para as escolas do caderno e do kit de ferramentas educacionais do Projeto Escola sem Homofobia, desenvolvidos ao longo de anos como parte do Programa Brasil sem Homofobia. O caderno foi financiado pelo Ministério da Educação e teve a colaboração de várias organizações da sociedade civil. Posteriormente, o material ficou conhecido pejorativamente como "kit gay" e foi utilizado de maneira ostensiva para disseminar informações falsas e promover candidatos conservadores durante as eleições de 2018 (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

A partir de 2019, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo no Brasil, passou a vigorar. Esta base visa estabelecer o conjunto estruturado e contínuo de conhecimentos essenciais que todos os estudantes devem adquirir ao longo das diferentes fases e tipos de ensino na Educação Básica. A BNCC define conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes devem adquirir ao longo de sua educação básica, com o objetivo declarado de promover uma formação humana integral para construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018).

Críticas surgiram sobre o processo de elaboração da BNCC. Argumenta-se que ela foi desenvolvida de forma vertical, sem um diálogo efetivo com educadores, especialistas e a sociedade em geral. As audiências públicas realizadas não foram consideradas espaços participativos verdadeiros. Como resultado desse processo, a BNCC não inclui referências diretas às temáticas relacionadas à equidade de gênero ou aos direitos das pessoas LGBT (Guimarães *et al.*, 2023).

Nas pesquisas feitas, os artigos apontaram que são necessárias reformas e implementações nos currículos escolas e nas formações de professores/as, uma vez que se perceba cada vez mais uma intensa pressão política para silenciar a Educação Sexual e quaisquer discussões relacionadas a gênero e sexualidade nas escolas brasileiras. Evidenciaram que há uma ampla rede de documentos normativos, acordos internacionais, manuais, leis e decretos que sustentam e legitimam o trabalho dessas temáticas nas escolas do Brasil (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

Associado a um "trabalho de formiguinha", Rotondano (2023) expõe que a elaboração de estratégias de enfrentamento para diminuir as tensões relacionadas ao ensino da educação sexual na escola também pode consistir na formação permanente. Em sua pesquisa de doutorado, foi constatado que entre docentes havia o medo e dúvidas a respeito de como proceder em relação a trabalhos em sexualidade nas escolas pois, se por um lado deviam cumprir determinações (embasadas em normas legais) da Secretaria de Educação, por outro recebiam ameaças de punição de pais e gestores, por exemplo, diante de um mínimo movimento em torno da temática.

A autora ainda discute que outra estratégia para o enfrentamento das tensões existentes no ensino da educação sexual nas escolas é a elaboração/implementação de políticas públicas sexuais que contemplem concepções de sexualidade diversificadas e modelos de moralidade mobilizados por diferentes atores, o que resulta em novas alianças e dissidências com base nas variadas convicções e interesses envolvidos. Portanto, o estudo das políticas sexuais deve abordar um campo heterogêneo e dinâmico, repleto de complexas faces (Rotondano, 2023).

Para Vicente (2023), entender como as relações de gênero são construídas e estabelecidas em nossa sociedade é essencial para qualquer proposta de organização curricular, bem como de políticas públicas educacionais. Esses temas devem ser incorporados nas escolas porque refletem aspectos da sociedade. Portanto, não há dúvida de que essas reflexões oferecem uma

grande contribuição para o aprendizado de valores e atitudes que ajudam a transcender o processo de ensino e aprendizagem.

Refletir sobre política sexual, dessa maneira, pode facilitar a compreensão das disputas sobre o que deve ser abordado nas escolas, em que momentos e quais são os papéis dessas instituições e da família no processo. Da mesma forma, permite supor que diferentes perspectivas sobre como pensar e regular essas questões coexistem ou entram em conflito na elaboração e implementação das políticas educacionais relacionadas à sexualidade e ao gênero (Rotondano, 2023).

Conclusão

Com este artigo, pretendeu-se analisar, por meio de uma revisão da literatura, como professores/as da educação básica têm lidado com questões concernentes à Educação Sexual, gênero e sexualidade em suas práticas pedagógicas. Para isso, investigou-se os possíveis avanços, tensionamentos e desafios apresentados na literatura contemporânea dos últimos 05 anos acerca dessa temática, evidenciando quais percursos podem ser traçados para solidificar os conhecimentos da educação sexual no enfrentamento de violências, na promoção da construção da identidade e cidadania, bem como na construção de práticas pedagógicas para professores/as visando uma educação de qualidade.

Percebeu-se que a literatura atual aponta que, apesar da criação e elaboração de políticas públicas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a escola enquanto instituição socializadora ainda tem um longo caminho a percorrer no âmbito do ensino de temas transversais, especialmente da educação sexual. Diante da pesquisa realizada, constatou-se também que os movimentos conservadores interferem nos avanços da educação sexual, muitas vezes sendo esta interferência ou por questões ideológicas ou desinformativas, podendo atravessar a implementação dessas temáticas. Atribui-se a isso especialmente à

divulgação de *fake news* relacionadas à "invenção da ideologia de gênero" e da perpetuação de discursos de ódio.

Nesse contexto, destaca-se a importância de ampliar o debate sobre políticas públicas de educação sexual, especialmente pela compreensão de como as políticas impactam diretamente a prática pedagógica nas escolas.

Podemos também concluir que esta revisão bibliográfica apresenta um recorte bastante específico, o que implica nos limites da revisão quanto à própria amostragem. Este trabalho pretendeu analisar o que a literatura apresenta em relação à educação sexual e os docentes das escolas públicas, por se tratar de uma revisão de literatura propriamente dita, possui como finalidade o aprimoramento de futuras pesquisas teóricas ou de caráter empírico.

Evidencia-se a importância da elaboração de novas pesquisas com outras abordagens metodológicas, que possam averiguar a aproximação ou distanciamento, bem como os possíveis impactos, das formações de professores nas práticas pedagógicas que envolvam a educação sexual nas escolas.

Referências

ALVES, Thyanne Michelle Ferreira; FLORES, Fulvio Torres. Diversidade Sexual: Perspectivas Docentes Em Unidades Escolares Rurais De São Raimundo Nonato (Piauí, Brasil). **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 53, p. 374-401, 2023. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/818/8184130015/html/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BARBOSA, Luciana Uchôa.; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e Dificuldades Da Educação Sexual Na Escola: Percepções De Professores Da Educação Básica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 9, n. 19,

p. 221–243, 2019.Disponível em: <wttps://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/515>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual.** 2009. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf.. Acesso em: 15 jul. 2024.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; GUIZZO, Bianca Salazar. Políticas curriculares de educação infantil: Um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade,** Salvador, v. 25, n. 45, p. 191-201, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432016000100191&script=sci_abstract>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v. 39, p. e39794, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjLGgcZRScv/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. MÉTODOS DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NOS ESTUDOS CIENTÍFICOS. **Psicologia em Revista,** Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682020000100006&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 17 jul. 2024.

COELHO, Iza Paloma Maciel; JUNIOR, José Rocha Moreira; TOMAZ, Elisangela da Silva Magalhães. O Papel Das Escolas Na Educação Sexual E Métodos De Combater A Gravidez Na Adolescência E A Evasão Escolar: Estudo De Caso Nos Municípios De Pinheiral (RJ) E Volta Redonda (RJ). **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-**ISSN 2675-6218, v. 4, n. 8, p. e483832-e483832, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3832>. Acesso em: 18 jul.2024.

DA SILVA, Luciana Printes; BATISTA, Talita Regina Costa; DE CARVALHO MARTINS, Gizelly. A Educação Sexual Nas Escolas Brasileiras: A Importância Da Educação Sexual Para Crianças E Adolescentes Das Escolas Públicas. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, p. 24951-24965, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2482>. Acesso em: 17 jul. 2024.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANNI, Franciele; COSTA, Cristofer Batista; Marin, Angela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?format=html>. Acesso em: 17 jul 2024.

GUIMARÃES, Eduardo Barbosa De Menezes; SILVA, Iolete Ribeiro; FERREIRA, Isabel Cristina Fernandes; ESPERANÇA, Angelo Cabral. Projetos Pedagógicos De Curso Em Análise: Gênero e Sexualidade na Formação Docente. **Educação em Revista**, v. 39, p. e41675, 2023. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/edur/a/4MSKk9KvhFjccY4XxDPw6bK/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política.** vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427421>. Acesso em: 17 de jul. 2024.

LEITE, Fernanda; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos. Atuação em Psicologia Escolar: intervenções com profissionais sobre educação sexual. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. e231489, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/pee/a/DxvWdFqcGGtLb43v6KvTZwG/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LELO, Thales Vilela; CAMINHAS, Lorena. Desinformação sobre gênero e sexualidade e as disputas pelos limites da moralidade.

MATRIZES. V.15 - Nº 2 mai./ago. 2021 São Paulo - Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1430/143068488017/143068488017.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MENDEL, Ana Paula Cler; MIRANDA, Jean Carlos. Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** v. 13, n. 38, p. 216-248, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/939>. Acesso em:17 jul. 2024.

NUNES, Renata Barbosa; KANAN Lilia Aparecida; DRESH, Jaime Farias. Percepção De Professores e Respeito das Práticas Pedagógicas Em Educação Sexual No Espaço Escolar. **Revista Práxis Educacional**, v. 20, n.51, e14938. 2024. Disponível em: < https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/14938>. Acesso em: 17 de jul. 2024.

PASTANA, Marcela; BORTOLOZZI, Ana Cláudia. Sexualidade e prazer: considerações sobre intervenções em educação sexual. **Mental**, Barbacena , v. 14, n. 25, p. 1-21, jun. 2022. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272022000100009&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 18 jul. 2024.

PICCOLO, Giovanna Souza; ROSSI, Célia Regina. Educação em Sexualidade Em Escolas De Ensino Médio: Percepção De Professores. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/434>. Acesso em: 17 jul 2024.

RODRIGUES, Lorena Gonçalves; MODESTO, João Gabriel Nunes. Influência das crenças conspiratórias e fake news nas atitudes frente à educação sexual. **Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa**, 2022. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/pic/article/view/9479>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ROTONDANO, Érica Vidal. “Trabalho De Formiguinha”: Formação Continuada De Docentes Em Sexualidade Na Rede Municipal De Educação De Manaus. **Educação em Revista**, v. 39, p. e20723, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-997682>. Acesso em: 18 jul 2024.

SILVA, Cleuton dos Santos; ANJOS, Luiza Aguiar dos; MACEDO, Christiane Garcia. Docentes homossexuais: história de vida de professores de Educação Física no Norte da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 45, p. e20230009, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/NkMvhHcmBbzHbRL6DHjkYSg/>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

VICENTE, Luciane da Silva. Educação Sexual Nas Diferentes Versões Da Base Nacional Comum Curricular: Da Abertura Ao Silenciamento Em Torno Do Tema . **SciELO Pré-prontas** , 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5559. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5559. Acesso em: 12 jul. 2024.

VILLA, Thaís; PRADO, Vagner. Matias. The Deafening Silence Of Sex Education In The In-Service Continuing Education Of Early Childhood Teachers. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.8425. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8425. Acesso em: 12 jul. 2024.

Vamos falar sobre sexo? Revisão sistemática da literatura sobre gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Rafaela Cordeiro Gama[1]
Tatiana Aranha[2]
Osvaldo Francisco Ribas Lobos Fernandez[3]

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que perpassa a educação básica no Brasil. Sua base curricular deve estar alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, as discussões sobre sexualidade e gênero na BNCC e nos Temas Contemporâneos Transversais perderam espaço. O trabalho sobre sexualidade está destacado apenas no oitavo ano do ensino fundamental, e a discussão sobre gênero foi suprimida do documento como um todo (Monteiro & Ribeiro, 2020). Isso significa que a discussão sobre sexualidade e gênero deixou de aparecer de maneira sistemática nos documentos bases para a construção dos programas curriculares das redes de ensino de maneira transversal. Compreendemos a importância do

[1] Licenciatura em Pedagogia (UEPA), Universidade do Estado da Bahia, Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores/as (UNEB).. rah.rafaela@gmail.com

[2]. Licenciatura Letras Vernáculas (UCSAL); Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores/as (UNEB). santosaranha@hotmail.com

[3] Doutor em Ciências Sociais – Antropologia (UFBA), Professor Titular de Antropologia, Colegiado de Ciências Sociais (UNEB DEDC Campus I); Pesquisador do Diadorim – Centro de Estudos de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (UNEB). Pós Doutorado em Antropologia e Saúde, bolsa Capes, pela Mailman Public Health Faculty /*Comlubia University of the New York City*; ofernandez@uneb.br

acesso às discussões sobre sexualidade e gênero na escola, pois esse é um local potente para a abordagem dessas temáticas.

Conhecer as produções científicas sobre essas temáticas na EJA é necessário para compreender de que maneira essas discussões estão sendo abordadas. Os educandos da EJA podem ter passado por algum tipo de exclusão durante o processo de escolarização. Segundo Ferreira e Ferreira (2015), a LGBTfobia vem ganhando expressividade, com repercussões psíquicas, educacionais e sociais irreparáveis. A permanência das discriminações por raça/etnia/orientação sexual e identidade de gênero não hegemônicos nos espaços educacionais tem sido uma forte ameaça às minorias sexuais, as quais vem sofrendo historicamente um processo de sistemática do sistema de escolarização.

Nesse sentido, oportunizar o acesso à informação e a uma abordagem das temáticas de sexualidade e gênero considerando os direitos humanos é necessário. Isso pode possibilitar uma visão mais alargada sobre sexualidade e gênero, visando à desconstrução dos estereótipos e prevenindo a falta de informação sobre saúde sexual. A discussão sobre essas temáticas necessita buscar abordagens que problematizam as compreensões normativas de ser humano. Para pensar sobre essa relação entre gênero/sexualidade e as desigualdades sociais, escolhemos autores que nos ajudaram a pensar como esses marcadores sociais das diferenças e desigualdades se relacionam com a posição social na estrutura social.

Foucault (2019) demonstrou como a sexualidade foi utilizada para classificação do que seria normal e anormal em termos do seu exercício. Já Scott (2019) apresentou as maneiras pelas quais as questões de gênero são utilizadas para produzir e justificar diferentes maneiras de desigualdades. Nessas compreensões de sexualidade e gênero, percebemos que existem discursos que partem de determinado lugar, por determinados grupos sociais e instituições, os quais se colocam como norma e tudo o que difere desta norma é visto como inferior e "anormal".

Refletindo sobre o currículo da EJA, quais as temáticas de sexualidade e gênero estão sendo abordadas com os estudantes? Como essas temáticas estão sendo abordadas na EJA a partir das investigações científicas produzidas nas instituições brasileiras? Este trabalho tem como objetivo geral realizar o levantamento sistemático e a análise de como as temáticas de sexualidade e gênero estão sendo abordadas pedagogicamente na EJA por meio de pesquisas acadêmicas. No segundo tópico, apresentaremos os caminhos metodológicos da revisão bibliográfica sistemática realizada para o levantamento dos trabalhos científicos sobre a abordagem das temáticas de sexualidade e gênero na EJA. Na terceira seção, serão apresentados os resultados da análise realizada das produções científicas e a discussão sobre esses resultados a partir da lente teórica adotada. Por fim, na quarta seção, serão apresentadas as considerações finais sobre o trabalho realizado. Esperamos que essa pesquisa contribua para o conhecimento sobre a pesquisa na EJA das abordagens das temáticas de sexualidade e gênero, revelando o que se tem produzido e possíveis lacunas na construção do conhecimento.

Caminhos metodológicos

Para a escrita deste artigo, realizamos uma revisão de literatura da produção científica sobre a abordagem das temáticas de sexualidade e gênero na Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, para realização desta revisão buscamos construir um método de maneira sistemática, para possibilitar a replicação do estudo por outros investigadores.

A abordagem sistemática da literatura científica requer a realização de uma pesquisa bibliográfica que possa ser replicada por outros pesquisadores. Ou seja, seu método deve ser explicitado de maneira detalhada e com rigor científico para ser considerada uma revisão sistemática. Dessa maneira, esse tipo de revisão deve apresentar uma pergunta de investigação específica sobre determinado assunto, aplicando critérios para seleção dos

trabalhos a serem analisados, avaliados e sintetizados os mais relevantes para o tema investigado (Sampaio; Mancini, 2007).

A primeira etapa da revisão aqui empreendida foi a identificação do tema e a seleção da questão de pesquisa. Essa questão de pesquisa foi elaborada de maneira específica, pois ela norteou a realização do levantamento bibliográfico. Com o tema e a questão definidos, iniciou-se o processo de definição dos descritores relacionados ao tema, a estratégia de busca dos trabalhos científicos e a seleção dos bancos de dados em que se realizaria a busca.

Nesta pesquisa a temática esteve relacionada com a abordagem das temáticas de sexualidade e gênero na EJA, com a seguinte questão de investigação: como as temáticas de sexualidade e gênero estão sendo abordadas pedagogicamente na EJA por meio de pesquisas acadêmicas no Brasil? Assim, os descritores selecionados para a busca foram: "educação de jovens e adultos e sexualidade"; "educação de jovens e adultos e gênero"; "educação de jovens e adultos e diversidade sexual"; "educação de jovens e adultos e educação em sexualidade"; "educação de jovens e adultos e orientação Sexual"; e "educação de Jovens e adultos e educação sexual". Optamos pela pesquisa na base de dados Periódicos, por meio do acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) desta Instituição e no Catálogo de Teses e Dissertações, ambos da CAPES.

Na pesquisa na base de dados periódicos foi realizada Busca Avançada, com extensão de resultados, colocando no primeiro campo de descritores a palavra Educação de Jovens e Adultos, com filtros de "qualquer campo" e "contém". Após isso, adicionamos um segundo campo para descritores com filtro "e", "qualquer campo" e "contém". Nesse segundo campo adicionamos separadamente cada descritor que se relacionava com a temática, indicados acima.

Já no Catálogo de Teses e Dissertações realizou-se a busca adicionando o descritor "Educação de Jovens e Adultos", "e", mais cada descritor que se relacionava com a temática. Foram

selecionadas dissertações e teses que estavam disponíveis a partir da criação da Plataforma Sucupira.

A partir da definição do tema e da questão de investigação, realizou-se uma primeira busca no portal de Periódicos da CAPES para exploração com os descritores Educação de Jovens e Adultos e sexualidade. Observaram-se quais palavras-chaves se repetia nos artigos, o que nos ajudou a pensar na amplitude dos descritores utilizados posteriormente. Esse movimento possibilitou, no momento de início da pesquisa, uma visão mais ampla sobre o tema e seguiu-se afunilando a seleção dos artigos ao se retornar à questão inicial da pesquisa.

A segunda etapa da revisão esteve relacionada com o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos a serem considerados na revisão. Esses devem ser claros e objetivos, mas podem sofrer mudanças no decorrer da busca dos trabalhos e na elaboração da revisão. Nesta pesquisa os critérios de inclusão foram artigos publicados em periódicos, dissertações e teses produzidas no Brasil, especificamente atuando na Educação de Jovens e Adultos, dos últimos 10 anos (2014-2024). Foi realizado o corte temporal por entendermos que a partir de 2014 existiu o acirramento de disputas políticas de limitação da abordagem das temáticas de sexualidade e gênero na escola (Bortolini; Vianna, 2020).

E os critérios de exclusão foram artigos que não tinham acesso aberto, dissertações e teses anteriores à Plataforma Sucupira, trabalhos que não se relacionavam com educação e com EJA, sexualidade e gênero ou trabalhos que não realizaram uma atividade pedagógica em turmas de EJA sobre as temáticas de sexualidade e gênero. Também se excluiu os trabalhos que abordavam sobre gêneros textuais e outras temáticas que não se relacionavam com sexualidade e gênero, trabalhos repetidos ou artigos que foram resultados de pesquisas realizadas no formato dissertação ou tese, e outros tipos de trabalho que não fossem artigos, dissertações ou teses (como resumos ou resumos expandidos ou introdução a dossiês ou editoriais).

Por atividade pedagógica compreendeu-se a realização de atividades com turmas de EJA que foram previamente planejadas e que se utilizou de recursos pedagógicos diversos para abordagem das temáticas de sexualidade e gênero.

Durante o levantamento dos trabalhos nos portais escolhidos construiu-se um banco de dados no Microsoft Excel, onde se inseriu todos os resultados das buscas. Nesse banco de dados relacionaram-se as seguintes informações: plataforma utilizada; descritores; quantidade de resultados; título do trabalho; palavras-chaves; ano de publicação; periódico em que foi publicado (no caso de artigos); se foram revisados por pares; link para acesso ao trabalho; tipo de trabalho; se seria incluído na análise ou não; motivo da exclusão; e se era acesso aberto ou não.

Para os trabalhos em que o link pelo portal Periódico da CAPES não estava disponível, realizou-se a busca pelo título do trabalho no Google. Assim, possibilitando o acesso a trabalhos que, por algum motivo técnico, não estava disponível o acesso pelo Periódico. Após realização desse levantamento e construção do banco de dados realizou-se uma primeira leitura dos resumos de todos os trabalhos, para confirmação se os critérios de inclusão eram atendidos. Esse momento foi muito importante para o levantamento, pois nele percebia-se se era necessário ou não a realização de uma leitura da metodologia da pesquisa. Percebeu-se que nem todos os trabalhos tinham resumos explícitos sobre a realização ou não de uma atividade pedagógica em turmas de EJA sobre as temáticas de sexualidade e gênero, sendo necessário buscar essa informação no corpo do texto.

Para análise dos dados coletados realizamos a leitura dos resumos de todos os trabalhos acessados, sistematizados no banco de dados no Excel por plataformas acessadas. A partir da leitura dos resumos, aplicaram-se os critérios de inclusão e exclusão. Nesse momento, construiu-se um quadro no *microsoft word* contendo as seguintes informações dos trabalhos selecionados pós critérios de inclusão e de exclusão: tipo (artigo, dissertação ou tese); título; autor(es); ano; objetivos dos estudos; tipo de metodologia do

trabalho; e temas em sexualidade e gênero abordados nas atividades pedagógicas. Inseriu-se a informação sobre a metodologia em uma coluna de observação, pois quando o resumo do trabalho não era suficiente para identificação dos temas, buscou-se analisar a metodologia do trabalho.

Destaca-se que a grande maioria dos resumos lidos não era suficiente para identificação do objetivo, da metodologia utilizada nas atividades pedagógicas e dos temas em sexualidade e gênero. A partir da ausência de alguma dessas informações no resumo, foi necessário partir para a leitura do texto, principalmente da metodologia, o que nos permitiu ter uma visão sinóptica de todos os trabalhos pesquisados e lidos.

Durante as pesquisas, tanto no Portal de Periódicos, quanto no Catálogo de Teses e Dissertações, encontrou-se um número maior de trabalhos daqueles disponíveis para acesso. Assim, durante a pesquisa, por vezes, achava-se um número total de referências, mas só acessamos um numéro menor de títulos. A Tabela 1 descreve o universo pesquisado em cada plataforma e para cada descritor investigado e descrito por "Educação de Jovens e Adultos".

Quadro 1 – Número de trabalhos encontrados e acessados em cada fonte

Plataforma	Descritores	N° trabalhos encontrados	N° trabalhos acessados
Periódicos CAPES	Educação de Jovens e Adultos e sexualidade	108	82
	Educação de Jovens e Adultos e Educação Sexual	196	67
	Educação de Jovens e Adultos e Orientação Sexual	32	22
	Educação de Jovens e Adultos e Diversidade Sexual	30	26

	Educação de Jovens e Adultos e Educação em Sexualidade	96	61
	Educação de Jovens e Adultos e Gênero	623	343
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Educação de Jovens e Adultos e sexualidade	47	35
	Educação de Jovens e Adultos e Educação Sexual	46	12
	Educação de Jovens e Adultos e Orientação Sexual	7	0
	Educação de Jovens e Adultos e Diversidade Sexual	6	2
	Educação de Jovens e Adultos e Educação em Sexualidade	47	12
	Educação de Jovens e Adultos e Gênero	187	90
Total		**1425**	**752**

Dos 752 trabalhos acessados, foram selecionados 33 para serem analisados a partir dos critérios estabelecidos de inclusão e exclusão. Desses 33 trabalhos, 20 são artigos publicados em periódicos e 13 são dissertações. A tabela apresenta os resultados de uma busca por trabalhos acadêmicos em diferentes plataformas, utilizando descritores relacionados à Educação de Jovens e Adultos e temas de sexualidade e gênero. Aqui estão algumas observações detalhadas: 1- O número total de trabalhos encontrados foi de 1425, com a maioria sendo encontrada na plataforma Periódicos CAPES. 2- Número de Trabalhos Acessados: Dos 1425 trabalhos encontrados, 752 foram acessados, o que representa aproximadamente 52,7% do total.

O descritor mais produtivo foi "Educação de Jovens e Adultos e Gênero" com 810 trabalhos encontrados (623 na plataforma

Periódicos CAPES e 187 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES) e 433 trabalhos acessados (343 na plataforma Periódicos CAPES e 90 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES). A plataforma do Portal Periódicos CAPES foi a mais produtiva, com 1088 trabalhos encontrados e 601 trabalhos acessados. Além disso, aproximadamente metade dos trabalhos encontrados foram acessados, o que pode indicar a relevância dos temas abordados.

No Quadro 1 encontra-se a apresentação dos trabalhos analisados, com as seguintes informações: tipo de trabalho, título do trabalho, autor(es) e ano de publicação. Dos 752 trabalhos acessados, 33 foram selecionados para análise com base em critérios de inclusão e exclusão. Esses trabalhos são compostos por 20 artigos publicados em periódicos e 13 dissertações. A seguir, apresentamos uma análise detalhada desses trabalhos: Os trabalhos selecionados foram publicados entre 2015 e 2023, com uma distribuição irregular ao longo dos anos.

Observa-se um aumento na produção de trabalhos nos anos de 2019 e 2020, com 8 e 5 trabalhos, respectivamente. Os trabalhos selecionados abordam temas relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e questões de gênero e sexualidade. Alguns dos temas específicos incluem: 1- Educação sexual e saúde reprodutiva; 2- Gênero e sexualidade na EJA; 3- Violência contra a mulher e enfrentamento, 3- Diversidade sexual e homoafetividade; 4- Ensino de história das mulheres e fortalecimento feminino.

Os trabalhos selecionados apresentam diferentes metodologias, incluindo: relatos de experiência; estudos de caso; análise de currículos e programas educacionais, desenvolvimento de materiais didáticos e intervenções pedagógicas. Vide quadro abaixo:

Quadro 2 – Apresentação dos trabalhos analisados por tipo, título, autor(es) e ano de publicação

Tipo de trabalho	Título do trabalho	Autor(es)	Ano de publicação
Dissertação	As Abordagens sobre Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação de Jovens e Adultos em Jequié-Ba	Santos, F. F. dos	2015
Dissertação	A Construção de Igualdade de Gênero no Currículo da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Goiânia	Gomes, M. A. de P.	2016
Artigo	O início, o fim e o meio: algumas concepções e imagens de estudantes da EJA sobre menstruação, menopausa e climatério	Soares, M. N. T.; Gastal, M. L. de A.	2016
Artigo	Leitura Literária na EJA: Questionando a identidade sexual	Santos, F. S.; Gomes, C. M.	2016
Dissertação	Gênero e Sexualidade na Organização Curricular: intervenções colaborativas na formação dos sujeitos jovens e adultos	Rosa, N. de O.	2017
Dissertação	Educação Sexual: jogo educativo para a aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual	Vieira, A. S.	2017
Artigo	Diversidade sexual na perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Barros, D. de S.	2017
Dissertação	Educação de Jovens e Adultos e gênero: estratégias de enfrentamento às violências contra a mulher negra no contexto escolar	Nascimento, F. B. S. do	2018
Dissertação	Ensino de História das Mulheres: experiência na Educação de Jovens e Adultos - EJA em Imperatriz - MA	Almeida, J. da S.	2018
Dissertação	Educação Sexual: uma proposta para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II	Dias, D. F.	2019
Artigo	Intervenção sobre Saúde e Educação Sexual nas Turmas da EJA: um relato de experiência do Programa de Residência em Ensino de Ciências Biológicas	Sena, C. A. B. de; Silva, V. M. de M. A. da	2019
Artigo	Oficina In(Ter)venções: discutindo violências de gênero na Educação de Jovens e Adultos	Rossato, M. S.; Pavei, K.; Zalla, J.	2019
Artigo	Identidade e Relações de Gênero: diálogos com estudantes da educação de jovens e adultos no município de Bragança - PA	Santana, J. D.; Santos, A. V. dos; Vieira, N. C.	2019
Artigo	O enfrentamento da violência contra a mulher no contexto da Educação de	Silva, M. C. M. da; Lacerda, L. de S.; Rios, M. F. M.	2019

	Jovens e Adultos: a experiência de uma escola da cidade Estrutural		
Dissertação	Práticas de Ensino de Língua Inglesa e Formação Contínua: perspectivas e desafios da docência	Dias, C. R.	2019
Dissertação	Educação de Jovens e Adultos do campo e questões de gênero: o empoderamento das mulheres campesinas	Kerstenetzky, M. S. M.	2019
Artigo	Relato de experiência de uma oficina sobre sexualidade com jovens de uma escola pública de Uberlândia, Minas Gerais	Paranaiba, M. V.; Rosa, G. F. de C.; Hasse, M.; Rodrigues, E. T.	2019
Artigo	Experiências e Estratégias no Ensino de História sobre Gênero e Sexualidade na Educação Básica em Triunfo/Candeias do Jamari - RO	Silva, L. M.	2020
Artigo	Experiências de Atividades e Regências de Aulas do Programa Residência Pedagógica "Ensino de Sociologia"	Silva, E. A. da	2020
Artigo	Reflexões sobre uma Abordagem de Identidade de Gênero e Sexualidades na Educação de Jovens e Adultos	Martins, L. C.; Rodrigues, K. Sá; Faria, W. C. de C.	2020
Dissertação	Educação de Jovens e Adultos e Violência Contra Mulheres no Alto Sertão da Bahia	Jesus, A. P. de	2020
Artigo	A relevância de uma educação sexual para jovens e adultos com deficiências	Pereira, M. C.	2020
Artigo	Educação de Jovens e Adultos e Homoafetividade: relato das concepções dos alunos e debate acerca do tema	Santos, T. M. D. dos	2020
Artigo	Práticas Artísticas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Promoção dos Direitos das Mulheres	Lomba, M.	2021
Dissertação	Escrevivências e Reexistências: discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores	Reis, S. A.	2021
Artigo	Linguagem, Gênero e Sexualidade na Educação de Jovens e Adultos: uma proposta de multiletramentos críticos	Silva, A. L. S. da; Dias, T. S. da R.; Bezerra, F. A. S.	2021
Artigo	Toca O Som Dj! Sequência Didática sobre Sexualidade com o Uso de Músicas e Videoclipes	Silva, M. de O.; Moura, M. A. de	2021
Artigo	Projeto de Intervenção: Educação Sexual com foco em gravidez na adolescência	Jesus, I. G. de; Vieira, P. G. da S.; Dionor, G. A.	2022
Artigo	Saberes e Sentimentos dos Adultos Jovens acerca das Infecções Sexualmente Transmissíveis	Silva, L. E. A. da; Alves, B. P.; Sá, B. A. de; Fernandes, M. C.	2023
Artigo	Conhecimento de estudantes sobre infecções sexualmente transmissíveis	Souza, A. E. S. de; Carvalho, A. C. S. Paiva, C. E. A.;	2023

		Silva, M. S. O.; Viana, R. S.; Costa, T. S. da	
Dissertação	A Educação de Jovens e Adultos: intervenção didática sobre Educação Sexual no ensino de Ciências	Lima, G. de C.	2023
Dissertação	Infecções sexualmente transmissíveis: A perspectiva da professora de ciências em turmas com estudantes privados de liberdade	Soares, S. D.	2023
Artigo	Saúde Sexual e Reprodutiva como estratégia de promoção de saúde no ambiente escolar	Abreu, A. M. de; Araújo, A. V. E. C.; Figueira, J. N. R.; Almeida, J. dos S.	2023

Ao conferir as informações obtidas nas plataformas, principalmente a Periódicos CAPES, foram identificadas algumas inconsistências em relação ao ano dos trabalhos analisados quando comparadas essas informações da plataforma com as informações encontradas diretamente nos trabalhos. Assim, após uma conferência geral do ano de todos os artigos, dissertações e teses nos arquivos originais, alguns trabalhos mantiveram-se fora do escopo estabelecido em relação ao ano e outros foram adicionados à análise.

Os dados coletados para este estudo consistem em 33 trabalhos acadêmicos, incluindo dissertações e artigos, que abordam temas relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e questões de gênero e sexualidade. A distribuição temporal dos trabalhos publicados mostra um aumento na produção de trabalhos nos anos de 2019 e 2020, com 8 e 5 trabalhos, respectivamente. Isso pode indicar um aumento no interesse dos pesquisadores em abordar temas relacionados à EJA e questões de gênero e sexualidade.

Os tipos de trabalhos coletados incluem 20 artigos publicados em periódicos e 13 dissertações. Isso sugere que os pesquisadores estão utilizando diferentes formatos para divulgar seus resultados, incluindo artigos em periódicos e dissertações. Os temas abordados nos trabalhos coletados incluem: 1- Educação sexual e saúde reprodutiva; 2- Gênero e sexualidade na EJA; 3- Violência contra a

mulher e enfrentamento; 4- Diversidade sexual e homoafetividade; 5- Ensino de história das mulheres e fortalecimento feminino. As metodologias utilizadas nos trabalhos coletados incluem: relatos de experiência, estudos de caso, análise de currículos e programas educacionais, desenvolvimento de materiais didáticos, 5- Intervenções pedagógicas.

A análise dos dados sugere que os pesquisadores estão abordando temas importantes relacionados à EJA e questões de gênero e sexualidade. No entanto, são necessárias mais pesquisas para entender melhor as necessidades e desafios enfrentados pelos jovens e adultos na EJA. Uma sugestão é realizar mais pesquisas sobre as necessidades e desafios enfrentados pelos jovens e adultos na EJA em relação às questões de gênero e sexualidade. Desenvolver programas e materiais educacionais que abordem temas de gênero e sexualidade de forma inclusiva e respeitosa. Promover a formação continuada de professores e educadores para abordar temas de gênero e sexualidade na EJA.

Nossas análises seguiram uma abordagem qualitativa, baseada no referencial teórico assumido na pesquisa. Assim, surgiram, a partir da leitura e análise dos trabalhos à luz da teoria, cinco categorias, sendo apresentadas e descritas no Quadro 2 abaixo:

Quadro 3 – Categorias e suas descrições a partir da análise dos dados coletados

Categoria	Descrição
1 - Abordagem sobre diversidade sexual e de gênero	Trabalhos que abordam a questão da normatividade dos corpos e os padrões de corpo e de identidade estabelecidos pela sociedade, relacionados a diversidade sexual e de gênero, como a questão das identidades trans e intersexo, por exemplo.
2 - Abordagem sobre a relação entre homens e mulheres	Trabalhos que abordam as temáticas de gênero e sexualidade para promoção da igualdade entre homens e mulheres e problematizam as relações de gênero e estereótipos entre homens e mulheres na sociedade

Categoria	Descrição
3 - Abordagem sobre temáticas do campo das ciências e da biologia	Trabalhos que abordam apenas conteúdos do campo das ciências e da biologia, como IST, prevenção de IST e gravidez, etc.
4 - Abordagem sobre temáticas do campo das ciências e da biologia, expandindo para a discussão sobre diversidade sexual e de gênero	Trabalhos que abordam a discussão biológica, como a anatomia e a fisiologia do corpo biológico, higiene e saúde como porta de entrada para a discussão sobre diversidade sexual e de gênero
5 - Abordagem sobre sexualidade e gênero relacionados com outros marcadores sociais	Trabalhos que abordam as temáticas de sexualidade e gênero, relacionando com outros marcadores sociais, como raça, classe, etnia, etc.

Essas categorias surgiram a partir da leitura dos trabalhos à luz da teoria, ou seja, os trabalhos que tinham similaridade em relação às temáticas sobre sexualidade e gênero trabalhadas com estudantes de EJA e que comungavam com o mesmo tipo de abordagem e concepção teórica das temáticas. No próximo tópico serão apresentados os resultados e discussão da análise dos trabalhos.

Resultados e discussão

Neste tópico apresentaremos a análise de quais temáticas sobre sexualidade e gênero está sendo abordadas com estudantes da Educação de Jovens e Adultos e, consequentemente, como acontece essa abordagem. Essa análise se baseia nos 33 trabalhos selecionados no processo da revisão sistemática. Identificamos que as temáticas de sexualidade e gênero estão sendo abordadas a partir de cinco categorias, descritas na metodologia deste trabalho. No Quadro 4 apresentam-se quais os trabalhos selecionados pela revisão sistemática foram relacionados em cada categoria.

Quadro 4 – Apresentação dos trabalhos relacionados por categoria

Categorias	Trabalhos relacionados por categoria
1 - Abordagem sobre diversidade sexual e de gênero	Santos, 2015; Santos; Gomes, 2016; Barros, 2017; Dias, D., 2019; Rossato; Zalla, 2019; Silva, L., 2020; Silva, E., 2020; Pereira, 2020; Santos, 2020; Silva; Dias; Bezerra, 2021; Silva; Moura, 2021
2 - Abordagem sobre a relação entre homens e mulheres	Gomes, 2016; Rosa, 2017; Almeida, 2018; Santana; Santos; Vieira, 2019; Silva; Lacerda; Rios, 2019; Dias, C., 2019; Kerstenetzky, 2019; Jesus, 2020
3 - Abordagem sobre temáticas do campo das ciências e da biologia	Jesus; Vieira; Dionor, 2022; Silva; Alves; Sá; Fernandes, 2023; Souza; Carvalho; Paiva; Silva; Viana; Costa, 2023; Lima, 2023; Soares, 2023; Abreu; Araújo; Figueira; Almeida, 2023
4 - Abordagem sobre temáticas do campo das ciências e da biologia, expandindo para a discussão sobre diversidade sexual e de gênero	Soares; Gastal, 2016; Vieira, 2017; Sena; Silva, 2019; Paranaiba; Rosa; Hasse; Rodrigues, 2019; Martins; Rodrigues; Faria, 2020
5- Abordagem sobre sexualidade e gênero relacionados com outros marcadores sociais	Nascimento, 2018; Lomba, 2021; Reis, 2021

Na Categoria 1 – Abordagem sobre diversidade sexual e de gênero encontramos as seguintes temáticas relacionadas à sexualidade e às questões de gênero abordadas: problematização das normas e padrões da sociedade relacionada ao corpo, aos comportamentos e às identidades sexuais e de gênero; intersexualidade; transgeneridade; conceitos de sexualidade, sexo, educação sexual, gênero; estereótipos e papéis de gênero; direitos sexuais e reprodutivos; métodos contraceptivos; violência contra mulher e contra pessoas LGBTIQ+ (homofobia, transfobia, bullying, machismo, feminicídio, sexismo); verbetes e expressões utilizadas pelo movimento feminista; orientação sexual; desigualdades sociais baseadas nas questões de orientação sexual e de gênero; cuidado e respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro;

cuidado e higiene corporal; reconhecimento da diversidade corporal; relacionamentos.

Os trabalhos tinham dois tipos de objetivo: aqueles que, com diferentes metodologias, buscavam apresentar, desenvolver ou analisar uma atividade/intervenção pedagógica especificamente sobre as temáticas de sexualidade e gênero (Santos, 2015; Dias, D., 2019; Rossato; Zalla, 2019; Silva, L., 2020; Pereira, 2020; Santos, 2020; Silva; Dias; Bezerra, 2021; Silva; Moura, 2021); e aqueles que buscavam, a partir da transversalidade das temáticas de sexualidade e gênero, apresentar possibilidades de propostas pedagógicas em uma área de conhecimento específica, como português ou sociologia (Santos; Gomes, 2016; Barros, 2017; Silva, E., 2020).

As temáticas de sexualidade e de gênero, assim como se destacava nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), podem ser abordadas de maneira transversal a diferentes áreas do conhecimento durante a prática pedagógica dos docentes. Essa característica da transversalidade das temáticas se difere do preconizado pela Base Nacional Comum Curricular e os Temas Contemporâneos Transversais (Brasil, 2017; Brasil, 2019a; 2019b). No entanto, ainda se faz presente a abordagem transversal das temáticas

Já na Categoria 2 - Abordagem sobre a relação entre homens e mulheres encontrou as seguintes temáticas abordadas em atividades pedagógicas com os estudantes de EJA: violência doméstica; planejamento familiar; a maternidade e a mulher e o mundo do trabalho; construções de feminilidades e masculinidades; história das mulheres; representação do feminino; equidade de gênero; violência, gênero e educação; violência contra mulher; machismo; relacionamentos; prevenção da violência; feminicídio; diferença entre homens e mulheres no âmbito doméstico/familiar e profissional; direito constitucional à igualdade entre homens e mulheres; Igualdade entre homens e mulheres.

Quanto aos objetivos, também se destacam dois tipos: aqueles que buscam analisar possibilidades de atividades e ações pedagógicas de inclusão das temáticas de sexualidade e gênero na EJA (Gomes, 2016; Rosa, 2017; Almeida, 2018; Santana; Santos; Vieira, 2019; Silva; Lacerda; Rios, 2019; Dias, C., 2019); e aqueles que realizam uma análise da experiência de mulheres na EJA se utilizando de momentos de atividade e ações pedagógicas sobre as discussões de sexualidade e gênero, principalmente, com os estudantes da EJA (Kerstenetzky, 2019; Jesus, 2020).

Esses trabalhos especificaram suas discussões nas questões de diferença entre homens e mulheres e a desigualdade que se apresenta a partir disso na sociedade. Ou seja, foram trabalhos que não trouxeram à tona, em sua maioria, a questão da diversidade de gênero e sexual. Eles focaram a sua análise numa visão mais dualista da discussão sobre gênero, principalmente por meio da problematização das concepções essencializadoras, que se faz importante para a compreensão de como as questões de gênero organizam-se na sociedade, destacando essa visão binária dos sentidos a qual se apresenta em diferentes sistemas simbólicos (Scott, 2019).

Na Categoria 3 - Abordagem sobre temáticas do campo das ciências e da biologia, as temáticas encontradas nos trabalhos selecionados estavam envolvidas estritamente com o conteúdo das ciências biológicas: gravidez na adolescência; métodos contraceptivos; planejamento familiar e de vida; infecções sexualmente transmissíveis (IST); sinais e sintomas das IST; métodos de prevenção das IST; sistema genital humano; prevenção do câncer de útero e próstata.

Em relação aos objetivos todos os trabalhos buscavam analisar o conhecimento prévio dos estudantes sobre as IST e depois aplicavam e analisavam uma intervenção pedagógica sobre as temáticas, para aferir o impacto dessas propostas na construção de conhecimento deles.

Percebe-se que os trabalhos apresentaram uma abordagem biológica da questão da sexualidade, importante também para a

promoção da saúde sexual e reprodutiva. No entanto, apenas em um dos trabalhos (Jesus; Vieira; Dionor, 2022) constatou-se que existiu uma ação pedagógica que introduzia a questão da homossexualidade problematizando o mito difundido na sociedade de que apenas homens gays contraíam o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Essa abordagem biológica do tema da sexualidade, como nos explica Furlani (2011), é necessária por sua importante contribuição às questões de saúde sexual e reprodutiva, no entanto, não pode ser a única. Se faz também fundamental abordar a diversidade sexual, pois existem mitos e tabus em relação à saúde sexual de pessoas LGBTIQ+ que precisam ser discutidos com os estudantes, pois esses mitos e tabus comumente reproduzidos na sociedade podem se desdobrar em situações de preconceito e até violência.

Essa discussão da importância da expansão da abordagem das temáticas da sexualidade, envolvendo não só questões da biologia e da fisiologia humana, mas também da diversidade sexual e de gênero se faz presente na Categoria 4 - Abordagem sobre temáticas do campo das ciências e da biologia, expandindo para a discussão sobre diversidade sexual e de gênero.

Nessa Categoria foram elencados trabalhos que se utilizavam das temáticas mais relacionadas com a biologia, mas traziam à tona discussões sociais sobre as temáticas. Nesse sentido, foram encontradas as seguintes temáticas: diferenças corporais entre os sexos; estereótipos de gênero; diversidade sexual; homossexualidade; anatomia, fisiologia e mecanismos reprodutivos; higiene e alimentação; autocuidado e sexualidade; IST; métodos contraceptivos; relacionamentos e consentimento; diversidade de gênero e sexualidade; preconceitos sociais; sistema endócrino; violência contra mulher.

Em relação aos objetivos a maioria dos trabalhos buscou planejar, aplicar e analisar propostas pedagógicas que abordavam para além dos temas biológicos, destacando a importância do trabalho das questões sociais e de diversidade sexual e de gênero nas ações com os estudantes (Vieira, 2017; Sena; Silva, 2019;

Paranaiba; Rosa; Hasse; Rodrigues, 2019; Martins; Rodrigues; Faria, 2020). No entanto, um desses trabalhos (Soares; Gastal, 2016) tinha por objetivo conhecer a concepção dos estudantes sobre menstruação, mas durante a pesquisa ressignificou a abordagem dessa temática e da Educação em Sexualidade, trazendo discussões sobre diversidade sexual, estereótipos de gênero, etc.

Esse tipo de proposta pedagógica que expande a discussão biológica da sexualidade e envolve outras temáticas de cunho mais social se faz presente na BNCC. Apesar das temáticas de sexualidade serem restritas nesse documento a uma área do conhecimento (ciências), percebe-se que existe uma possibilidade de abordar discussões sociais no item habilidade: "(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)." (Brasil, 2017, p. 351). Nesse sentido de buscar evidenciar as múltiplas dimensões da sexualidade humana é que Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) destacam a importância de desenvolvimento de estratégias de resistência dos docentes para discussão de temas relacionados, por exemplo, às questões de gênero na escola.

Por conta do cerceamento das discussões sobre gênero na escola através de polêmicas relacionadas à retirada dessas temáticas dos documentos oficiais de educação e aos projetos de lei aprovados (e depois derrubados pela justiça) que proibiam o trabalho dessas temáticas nas escolas, as autoras demonstram que por meio de brechas e estratégias existe a possibilidade de abordar as temáticas de gênero. Assim, a introdução de temas da biologia como porta de entrada para discussão sobre diversidade sexual e questões de gênero pode ser considerada estratégias para garantir esse trabalho com os estudantes.

Por fim, na Categoria 5 - Abordagem sobre sexualidade e gênero relacionados com outros marcadores sociais encontrou as seguintes temáticas: violência contra a mulher negra; direitos das mulheres; e sexismo. Todos os trabalhos (Nascimento, 2018; Lomba, 2021; Reis, 2021) tinham por objetivo propor ações

pedagógicas e refletir sobre suas contribuições para o debate com estudantes de EJA sobre a violência contra a mulher negra.

Esses trabalhos se caracterizam pela interseccionalidade das categorias gênero e raça, problematizando com os estudantes principalmente a questão da violência contra a mulher negra. Essa discussão interseccional se faz fundamental para desnaturalizar opressões constituídas na sociedade e busca-se analisá-las percebendo como diferentes preconceitos sociais se interseccionam, ou seja, como eles interagem entre si e suas consequências (Pereira, 2021).

Nesse sentido, trabalhar as temáticas de sexualidade e gênero a partir de uma abordagem interseccional com raça e classe na EJA possibilita a compreensão dos sistemas de subordinação, da organização hierarquizada das relações sociais e como elas impactam a vida das pessoas que se encontram a margem da sociedade, principalmente em relação às questões de desigualdade social. No entanto, a perspectiva da interseccionalidade enquanto constructo teórico, metodológico e político têm sido desenvolvidos, principalmente, a partir da década de 1990. Assim, percebe-se uma carência de trabalhos e pesquisas a partir dessa perspectiva para pensar a ação pedagógica na EJA.

Por fim, percebemos uma gama de possibilidades de temáticas a serem trabalhadas com os estudantes de EJA, além de diferentes possibilidades de abordagem. Existem aquelas abordagens que, em relação ao gênero, se pautam numa visão essencializadora, ou seja, apresentam uma visão estritamente dualista sobre gênero; e outras abordagens que assumem a abordagem construcionista de gênero, observando como essa categoria estrutura as questões de desigualdade social (Weeks, 2019).

Além disso, percebe-se que mesmo ainda existindo trabalhos que abordam estritamente temas relacionados às questões biológicas sobre sexualidade, a grande maioria dos trabalhos busca alargar o entendimento e a abordagem das temáticas promovendo discussões sobre questões sociais, ultrapassando a abordagem biológico-higienista (Furlani, 2011). Até mesmo os trabalhos que

delimitam a abordagem às temáticas das IST e da gravidez, buscam a problematização de alguns temas, desmistificando, por exemplo, o HIV/AIDS e refletindo sobre os preconceitos que existem em relação a essa temática.

Considerações finais

Essa pesquisa teve como tema o trabalho de sexualidade e gênero na Educação de Jovens e Adultos. Nesse tema, buscou-se realizar o levantamento sistemático e a análise de como as temáticas de sexualidade e gênero estão sendo abordadas pedagogicamente na EJA por meio de pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, questionou-se: quais as temáticas de sexualidade e gênero estão sendo abordadas com os estudantes da EJA? Como essas temáticas estão sendo abordadas na EJA a partir das investigações científicas produzidas nas instituições brasileiras? Quais as concepções sobre essas temáticas estão sendo adotadas nas investigações sobre a prática pedagógica da EJA?

A maioria dos trabalhos investiu em uma abordagem das temáticas de sexualidade e gênero de mais ampla, trazendo as dimensões não só biológicas, mas também sociais e culturais, trazendo uma diversidade de temáticas relacionadas ao campo da sexualidade e dos estudos de gênero. Mesmo os trabalhos que utilizaram como porta de entrada a discussão sobre questões biológicas, também abordaram as questões sociais, como os preconceitos sobre a diversidade sexual, sobre a diversidade de gênero.

Esses trabalhos que trouxeram as temáticas das ciências e da biologia como disparadores da discussão sobre sexualidade e gênero buscaram problematizar essas temáticas, o que demonstra que esses estudos vêm de uma abordagem que considera a sua amplitude e a importância da discussão das questões de gênero dentro desse guarda-chuva maior que é a questão da sexualidade.

No entanto, ainda assim existe uma necessidade de investimento em pesquisas que realizem atividades ou intervenções pedagógicas discutindo as temáticas da sexualidade e

gênero dentro de uma abordagem interseccional, considerando outros aspectos de marcadores sociais como a raça, a classe. Essa abordagem se faz importante considerando o próprio público da EJA, que já foi marginalizado e que faz parte de um grupo da sociedade que é historicamente excluído socialmente.

A importância de trazer essas temáticas numa visão interseccional leva em consideração a interação entre as diferentes estruturas de poder na sociedade. Essas estruturas são mecanismos, que se entrelaçam, interagem entre si e que estão estritamente ligadas com a questão das relações de poder.

A análise dos trabalhos selecionados sugere que a EJA é um campo fértil para a discussão de temas relacionados à gênero e sexualidade. Os trabalhos apresentam uma variedade de abordagens e metodologias, demonstrando a complexidade e a riqueza do tema. Além disso, os trabalhos destacam a importância da educação sexual e da promoção da saúde reprodutiva para jovens e adultos.

Com base na análise dos trabalhos selecionados, sugerimos que futuras pesquisas possam se concentrar em: 1- desenvolvimento de programas de educação sexual para jovens e adultos; 2- análise da eficácia de intervenções pedagógicas em gênero e sexualidade; 3- estudo da relação entre gênero e sexualidade e o desempenho acadêmico de jovens e adultos; 4- investigação da percepção de professores e alunos sobre temas de gênero e sexualidade na EJA. Também é possível pensar em outra educação na EJA, não só nas questões de conteúdo, mas também na discussão das próprias relações que existem na escola. Essas relações são produzidas e reproduzidas na escola e acabam por expulsar esses estudantes do processo de escolarização regular.

A necessidade da discussão das temáticas de maneira mais ampliada, trazendo as discussões da desigualdade social pautadas nos marcadores sociais de sexualidade, gênero, raça, etnia, classe, são importantes para dar um sentido mais crítico e emancipatório para as pessoas que buscam retornar sua escolarização na EJA. Rechaçando, assim, a reprodução dos discursos hegemônicos que se encontram em disputa na sociedade.

Referências

BORTOLINI, A.; Vianna, C. As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação (2014-2018). *In:* Vianna, C.; Carvalho, M. (Orgs.). **Gênero e Educação**: 20 anos construindo conhecimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC** – Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília, DF: MEC, 2019a.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC** – Proposta de práticas de implementação. Brasília, DF: MEC, 2019b.

FERREIRA, C. C.; FERREIRA, S. P. A. Vivências Escolares de Jovens Homossexuais Afeminados: Estratégias de Resistência e Permanência. Tópicos Educacionais, Recife, v. 21, n.2, jul./dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/tópicoseducacionais/article/view/22415.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** A vontade de saber. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FURLANI, J. **Educação Sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MONTEIRO, S. A. de S.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e gênero na atual BNCC: Possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, Recife,

v. 1, n. 24, 2020. Disponível em: https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626/907

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 445-454, set./dez. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In Hollanda, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista:** Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TORRADA, L.; RIBEIRO, P. R. C.; RIZZA, J. L. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. **Contexto e Educação**, [*S.l.*], v. 35, n. 111, p. 46-63, 2020. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9088

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: Louro, G. L. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

Objetificação e sexualização do corpo feminino nas mídias sociais fitness: uma análise de postagens do Instagram

Tainã Milena Aristóvolo[1]
Vanessa Anunciação Silva[2]
Raphaella Silva Pereira de Oliveira[3]

Introdução

A sociedade organiza e constrói as diferenças entre os sexos e as mulheres são movidas à invisibilidade histórica, seja em desigualdade econômica, de discurso, oportunidades e educação. O espaço público que sempre pertenceu aos homens e poucas mulheres haviam se aventurado nele, foram sempre invisibilizadas pelo silêncio das fontes históricas. Hoje, essas mulheres passam a ser, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos de seu próprio espaço, levando a uma mudança radical na maneira de se escrever a(s) sua(s) história(s). "Durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar" (Perrot, 2007, p. 128).

Discute-se também a ideia de como a história moderna retrata o corpo feminino, e designa a aparência física, a maneira de vestir-se, do falar, e de como aparência física e a valorização das partes do corpo mudam conforme a sociedade e a época ao qual este corpo é exposto. Podemos compreender como este corpo (ou matéria) é

[1] Licenciatura em História (UNEB DCH IV). Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores/as (UNEB). tainamilenaprofissional@gmail.com
[2] Licenciatura em Educação Física UNEB DCH IV). Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores/as (UNEB). vanessasilva.hans@hotmail.com
[3] Doutoranda no Programa de Literatura e Cultura (UFBA); Mestra em Crítica Cultural (UNEB); Professora Assistente (UNEB Campus XXIII); Pesquisadora vinculada ao grupo Desleituras (UNEB) e PRO-SOM (UFBA).

lido a partir das formulações das divisões sociais, históricas e culturais dos papéis de gênero, geralmente reduzidas ao binarismo do que é ser homem e como se portar, e do que é ser mulher e como esse signo se constitui em matéria, compreendendo assim as modificações do corpo partindo da história da indumentária, sua trajetória e as modificações que a roupa representa no corpo da mulher.

Por séculos as mulheres tiveram seus corpos dominados por homens. A forma de se vestir, se portar, se comunicar, precisava antes de tudo ser prescrita e aprovada pelo gênero masculino. As roupas que a priori tem o objetivo de proteger a mulher, seja de fatores naturais como sol, calor, chuva etc., tinham também o papel de blindar o olhar do homem sobre esse corpo. Com a espetacularização dos esportes, e as mulheres adentrando cada vez mais nesse universo, as empresas patrocinadoras de clubes e times vislumbraram um mercado cada vez mais rentável com atletas femininas. No entanto a atenção não estava no talento das esportistas, mas sim nos seus corpos, com isso, os uniformes foram ficando cada vez menores, atraindo ainda mais o público masculino e promovendo a objetificação e sexualização dessas mulheres.

A objetificação e sexualização do corpo feminino tem sido cada vez mais latente na sociedade contemporânea, principalmente com a eclosão das mídias sociais, onde tanto a venda como o consumo, sejam de informação, produtos, ou serviços foram mais facilitados. Por outro lado, as propagandas utilizam-se de corpos femininos visando a venda de marcas há muito mais tempo, e essa modificação nas formas de comunicação aumentou ainda mais a exibição desses corpos ditos "objetos". As páginas *fitness*, por sua vez aderiram ao processo de propaganda com modelos em *sites*, *blogs*, revistas eletrônicas e mais recentemente, no Instagram, que por oferecer facilidade ao acesso, consegue entregar mais conteúdo em menor tempo, fomentando ainda mais a cultura da sexualização e objetificação do corpo feminino.

Julgamos como relevância social, pessoal e acadêmica, compreender e apresentar como a hipersexualização é traço

principal da banalização do corpo feminino, e como resultado gera a disseminação de uma narrativa mercadológica que ora promete resultados milagrosos para o alcance de um corpo perfeito, ora coloca esse mesmo corpo em papel de subserviência ao prazer masculino, negando o seu estado de ser pensante, político e social. Para tanto, elencamos como objetivo geral: analisar postagens da mídia social Instagram que sexualizam e/ou objetificam a imagem corporal da mulher em detrimento da cultura do alcance do corpo padrão através da venda de produtos ou serviços de *fitness*. Como objetivos específicos delineamos: discutir, a partir das contribuições teóricas do feminismo, a sexualização e objetificação do corpo feminino em propagandas; e analisar postagens de três páginas *fitness* do Instagram que ressaltam a sexualização e objetificação do corpo feminino como ferramenta de venda de produtos e serviços.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde a qualidade se dá no ambiente natural para a coleta e interpretação dos dados; com objetivo descritivo pois, ela "descreve as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis" (Vianna, 2016, p. 1); com coleta de dados a partir da Netnografia, usando a observação *online* como campo de trabalho, essa técnica "usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal" (Kozinets, 2014, p. 62). Utilizamos também a análise de conteúdo imagético, buscando observar, compreender e discutir as propagandas veiculadas em páginas *fitness* na rede social Instagram que apresentam em seu conteúdo a objetificação e/ou sexualização do corpo feminino, de acordo com Ortigues (1987, p, 222), "a análise das imagens é um comentário exegético que por conseguinte constitui-se em uma hipótese a qual responde as questões colocadas relativas a um texto ou a um documento".

Adotamos como critérios para escolha das páginas: ser nacional; possuir mais de 100 mil seguidores; e conter propaganda com imagens de mulheres em sua maioria em temática *fitness*. A

princípio foram selecionadas 20 postagens, após análise mais criteriosa, elencamos 8 delas para a análise do conteúdo, nestas constam imagem acompanhada de mensagem textual na foto e/ou legenda.

No primeiro capítulo apresentamos o conceito de corpo, sua representação social e como o corpo feminino foi delineado ao longo da história. O segundo capítulo traz uma análise da propaganda desde os anos 1930, adentrando no mundo da propaganda *fitness*, e como o corpo da mulher tem sido representado nesse cenário. O terceiro capítulo apresenta a análise das propagandas veiculadas no Instagram que apresentam imagens objetificadas e sexualizadas do corpo feminino, relacionando com o comportamento machista, o cenário mercadológico e a intencionalidade do mundo da propaganda.

O Que É Um Corpo...

O corpo é inserido numa representação social cotidiana de um centro em mudanças constantes, sejam sociais ou culturais, e se apresenta na pluralidade que qualquer país ou cultura possui, com seus problemas e fatos cotidianos e o preenche de informação, através das imagens fotográficas, neste caso, "prints". Nesse sentido, Foucault (2008, p. 260) "compreende os corpos enquanto emergências históricas, ou seja, são marcados pela história e pela cultura". Esse corpo, não se restringe ao biológico, não é algo natural, o corpo é uma superfície sob a qual se inscrevem normas culturais, sendo também o lugar direto de controle social. Para Pires (2005, p. 129),

> A necessidade existente de criar uma identidade e se diferenciar dos demais faz do corpo um outdoor de si mesmo, onde as interferências aplicadas à pele, ao marcar momentos e situações, constituem um registro da história do indivíduo. Elas apresentam um resultado físico e outro psicológico - o primeiro ligado à estética e à funcionalidade, e o segundo, ao gozo, à satisfação que advém da realização de superar os próprios limites e estar de posse de um determinado elemento (Pires, 2005, p. 129).

E quando se refere à mulher na sociedade moderna do século XXI, este segundo sexo[4], adentra a discussão da banalização do corpo e da sua imagem, que necessita estar em busca de uma perfeição estética e padronizada, seja em sua composição corpórea ou facial e a pressão social, exercita–se através de um novo trabalho que é a padronização de um corpo que torna–se vendido para marcas e em mecanismos midiáticos em rede sociais. Esta representação da mulher na atualidade vem sendo construída através de modelos culturais inalcançáveis que a publicidade exacerbadamente financia para oprimir este corpo e subjugar esta mente, dissociando–as de um composto unificado.

O ser humano só existe através do corpo e só corporalmente pode se relacionar com o mundo e com si próprio de maneira geral**.** A exemplo da relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault, podemos compreender este homem[5] não como uma unidade integral, mas como um composto de duas partes diferentes: um "corpo" (material) e uma "alma" (espiritual e consciente). Chamamos a isso "dualismo psicofísico"[6], ou seja, a dupla realidade da consciência separada do corpo.

O sujeito é visto, para Foucault (2000, p. 278), como elaborado, trabalhado e constituído, segundo critérios de estilo por meio de tecnologias de saber, de poder e de si, por ele consideradas de tecnologias do eu. Cada indivíduo enquanto sujeito, é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente: "os eixos do ser-saber, do ser-poder e do ser-se. São, portanto, os dispositivos e suas técnicas de fabricação, dentre as quais a disciplinaridade é um grande

[4] Referência ao título do livro "O segundo sexo" de Simone de Beauvoir. (Beauvoir, 1991).

[5] Homem: não como um gênero masculino, mas como personagem historiográfico, homo sapiens.

[6] Descartes sustenta uma tese dualista a respeito do ser humano, conhecida como "dualismo cartesiano". Segundo esta, o homem é constituído por duas substâncias: a alma, ou coisa pensante (res cogitans), e o corpo, ou coisa extensa (res extensa).

exemplo, que instituem o que chamamos de sujeito" (Foucault, 2000, p. 25). Neste sentido, cada um faz, não o que quer, mas aquilo que pode. Aquilo que lhe cabe na posição de sujeito que ele ocupa numa determinada sociedade, submetido aos ditames de instituições sociais e políticas (Foucault, 2000, p. 41).

A construção, o modelo e a fabricação realizam-se sobre os corpos dos indivíduos no meio social como característica de uma modalidade de subjetivação que perdura até os dias atuais, com propósitos de normalização e regularização da sociedade, onde o corpo humano destina-se como objeto de manipulações. Ou seja,

> [...] o corpo humano entra numa maquinaria que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder', está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (Foucault, 2000, p. 70).

O corpo é uma interpretação que dependente de um certo olhar, terá diferentes valores, dependendo de quem o olha e do lugar de onde ele é notado, não tem um valor próprio, mas um valor que depende do lugar que ele ocupa. (Rodrigues, 2003, p. 114).

Segundo Foulcault,

> Aprender a comportar-se, movimentar-se, ser preciso e ter ritmo. Gestos são fabricados, e sentimentos são produzidos. Este adestramento é resultado da aplicação de técnicas positivas de sujeição baseadas em saberes pedagógicos, médicos, sociológicos, físicos etc. O corpo torna-se útil e eficiente, mas ao mesmo tempo torna-se dócil e submisso: o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (Foucault, 1987, p.28).

Sendo assim, nada mais justo do que usar de todos os recursos das artificialidades para encantar e padronizar uma sociedade que se torna produto do meio midiático da propaganda comercial, um artigo pagável e moldável. Dessa forma, podemos compreender a

estrutura dos corpos femininos quando eram obras trabalhadas com destreza e cuidado e continuam a servir um mestre mercantil: o homem. A mulher bela no século XVIII, por exemplo, era aquela de pele e cabelos claros, quase ou totalmente brancos, com bochechas e "lábios vermelho-rosados, com penteados extravagantes e muito elaborados, amparada por vestidos pesados, desconfortáveis, sapatos adornados com excessivos detalhes decorativos"[7]. A imagem da figura feminina poderia ser muito agradável de ser vista e exibida, a exemplo de Marie Antoinette, consorte francesa que exaltava sofisticação e exagero.

Por séculos, o padrão dos corpos foi construído partindo de uma imagem idealizada pelo homem, uma cultura que objetifica o corpo da mulher, tornando-se signo de sedução e beleza, de *status*, um modelo predefinido pela estética do período. No século XVI, "os movimentos reformadores do vestuário foram criados e dirigidos por homens sensatos" (Laver, 1996, 14), que viam a futilidade da moda como uma estupidez desnecessária. As mulheres prendiam seus próprios corpos por obrigação, causava incômodos, quase sempre, moldavam o corpo para a forma desejada, mas prejudicando extremamente a saúde.

Através da arte percebe-se como na história o corpo das mulheres foi moldado para visualização como objeto que serve apenas para o deleite e fetiche da sociedade falocrata[8]. Partindo do início do século XX, com a ruptura dos antigos preceitos, traça a partir da Escola dos Annales[9] uma nova visualização do itinerário percorrido pela historiografia das diferentes formas de se escrever uma nova história das mulheres. Essas passam a ser, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos de seu próprio relato, levando a uma

[7] Silva, Laís Leite. Tamanho único: o feminino, a vaidade e as idealizações do corpo na história da moda / Laís Leite Silva. – 2011. 71 f: il.

[8] Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, é o regime social fundamentado na dominação cultural dos homens sobre as mulheres; a sociedade dos falocratas.

[9] BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

mudança radical na maneira de se escrever a sua história, e compreender a modificação de seus corpos.

A hipersexualização do corpo feminino está tão enraizada na sociedade que, consequentemente, não construímos o hábito de refletir e/ou questionar atitudes em que o corpo da mulher é estampado nas propagandas publicitárias utilizadas para promover produtos, perfumes, bebidas, carros, times de futebol, escolas de samba, concursos de beleza etc. Logo, precisamos ficar atentas para perceber que a objetificação do corpo feminino está em nossa cultura cotidianamente e presentes em todos os meios sociais e, sem refletir sobre os aspectos que alimentam a cultura machista, corremos o risco de reproduzir padrões estabelecidos pelo gênero masculino, onde o corpo feminino torna-se um mero objeto de desejo e consumo, desconsiderando o potencial intelectual e psicológico das mulheres.

A objetificação do corpo feminino é um conceito que descreve o processo pelo qual as mulheres são reduzidas a objetos de desejo ou de consumo, em vez de serem vistas como indivíduos completos com pensamentos, sentimentos e habilidades (Nunes, 2021). "O conceito de objetificação teve início na década de 70, mas não é um fenômeno novo. O termo objetificação consiste em analisar alguém no nível de um objeto, sem considerar seus atributos emocionais e psicológicos." (Lourenço; Artemenko; Bragaglia, 2014, p. 5).

Esse fenômeno é um aspecto crítico das discussões sobre gênero e poder na sociedade contemporânea e tem implicações profundas na forma como as mulheres são tratadas e percebidas, se manifestando desde a representação de mulheres em publicidade e mídia, até as normas sociais e culturais que valorizam a aparência física acima de outros atributos. Em muitos contextos, o corpo feminino é frequentemente retratado de forma superficial e desumanizada, reduzindo-o a um mero instrumento para a satisfação dos desejos de outros.

Na perspectiva de Wolf (1991), a idealização do mito da beleza, mesmo com a emancipação e conquistas feministas, conceder valor às mulheres concomitante a sua aparência serve a um projeto

econômico para o mercado e a indústria midiática e publicitaria que esperam lucrar onde existe a valoração do ódio aos nossos corpos e, com isso, tentamos modificar a sua aparência ou estética. É uma ação política, um ato de enfraquecer as mulheres na representação do feminino[10] através de uma padronização de dominação ao controlar suas relações e posições nos ambientes que vivem. Mesmo que estejamos continuamente elaborando discursos sobre a aparência, "o mito da beleza" opera a forma como se comportam estes corpos, comprometendo psicologicamente a autoestima deste feminino e destroçando as articulações dos movimentos de mulheres ao mesmo tempo em que enfatiza a competição entre si e ao domínio masculino.

O movimento feminista não é uma pessoa para conceber ou coibir direitos a ninguém, é um movimento de ideias, de conscientização, conforme cresce a conscientização, ocorre o empoderamento dessa persona no mundo e no meio ao qual vive. Tomando o poder de sua vivência para si, percebendo–se conforme existe no mundo, e não como os outros exigem. Dessa forma, compreender os movimentos feministas em suas diferentes pautas, é também possibilitar compreender o que é feminino,

[10] Feminino: Definição Acadêmica: No contexto acadêmico, o termo "feminino" pode ser abordado sob diversas perspectivas:
Gênero e Identidade: No estudo de gênero, "feminino" refere-se a um dos gêneros associados a mulheres e meninas. Os acadêmicos discutem como as características femininas são construídas socialmente e como essas construções influenciam a identidade e o papel das mulheres na sociedade. Isso inclui uma análise de como as normas de gênero moldam comportamentos, expectativas e experiências.
Psicologia e Sociologia: Em psicologia e sociologia, o "feminino" é frequentemente explorado em termos de traços, comportamentos e papéis tradicionalmente associados ao gênero feminino. No entanto, é importante notar que muitas abordagens contemporâneas desafiam essas associações fixas e exploram a fluidez e diversidade das identidades femininas.
Estudos Culturais e Literários: Em estudos culturais e literários, o "feminino" pode ser examinado em relação às representações e construções culturais de feminilidade em diferentes mídias e textos. Isso inclui a análise de como o feminino é representado e os impactos dessas representações nas percepções e expectativas sociais. (Brabo, 2015)

possibilitando assim mulheres e homens compreenderem-se enquanto agentes sociais, logo o feminino é a busca pela liberdade, sem afetar os demais da sociedade, o seu feminino, que perpassa a cultura e culturalização do meio.

Segundo Beauvoir, "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (Beauvoir, 1961, p. 5). Nenhum acerto biológico, psíquico, econômico define a forma que esta fêmea humana se insere na sociedade, é a junção de toda civilização que concebe esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. Outro entendimento como o de Santos *et al* (2024, p. 239) diz que,

> Assim, às mulheres, que por muito tempo tiveram o direito e a autonomia de seus próprios corpos retidos, cabem manter a suposta feminilidade: delicadeza, doçura, peso ideal e a obrigatoriedade da maternidade. Embora os "tempos" sejam outros, ainda persistem certas normas de gênero que insistem em manter os corpos femininos dentro desses parâmetros, exaltando seus corpos como altamente sexualizados, sensuais e objetificados.

A banalização da sexualidade e a hipersexualização do corpo feminino nos meios de comunicação, sejam estes televisivos, videoclipes, *outdoors* e as exposições midiáticas por meio de redes sociais, neste caso, imagens em rede social, caminham junto com a tentativa de reforçar modelos de feminilidade que separam as mulheres entre as "recatadas" e as "vadias", "putas" e "livres". Segundo Chaui (2000), imagens de corpos femininos disponíveis nas redes não traz liberdade para as mulheres, mas serve à satisfação masculina, independente da classe social que ele ocupa. Nesse sentido, uma nova onda de publicidade de fetichização do corpo cresce à sombra dessa mídia que vê a perfeição de uma padronização física ao molde das academias e vida *fitness* valorizando as práticas hedonistas como reforço ao culto da estética e da perfeição.

A venda de um corpo moldado à uma nutrição desenfreada com uso de suplementação e de produtos industrializados, nem

sempre satisfatórios, ou modificações cirúrgicas que apresentam um parâmetro consueto[11], apresentam uma problemática ainda maior na busca por um peso ideal que remete à magreza. Esses comportamentos contemporâneos fomentam a cultura do corpo perfeito e hipersexualizado, relegando a mulher ao papel de objeto publicitário, em detrimento da venda de produtos e serviços, que ressaltam a cultura machista.

A objetificação do corpo da mulher nas perspectivas desportivas em divulgação de mídias sociais questiona qual o papel da mulher na sociedade, o que de fato é explorado em diversidade de aspectos das desigualdades que persistem entre os gêneros homens e mulheres. Diferenças de oportunidades de acessibilidade ao mercado de trabalho, disparidade salarial e acesso à esfera pública de maneira dignificante, são alguns realces onde nota-se as formatações da estruturalização quo da sociedade moderna e constância das desigualdades históricas de gênero.

Outras dimensões, no entanto, são mais subjetivas e vem manifestando-se na forma como enxergamos o corpo das mulheres como subserviente à um sistema que serve à sexualização, à cultura do estupro, à vulgarização e à submissão masculina. Em que medida as consideramos indivíduos autônomos? Essas mulheres são realmente detentoras de seus próprios corpos? É aqui, em uma esfera particular que entra a objetificação do corpo feminino.

O corpo feminino e a propaganda

A mulher tem sido alvo de objetificação e sexualização em propagandas há décadas. Seja para chamar a atenção dos consumidores do sexo masculino, como comumente veiculas as propagandas de cerveja, desde seu início até os dias atuais; seja para colocar a mulher em condição de subserviência ao homem, ou

[11] De costume habitual.

delegá-la ao mero papel de Amélia[12], reforçando o machismo e sexismo presentes na nossa sociedade desde que o mundo é mundo. Bombarda e Rocha (2022) conceituam a publicidade e propaganda,

> Comumente entendemos a publicidade como atividade profissional dedicada à difusão pública de empresas, produtos ou serviços. Pode ser qualificada como uma "propaganda comercial". É a divulgação de produtos, serviços, e ideias junto ao público, tendo, em vista, induzi-lo a uma atitude dinâmica favorável. Já a propaganda pode ser apenas para fixar a marca ou a mensagem, mas também pode ser para lançar um produto inovador ou para informar a população sobre um evento importante. (Bombarda; Rocha 2022, p. 293).

Lopes, Linhares e Rocha (2015) chamam a atenção para as propagandas de 'remédios'[13] comercializados nos anos de 1930, para cura de defeitos estéticos como: manchas na pele, peito caído, feridas no couro cabeludo, gases fétidos, entre outas mazelas. O que impressiona é que esses cosméticos ou medicamentos eram produzidos e prescritos por homens, "[...] eles eram sobretudo médicos e moralistas - para quem a aparência feminina deveria mostrar uma beleza de alma inteiramente pura." (Lopes; Linhares; Rocha, 2015, p. 2).

Nos anos 1950 e 1960, a preocupação com a higiene da mulher foi o centro das atenções. No papel de mãe, cuidadora do lar e dos filhos, a mulher precisava também ser uma boa esposa e estar em perfeita beleza para servir aos seus maridos - isso era primordial para a manutenção do casamento. Já nos anos 1970 e 1980 as publicidades para beleza feminina estampavam nas capas mulheres jovens e bonitas, visando espelhar as donas de casa, mas principalmente atrair os olhares masculinos (Lopes; Linhares; Rocha, 2015).

---

[12] Amélia: termo pejorativo, de cunho machista utilizado até os dias atuais para caracterizar a mulher que é subserviente.

[13] Os cosméticos na época eram chamados de remédio, pois deveriam ser prescritos por médicos ou conhecedores da causa.

Sant'Anna chama a atenção para uma massificação de academias de ginástica e o aumento do culto à performance corporal nos anos 1980, deixando de lado os cuidados com alimentação, a mente e o lazer, por exemplo. As propagandas em voga se preocupavam em associar a imagem do empresário ao corpo que ele exibia, dando a conotação de que um bom gestor de uma empresa sabia também gerir o seu corpo (Sant'anna, 2000).

Os anos de 1990 foram marcados pela inserção da mulher no mercado de trabalho. Portanto,

> A publicidade começou a mostrar uma mulher bonita, elegante, que tinha uma boa vida profissional e amorosa. Desde então a beleza da mulher começou a se tornar algo obrigatório na publicidade. Deste modo a imagem da mulher foi cada vez mais representada por uma mulher que cuida do corpo e usa-o para atrair o homem. Assim, o corpo feminino começou a ser mais explorado que o masculino nas imagens publicitárias, tendo o objetivo de uma idealização da mulher. (Lopes; Linhares; Rocha, 2015, p. 3).

Compreendemos a partir das afirmativas, que o corpo feminino é utilizado como objeto de venda e consumo ao longo dos tempos, negando a esse corpo seu papel de ser social e pensante, que tem o poder de escolha. Para Bombarda e Rocha (2022) a propaganda usa o corpo como um fixador da marca, assim os consumidores irão associar o produto à sensação de prazer que a figura feminina provoca. Nota–se que este corpo feminino padrão de consumo estético é branco, visto como designo de beleza da mulher. Mesmo estando num país miscigenado e latino, a mulher preta nunca foi o padrão estético que a publicidade apresenta como modelo rentável, sempre tiveram seus corpos associados a força de trabalho ou hipersexualização**.** Como Grada Kilomba, escritora e psicóloga portuguesa, referencia este corpo e esta mulher negra: "a mulher negra é o outro do outro, pois é o outro do homem e o outro do branco", a antítese da masculinidade e da branquitude, estando hierarquicamente na posição mais vulnerável na supremacia patriarcal e colonial. (Kilomba, 2019, p. 18).

A feminista negra bell hooks (1995), em Intelectuais Negras, escancara o racismo, abusos e violência sofridas na infância negra. Vivências que desde cedo direcionam mulheres negras à cenários distantes do trabalho intelectual, da inteligência e da autoaceitação, inclusive da esfera acadêmica e intelectual. "Há sempre a necessidade de demonstrar e defender a humanidade dos negros incluindo sua habilidade e capacidade de raciocinar pensar coletivamente e escrever lucidamente" (hooks, 1995, p. 472).

Viola Davis levanta a discussão sobre as mulheres negras no teatro e cinema, para ter destaque ela não pode ser retinta demais, nem branca demais para que não perca a característica da raça, "[...] e se você é uma atriz negra retinta, provavelmente será a melhor amiga em vez daquela que é desejada em filmes com atores negros..." (Davis, 2023, p. 221). "Todos os atributos convencionados como feminino – atraente, vulnerável, desamparada – não se aplicam a nós. No passado fomos transformadas em posse, matéria-prima para experimentos desumanos, e isso evoluiu para a invisibilidade." (Davis, 2023, p. 251).

hooks (1995, p. 468) enfatiza que "[...] o sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros." No contexto escravocrata, essas mulheres eram consideradas sem mente, e seus corpos abusados pelos homens brancos. Como afirma Davis (2023), séculos de abusos transformaram-se em invisibilidade, na sociedade moderna, essa mulher negra é desprovida de beleza, inteligência e não merece ser amada, é vista pelo corpo, formas e curvas. Não à toa, a grande maioria das mulheres negras se sentem solitárias e não encontram um parceiro para construir uma relação saldável e duradoura (Pacheco, 2008).

Tais fatos justificam a presença ainda tímida de mulheres negras no universo da propaganda, e quando aparecem em destaque, estão relacionadas à cosméticos ou roupas afro, campanhas de movimento militante e ONG's (Amorim; Silva; Perez, 2017). Uma propaganda da marca Devassa veiculada em

2010 apresenta a cerveja preta e ao lado a imagem de uma mulher negra com roupas decotadas acompanhada da frase "é pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra". Embora seja rara a aparição de modelos negras nos comerciais de cervejaria, quando acontece, é carregada de estigmas e racismo, colocando a mulher mais uma vez na condição de objeto (Bombarda; Rocha, 2022).

Historicamente, as propagandas de cerveja utilizam modelos femininas vestidas em roupas curtas e decotadas, com foco em partes do corpo, acompanhadas de frases ou textos de cunho sexista e machista, enquanto o objeto da propaganda aparece em tamanho menor. "A publicidade tem utilizado a mulher como objeto para chamar atenção do homem, sua utilização se prevalece na persuasão de antes mesmo da imagem do próprio produto em questão." (Lopes, Linhares; Rocha, 2015, p. 3-4). Compreendemos com isso que há uma intencionalidade na utilização dessas estratégias, previamente pensadas para satisfazer um público que consome esses produtos, em sua maioria homens, independente de qual meio social ele pertence.

Esse comportamento na propaganda denota o quanto a mulher é obrigada a concordar com padrões machistas e misóginos. Para se enquadrar, ela "[...] deve ser magra, na maioria das vezes tem a pele branca e quase sempre é loura. [...] ou ela é a ingênua, submissa e dona do lar, e aparece com produtos de limpeza, cuidando da casa e dos filhos, ou é um símbolo sexual" (Belmiro *et al*, 2015, p. 7). Em qualquer que seja a posição, a mulher se encontra em subserviência aos padrões sociais.

Um teste de Holdeman (2012) caracteriza se há objetificação nas propagandas a partir da análise de alguns aspectos, são eles:

> [...] a imagem só mostra parte ou partes do corpo da pessoa; quando é coberta a sua cabeça para aparecer apenas partes do corpo; a pessoa é usada como apoio para objetos; uma imagem sensual de uma pessoa é utilizada sem propósito (para vender um relógio, por exemplo); a imagem passa a ideia da violação da integridade física de uma pessoa sem seu consentimento ou de outro tipo de violência, denotando alguém vulnerável; a imagem sugere que a disponibilidade sexual é uma característica que define a pessoa;

> a imagem mostra uma pessoa sendo exibida como mercadoria; o corpo da pessoa é usado como tela para passar alguma mensagem. (Heldman, 2012 *apud* Lourenço; Artemenko; Bragaglia, 2014, p. 5).

A propaganda atua na produção de cultura e educação, na construção da identidade, podendo alcançar públicos de várias classes sociais, idade, gênero, religião. Ela tem em si, o papel de formadora de opinião, atitudes e estilo de vida (Furlani, 2009). "A publicidade, portanto, pode exercer função tanto de objetificar a mulher quando empoderá-la, dependendo do discurso presente em sua comunicação." (Belmiro, et al, 2015, p. 3).

Furlani (2009) apresenta um estudo sobre a representação da mulher na propaganda presente em revistas tradicionais entre os anos de 1990 a 2000. Nos achados, a mulher aparece como protagonista em comerciais de eletrodomésticos; como objeto do prazer masculino em comerciais de carros, chuteiras e revistas de conteúdo adulto; fútil, frágil e influenciável em comerciais de motos e sapatos. Encontramos muitas contradições em propagandas que ofertam produtos para o público feminino, ao invés de ser a protagonista, quem aparece como o centro das atenções é o homem, ou o casamento, ou o lar.

Moreira (2020) analisou propagandas das mascas Avon, O Boticário, Dove e Gillette, veiculadas entre os anos de 2012 a 2019 e constatou que, apesar de serem comerciais voltados para mulheres e em sua maioria, apresentarem conteúdos feministas e de empoderamento feminino, também foi possível identificar mensagens subliminares como: a importância do autocuidado para agradar o parceiro; a necessidade de consumir produtos para ressaltar a beleza, que nesse caso, deixa de ser natural; a presença do par romântico; homens admirando as mulheres que estão consumindo os produtos da marca em questão.

Sobre isso, Furlani (2009, p. 139). afirma que, "a pedagogia da propaganda não apenas ensina sobre o suposto interesse material das mulheres, mas mostra uma representação de homem que vê a mulher como objeto de seu consumo e prazer (assim como as

comidas, os vinhos, os carros, etc.)" Já Moreira (2020) compreende que por mais que a propaganda tenha evoluído e adotado discursos mais feministas, a imposição da feminilidade ainda é algo marcante, principalmente nas propagandas de cosméticos, e ressalta que, "o fato das publicidades, até as mais coerentes em retórica, se dirigirem emotivamente à mulher diz ainda de uma representação da mulher emoção e o homem razão." (p. 51).

O corpo feminino e a propaganda fitness

Na atualidade têm sido cada vez mais comum presenciarmos propagandas esportivas ou do *fitness* atreladas à corpos femininos com roupas decotadas, transparentes e curtas. Elas se utilizam da exposição de corpos malhados para sustentar a ideia de corpo perfeito, e esse corpo livre de imperfeições compreende principalmente braços e peitoral musculosos nos homens, barriga tanquinho, coxas e bunda grande nas mulheres. Não à toa "[...] um dos traços mais valorizados pelos homens no corpo delas, como todos já devem imaginar, são as nádegas, mais conhecido como "bunda"." (Lopes; Linhares; Rocha, 2015, p. 6).

Embora hoje em dia a mulher represente uma grande ferramenta de vendas no mundo esportivo, sua inserção no mundo dos esportes e das práticas corporais não aconteceu concomitantemente ao processo da inserção masculina. Desde o surgimento dos esportes, as mulheres eram consideradas frágeis demais para tais práticas; em determinados períodos da história eram vistas como mero objeto de procriação; em outros períodos, não podiam exibir seus corpos em movimentos que pudessem despertar o desejo dos homens, ou cometer atos pecaminosos.

Sant'Anna afirma que nos séculos XIV não havia preocupação com os cuidados da higiene corporal, por outro lado era necessário construir um ideal de corpo forte, que denotasse poder e controle. "Aqui, a aparência corporal não precisa ser necessariamente aquela prevista pelo Criador. Ela deve ser fabricada, desde a mais tenra idade, segundo as prerrogativas de um mundo no qual as regras da

corte são modelares" (Sant'anna, 1995, p. 6). Em relação às mulheres, o adestramento[14] corporal era objetivo principal, e desde então, os corpos já eram moldados em prol da estética vigente,

> Com a voga dos coletes, o busto, as costas e o ventre começam a dar uma impressão de rigidez. A região abdominal, em particular a das mulheres, ganha a forma de um cone, até então inusitada. Doravante, a roupa não serve apenas para seguir os contornos do próprio corpo. Ela, incluindo o espartilho, impõe uma forma às aparências, adelgaçando-as e modelando-as segundo os ideais estéticos em voga (Sant'anna, 1995, p. 6).

Os séculos seguintes foram marcados pela ascensão da preocupação com o corpo través das dissecações cadavéricas, estudo dos órgãos, conquistas de terras e científicas e com isso, o método cartesiano vem a separar o corpo pensante do corpo matéria, [...] corpo é considerado a parte menos humana do homem (Sant'anna, 1995, p. 6).

A partir do século XIX, quando começaram a surgir as escolas ginásticas[15], os professores idealizadores pensaram em exercícios para fortalecer os corpos masculinos, protegendo-os das mazelas, e preparando-os para enfrentar a guerra. Já o corpo feminino até então "[...] protegido pelo espartilho será considerado um erro pedagógico e médico [...]. De todo modo, o uso do espartilho deverá, doravante, ser acompanhado pela educação física" (Sant'anna, 1995, p. 7). Ou mais precisamente pela prática da ginástica com exercícios que que ressaltavam a beleza, a graciosidade, a postura e a elegância.

Menezes, Júnior e Araújo (2017) afirmam que o discurso de libertar dos espartilhos não trouxe alívio para as mulheres, que até então eram obrigadas a esconder os quilos a mais condicionando-os aos vestidos apertados. Muito pelo contrário, a cobrança em voga era mostrar o corpo, porém esse corpo precisava ser perfeito.

---

[14] Termo utilizado no período de tentativa de eugenização através da higienização dos corpos, pautado na medicina, no Brasil imperou a partir do século XIX.

[15] Movimento que teve o objetivo de sistematizar as práticas corporais vigentes na época através de métodos criados pelos idealizadores em alguns países da Europa.

"[...] com o objetivo de garantir a saúde, os corpos femininos passaram a ser literalmente atravessados pelas ginásticas que foram sendo enunciadas como moda e sinônimo de saúde e bem-estar" (p. 88).

A beleza no século XX portanto, estava pautada na modelação do corpo feminino, esse discurso vinha maquiado de cuidados com a saúde. O sobrepeso virou objeto de debate entre os médicos higienistas e era caracterizado como problema de saúde, deixando as mulheres preocupadas e cada vez mais obcecadas pela cultura do corpo perfeito. Pois, "o que faz a beleza é um corpo magro e musculoso que se movimenta com leveza." E ainda, "[...] a silhueta esbelta e esportiva, os membros finos e musculosos sem gordura parasitária e porte energético: aí está hoje o ideal de beleza feminina". (Vigarelo, 2006 *apud* Menezes; Júnior; Araújo, 2017, p. 90).

Notamos que desde os tempos mais remotos o corpo feminino já obedecia a regras e valores impostos por homens, mesmo quando o objetivo era dar 'liberdade' a esse corpo. Na contemporaneidade, mais precisamente nos anos de 1980, nos Estados Unidos "[...] ocorreu um desenvolvimento considerável do mercado do corpo magro e musculoso e do consumo de bens e serviços ligados à sua manutenção, além de todo um aparato da mídia que nos reforça o tempo todo como este corpo é desejável e necessário" (Berger, 2006, p. 133). E ainda,

> Em um momento no qual os indivíduos se tornaram responsáveis pela sua beleza e boa forma, a luta para que seus corpos se enquadrem e se eduquem através dessa "moral estética" é cotidiana. No mundo cultuado pelas celebridades da Televisão, do cinema e dos *reality shows* "educativos" das últimas décadas do século XX os famosos promovem práticas educativas midiáticas que chegam ao universo das pessoas consideradas comuns quando a experiência de um corpo tido como "perfeito" passa a ser perseguida. (Menezes; Júnior; Araújo, 2017 p. 79).

Nos tempos atuais vivenciamos um contexto em que o 'culto ao corpo' têm sido cada vez mais frenético e muitas vezes causa danos irreversíveis. A sociedade tem imposto cada vez mais a

presença de corpos malhados, torneados e obedientes ao poder do consumo, como numa via de mão dupla, o mesmo corpo que vende um produto é obrigado a consumi-lo. Essa espetacularização do corpo é muito mais acirrada e imposta às mulheres, não à toa, elas são os cartazes de vendas em séculos de história.

As propagandas com objetivo de vender serviços e produtos apostaram desde muito cedo no corpo feminino como ferramenta para chamar a atenção dos clientes, principalmente quando o foco é o público masculino, temos exemplo das campanhas de grandes cervejarias pelo brasil e no mundo. Mas essas propagandas não se restringem à venda de bebida alcoólica, no mundo dos esportes e no mundo *fitness* a utilização de corpos femininos, cada vez mais nus e torneados vêm marcando os panfletos e cartazes que estampam a marca do serviço ou produto ofertado. Sobre isso Bombarda e Rocha (2022, p. 293), afirmam que as propagandas têm apostado na "[...] associação de produtos a corpos, para fixação de suas marcas, induzindo aos consumidores lembranças prazerosas de corpos, em primeiro plano, e em segundo plano, do produto anunciado como fonte de prazer ao ser consumido."

Não obstante, no mundo dos esportes o corpo é utilizado para desviar a atenção do talento e habilidade das atletas, Nunes (2021) exemplifica como a realidade do voleibol feminino se tornou um espetáculo com foco no corpo das jogadoras, o jogo deixa de ser objeto principal, o movimento corpóreo das atletas é o que prende o telespectador. Em outros esportes como o tênis, a saia curta é marco nas atletas femininas; e na ginástica, as mulheres são obrigadas a usar maiôs colados ao corpo com braços e pernas à mostra, enquanto os homens usam calças e camisetas. Essas atletas propositalmente usam trajes que as sexualizam e sensualizam durante as apresentações, oferecendo momentos de prazer aos olhares masculinos. Komori *et al* (2024) ressalta que,

> Na prática esportiva, atualmente, as mulheres usam colãs, biquínis e roupas que muitas vezes são desnecessariamente sexualizadas e não favorecem em nada o desempenho atlético. No esporte de alto rendimento, a única finalidade desses trajes parece ser objetificar seus corpos, de modo a

> enquadrá-los nos padrões estéticos desejados pelas agências de publicidade associadas aos patrocinadores dos eventos esportivos televisionados (Komori et al, 2024 p. 2).

"A manutenção das relações de dominação masculina na esfera esportiva se apresenta de diversos modos, podendo ser percebida no uso de vestimentas, como os uniformes femininos." (Santos *et al,* 2024, p. 237). Enquanto aos homens é dado o direito e liberdade de vestir roupas folgadas, confortáveis e que não marcam as curvaturas masculinas, as atletas femininas são obrigadas, pelas suas federações a usarem uniformes que expõem e sexualizam seus corpos.

As Olimpíadas de Tóquio 2020 foram palco para aumentar o debate acerca dos uniformes femininos quando as atletas de Handebol de praia foram multadas por usarem shorts ao invés de biquinis. Outra polêmica aconteceu quando "a equipe feminina alemã de ginástica, optou em utilizar macacões ao invés dos *collants* tradicionais, em um posicionamento contrário à sexualização na modalidade." (Santos *et al*, 2024, p. 244).

Nas Olimpiadas de 2024, a Mizuno virou notícia ao apresentar o uniforme feminino das equipes de vôlei, atletismo e tênis de mesa do Japão, utilizando uma tecnologia no tecido que impede a captura de fotos dos corpos e da roupa íntima das atletas. Já a Nike recebeu críticas pela discrepância entre os uniformes do atletismo feminino e masculino, em formato de maiô, o uniforme feminino apresenta muito mais exposição ao corpo quando comparado ao dos homens (Ninja Esporte, 2024).

Historicamente, as roupas têm objetivo principal de proteger o corpo, seja no sentido concreto ou abstrato, como por exemplo, o olhar do outro. No mundo esportivo e *fitness*, elas foram ficando cada vez menores com o passar dos anos, principalmente quando a propaganda começou a atuar de forma massiva e eficiente para promover marcas e produtos. Com isso a associação de marcas ao esporte e o advento dos patrocínios, as mulheres acabaram por ter

seus corpos expostos e sexualizados durante as partidas ou apresentações esportivas (Komori, *et al*, 2025).

Observando que essas estratégias funcionam, as propagandas de diversos produtos e serviços *fitness* se utilizam dos corpos femininos para vender, seja treino, programas de exercícios, suplementos, roupas do segmento entre outros produtos. No entanto esses "[...] corpos femininos são vendidos em partes e não associados a outros atributos da mulher: músculos bem torneados e grandes ganham as mídias, enquanto seu poder intelectual pouco é abordado" (Belmiro *et al*, 2015, p. 2). Surge então as discussões sobre como essas propagandas sexualizam e/ou objetificam a mulher em detrimento da soberania mercadológica.

Sexualização e objetificação do corpo feminino e o Instagram (IG)

As propagandas *fitness* décadas atrás estampavam os outdoors, capas de revistas e comerciais televisivos. Na era das mídias sociais, elas se apresentam em páginas de *internet* que detêm o máximo de alcance possível, como é o caso do Instagram, que direcionam o consumismo e a publicidade ao mecanismo mais próximo da prostituição legal de corpos femininos, em desnudez proposital e enquadramentos proporcionais à hipersexualização proposital. Nunes (2021, p. 2) afirma que,

> A objetificação do corpo da mulher está presente na nossa cultura, no nosso quotidiano. Muitas vezes, o corpo da mulher surge como um simples objeto de desejo e de consumo, o que acaba por alimentar os princípios do machismo. A mulher é, por vezes, valorizada, não pelas suas capacidades intelectuais, desportivas, psicológicas, mas pelos atributos físicos.

Ao abrirmos a rede social nos deparamos com inúmeros perfis de Influenciadores Digitais, os blogueiros dos tempos atuais, que ganham a vida produzindo conteúdos sobre determinado nicho e com isso impactam no estilo de vida de pessoas que os seguem. Influenciador digital é a pessoa que "[...] têm algum poder no

processo de decisão de compra de um sujeito; poder de colocar discussões em circulação; poder de influenciar em decisões em relação ao estilo de vida, gostos e bens culturais daqueles que estão em sua rede" (Karhawi, 2020 p. 48). Atualmente os Influenciadores são mais ativos no Instagram, rede social que surgiu em 2010 e tem como objetivo principal a postagem de fotografias na rede para que outras pessoas possam visualizar, curtir, comentar e compartilhar, nele é possível manter amigos, contatos e acompanhar suas atualizações (Piza, 2012).

O Instagram passou de mera rede social de contatos a um universo de comercialização de produtos. Ao passo que os *Influencers* entenderam que além de mostrar, é possível criar uma página de venda, o IG virou um verdadeiro *shopping online*. Além de pessoas fazendo propaganda de produtos e serviços, muitas empresas também utilizam a plataforma como vitrine, visto que "a difusão do seu conteúdo segue basicamente a lógica do ver e ser visto, ou seja, quando um conteúdo é adicionado, automaticamente este estará disponível a qualquer pessoa que tenha permissão para vê-lo (Piza, 2012, p. 17).

Pinto (2021. p. 32) compreende o Instagram como "[...] mais uma janela aberta à exposição, do íntimo para o mundo, onde qualquer pessoa conectada à *internet* pode ter acesso, e que, semelhantemente, tem o poder de influenciar." Ao pesquisar sobre a presença dos corpos femininos no Instagram, Pinto (2021) relaciona o poder da rede social em difundir um ideal de corpo a ser seguido com o aumento da insatisfação de mulheres em relação aos seus corpos, fruto da "[...] difusão dos ideais de beleza feminina na contemporaneidade, a partir do enorme volume de compartilhamentos de imagens que "exaltam as formas físicas 'ideais' e tudo o que vem decorrente dela [...]" (Pinto, 2021, p. 31). No entanto, antes mesmo da era instagramável[16], a mulher já não se sentia representada pelas propagandas,

[16] Termo utilizado entre os usuários do Instagram para referir a algo que está bom para ser postado.

> A imagem feminina, no âmbito da publicidade, tem uma realidade no mínimo distorcida. Isto fica claro ao conferir os resultados de uma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, que aponta que 65% das mulheres brasileiras não se identificam com a publicidade e com a forma com que são retratadas pela publicidade. Essa falta de semelhança com a mulher real só mostra que a mulher, na propaganda, é muitas vezes vista mais como um símbolo sexual do que como uma personagem. (Belmiro *et al*, 2015, p. 2).

Na publicidade, por exemplo, é comum ver mulheres sendo utilizadas como acessórios ou como símbolos de produtos, o que reforça a ideia de que seu valor está ligado à sua aparência física e ao desejo que podem despertar. Esse tipo de representação não apenas perpetua estereótipos prejudiciais, mas também contribui para a construção de padrões de beleza inatingíveis e a pressão para que as mulheres se conformem a esses padrões. Além disso, a objetificação pode afetar a forma como as mulheres são tratadas no cotidiano. Quando a sociedade valoriza mais o corpo de uma mulher do que suas habilidades ou realizações, isso pode levar a desconsiderar suas contribuições e a limitar suas oportunidades, impacta na autoestima e a saúde mental, uma vez que a pressão para atender a padrões de beleza pode causar ansiedade, depressão e distúrbios alimentares.

Apresentando as páginas

A objetificação e sexualização do corpo feminino é cada vez mais latente nas mídias sociais, o Instagram por ser uma plataforma de fácil acesso, gratuito e sem grandes restrições para postagem de conteúdo, a facilidade para divulgação dos produtos e serviços incorre em mais entrega em menor tempo. Dentre as milhares de páginas de conteúdo digital, estão as da categoria *fitness. Influencers, Personal Trainers,* Blogueiros, empresas e marcas diversas utilizam o IG para propagar seus produtos e serviços, e quando se trata desse nicho, as propagandas apresentam mulheres cada vez mais desnudas, em sua maioria brancas, com corpos malhados e

esbanjando saúde. Quando foge à regra, o conteúdo vem cheio de racismo, sexismo, gordofobia e ridicularização desses corpos.

Ao realizar uma busca pelas páginas fitness do IG, identificamos inúmeras postagens que fazem emergir a tônica da sexualização e objetificação do corpo feminino. Nesse sentido, elencamos algumas páginas que reproduzem essas propagandas em detrimento da venda de serviços *fitness*, em sua maioria treinos *online*, com promessas do alcance do corpo dito perfeito. Ao analisar mais de perto, selecionamos três páginas: Treinos Rápidos @treinosrapidos; Eli Medeiros @elipersonaldigital; e Treino Para Mulheres @treino_para_elas. Essas páginas chamaram mais a atenção pelos conteúdos, com postagens expondo corpos femininos, textos e imagens de cunho sexual e objetificação da mulher.

Por se tratar de páginas *fitness* com conteúdo voltado prioritariamente para mulheres, a grande maioria das fotos e vídeos apresentam mulheres com roupas justas, decotadas, mostrando a barriga, pernas e glúteos, o que automaticamente caracteriza exposição e objetificação do corpo. Portanto, para analisarmos as imagens selecionadas, levamos em consideração as mensagens textuais e/ou subliminares presentes, bem como a intencionalidade da propaganda.

A primeira página a ser monitorada foi @treinosrapidos, com mais de 400 mil seguidores, tinha como principais postagens os conteúdos de treinos para fazer em casa ou em outros espaços. No decorrer da pesquisa o Instagram da Treinos Rápidos foi derrubado, talvez porque estariam fazendo divulgação de jogos ilegais, no entanto, achamos importante manter as imagens nesse trabalho, por entendermos que o cancelamento não teve relação com o conteúdo específico da página, e por considerarmos as imagens ricas para discussão em questão.

A segunda página escolhida foi a @elipersonaldigital, com 326 mil seguidores, a página utiliza como produto de venda o Método QAF (Queima de Alta Frequência)[17] e promete emagrecimento de

[17] Fonte Instagram @elipersonaldigital

até 6kg em 30 dias com os treinos de 30 minutos feitos em casa. A proposta dessa página é a venda e postagem de treinos exclusivamente para mulheres.

A terceira página, @treino_para_elas, foi escolhida principalmente pelo nome e por ter o conteúdo exclusivamente para mulheres. Com 474 mil seguidores, a página promete ajudar mulheres a conquistarem o corpo dos sonhos com dicas de treinos todos os dias.

Analisamos as imagens a partir das contribuições teóricas do feminismo, utilizando desde a construção teórica até os resultados, as autoras Bell Hooks, Viola Davis, Jimena Furlani, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Ana Claudia Pacheco, Mochelle Perrot, Simone Beauvoir entre outras.

As imagens selecionadas foram divididas em duas categorias as quais elas representam, ***objetificação e sexualização*** do corpo feminino. Essas categorias apresentam propagandas que objetificam, sexualizam e expõem corpos femininos, e em alguns casos aparece exposição de teor cômico que acaba por estereotipar e ridicularizar esses corpos.

Objetificação

Imagem 1: Fonte @trinosrapidos



A primeira imagem traz como título: “o que mais você quer evoluir?” e apresenta corpos femininos seminus, dando enfoque nas costas, coxas, glúteos e abdome, torneados e musculosos. Em nenhuma das figuras aparece o rosto das mulheres, sugerindo que o importante aqui é o corpo, as formas, curvas e volume. Sobre isso, Bombarda e Rocha (2022, p. 293) ressaltam que a objetificação faz associação do corpo a um objeto “[...] independentemente das questões emocionais, culturais, sociais, educacionais, políticas. E quando se refere ao corpo feminino estamos entrando na discussão da banalização do corpo, mas também da imagem, da representação da mulher na atualidade.”

Imagem 2: Fonte @elipersonaldigital



A segunda imagem apresenta quatro tipo de abdomens, o primeiro magro e sem definição, o segundo mais torneado, o terceiro mais chapado[18] e o quarto, o que chamam de barriga tanquinho[19], com os músculos bem definidos e divididos. Tal qual a primeira imagem, não aparece o rosto das modelos, sugerindo a compartimentação do corpo, como muito foi difundido na era do higienismo. Aqui vale o corpo esbelto e livre de gordura e imperfeições, independentemente de a barriga ser magra, chapada ou tanquinho. "Corpos femininos são vendidos em partes e não associados a outros atributos da mulher: músculos bem torneados e grandes ganham as mídias, enquanto seu poder intelectual pouco é abordado." (Lourenço; Artemenko; Bragaglia, 2014, p. 7)

O mundo fitness não é exclusivo em propagandas escondendo o rosto das modelos. Uma campanha da cervejaria Skol, que veiculou entre 2006 e 2007, mostra dois provadores femininos, de um lado a mulher está completamente coberta pela cortina, a mensagem textual diz: "se o cara que inventou o provador bebesse Skol, ele não seria assim". No outro provador, somente o rosto da modelo é coberto por um pedaço da cortina, deixando o corpo à mostra, a mensagem textual diz "seria assim", sugerindo que para os apreciadores da cerveja, os provadores femininos não precisam ser privados e que os corpos femininos estão disponíveis (Lourenço; Artemenko; Bragaglia, 2014).

[18] Termo utilizado no meio fitness para adjetivar o abdome seco e mais para dentro.

[19] Termo utilizado no meio fitness para adjetivar um abdômen com musculatura definida e dividida.

Imagem 3: Fonte @treino_para_elas[20]



A imagem três apresenta uma modelo negra, vestida de biquini, mostrando o abdome tanquinho, pernas e glúteos grandes, na legenda a frase "Shape de qualidade", seguida de emojis que representam o fogo, um braço musculoso e o símbolo de ok, finalizando com a interjeição "UAAAU" e um emoji de foguete. Apesar de a propaganda apresentar todo o corpo da mulher, inclusive o rosto, o objetivo principal é mostrar o quão avantajada ela é, com pernas e bunda grandes e barriga definida. Características fisiológicas e anatômicas comuns em mulheres negras que são objetificadas e sexualizadas desde o período escravocrata, que contribuiu para o mito de mulheres negras como parideiras, fogosas, disponíveis ao sexo. "Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos

[20] Em referência a única imagem de uma mulher negra, citamos a importância de referenciar um filme que retrata a dominação, humilhação e exploração de um corpo feminino negro. Filme, A Venus Negra, de 2010 do diretor Abdellatif Kechiche , que retrata a trágica história de Ssehura/Sarah Baartman, a protagonista sofre todo tipo de infortúnios e há cenas sórdidas e degradantes de exposição a seu corpo diante de "cientistas" europeus, onde a protagonista deixava a África do Sul como escrava de Hendrick Caezar, sendo obrigada a se exibir em feiras de aberrações de Londres.

ocidentais como símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva." (hooks, 1995, p. 468). Gonzalez (2020, s.p.) vai além ao relatar que nos carnavais, a mulher preta se torna "espetáculo pra gringo ver"[21], "[...] ali ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la."

Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014, p.06), reforça que "os estereótipos são amplamente difundidos também pela publicidade e eles podem estar introjetados em vários indivíduos, a ponto de passarem despercebidos. Negros, crianças, mulheres e muitos outros indivíduos acabam sendo, assim, prejudicados." Esse estereótipo difundido pelo comportamento machista está intimamente relacionado com a violência contra a mulher. "A "objetificação do público feminino pode tornar o corpo feminino suscetível a desrespeito por parte de alguém, sem que isso pareça errado" (Lourenço; Artemenko; Bragaglia, 2014, p. 4), dando ao homem o poder de usá-lo quando achar conveniente.

Imagem 4: fonte @treinosrapidos



[21] Grifos nossos

A imagem quatro estampa as atrizes brasileiras Paolla Oliveira e Grazi Massafera vestidas em biquinis, exibindo as formas e curvas do corpo. No título da propaganda a frase "Imagina chegar aos 40 com o físico da Paolla Oliveira e Grazi Massafera", seguida de emoji de olhos com coração e palmas. A legenda elogia as atrizes como mulheres maravilhosas e questiona: "quem aqui tem essa meta?" Percebemos aqui que o foco é o corpo das atrizes, não se faz menção aos programas de exercícios que elas seguem, ao talento enquanto atrizes globais, ou sobre qualquer trabalho que elas realizam.

A estratégia de utilizar mulheres famosas em propagandas traz o olhar tanto para o homem quanto para a mulher que consome o enunciado. "[...] uma forma de controle do corpo feminino, definidor de um corpo ideal que seja objeto desejado por homens heterossexuais e por mulheres com objetivo de encarnar em si o corpo e o estilo de vida admirados." (Sacramento; Magalhães; Abib, 2020, p. 83).

É cada vez mais comum que mulheres não estejam satisfeitas com seus corpos, não se consideram bonitas ou no padrão estético atual, sofrem com a pressão social, pensam em fazer procedimentos estéticos, ou têm problemas com a autoestima. E quando propagandas de fitness apresentam modelos que exibem corpos padronizados socialmente, o desejo em alcançar esse padrão fica mais latente nessas mulheres (Lopes, Linhares, Rocha, 2015; Romão, 2022; Bombarda, Rocha, 2022).

Sexualização

A quinta postagem apresenta um casal encenando o ato sexual e traz no título a frase, "Você faz todo tipo de exercício, mas não consegue ficar assim 30 segundos". Na legenda a mensagem textual, "Você consegue ficar assim 30 segundos?" "A malícia está na sua cabeça." "Quer ficar Magra, com a bund@ grande e gostos@? Então agacha mulher!" Essa propaganda, além de relacionar o exercício agachamento com o ato sexual, coloca a mulher na

posição de objeto sexual, uma vez que a ideia é que a prática do exercício físico contribua que ela aguente mais tempo fazendo sexo, sujeitando o corpo feminino à mero objeto da satisfação masculina.

É importante salientar que para uma propaganda seja ética, independente de qual produto ou serviço ela represente, "[...] é necessário desligar o estereótipo de submissão da mulher e questionar de alguma forma os papéis de gênero, seja de uma forma cômica ou até mesmo de uma forma séria." (Lourenço; Artemenko; Bragaglia, 2014, p. 9)

Imagem 5: fonte @elipersonaldigital



A sexta postagem escolhida mostra uma mulher realizando o exercício *stiff* com as pernas afastadas, enquanto o Personal posicionado atrás dela mostra como fazer para melhorar a bananinha[22] e a gota[23]. O exercício consiste em realizar uma flexão

[22] Região que fica na parte posterior, entre o final do glúteo e início da coxa. É propícia a acúmulo de gordura localizada e pode gerar incômodo às mulheres.
[23] Formato que o glúteo adquire em forma de gota invertida, a partir do alongamento do glúteo máximo.

e extensão do quadril com os joelhos semiflexionados, utilizando carga de barra, halter ou outro acessório, com o objetivo de trabalhar os isquiotibiais (posterior da coxa) e glúteo máximo.

Imagem 6: fonte @treinosrapidos



Essa posição explora um ângulo onde a mulher aparece em posição vulnerável, com as suas pernas e glúteos em destaque, a posição e expressão corporal do Personal contribuem para a mensagem da sexualização do corpo feminino, como se ela estivesse sendo vendida ou oferecida a quem olha. Sobre isso Pinheiro e Caminha (2021) explicam que a vestimenta influencia os olhares ou assédio sexual, roupas curtas, justas ao corpo ou decotadas denotam que a mulher está disponível ou se oferecendo ao homem.

Imagem 7: fonte @treinosrapidos



A sétima postagem apresenta um conteúdo simular à anterior, na imagem a mulher aparece realizando o exercício agachamento sumô com barra nas costas, texto em destaque diz: "filmar de longe para não focar no sapo", um emoji de sapo finaliza a frase. O sapo aqui faz alusão à vagina, órgão sexual feminino, que historicamente foi considerado um tabu, mas na atualidade aparece em postagens de rede social, seja para mostrar o tamanho, a forma, a presença de gordura na região genital, ou até mesmo para servir de ridicularização nos chamados "memes"[24].

"[...] Além das vestimentas, os equipamentos em si, as posições que as pessoas ficam não se justifica, mas os homens

[24] Do grego – imitação. Muito comum na internet referindo-se a viralização de uma informação, vídeo ou imagem, geralmente com teor cômico.

observam bastante, fazem questão de fazer algum exercício próximo onde a mulher está fazendo pra ficar com a questão dos olhares" (Pinheiro; Caminha, 2021, p. 12). Em se tratando da postagem na rede social, existe uma intencionalidade por trás do ângulo e da forma que a modelo é filmada ou fotografada, quanto mais exposta ela estiver, mais engajamento a página ganha.

Podemos caracterizar esse comportamento como importunação sexual, ou assédio sexual, vez que a pessoa tem suas partes íntimas expostas em prol de curtidas e engajamento nas redes sociais. O "ambiente da academia, por ser um local em que ocorrem relações sociais, frequentado por um número significativo de pessoas, entre elas as mulheres, poderá haver assédio sexual, mediante conduta invasiva e inoportuna do assediador para com o público feminino." (Pinheiro; Caminha, 2021, P. 2)

Imagem 8: fonte @treino_para_elas



A postagem acima mostra uma mulher vestida em biquini minúsculo, com o glúteo em destaque e rosto coberto pela mensagem textual: "Significado de Bumbum na nunca". A legenda acrescenta com a frase, "Sem palavras...". O termo bumbum na nuca é muito utilizado no meio *fitness*, principalmente nas academias de musculação, e faz alusão à glúteos grandes e definidos, o que é considerado um atributo a ser trabalhado pelas mulheres, não à toa a cultura de treinar pernas e glúteos ainda é unanime entre o público feminino.

A sociedade contemporânea vive o que Sacramento, Magalhães e Abibi (2020) vão chamar de "mecanismos de autovigilância e autocontrole" (p. 84). Nos quais a atividade física, o valor nutricional, as mudanças no comportamento e o monitoramento das modificações corporais reverberam para o alcance de um corpo dito perfeito. Souza (2018) ao discutir sobre a docilidade dos corpos femininos no contexto das academias de ginástica, pondera que o exercício físico tem sido utilizado com ferramenta de adestramento e controle desses corpos, uma vez que ele busca incessantemente se enquadrar e obedecer ao discurso do corpo perfeito, muitas vezes disfarçado de um discurso de saúde, e que as propagandas reafirmam o tempo todo em seus conteúdos.

Conclusão

Essa pesquisa objetivou analisar postagens da mídia social Instagram que sexualizam e/ou objetificam a imagem corporal da mulher em detrimento da cultura do alcance do corpo padrão através da venda de produtos ou serviços de *fitness*. Para tanto, rastreamos três páginas de conteúdo *fitness* voltados prioritariamente para mulheres e que apresentam em suas postagens imagens de mulheres sexualizadas e/ou objetificadas visando alcance de curtidas, comentários e venda de treinos online.

A página Treinos Rápidos, @treinosrapidos apresentou, em sua maioria postagens com conteúdo de sexualização, objetificação ou ridicularização da mulher. A página da Eli Medeiros

@elipersonaldigital, direciona seus conteúdos exclusivamente para mulheres, e ao analisarmos as postagens identificamos conteúdos de apelo sexual, objetificação e ridicularização do corpo feminino. Em contrapartida, a página Treino Para Elas @treino_para_elas, que também direciona seu conteúdo exclusivamente para mulheres, foi a que menos apresentou imagens com objetificação ou sexualização, apesar de a maioria dos posts mostrarem as modelos em trajes curtos e decotados.

Utilizando a análise de conteúdo a partir da contribuição das teorias feministas, foi possível identificar que as páginas utilizam da objetificação e sexualização do corpo feminino para propaganda de treinos *online*, venda de produtos e serviços, para ganhar curtidas, compartilhamentos e seguidores. Identificamos nas postagens a nudez cada vez mais naturalizada; frases de cunho sexual em títulos e legendas dos posts; o corpo representado de forma compartimentada com foco no abdome, glúteos e pernas; textos com duplo sentido, em sua maioria sexualizando ou ridicularizando esses corpos; e exposição da mulher em posições que caracterizam importunação sexual.

A análise das postagens no Instagram dentro do contexto *fitness* revela uma tendência preocupante em relação à objetificação e sexualização do corpo feminino. Através das imagens e mensagens compartilhadas, observamos que muitos conteúdos promovem padrões de beleza e formas corporais que são inatingíveis para a maioria das mulheres. Esta prática não só reforça estereótipos de beleza irrealistas, mas também contribui para a perpetuação de uma cultura que valoriza o corpo feminino principalmente pela sua aparência.

A objetificação do corpo feminino é evidenciada na forma como as postagens frequentemente destacam aspectos físicos específicos, muitas vezes em detrimento da saúde e do bem-estar geral e a hipersexualização em detrimento deste feminino. A sexualização é igualmente notável, com muitas imagens utilizando o corpo feminino de forma a atrair atenção e gerar engajamento publicitário rentável, em vez de promover uma abordagem

equilibrada e saudável ao *fitness*. Esses fenômenos têm implicações significativas para a autoestima das mulheres e para a maneira como elas percebem seu próprio corpo. A pressão para se conformar com padrões estéticos irreais pode levar a problemas de saúde mental e física, além de impactar negativamente a autoimagem.

Para mitigar esses efeitos, é crucial que tanto criadores de conteúdo quanto usuários de mídias sociais promovam uma representação mais inclusiva e realista da beleza e da saúde. Encorajar a diversidade e a autenticidade nas postagens pode contribuir para uma cultura digital que valoriza o corpo feminino em sua totalidade, em vez de reduzi-lo a um mero objeto de desejo. Além disso, é fundamental que haja uma conscientização crescente sobre o impacto que essas representações podem ter e a implementação de práticas que priorizem a saúde e o bem-estar em vez da conformidade com padrões estéticos muitas vezes prejudiciais.

Santos *et al* (2024) ressaltam que o ambiente das mídias sociais pode ser um ótimo campo para as discussões feministas no que tange o combate à objetificação e sexualização da mulher, dado o alcance e a facilidade na disseminação da informação. Contudo é necessário que órgãos fiscalizadores atuem também nas redes sociais, controlando essas postagens e impondo limites à essas páginas no sentido de modificar esses comportamentos, que objetificam a mulher, que estão vigentes na cultura contemporânea.

Referências

AMORIM, Eliã Siméia Martins dos Santos; SILVA, Elis Rejane Santana da; PEREZ, Clotilde. **A mulher negra na publicidade**: entre estereótipos, preconceitos e tendências. VIII Propesq PP, Edição Recife, 2017. Disponível em:< https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002919850.pdf>. Acesso em: 11. ago. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Moraes, 1991.

BELMIRO, Dalila Maria Musa *et al*. Empoderamento ou Objetificação: Um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas de cerveja Devassa e Itaipava. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

BERGER, Mirela. **Corpo e identidade feminina**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOMBARDA, Fábio; ROCHA, Damião. A objetificação do corpo feminino em publicidade e propaganda de cerveja. **Revista Humanidades e Inovação** - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.9, n.15, 2022.

BRABO, T. S. A. M. **Movimentos sociais e educação: feminismo e equidade de gênero**. In: DAL RI, N. M.; BRABO, T. S. A. M. (Org.). Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais. Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2015. p. 109-128.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DAVIS, Viola. **Em busca de mim.** Rio de Janeiro: BestSeller, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

FURLANI, Jimena. **Representações da mulher e do feminino na mídia impressa brasileira:** desconstruindo significados na Educação Sexual. In: Secretaria de Estado da Educação. **Sexualidade.** Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. - 216 p.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**. n 2. 1995.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Revista Communicare**. Jan/2017. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/341983923> Acesso em: 25. Jul. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

KOMORI, Beatriz Aimi *et al*. Objetificação da mulher no esporte: proposta de uniformes. Instituto Federal do Paraná. 2024.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAVER, James. **História da Moda**: Uma História Concisa. São Paulo: Companhia das Letras,1996.

LOPES, Karina de Lima; LINHARES, Jan Klever Oliveira; ROCHA, Davi de Castro. **A Erotização da Mulher Relacionada com a Publicidade**. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Natal – RN. 2 a 4/07/2015.

LOURENÇO, Ana Carolina Silva; ARTEMENKO, Natália Pereira; BRAGAGLIA, Ana Paula. **A "objetificação" feminina na publicidade**: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vila Velha - ES – 22 a 24/05/2014.

MENESES, Joedna Reis de; JÚNIOR, Azemar dos Santos Soares; ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. História da beleza e práticas educativas de adestramento dos corpos femininos no brasil. **Revista de História** [37]; João Pessoa, jul./ dez. 2017.

MOREIRA, Brunna Pereira. **O feminino através do tempo**: Uma análise semiótica do uso do feminismo pela publicidade. (Trabalho

de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Uberlândia-MG, 2020.

NINJA ESPORTE. Disponível em:< https://midianinja.org/author/ninja-esporte-clube/>.

NUNES, Joana Saboga. A objetificação do corpo da mulher no desporto é um problema social. Magazine. 15 de maio de 2021. Disponível em: < A objetificação do corpo da mulher no desporto é um problema social - ESCS Magazine (ipl.pt)>. Acesso em: 21. jul. 2024.

ORTIGUES, Edmond. **Interpretação**. IN: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, v. II.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: São Paulo, 2008.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 520p.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 159p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Maria Rosângela Dias; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. Assédio sexual em mulheres praticantes de musculação: impactos no seu cotidiano. **Interface: comunicação, saúde, educação**. Disponível em:< https://www.interface.org.br>.

PINTO, Juliana Rodrigues. **Corpos femininos no Instagram**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Ouro Preto-MG, 2021.

PIRES, Beatriz Ferreira. **O Corpo como Suporte da Arte**: Piercing, Implante, Escarificação, Tatuagem. São Paulo: SENAC, 2005.

PIZA, Mariana Vassallo. **O fenômeno Instagram**: considerações sob a perspectiva tecnológica. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília-DF, 2012.

RODRIGUES, Sérgio Murilo. A relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault. UFMG. **Revista de Psicologia** - Belo Horizonte. V:9; vol. 13. Minas Gerais. 2003.

ROMÃO, Adriane Macedo. **A Busca pelo Corpo Perfeito e a Objetificação das Mulheres:** das Artes Visuais ao Instagram. UniCEUB, Brasília, DF, 2022.

SACRAMENTO, Igor; MAGALHÃES, Thamyres; ABIB, Roberto. As musas fitness como corpos dóceis: uma análise de processos de normalização do corpo feminino na cultura contemporânea. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos 22(3):81-93 setembro/dezembro 2020. Unisinos – doi: 10.4013/fem.2020.223.07.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. As infinitas descobertas do corpo. **Cadernos Pagu**. (14) 2000: pp.235-249.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e história. **Cadernos de subjetividade**. Núcleo de estudo e pesquisa da subetividade – Programa de estudo de pós-graduação em psicologia clínica – PUC/SP, 1995. Versão online. Disponível em: file:///V:/P%C3%93S%20G%C3%8ANERO/9.%20TCC/SEXUALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MULHER/Corpo_e_historia.pdf. Acesso em: 20. jul. 2024.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro *et al.* Gênero feminino, corpo e sexualidade no esporte: os uniformes das atletas nas Olímpiadas de Tóquio. **Mídia e Cotidiano**. Volume 18, Número 1, jan-abr de 2024.

SILVA, Laís Leite. **Tamanho único**: o feminino, a vaidade e as idealizações do corpo na história da moda / Laís Leite Silva. – 2011. 71 f: il.

SOUZA, Mariana de Oliveira de. **Corpos dóceis:** as mulheres nas academias de ginástica. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Curitiba, 2018.

VÊNUS Negra. Abdellatif Kechiche. **MK2 Productions.** França, 2009.

VIANNA, Cleverson Tabajara. **Classificação das Pesquisas Científicas** - Notas para os alunos. Florianópolis, 2013, 2p. Janeiro, 2016.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco; 1991.

Entre ilhas, travessias e transfobias: reflexões sobre o uso do nome social de alunas(os) transexuais e travestis em escola da rede estadual da Bahia

Aleí dos Santos Lima[1]
Amélia Tereza Santa Rosa Maraux[2]

A educação entre os muros da escola "do" Desembargador

Entre as águas salgadas e as terras outrora pertencentes aos povos originários, arena de batalhas pela Independência da Bahia e do Brasil através da astúcia de personagens como Maria Felipa, o Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna foi nomeado com a alcunha de um homem branco, cisgênero, de alta condição social, que dispunha do poder, dos benefícios e vantagens de um magistrado que atuava na segunda instância do Poder Judiciário. É o nome da "Vossa Excelência" Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna que está pintado na muralha principal da escola. Quando eu atravesso o portão principal dessa unidade escolar e deixo, no sentido literal da palavra, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do lado exterior da escola, reflito sobre seus muros.

Andando em direção às salas de aula, pátio e corredor que acessa a entrada e saída da escola, observo seus muros internos

[1] Doutoranda em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), bolsista pela CAPES e integrante do Grupo de Pesquisa (Auto)Biografia, Formação e História Oral (GRAFHO/UNEB); Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores/as (UNEB).); Professora da Rede Pública Estadual da Bahia: profdr.alei@hotmail.com

[2] Doutora em Difusão do Conhecimento (PPGDC/UFBA). Professora Assistente do Departamento de Educação (UNEB Campus XIV); integrante do Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (CEGRES Diadorim/UNEB); arosa@uneb.br

grafitados com nomes e imagens de diversas personalidades negras: Maria Felipa, Carolina Maria de Jesus, Abdias Nascimento, Carla Akotirene, Milton Santos, Mano Brown. Os registros feitos nesses muros podem falar ou são figurativos? A educação como prática da liberdade, para desterritorializar, desencaixar, está de qual lado desse muro? Em cima? Ao lado? De que lado exatamente? Dentro ou fora da escola? Alguém desce desse muro? Alguém escala essas paredes? Os muros falam, mas são silenciados também; podem ser vistos como suporte, símbolo de medo, isolamento, segurança, prisão, fins estéticos e como um mecanismo de privacidade. Um muro trata-se de uma construção física que delimita territórios, contatos, convívio, livre circulação de algumas pessoas.

Os muros dessa escola são provocativos. Em qual lado do muro a perspectiva de educação antirracista, não sexista, combativa à LGBTfobia e transfobia, a escola, está situada? E como é nomeado esse lugar? Você está demolindo muros fundados no concreto da colonialidade do poder, da hetero(cis)normatividade opressiva, da homofobia, lesbofobia, transfobia, do sexismo ou segue alicerçando o modelo de educação fronteiriça? E as(os) alunas(os) transexuais e travestis, como esses corpos-territórios, enquanto "um texto vivo, um texto-corpo que narra as histórias e as experiências que o atravessa" (Miranda, 2020, p. 25), cruzam esses muros?

O corpo docente do Colégio Estadual Júlio Virgínio é composto por 49 professores(as), entre efetivos(as) e contratados(as), e 16 prestadores(as) de serviços terceirizados(as). Quanto a infraestrutura, é importante ressaltar que a escola não dispõe de acervo de livros, biblioteca ou sala de leitura, tampouco laboratório de informática e ciências. Há quadra de esportes, mas é descoberta, o que dificulta a prática de atividades esportivas seja no inverno ou no verão. São 17 salas de aulas e apenas 3 banheiros, com duas subdivisões para atender o quantitativo de 1.280 estudantes, sendo um destes adaptado para uso de alunas(os) com algum tipo de deficiência. A acessibilidade arquitetônica é recente.

As rampas ainda exalam o frescor do cimento, no entanto, suas inclinações dificultam o acesso até mesmo de quem não carece de condições específicas de locomoção. A princípio, parece que não foram estruturadas usando as diretrizes da NBR 9050,[3] para além disso, não há sinalização de acessibilidade como piso e mapa tátil.

Em conformidade com dados do Sistema Integrado de Gestão da Educação (Sigeduc), no ano letivo de 2024, o Colégio "do" Desembargador contava com 52 turmas, distribuídas entre 1.280 alunas(os), sendo 1.022 matriculados(as) no Ensino Regular e, 258, respectivamente, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa realizada foi insuficiente para acessar dados que permitissem traçar um perfil racial e o recorte de gênero das(dos) alunas(os) matriculadas(os) nesse estabelecimento de ensino, sendo necessária recorrer a outras fontes.

Nesse sentido, afirmo que a maioria das alunas(os) matriculadas(os) são identificadas(os) com pertencentes ao sexo biológico feminino, e quanto ao marcador racial, são predominantemente pretos(as) e pardos(as), tomando como referência a heteroidentificação, a partir da minha leitura visual, entrecruzada com o levantamento da Superintendência de Gestão da Informação (SGINF), da Secretaria Estadual de Educação (SEC). Todavia, saliento que, apesar de se tratar de informações oficiais utilizadas, conforme a própria Sec, na construção no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), etapa Ensino Médio, há graves erros de cálculos e incongruências quanto a contabilização e redistribuição dos valores apresentados. Isto posto, registro que, em conformidade com o levantamento que consta no DCRB, o estado da Bahia tinha um quantitativo de 557.441 alunas(os) matriculadas(os) nos anos finais da Educação Básica, no ano de 2020, sendo que

[3] A NBR 9050 é uma norma técnica elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que estabelece critérios e parâmetros a serem seguidos para garantir a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

> [...] do total de matriculados/as, 178.382 pessoas não declararam sua cor, raça ou etnia. Entre os/as que manifestaram essa informação, 60.176 (24,3 %), se classificam como pretos/as; 275.001 (48,1%), o maior número, como pardos/as; 39.139 (18,9%), como brancos/as; 2.073 (3,3%), como amarelos/as e 2.305 (1,2%) como indígenas. Pretos/as e pardos/as são, portanto, a imensa maioria dos/as discentes do Ensino Médio na Bahia. Do total de negros/as 300.916 são do sexo feminino e 256.525, do sexo masculino (Bahia, 2022, p. 127).

Ao radiografar os marcadores de gênero, raça/etnia e orientação afetivo-sexual, o DCRB recorre ao resultado de uma pesquisa intitulada "Escuta aos Estudantes", que contou com a participação de pouco mais de nove mil alunas(os) respondentes. Segundo os resultados dessa amostragem,

> [...] quanto ao marcador social gênero, 99,2% se classificam como masculino ou feminino. Em relação à orientação afetivo-sexual, 91,1% se classificam como heterossexuais, *4,4% como bissexuais, 2,2% como bissexuais*[4] e 0,4% como pansexuais. Estamos tratando de 7% dos/as estudantes baianos/as, que podem chegar ao contingente de mais de 60 mil indivíduos que não se identificam como heterossexuais (Bahia, 2022, p.127, grifo nosso).

Deste modo, não há menção a outras identidades de gênero, como as transidentidades, tampouco dados que atestem o quantitativo de alunas(os) transexuais e travestis na Rede Estadual. Ao reexaminar as pastas individuais e os registros de matrículas referentes ao ano letivo de 2023 e 2024, do Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna, identifiquei que no ano de 2023, a escola tinha três alunas(os) transexuais e travestis regularmente matriculadas(os). No entanto, em 2024, o número decaiu, eram apenas duas alunas(os) transexuais e travestis matriculadas(os) no turno vespertino e, conforme ficha de

[4] Registramos mais uma incoerência na redação do Documento Curricular Referencial da Bahia. O fragmento em destaque - "4,4% como bissexuais, 2,2% como bissexuais" - apresenta informações repetidas e dados confusos, contudo, é assim que está registrado no documento oficial publicado pela SEC. Desse modo, opto por manter a citação em conformidade com a fonte.

matrículas, registradas(os) com nomes de registro civil, identificadas(os) como pretos e pardos, na faixa etária dos 17 anos.

Fui lotada no Colégio "do" Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna no ano de 2023 e esse artigo foi pensado a partir das minhas vivências (enquanto pesquisadora) nesse território em meados de 2024, diante das provocações decorrentes do processo formativo na Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras(es), coordenada pelo Centro de Estudos em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade da Universidade do Estado da Bahia (Diadorim/ UNEB).

Foi a partir da pós-graduação que busquei refletir sobre minha ação pedagógica diante de um cenário educacional afetado pela colonização do gênero, pela dominação do capital e que, tantas vezes, torna-se reprodutor da padronização cisheteronormativa, cristã, racista, machista, LGBTfóbica, transfóbica, sexista e limitante do ponto de vista dos fechamentos dos corpos em estereótipos. Nesse sentido, "Entre ilhas, travessias e transfobias: reflexões sobre o uso do nome social de alunas(os) transexuais e travestis em escola da rede estadual da Bahia" objetiva identificar se a Resolução nº 120/2013 do Conselho Estadual de Educação (CEE) que dispõe acerca da adoção do nome social das(dos) alunas(os) travestis e transexuais está sendo aplicada no âmbito da escola pública, mais precisamente, no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna.

Destinos náuticos: a rota teórica-metodológica da navegante

Antes de "fazer-se ao mar", é necessário entender alguns conceitos. A palavra cisgênero ou cis é utilizada para denominar as pessoas que se sentem em conformidade com sexo biológico, atribuído ao nascimento. Por sua vez, não cisgênero refere-se às pessoas cuja expressão de gênero não corresponde ao imposto socialmente, considerando o binarismo feminino ou masculino, nesse caso: pessoa transgênero ou trans. Letícia Nascimento (2021) sinaliza que o termo "trans*", seguido de sinal gráfico em forma de

estrela (*), atravessa muitas identidades não cisgêneras: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e não binárias. Quanto ao uso do vocábulo mulheres trans, a autora salienta que faz referência a mulheres transexuais e transgêneras. Ao se apresentar como travesti, Letícia Nascimento informa que apesar desta expressão estar contemplada na dimensão do termo trans*, escolhe não usá-lo tendo em vista a necessidade de afirmação das identidades travestis (Nascimento, 2021, p.29-30).

Sob a prospectiva de Jaqueline Gomes, pode ocorrer desacordos acerca das significações atribuídas a esses vocábulos, pois há quem conceba a palavra transgênero como dissociada das experiências travestis e transexuais. Percebe-se que tanto a palavra transgênero quanto trans ou trans* são terminações que possibilitam a ampliação das definições de gênero, visto que, em conformidade com Judith Butler, "a miríade de debates em curso a respeito da palavra mostra que nenhuma abordagem para definir ou compreender o gênero é dominante" (Gomes, 2024, p. 09).

Deste modo, diante das muitas maneiras de experienciar as identidades não cisgêneras, Jaqueline Gomes destaca aspectos que "[...] cabem na dimensão geral que denominamos de transgênero, como expressões diferentes da condição trans", quais sejam: "a vivência do gênero como: identidade (o que caracteriza transexuais e travestis)" ou a experiência "[...] como funcionalidade (representado por *crossdressers, drag queens, drag kings* e transformistas)" (Gomes, 2012, p. 10). Por conseguinte, Berenice Bento entende transexualidade, travestilidade e transgênero como "expressões indenitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações" (Bento, 2008, p. 20).

Assim sendo, ciente de que as identidades de gênero não são restritas ao campo biológico, mas construídas na intersecção entre os aspectos psicológicos, culturais, históricos e sociais, nesse estudo, adoto a utilização dos termos "transexuais e travestis" ciente de que esse sentimento de pertencimento ao gênero é socialmente construído, como apontado pelas autoras.

Faz-se necessário delimitar o percurso metodológico, ou seja, o conjunto de técnicas e métodos empregados para alcançar os objetivos propostos para o desenvolvimento desse estudo, classificado como sendo uma pesquisa documental (Gil, 2002). O uso documental, assim como ocorre com outras fontes, possui suas limitações. Desse modo, ao recorrer a análise documental, faz-se necessário considerar a conjuntura histórica, social, cultural e política que proporcionou a produção de um determinado documento tendo em vista a inexistência de neutralidade na produção documental, pois cada fragmento, palavra, omissão, supressão, ausência diz muito sobre seus sentidos, intenções e significados. É nesse sentido que interpretaremos as fontes utilizadas nessa pesquisa: os registros de matrículas, diários de frequência, diários de notas levantados na Secretaria da unidade escolar; resolução (ato normativo) do Conselho Estadual de Educação.

Também são fontes de análise o levantamento de dados na plataforma Sigeduc, tendo em vista ainda o critério heteroidentificatório, ou seja, a percepção do outro, ou melhor, a minha percepção que pode atestar a existência física (ou não) das(dos) alunas(os) transexuais e travestis com base no uso do nome social e na performance dos seus corpos, que falam por si e sobre si. Conforme dados da SEC (Bahia, 2022), no que concerne ao marcador social de gênero, a maior parte do alunado da rede estadual classifica-se como pertencente ao sexo biológico feminino, assim sendo, neste estudo, opto pela flexão do gênero feminino da seguinte forma: a(o) aluna(o), das(dos) alunas(os).

Navegações pelas fronteiras da implementação do nome social de alunas(os) transexuais e travestis no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'anna

As(os) alunas(os) travestis, transexuais e outros que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia, há uma década tem direito a inclusão do nome social no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino, fundamentado na Resolução

nº 120, de 05 de novembro de 2013, quando o CEE, após mobilizações da Associação de Travestis e Transexuais de Salvador (ATRAS).

Segundo informa Amélia Maraux, a ATRAS iniciou o ano de 2013 já mobilizada, protocolando documento junto a Superintendência de Educação Básica da SEC "solicitando a inclusão do nome social nos registros escolares como forma de garantir as pessoas travestis e transexuais o direito a escolarização" (Atras, 2022, p. 123). Ana Maria Silva Teixeira era a Presidenta do CEE, à época, Norma Lúcia Vídero V. Santos era a Presidenta da Comissão de Direito Educacional e Alda Muniz Pêpe foi a relatora. O referido ato normativo foi homologado pelo Secretário da Educação do Estado da Bahia, Osvaldo Barreto Filho, em 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) dois dias depois.

A determinação do uso do nome social no tratamento e nos registros escolares das(dos) alunas(os) transexuais e travestis que desejem marcar suas identidades de gênero, de sexo ou de outro(s) aspecto(s) em qualquer instituição educacional das redes municipal, estadual, particular e também do nível superior foi assegurada no 1º artigo da Resolução nº 120/2013.

Em meu primeiro ano letivo (2023), no cargo de professora, no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna, a coleta informativa da presença estudantil começou diferente, pois essa ação ordinária na prática pedagógica gerou tensão e embaraço entre algumas(alguns) alunas(os) que temiam que os nomes chamados publicamente fossem aqueles denominados no ato do registro civil, quando do nascimento.

Temerosas(os), em duas diferentes situações, uma aluna e um aluno pediram para que eu não pronunciasse os nomes que certamente estariam registrados no Diário de Classe. Ao folhear as páginas do referido documento escolar, certifiquei que o receio tinha fundamento. Os pronomes registrados não correspondiam aos nomes que a aluna e o aluno se identificavam, não fazendo

referência a performatividade daqueles corpos ante a identidade de gênero imposta naquele documento escolar.

Ao final da unidade I, o Diário de Classe, estava rabiscado com marcações realizadas por algumas(alguns) professoras(es) na tentativa de deixar evidente o nome social dessas(es) alunas(os) e, deste modo, evitar o constrangimento de chamá-las(los) pelo prenome registrado pela Secretaria Escolar. Quando das atividades avaliativas, a situação se repetiu: todas as listas de assinaturas disponibilizadas fizeram uso do nome do registro civil. Atravessamos a unidade II e III e, quando da publicação das listas das(dos) aprovadas(os) e reprovadas(os), no final do ano letivo, no mural da área de circulação interna, mais uma vez, a adoção do nome social, conforme Resolução nº 120/2013, não foi assegurada. No que concerne às relações interpessoais envolvendo colegas e docentes, no geral, essas(esses) alunas(os) recebem o tratamento conforme adoção de nome social. Em conformidade com Silva Júnior "o nome social tem algo a dizer de suas experiências identitárias e de gênero; logo, a legitimação dele nos registros escolares ajuda na socialização deles(as) no universo escolar" (Júnior, 2016, p.185).

Noutra perspectiva, o não uso do nome social para identificar uma pessoa transexual e travesti pode despertar emoções que geram sofrimento e adoecimento. Na unidade escolar referida, o constrangimento às(os) transexuais e travestis é constante, ou, pelo menos ocorreu em todo ano letivo de 2023 e seguiu acontecendo no exercício letivo de 2024.Assim sendo, questiono, será que o Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna tem garantido a aplicabilidade do direito à identidade de cada pessoa, à cidadania e à preservação da dignidade humana? Ou essa comunidade escolar tem fomentado outras "ilhas" de modo a fazer "atracar" as travessias das(dos) alunas(os) transexuais e travestis?

É válido pensar na existência da(do) aluna(o) "transexual-travesti-ilhada(o)", diante da violência transfóbica institucional? A educação por via da escola pública também é caminho, assim sendo, estará o Colégio Desembargador Júlio Virgínio auxiliando a travessia das(os) alunas(os) transexuais e travestis como uma

espécie de farol de auxílio à navegação na luta por reconhecimento legal e social? São questionamentos que essa pesquisa, a priori, pretende responder.

Conforme a regulamentação do CEE, "entende-se por nome social o nome pelo qual travestis, transexuais e outras pessoas se reconhecem e preferem ser chamados/as, identificados/as e denominados/as no meio social" (Bahia, 2013). O direito ao nome está relacionado ao exercício da dignidade humana, entretanto, cabe reforçar que essa designação é externa a própria identidade, uma vez que é realizada por outras pessoas.

Um prenome e seu respectivo sobrenome apresenta um corpo que se movimenta (ou que é impedido de se desterritorializar) no mundo e esse é alimentado de sentidos, de significados da relação entre o eu, seu mundo e os outros. Noutra perspectiva, o uso do nome social, para além da garantia de direitos, é fazer enxergar e reconhecer o modo como pessoas transexuais e travestis falam de si, se veem e se apresentam nas relações sociais.

Quando escrevi esse trabalho de conclusão da especialização, já tinha sido cumprido mais da metade do calendário escolar 2024 e transcorridos mais de cem dias letivos. Foi esse o momento em que tive o primeiro acesso aos Diários de Classe do ano letivo 2024 (precisamente, no início do mês de julho). Mais uma vez, averiguei que esses documentos não atendem a Resolução nº 120/2013. A negação desse direito configura-se como uma ação transfóbica institucional. Entendo a transfobia como uma

> [...] aversão, discriminação e violência praticada contra as travestis e transexuais devido a sua identidade de gênero. Ela se manifesta sob a forma de opiniões negativas, de exclusão, de negação do acesso às políticas públicas, de agressões verbais e físicas, ou mesmo de assassinato. Manifesta-se também muitas vezes de forma indireta com a preocupação excessiva em garantir que as pessoas sigam os papéis sociais associados ao seu sexo biológico (Organização das Nações Unidas, 2014, p. 35).

No que concerne a transfobia institucional, reproduzida nos sistemas de ensino, em conformidade com a Organização das

Nações Unidas (ONU), trata-se de formas de violência diretamente relacionados ao gênero no contexto escolar "fundamentada no medo, no desconforto, na intolerância ou no ódio [...] aos transgêneros e outras pessoas percebidas como "transgressoras" das normas de gênero" (Organização das Nações Unidas, 2014, p. 64, grifos próprios).

A rejeição ao emprego do nome social nos registros escolares é tanto uma atitude estigmatizante, geradora de desconfortos, quanto um comportamento discriminatório operado pelas mãos do Estado Democrático de direito, ou seja, o próprio Estado que "respeita" os fundamentos dos direitos: individuais, coletivos, sociais e políticos, regulamenta uma norma importantíssima para o exercício da cidadania e preservação da dignidade humana, qual seja a Resolução nº 120/2013, mas, incoerentemente, não acompanha, não fiscaliza, não promove e não auxilia a sua aplicação legal.

Para tanto, como a escola pública pode atingir o patamar tão sonhado por nós, professoras e professores transgressoras(os), da garantia de uma educação de qualidade para todas as pessoas? Em consonância com Silva Júnior, a

> [...] regulamentação do uso do nome social na escola [...] não conseguiu, pelo menos até o momento, mobilizar a esperada "educação inclusiva" para travestis e transexuais, pois a legitimação do uso do nome social não foi acompanhada de outros investimentos necessários. Isso porque a homofobia e a transfobia configuram-se em um dos principais fatores vivenciados no cotidiano escolar (Silva Junior, 2016, p. 185-186, grifos próprios).

Em pesquisa realizada por Amélia Maraux, tendo como cenário de análise a Universidade do Estado da Bahia (Uneb); instituição que, em 2018, ampliou o seu sistema de cotas incluindo também pessoas travestis e transexuais, foi possível notar a presença de alunas(os) travestis e transexuais nos cursos de Direito, Pedagogia, Psicologia, Medicina, Enfermagem e Fonoaudiologia. Todavia, a não adoção do nome social, observada na educação básica, tomando como referência o Colégio Estadual

Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna, se repete no ensino superior, na Uneb, com o não cumprimento da garantia da política de adoção do nome social.

> No caso da Uneb, em que pese à aprovação da Resolução Nº 1.094/2014 pelo conselho universitário da universidade, a sua implementação não tem sido garantida pelos setores responsáveis pelo registro acadêmico dos/as estudantes trans, mesmo após a ampliação do sistema de cotas da Uneb que incluiu estudantes travestis e transexuais. Os problemas enfrentados por essas/es estudantes após a matrícula são percebidos nas cadernetas onde o registo do nome social deveria constar. [...] A violência institucional a que são submetidos, lhes remetem a condição anteriormente vivida na educação básica onde a identidade de gênero não era reconhecida e a permanência no espaço escolar era constantemente ameaçada e invisibilizada (Maraux, 2022, p. 125-126).

O avanço da política de adoção do nome social nos Sistemas de Ensino da Bahia é significativo. No atual momento, registra-se a presença de alunas(os) transexuais e travestis nos cursos de formação superior, outrora, ocupados quase que exclusivamente por alunas(os) brancas(os), cisgênero e de classe social elevada, conforme conclusão de Maraux (2022).

Entretanto, há ainda carência de outros investimentos, de outras políticas públicas que garantam o acesso e a permanência destas(destes) estudantes na universidade e, para além disso, se a(o) aluna(o) transexual e travesti não se faz presente na escola ou se é expulso através do poder da violência transfóbica institucional, se a(o) aluna(o) transexual e travesti da escola pública não pode sonhar, não tem suporte para construção do seu projeto de vida, como vê-las(los) produzindo ciência e desenvolvendo tecnologias nas instituições de ensino superior, como a Universidade do Estado da Bahia. Deste modo, é imprescindível assegurar o direito de que possam permanecer estudando na Educação Básica, assegurar a adoção do nome social é o início da caminhada para enfrentar a transfobia institucional.

A Resolução nº 120/2013 define ainda no artigo 1º, em seu 2º parágrafo, que cabe à pessoa, aluna(o), que tenha alcançado a

maioridade civil tão-somente informar a unidade escolar através de requerimento, no ato da matrícula ou posteriormente, sem prazo determinado, como prefere ser identificada(o). No caso de aluna(o), abaixo do marco da maioridade civil, compete ao responsável o preenchimento do requerimento ou a apresentação da determinação judicial manifestando o desejo ou ordem, respectivamente, de inclusão do nome social, conforme parágrafo 3º.

Como esse estudo trata-se de uma pesquisa documental, estive algumas vezes esmiuçando documentos na Secretaria Escolar: pastas individuas das(dos) alunas(os), diários de notas e, novamente, os diários de classe, além de realizar arrolamento de dados na plataforma Sigeduc. A partir da heteroidentificação, afirmo a presença de alunas(os) transexuais e travestis na unidade escolar, inclusive, matriculadas(os) entre as 13 turmas que tenho lecionado, mais precisamente em turmas do 2º ano, do turno vespertino, mas nos registros escolares é negado o seu existir, são alunas(os) "ilhadas(os)" diante das opressões decorrentes da violência transfóbica institucional.

Em consulta a fontes documentais sob responsabilidade da Secretaria Escolar do Colégio "do" Desembargador, tive acesso a pastas de documentação individual das(dos) alunas(os) transexuais e travestis, e ao examiná-las, uma anotação na fotocópia de uma identidade despertou minha atenção. O registro manuscrito destacava: "observação: colocar nome social".

Ao questionar o secretariado sobre o porquê daquela anotação diante da ausência do registro do nome social nos diários, uma das técnicas da Secretaria informou que a mãe da aluna autorizou a adoção do nome social quando do ato da matrícula; embora eu não tenha localizado o requerimento da mesma, conforme determina Resolução. Disse ainda que não registrou o nome social posteriormente porque "soube" que essa ação estava condicionada a alteração do nome civil. Perguntei a ela quem havia repassado aquela informação.

A técnica da secretaria disse não rememorar. Diante dessas circunstâncias, há de se questionar: Há ou houve formação para

saber lidar com a adoção do nome social nas escolas públicas da Bahia, em seus diferentes Territórios de Identidade? Por que não há continuidade dessa ação? Cabe investigar como a própria Secretaria de Educação e gestão escolar pode estar promovendo comunicação e práticas violentas contra as(os) alunas(os) transexuais e travestis.

Quem fiscaliza a aplicabilidade desse ato normativo no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgílio de Sant'Anna, assim como nas outras escolas estaduais? O que ocorre com as unidades de ensino que se recusam a cumprir essa determinação legal? A falta de fiscalização e a transfobia institucionalizada são barreiras concretas para efetivação desse direito, do exercício da cidadania e democracia, de fato.

Ao fazer o levantamento de dados na plataforma Sigeduc, mais precisamente na aba "Dados do estudante" e "resumo dos dados do estudante, consta, nesta página, dados da certidão civil, documentação complementar, espaço para outras informações, naturalidade, contatos, dados e histórico da matrícula da(do) aluna(o). Entretanto, não consegui identificar através da plataforma do Sistema Integrado de Gestão da Educação, espaço que permitisse gerar emissão de relatório de quantas(os) alunas(os) transexuais e travestis estão matriculada(os) na unidade escolar, além disso, na aba dos dados pessoais, não foi localizado nenhum campo específico para registrar o nome social. Quando entrecruzei as informações do Sigeduc com os Diários de Notas e de Classe, constatei que há carência na aplicabilidade da Resolução nº 120/2013 no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna.

Entretanto, em conformidade com o artigo 2º, o nome social deve ser "o único exibido em documentos de uso interno, tais como diários de classe, fichas e cadastros, formulários, listas de presença e divulgação de notas e/ou conceitos, entre outros", além de assegurar que mediante chamamento oral, em sala de aula, em solenidades e atividades escolares correlatas, seja realizada a identificação pelo nome social. A utilização do nome conforme

registro civil será utilizado apenas em "documentos emitidos pela instituição para uso externo [...] e, no campo das observações dos documentos referidos, deve constar o nome social utilizado pelo estudante no período em que frequentou aquela unidade de ensino", conforme artigo 3º.

Após análises documentais necessárias para a escrita desse trabalho, saliento uma série de inexatidão nos procedimentos de adoção do nome social a partir do contexto do Colégio "do" Desembargador. A princípio, a informatização dos dados da rede estadual através da plataforma de Sistema Integrado de Gestão da Educação (Sigeduc) não foi adequada para incluir as informações das(dos) alunas(os) transexuais e travestis em campos específicos ou a equipe técnica da Secretaria Escolar não foi devidamente preparada para saber registrar essas informações; a divulgação da normativa nas jornadas pedagógicas e atividades complementares das(dos) professoras(es) é inexistente ou cambaleante; quando dos concursos públicos para cargos de professoras(es) e coordenação pedagógica, a própria SEC não inclui o ato normativo nº 120/2013 no rol do conteúdo programático cobrado nas provas objetivas, apesar de reservar um tópico específico sobre legislações e noções de igualdade racial e de gênero.[5]

Em geral, existe pouca publicidade ou debate sobre adoção do nome social na comunidade escolar e baiana, ou essa discussão foi restrita ao contexto de publicação da Resolução; é permanente considerar a carência de formação continuada acerca da normativa destinada as(aos) trabalhadoras(es) da educação lotadas(os) nas Secretarias Escolares. Há dificuldade em fazer valer ainda o que rege o artigo 5º da Resolução, quando determina que os estabelecimentos de ensino desenvolvam "[...] programas regulares que integrem suas atividades educativas, com o objetivo

[5] Fui admitida na SEC em 2019, através do concurso regido pelo Edital SAEB/02/2017, de 09 de novembro de 2017. Neste, não há menção à Resolução nº 120/2013. Disponível em: https://dool.egba.ba.gov.br/ver-pdf/3139/#/p:1/e:3139. Acesso em: 31 ago. 2024.

de combate à discriminação, de qualquer natureza e, em particular, de combate à homofobia em suas várias formas de expressão" (Bahia, 2013).

Assim sendo, como promover a educação para as diferenças se a escola não executa a norma que regulamenta a adoção do nome social das(dos) alunas(os) transexuais e travestis? Como combater a discriminação se a própria escola reproduz as diferenças através da transfobia institucional? Atente-se ainda que o artigo 5º da Resolução emprega a palavra "homofobia", mas a resolução trata especificamente das(dos) alunas(os) transexuais e travestis, portanto, registra-se a ausência do termo "transfobia" na redação da própria Resolução nº 120/2013.

Um estudo sobre a política pública do uso do nome social por transexuais e travestis nas escolas municipais de Belo Horizonte, realizado oito anos após a publicação da Resolução nº 002/08 e do Parecer nº 052/08, do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, que legitimou a adoção do nome social na educação, apontou lacunas no processo de implementação do uso do nome social semelhantes ao caso da Bahia, radiografadas a partir do Colégio Júlio Virgínio.

Esse estudo pontuou ainda que, nas escolas de Belo Horizonte, não havia "formulário próprio e institucionalizado nas secretarias das escolas para o requerimento do uso do nome social" tampouco "elaboração de um manual básico norteador das questões teóricas de gênero e sexualidade, em que conceitos e noções terminológicas pertinentes a esse campo de estudos sejam explicitados" (Alves; Silva; Moreira, 2016, p. 337) no Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna, escola da rede estadual baiana, também não existe.

Assim sendo, dialogo com a socióloga Berenice Bento quando esta assegura que as escolas brasileiras incitam o desejo de afastar aquelas(les) que contaminam o território escolar por meio de "um processo de expulsão e não de evasão. É importante diferenciar evasão de expulsão" (Bento, 2008, p.166), pois a transfobia, a lesbofobia, a homofobia, as diferenças de gênero e sexualidades são

motivos que afastam alunas(os) da escola, visto que "[...] a produção de seres abjetos e a desumanização do humano é um projeto social que encontra nas instituições sociais o lócus para se (re)produzir.

A escola é uma das instituições centrais nesse projeto" (Bento, 2008, p.165), de padronização e normalização das identidades através de uma engenhosa tecnologia pensada, como afirmado por Richard Miskolci, para "[...] criar pessoas "normais", leia-se, disciplinadas, controladas e compulsoriamente levadas a serem como a sociedade as quer" e, para além disso, "[...] a escola pune e persegue aqueles e aquelas que escapam ao controle, marca-os como estranhos, "anormais", indesejáveis" (Miskolci, 2012, p.21).

Sob outra perspectiva, em conformidade com Theodor Adorno, "a tese que gostaria de discutir é a de que desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia" (Adorno, 2003, p. 154) tendo em vista que, ao negar ou omitir a adoção do nome social nos documentos escolares, em conformidade com os preceitos legais da normativa, a escola torna-se transfóbica, pune, persegue, abjeta suas(seus) alunas(os) transexuais e travestis, as(os) "anormais", as(os) "indesejáveis".

Ao analisar as ressonâncias da Teoria Queer na perspectiva de um aprendizado pelas diferenças, Richard Miskolci, atenta-se para as armadilhas da concepção do educar para a diversidade. A diversidade está atrelada ao respeito, sobretudo no que concerne aos direitos particulares, dentro de um marco, universalista. A proposta queer é pensar a educação como política da diferença, tendo em vista movimentar e mudar as relações de poder, principalmente no que se refere a heterossexualidade como modelo universal e neutro, a limitação binária do homem-mulher, masculino-feminino, heterossexual-homossexual ou da tríade heterossexual-homossexual-bissexual.

Deste modo, contra a construção e reprodução das práticas discriminatórias alicerçadas no modelo opressor da hetero(cis)normatividade, da homofobia, lesbofobia, transfobia, do sexismo atravessado pelas questões que interseccionam raça e

classe, contra toda forma de fechamento estereotipado de corpos-território na escola pública, coaduno com a perspectiva da educação transgressora, conforme colabora hooks (2020), a favor da autonomia e como prática da liberdade (Freire, 2005).

Diante de uma conjuntura a qual Judith Butler recentemente classificou como "fantasmática", o gênero torna-se uma grave ameaça à ordem heterossexual, a manutenção da família normativa e a vida das crianças ao "incitar" perversidades sexuais e doutrinação quando discutido o assunto nas escolas. A fabricação dessa "fantasia" é vista pela autora "como uma conspiração das elites para impor seus valores culturais a "pessoas de verdade", um esquema orquestrado nos centros urbanos do Norte Global para colonizar o Sul Global" (Butler, 2024, p.10).

Sob a alegação de que o gênero é um "rival contemporâneo e perigoso de Deus" (um homem branco, evidentemente) que carece ser urgentemente aniquilado, camufla-se perigos reais que ameaçam a saúde do planeta e devastam vidas cotidianamente, como o racismo institucional, a violência contra a mulher, a lesbofobia, a homofobia[6] e a transfobia.[7] Dentre os corpos-territórios alvos da confabulação desse pânico moral, Judith Butler destaca o "perigo" representado pelas pessoas trans que lutam por direitos e reconhecimento social em contraposição à consagração da família heteronormativa. Diante disso, aquelas(aqueles) que têm medo do gênero buscam,

> [...] restaurar um sonho patriarcal de binarismos de gênero estabelecidos e hierárquicos, uma ordem que só pode ser alcançada destruindo – ou

[6] "O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil denuncia que durante o ano de 2021 ocorreram 316 mortes lgbt de forma violenta no país. Dessas mortes 285 foram assassinatos, 26 suicídios e 5 outras causas". Disponível em: < https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

[7] Dados disponibilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) aponta que, em 2022, 131 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Outras 20 tiraram a própria vida diante das diversas situações de violência de gênero no Brasil (Benevides, 2023).

> tentando destruir – a vida de outras pessoas. A destruição se torna, assim, paradoxalmente, condição de possibilidade de uma ordem patriarcal sexual e de gênero que tenta repelir a perspectiva do poder "destrutivo" do gênero. (Butler, 2024, p. 22-23, grifos próprios).

Do "fantasmagórico" medo do poder "destrutivo" do gênero ao desenvolvimento de tecnologias que buscam destruir identidades, transidentidades, corpos performáticos, sexualidades dissidentes e o direito fundamental de viver seu nome interconectado ao seu sentimento de pertença. O artigo 4º da Resolução nº 120/2013 "determina que, nas unidades de ensino, os espaços separados por sexo sejam utilizados de acordo com a autoidentificação de gênero de cada pessoa". Será que a escola que rejeita o registro do nome social de uma(um) aluna(o) transexual e travesti permite o acesso ou discute acerca dos usos dos banheiros binários, divididos e com compartimentos entre feminino e masculino?

Em outro momento, considero importante escutar as narrativas das(dos) próprias(os) alunas(os) sobre suas vivências que possivelmente podem estar suscitando outras dores, visto que "como outras formas de violência relacionadas à escola" a violência "transfóbica na escola pode ocorrer em salas de aula, parques e áreas de lazer, banheiros e vestiários, no entorno das escolas, no caminho para a escola e *online*" (Organização das Nações Unidas, 2017, p. 08, grifos próprios).

Outras viagens ainda serão necessárias: considerações em trânsito

É imprescindível reconhecer a importância da Resolução nº 120/2013 do CEE acerca da adoção do nome social das(dos) alunas(os) travestis e transexuais nos tratamentos e registros escolares em todo Sistema de Ensino do Estado da Bahia, contudo, conforme experiência do Colégio Estadual Desembargador Júlio Virgínio de Sant'Anna, localizado na Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz/BA, ainda há um longo caminho a ser

navegado, pois a implementação do uso do nome social ainda é um mar desconhecido na escola pública, as(os) alunas(os) transexuais e travestis ainda permanecem "ilhadas(os)", quicá correndo riscos de "naufragarem" diante da violência reproduzida no cotidiano escolar.

A educação como prática da liberdade salvaguarda vida, direitos, identidades, contudo a transfobia institucional no âmbito da escola pública ainda é uma fronteira real a ser afundada. A Resolução nº 120/2013 está próxima de atravessar uma fase complexa, a transição do ser criança ao tornar-se adolescente. Ao celebrar 11 anos de implementação no próximo dia 05 de novembro de 2024, sugiro que seu presente seja um balanço que pondere acerca de seus avanços, limites e desafios para fomentar outras mudanças.

Esse movimento é necessário para comemorar seus impactos, repensar suas lacunas, propor melhoramentos, pensar em implementações de ações afirmativas que garantam a segurança e a não "expulsão" das(os) alunas(os) transexuais e travestis na escola pública. Considero que muitas outras viagens ainda serão necessárias para fazer submergir os muros que homenageiam a colonialidade do poder e as fronteiras que fazem da escola pública um lugar de opressão hetero(cis)normativa, homofóbica, lesbofóbica, transfóbica, sexista e racista.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; SILVA, Guilherme Freitas; MOREIRA, Maria Ignez Costa. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 325–340, 2016.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 120, de 05 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a inclusão do nome social dos/das estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Diário Oficial do Estado, 2013. Disponível em: https://www.ba.gov.br/conselhodeeducacao/sites/site-cee/files/migracao_2024/ arquivos/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_120_2013_e_Indicacao.pdf Acesso em: 05 jul. 2025.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio (DCRB)**, v. 2, Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. Disponível em: file:///D:/HD%20Agos%202023/P%C3%B3s%20Gradua%C3%A7%C3%A3o/documento_curricular_da_etapa_do_ensino_medio_novo.pdf Acesso em: 05 jul. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag, 2023.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

COLÉGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR JÚLIO VIRGÍNIO DE SANT'ANNA. **Projeto Político Pedagógico.** Vera Cruz, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2ª ed. Brasília: *Ebook*, 2012. Disponível em: file:///D:/Users/user/Desktop/P%C3%B3s%20Gradua%C3%A7%C3%A3o/COISAS%20DOS%20PROJETO/G%C3%8ANERO-COMCEITOS-E-TERMOS.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

MARAUX, Amélia Tereza Santa Rosa. **Além de pretes, trans**: ações afirmativas para estudantes travestis e transexuais no ensino superior (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, UFBA, UNEB, IFBA, Salvador, 2022.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território e educação decolonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. - Salvador: EDUFBA, 2020.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2012.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Jogo Aberto**: respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero. Relatório Conciso, Nova York: Unesco, 2017. Disponível em: < file:///D:/Users/user/Downloads/244652por.pdf> Acesso em: 10 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho**. Projeto construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesmo-transfobia. PNUD, OIT, UNAIDS.

Nova York: ONU, 2014. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/01/2015_ManualPromocaoDireitos LGBTTrabalho_PT_V2.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p. 173–189, 2016. DOI: 10.21879/faeeba2358 0194.2016.v25.n45.p173-189. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2293. Acesso em: 29 ago. 2024.

Entre conflitos e desejos: a sexualidade vista a partir dos banheiros escolares

Mauricio Santana[1]
Danilo Cardoso[2]

Introdução

Entre os anos de 2013 e 2022, os autores atuaram como professores da rede pública de ensino em diferentes contextos da Bahia: um no município de Presidente Tancredo Neves, situado no interior do estado e com ênfase na zona rural; e outro no município de Lauro de Freitas, localizado na região metropolitana de Salvador, marcado por dinâmicas urbanas. Em 2022, o retorno e a continuidade das atividades pedagógicas presenciais, após o período pandêmico da COVID-19, possibilitaram a observação de grafismos artísticos presentes nos banheiros masculinos e femininos dessas instituições escolares. Tais grafismos revelam, por meio de representações verbais e visuais, percepções e vivências relacionadas aos corpos, às sexualidades e aos gêneros no contexto do ensino fundamental, anos finais.

As práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo desse período permitiram identificar atitudes e representações manifestas tanto por professores(as) quanto por estudantes, materializadas em expressões verbais e gestuais que evidenciam

[1] Doutorando em Estado e Sociedade (UFSB); Mestre em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (UNEB); Mestrado Profissional em Formação de Professores da Educação Básica (UESC); Especialista em Gestão Educacional (FAZAG) e em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na formação de Educadores/as (UNEB).; Graduação em História (FTC). profmsanttana@yahoo.com.br.

[2] Doutor em Sociologia (UECE); Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA); Especialista em Ensino de Sociologia e em Ciência Política (IECC); Graduação Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UNEB). danilo.pesquisador@gmail.com

construções e disputas simbólicas em torno das normas de gênero e sexualidade. A partir dessas observações, verificou-se que as instituições escolares, historicamente, operam diversos mecanismos de controle sobre os modos de ser e de se relacionar: desde posturas corporais, escolhas de vestimenta, padrões de comportamento considerados adequados, até a regulação das interações interpessoais. Um exemplo ilustrativo desse processo de normatização pode ser identificado nas aulas de Educação Física, conforme discutido por Louro (2020):

> [...] as aulas de Educação Física usualmente representam uma situação constante e peculiar de exame [...] O uso de alinhamento, a formação de grupos e outras estratégias típicas dessas aulas permitem que o professor ou professora exercite um olhar escrutinador sobre cada estudante, corrigindo sua conduta, sua postura física, seu corpo, enfim, examinando-o/a constantemente. Alunos e alunas são aqui particularmente observados, avaliados e também comparados, uma vez que a competição é inerente à maioria das práticas esportivas (Louro, 2020, p. 79).

Desse modo, no que se refere aos padrões socialmente impostos, observa-se que a sexualidade hegemônica, ancorada na heterossexualidade compulsória, na cisgeneridade e no patriarcado (Colling, 2018), permanece fortemente presente nos contextos escolares. Araújo (2018), em consonância com as análises de Colling (2018), enfatiza que:

> [...] é preciso que se considere que o modelo heterossexual é dado como a prática da normalidade, mesmo que saibamos que de fato é uma construção social na qual a separação entre homens e mulheres é muito mais significativa nas suas relações de poder do que no formato das genitálias. Dessa forma, a heteronormatividade vai sendo construída a partir da promessa de cada nascimento. Ou você nasce homem ou nasce mulher e todo o arsenal instrumental lhe é disponibilizado para fazer valer a sua secreta genitália. Esse arsenal é composto de discursos, de definição de cores, modelos de vestir, maneira de sentar, de escolhas da profissão, de frequentar lugares, horários, cuidar de certas tarefas de subsistência, formas de amar, de construir alianças, práticas sexuais, enfim, todas as atividades humanas servirão para dar pistas sobre a sua genitália que poderá ser presumida, mas quase nunca mostrada [...] (Araujo, 2018, p. 137).

Isso faz com que as sexualidades e os gêneros dissidentes sejam construídos de maneira fortemente atravessada por estereótipos, discriminados e alvos de múltiplas expressões de LGBTQPIAfobia. No âmbito da comunidade e do ambiente escolar, esses corpos dissidentes são constantemente submetidos a práticas de disciplinamento e controle. Quando desejos que escapam aos padrões hegemônicos emergem, instaura-se uma vigilância contínua, destinada a preservar a ideia de "normalidade" vinculada à sexualidade socialmente concebida como legítima. Nesse sentido, Michel Foucault (1977) observa:

> (...) permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade - utilidade são o que podemos chamar as 'disciplinas'". Continuando a discorrer sobre essa questão afirma que a "(...) disciplina fabrica assim corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (Foucault, 1977, p. 126).

As vivências nas escolas públicas de Presidente Tancredo Neves e Lauro de Freitas evidenciam a presença de múltiplas identidades sexuais que são sistematicamente negadas, silenciadas e invisibilizadas. Essa realidade pode ser observada nos próprios grafitos deixados por estudantes nas paredes dos banheiros, os quais, em muitos casos, expressam pedidos de ajuda ou denúncias que acabam sendo ignorados. Paralelamente, professores(as) LGBTQPIA+ relatam optar por não expressar ou assumir publicamente sua sexualidade nos municípios, justificando tal postura com afirmações recorrentes, como: "acho que não precisa, pois você sabe como é Tancredo", "mesmo não morando em Lauro, não quero ser pauta de conversinhas só por conta da minha orientação". Nesse sentido, Louro (2020) aponta que:

> Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir" (Louro, 2020, p.85).

Os ambientes escolares da rede pública, tanto em Presidente Tancredo Neves quanto em Lauro de Freitas, revelam a presença de múltiplas identidades sexuais, incluindo pessoas assexuais, pansexuais, bissexuais, lésbicas, homossexuais e heterossexuais. Conforme destaca Louro (2020, p. 93), "(...) a escola é atravessada pelos gêneros; é importante pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino".

Nesse contexto, as falas, os discursos e as posturas de estudantes e docentes, bem como a ênfase na análise dos grafitos encontrados nos banheiros escolares, evidenciam dinâmicas de tensão e resistência que atravessam o cotidiano escolar. A investigação desses últimos elementos possibilita compreender a educação, tanto a formal, desenvolvida nas instituições, quanto as práticas formativas que emergem em outros espaços sociais, como um mecanismo central para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção de transformações nas realidades vividas na contemporaneidade.

As idas e vindas nos ambientes da sala das/os professoras/es, ocorridas diariamente e/ou durante o translado da zona rural para a zona urbana e urbana para urbana, no transporte público, em alguns momentos, revelavam conversas que sinalizavam percepções sobre o comportamento e as vivências sexuais dos(as) estudantes. Era comum ouvir colegas comentarem coisas do tipo: "as alunas do sexto ano estavam com conversas avançadas esta semana"; "os meninos só falam de baixaria". A essas falas, somavam-se observações como: "lá na escola, nas paredes dos banheiros, há xingamentos escritos" ou ainda: "tem desenho obsceno até na porta da diretoria".

Essas colocações e relatos, repetidos em diferentes ocasiões, davam pistas sobre um imaginário escolar que associa tais grafitos à indisciplina e ao desvio, sem considerar que podem se tratar de formas de expressão e resistência juvenil. Em uma dessas conversas, outra professora acrescentou: "o pior é que ninguém fala nada sobre isso nas reuniões; é como se não existisse". Outra voz

completou: “a gente vê, limpa, pinta a parede e pronto… mas as coisas voltam”; “essas coisas sempre aparecem ano após ano”.

A partir desse conjunto de percepções e diálogos, tornou-se possível compreender que os termos utilizados, os rabiscos e os desenhos presentes nos banheiros escolares podem ser investigados como material relevante para analisar de que modo as discussões sobre sexualidades e gênero atravessam o cotidiano escolar. Tal perspectiva dialoga com Louro (2020, p. 93), ao afirmar que “a escola é atravessada pelos gêneros; é importante pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”. Nessa mesma direção, aproxima-se das provocações de Foucault (1977, p. 27), para quem “o poder produz saber (…) e o exercício desse poder cria permanentemente objetos de saber que o reforçam”, sugerindo que os grafitos podem ser compreendidos tanto como produtos quanto como produtores de discursos sobre sexualidade e corpo no espaço escolar.

Pensar nos desenhos, rabiscos e/ou palavras inscritas nas paredes dos banheiros escolares como objeto de investigação pode, para muitos, parecer algo inusitado ou de pouca relevância científica. Tal percepção decorre de uma leitura ainda reducionista e simplista dessas manifestações, comumente interpretadas apenas como atos de vandalismo ou indisciplina. Barbosa (1986), contudo, destaca a importância de compreender o caráter transgressor que atravessa esses registros e de situá-los no contexto das instituições que os produzem, chamando atenção para a necessidade de analisar os fatores circunstanciais que permeiam sua elaboração, bem como o controle, ou censura, exercido pelas próprias estruturas escolares (Barbosa, 1986, p. 16).

A partir desse deslocamento de perspectiva, evidencia-se a urgência de tensionar e (re)problematizar tais inscrições sob um olhar crítico que contemple as sexualidades e as relações de gênero, produzindo significados capazes de desestabilizar as concepções cristalizadas de “normalidade”. No caso específico dos grafitos realizados em banheiros escolares, esse estranhamento se

intensifica: o banheiro, historicamente concebido como espaço marginal dentro da arquitetura escolar, raramente é reconhecido como lugar de produção de sentidos e saberes; e os registros que nele se inscrevem são, de igual modo, com frequência considerados irrelevantes ou destituídos de valor simbólico e social.

Assim, torna-se fundamental reconhecer que tais produções, longe de serem meramente acidentais ou insignificantes, constituem importantes pistas para compreender as experiências, tensões e resistências que atravessam o cotidiano escolar, sobretudo no que diz respeito às vivências sexuais e de gênero de estudantes e docentes:

> Vistos de fora, os grafitos parecem configurar uma transgressão suja, que representa perigo: perturbadores, anárquicos, desafiam a ordem, tramam contra a normalidade. Ou, no mínimo, zombam do poder, são expressões de marginalidade e contestação. Esta é a visão da maioria dos (poucos) estudos feitos sobre a escrita latrinária. Mas se observarmos atentamente esses grafitos, dentro de seu espaço, notaremos como eles são consonantes com a circunstância em que são gerados (mais que isso: consoantes com os valores morais vigentes sobre a circunstância em que são gerados) (Barbosa,1986, p.16).

Ao tomar os banheiros escolares como objeto de pesquisa, busca-se compreender o caráter transgressor inscrito nos grafitos e, simultaneamente, viabilizar análises que evidenciem significados subjetivos entrelaçados às sexualidades, aos corpos e ao currículo escolar. As mensagens e desenhos trans(ins)critos nas paredes desses espaços revelam múltiplas expressões da sexualidade que a instituição escolar tende a negar ou silenciar. Longe de serem manifestações fortuitas, essas inscrições configuram-se como práticas discursivas que tensionam normas hegemônicas e expõem conflitos entre vivências juvenis e padrões de gênero e sexualidade historicamente legitimados no contexto escolar:

> Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos- tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, o que lá estava, através de múltiplos

> mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (Louro, 2020, p.61).

O ambiente dos banheiros escolares configura-se como um espaço propício a práticas transgressoras, no qual o corpo encontra a possibilidade de manifestar suas expressões e de expor, ainda que de forma velada, desejos e pulsões que desafiam a norma. Como destaca Barbosa, citado por Bataille (1986, p. 38), "o que é notável na proibição sexual é que só na transgressão ela se revela plenamente. Saber sobre o proibido já é comer do seu fruto, é transgressor". Nesse sentido, o banheiro torna-se um território onde estudantes podem expressar, de maneira anônima, seus desejos sexuais por meio de inscrições nas paredes, instaurando um movimento em que "a proibição encontra seu oposto inconciliável, a transgressão" (Barbosa, 1986, p. 35, grifo nosso).

É importante salientar que este estudo não se concentra na representação do modo tradicional como os banheiros escolares são divididos, masculino e feminino, mas na análise das identidades sexuais e de gênero que se manifestam por meio dos grafitos que os compõem. Esses registros permitem transversalizar análises e debates sobre sexualidade, gênero e educação, evidenciando como tais expressões, simultaneamente, podem servir tanto como mecanismos de controle quanto de subversão frente às normas que regulam corpos e desejos de adolescentes e jovens no espaço escolar.

Observar atentamente essas inscrições significa adentrar nas camadas mais íntimas dos pensamentos e desejos que os sujeitos subjetivam e trans(ins)crevem nas superfícies ocultas das paredes dos banheiros. Longe de uma suposta inocência, tais grafismos carregam conteúdos capazes de provocar reações de repulsa ou excitação em quem os lê, pois, como afirma Barbosa (1986, p. 44), "temos vergonha, pudor ou nojo de coisas que não convêm socialmente. [...] Coisas que, de alguma forma, desarrumam a

ordem da cultura e que precisam ser escondidas, mas que nem por isso deixam de existir".

Partindo desse entendimento, torna-se evidente que a análise minuciosa desses grafismos permite compreender, em profundidade, como tais expressões se inserem no contexto social e cultural das escolas e refletem subjetividades e resistências. As múltiplas identidades sexuais tornam-se visíveis nos desejos compartilhados de maneira secreta e cifrada nos banheiros escolares, configurando esses espaços como arenas de disputa simbólica entre o silêncio institucional e a expressão juvenil.

Com base nesse pressuposto, o presente artigo analisa as formas de manifestação do corpo, da subjetividade e do desejo nos banheiros de instituições escolares públicas localizadas nos municípios de Lauro de Freitas e Presidente Tancredo Neves. O texto está estruturado em duas seções: na primeira, discute-se o banheiro como espaço de transgressões frente à normatividade cisheterossexual e como território no qual emergem desejos e subjetividades; na segunda, problematizam-se os grafismos transcritos nos banheiros de escolas municipais de Lauro de Freitas e Presidente Tancredo Neves.

Por fim, o estudo incorpora, em diálogo, observações realizadas em ambos os municípios. Essa abordagem comparativa permite tensionar as diferenças e aproximações entre o contexto rural de Presidente Tancredo Neves e o contexto urbano de Lauro de Freitas, ampliando a compreensão sobre como normas e transgressões em torno da sexualidade se manifestam e se reconfiguram em realidades escolares distintas.

O que dizem os grafitos dos banheiros?

As experiências observadas nos espaços escolares das redes públicas de Lauro de Freitas e de Presidente Tancredo Neves, na Bahia, evidenciam que os banheiros concentram uma ampla variedade de rabiscos, desenhos, palavras e expressões que revelam múltiplas identidades e diversidades sexuais. Essa

dinâmica, contudo, não se limita a esses espaços: paredes de salas de aula, quadros e até mesmo capas de livros também apresentam inscrições que manifestam uma sexualidade frequentemente oculta, silenciada ou invisibilizada no cotidiano escolar.

Diante disso, emergem algumas indagações centrais: por que os(as) estudantes escrevem e desenham tanto nos banheiros símbolos, imagens, frases e palavras relacionadas à sexualidade? Por que esse espaço íntimo e, ao mesmo tempo, marginalizado na estrutura escolar concentra tamanha presença de grafismos de teor sexual?

Segundo Barbosa (1986), é fundamental investigar o caráter transgressor que marca esses escritos e sua pertinência no contexto das instituições em que são produzidos. No caso dos ambientes escolares dos municípios baianos, torna-se evidente que o banheiro se configura como território secreto e, paradoxalmente, mais livre, no qual estudantes elaboram e expressam suas imaginações e vivências sexuais.

Nesses espaços, observam-se inscrições que revelam angústias, desejos, frustrações, representações de genitálias, corações, contatos telefônicos, figuras humanas, xingamentos, entre outros elementos. Essas múltiplas formas de expressão constituem modos transgressores de expor subjetividades e desejos juvenis, tensionando as normas hegemônicas que regulam os corpos e as sexualidades no espaço escolar.

Nesse sentido, Barbosa (1986, p. 35) enfatiza que "proibição e transgressão correspondem a dois movimentos contraditórios, mas simultâneos: a proibição que rejeita e o fascínio que introduz a transgressão. Contraditórios e inconciliáveis, dissemos acima, mas também inseparáveis. Um dá sentido ao outro e vice-versa".

À medida que se estabelece contato visual e/ou interpretativo com a produção imagética exposta nos grafismos, cria-se ou recria-se a mensagem pretendida pelo(a) autor(a) anônimo(a). Tais mensagens podem ser vivenciadas de maneira particular por quem as lê, despertando desde reflexões até reações de repulsa ou excitação. A análise minuciosa desses registros exige atenção aos mínimos detalhes que compõem as imagens, sempre considerando

o contexto social e cultural em que foram produzidas e as subjetividades que as atravessam.

O território secreto dos banheiros escolares possibilita que as identidades sexuais sejam expressas de forma anônima, permitindo que desejos sejam compartilhados de maneira silenciosa e cifrada nesses espaços. Como afirmam Vilhena e Brício (2021):

> Na maioria das vezes o banheiro consegue escapar da vigilância disciplinar por se tratar de um território íntimo, embora a maioria tenha uma arquitetura que permite a visualização de quantas pessoas estão em cada cabine do banheiro escolar ou outro banheiro público, assegurando que ele não seja lugar de encontro sexual. Adentrar esse espaço fora dos padrões normalizados para seu uso geraria polêmica dentro da escola e sanções normalizadoras. Por isso, de certa forma o banheiro assegura as práticas de grafismos. As inscrições nas paredes desejam ardentemente exibir o corpo e seus desejos sexuais, os desejos de forma inconveniente e indesejável para os mais conservadores que leem não passam de ameaças ao pudor e a decência, pois essa forma como é descrita as práticas e os desejos sexuais provocam nojo as sensações e sentidos do corpo e da alma. Os prazeres da carne deveriam ser revelados na intimidade do momento de conjugação carnal e não expostos de forma secreta no ambiente do banheiro (Vilhena; Brício, 2021, p. 303-304).

Nesse contexto, o espaço do banheiro deixa de ser compreendido apenas como um local associado à sexualidade ou à escatologia, à repressão, à cultura, à proibição, à transgressão, ao nojo ou ao desejo, para assumir a condição de "lugar social" e, simultaneamente, de "território do eu", configurando-se como um espaço complexo de controle e liberação (Barbosa, 1986, p. 17). O banheiro abre brechas para a expressão de desejos que escapam às regulamentações sociais, possibilitando, assim, caminhos de ruptura com as fronteiras da moralidade.

Por meio dos grafismos, percebe-se que tais desejos habitam a fronteira entre o público e o privado, revelando experimentações de sexualidade consideradas inadequadas no espaço público e, ao mesmo tempo, transgressoras da ordem instituída no espaço privado. Louro (2020, p. 37) reforça essa perspectiva ao afirmar que "não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes,

capazes de fazer espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder".

Mendes (2006), ao citar Foucault, ao abordar as técnicas utilizadas para o disciplinamento dos corpos, destaca que as sutis tecnologias de poder disciplinar desenvolvidas entre os séculos XVII e XIX demonstram a passagem do corpo supliciado para o corpo assujeitado ao poder soberano. O autor evidencia que a disciplina torna o corpo simultaneamente mais eficiente e mais dócil, estabelecendo limites sobre o que pode e o que não deve ser feito. Com base nessas tecnologias disciplinares, constrói-se uma "anatomia política" voltada à otimização das forças corporais, tornando-as mais produtivas e econômicas, e, ao mesmo tempo, à sua contenção, especialmente em momentos em que poderiam transgredir as normas disciplinares. Em outras palavras, com o poder disciplinar produz-se, continuamente, um exercício sobre o corpo (Mendes, 2006, p. 171).

A partir dessa tecnologia política complexa, Barbosa (1986, p. 30) enfatiza que "a sexualidade surge aos olhos nus como um conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais".

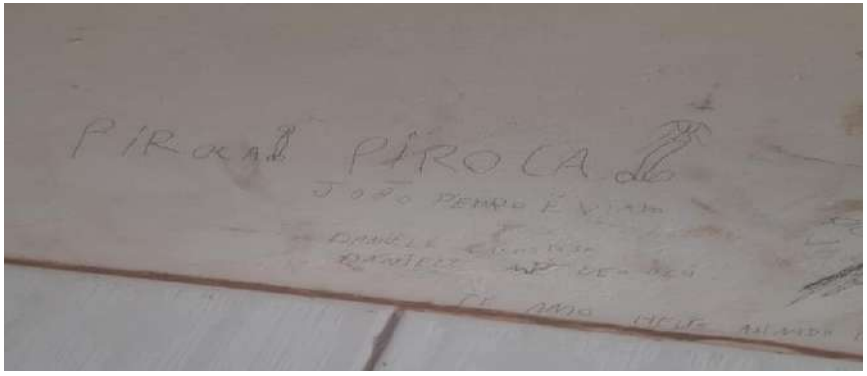
Entre desejos e conflitos: as trans (ins)crições no banheiro escolar

O que levaria os(as) estudantes a escreverem grafitos nos ambientes escolares? Louro (2004, p. 20) observa que "[...] quem subverte e desafia a fronteira apela, às vezes, para o exagero e para a ironia, a fim de tornar evidente a arbitrariedade das divisões, dos limites e das separações". Essa inquietação conduz à reflexão sobre o banheiro escolar e os escritos, símbolos, palavras e desenhos, que constituem os grafismos como objeto de análise, permitindo problematizar esse espaço enquanto território de conflitos, transgressões e desejos.

O banheiro configura-se, assim, como um espaço que possibilita a expressão de desejos situados fora dos padrões socialmente aceitos; desse modo, os grafitos escapam das vias

planejadas, extraviam-se, atravessam fronteiras ou adiam o momento de cruzá-las. Palavrões, xingamentos, desenhos, símbolos, declarações de paixão e amor, bem como expressões de ódio e rancor, coexistem nesses registros, compondo narrativas plurais que refletem vivências diversas.

Essas expressões, frequentemente vistas como inadequadas pela moral dominante e pelos chamados "bons costumes", revelam uma dimensão de resistência que, conforme Barbosa (1986, p. 39), "[...] na obscenidade e na pornografia, negações violentas de proibições referentes ao corpo, podemos encontrar a mesma ordem de preconceitos da moral sexual conservadora. [...] são bons exemplos e evidências disso as mensagens dos grafitos de banheiro [...]".



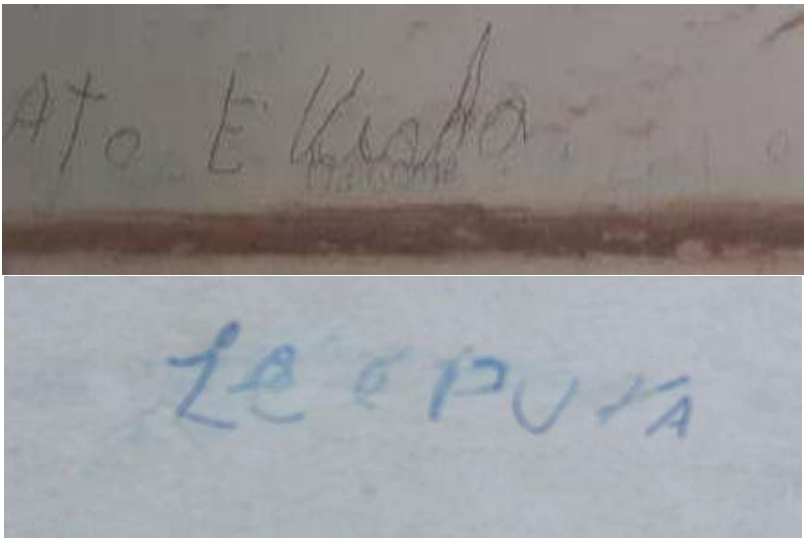
Fonte: Foto produzida pelos pesquisadores (2024).

Esta foto foi registrada na parede do banheiro masculino de uma unidade escolar pesquisada, pertencente ao Ensino Fundamental, anos finais. No grafismo, o(a) estudante inscreveu: "João Pedro é viado. Daniele é gostosa. Daniele me deu o cú. Te amo Heitor".

Os grafismos escritos revelam, de imediato, a presença da temática da homossexualidade, ainda fortemente marginalizada no ambiente escolar. Observa-se também a manifestação do desejo sexual do(a) estudante em relação a Daniele, simultaneamente à expressão de paixão por Heitor, demonstrando a complexidade

dos afetos e das experiências sexuais e de gênero que atravessam o cotidiano escolar.

A linguagem utilizada nesses registros carrega um tom de ironia e transgressão frente aos conceitos moralmente instituídos pela sociedade. Como destaca Barbosa (1986, p. 82), "registrar presença, o desejo de firmar identidade, a necessidade de manifestar sentimentos à revelia da instituição motivam a produção popular de grafitos. Essa é a mais intensa nos ambientes de maior tensão institucional...".



Fonte: Foto produzida pelos pesquisadores (2024).

A palavra "viado" é amplamente utilizada e, no grafismo apresentado, oriundo dos mesmos contextos sociais, reaparece inscrita na parede do banheiro, evidenciando a presença da LGBTfobia no cotidiano escolar. Termos pejorativos, ameaças, intimidações, humilhações, hostilizações, ofensas, exclusões, difamações, assédios, abusos, perseguições, violências e apelidos integram a experiência cotidiana de pessoas LGBTQIA+, ou percebidas como tais, nesse espaço. Expressões como "le é puta", registradas nesses grafismos, reforçam a naturalização da violência verbal e simbólica dirigida a esses sujeitos, evidenciando como

práticas discriminatórias se perpetuam e se tornam normalizadas na dinâmica escolar.

Percebe-se que o termo "viado" está presente na maioria dos escritos e das falas tanto no ambiente escolar quanto em outros contextos sociais, funcionando como dispositivo de reforço das agressões e xingamentos direcionados a estudantes gays. Tais práticas não apenas refletem, mas também reproduzem, no interior das escolas, padrões discriminatórios historicamente enraizados na sociedade. A autora Megg Rayara (2017), nos chama atenção para outros termos que também estão presentes no ambiente escolar:

> afrescalhado, aidético, afeminado, bagaxa, bajulador, barbie, beel, bibinha, biba, bicha, bicha bacana, bicha sucesso, bicha louca, bichona, bichola, bichola de merda, bichinha, bicha pão com ovo, bicha desnutrida, bicha escrota, bicha velha, bicha má, bicha quá quá, bichoso, bhesha, bee, boiola, baiotola, contrário a natureza, corruptor de jovens, cocudo, desmunhecado, doente da alma, demoníaco, diabólico, debochado, degenerado, devasso, desavergonhado, desviado, desenfreado, efeminado, encubado, entendido, escandaloso, extorquista, exibicionista, fanchono, fresco, fornicador, frutinha, galinha, gay, gayzinho, gayzão, gilete, homófilo, homem-mulher, impróprio, indecente, invertido, infamante, infame, imoral, ignoto, inapto, incorrigível, insolente, Joaninha do Rossio, louco, louca, libertino, libidinoso, macho-fêmea, monstro, maníaco, malandro, medonho, mariquinha, maricona, mulherzinha, mulher paciente, moçoila, mona, morde fronha, mão quebrada, necrófilo, Neusa, ninfomaníaco, onanista, pintosa, panqueca, pederasta, perigoso, pecador, pecador nefando, praticante da sujidade, pelintra, perturbador da ordem moral e da ordem pública, prevaricador, pelotudo, pintoso, pintosa, putinha, queima-rosca, rotos, safados, saturnianos, sodomitas, sem vergonha, santa, satírico, tia, transviado, traidor da pátria, rapaz alegre, urso, uranista, viado, viadinho, viadão, violentador de homens, viciado e vadio.(Oliveira, 2017, p.100)

É fundamental enfatizar que todos esses termos fazem parte do cotidiano dos ambientes escolares e operam no sentido de reforçar a ideia de que o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do mesmo sexo, sejam do gênero masculino, feminino, trans ou pertencentes a outras identidades sexuais, não é legítimo, não é honesto e, por isso, seus sujeitos não podem ocupar o centro das relações e narrativas hegemônicas.

Além disso, é crucial considerar que, para além dessas terminologias, circulam outros discursos que, como observa Megg Oliveira (2017, p. 100), "religiosos, médicos e do direito ecoam por espaços variados e chegam aos ouvidos da bicha para informar o quanto está em desacordo com as normas e como está sujeita a ações coercitivas".



Fonte: Foto produzida pelos pesquisadores (2024).

Nestes grafismos, registrados também no interior do banheiro masculino de uma das escolas, observam-se três representações de pênis, todos penetrando uma vagina. Na segunda figura, nota-se ainda uma cena que remete a uma relação sexual anal. É comum que o desejo seja explicitado a partir de referências diretas às práticas sexuais, sobretudo vinculadas às relações anais.

Muitas vezes, o desejo sexual também é idealizado e permeado por fantasias e orgias, que encontram espaço no contexto dos grafismos nos banheiros escolares. Em grande parte dessas mensagens, há uma conotação depreciativa atribuída aos órgãos genitais e/ou aos atos sexuais representados, evidenciando tanto a

expressão do desejo quanto a reprodução de estigmas associados à sexualidade.



Fonte: Foto produzida pelos pesquisadores (2024).

Segundo Barbosa (1986), os termos "viado", "puto", "cu", "pica", "bicha", "buceta" e "pau" aparecem com frequência nos banheiros escolares. Nessa ordem de preferência, esses palavrões soltos são encontrados em quase todos os tipos de banheiros e, recorrentemente, observa-se sua incidência de maneira aleatória. Como aponta o autor, "a simples menção de palavrões isolados nos WC masculinos. No caso feminino, não é tão grande a presença de palavrões soltos nos banheiros das escolas [...]" (Barbosa, 1986, p. 180-181).

Essa frequência de palavrões isolados ou associados entre si parece exercer uma função de iniciação dos(as) jovens aos temas sexuais que permanecem proibidos ou silenciados pela escola. Nesse sentido, conforme observa Louro (2018):

> Um olhar mais cuidadoso nos mostra que todos os processos educativos sempre estiveram- e estão- preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, jovens, homens e mulheres. Os corpos foram – e são- objeto de meticulosa atenção, não apenas das escolas e por vezes de forma mais sedutora e eficiente do que essas, veiculam saberes, transmitem valores e, efetivamente, acabam por "produzir" os sujeitos sociais. (Louro, 2018, p.09).

Os símbolos, frases, palavras e desenhos que compõem a linguagem dos grafitos frequentemente provocam certo desconforto moral, especialmente quando abordam temas relacionados à sexualidade. Em particular, os grafismos que retratam sexo explícito são comumente considerados vulgares e obscenos aos olhos da sociedade hegemônica ocidental, marcada por valores cisheteronormativos.

No entanto, essas representações de sexualidade e de erotismo podem ser vistas como expressões autênticas de experiências e desejos, funcionando como registros do imaginário dos sujeitos que as produzem. Diferentemente do que ocorreria em espaços legitimados socialmente, nos quais o sexo e a sexualidade são frequentemente associados ao profano e ao desvio da norma, os banheiros escolares se tornam lugares onde essas expressões emergem de forma crua e direta.

O corpo, mediado por suas relações de amor e desejo, aparece fragmentado nesses registros. Quando grafado em desenhos rústicos — explícitos ou não —, é representado como algo estranho e desviante, mas, paradoxalmente, também desejado. Sua materialização nas paredes, capas de livros, carteiras ou quadros da escola transforma esses espaços em territórios de expressão, onde as palavras servem para nomear partes do corpo, órgãos genitais e atos sexuais.

Diante disso, entende-se que essas inscrições nos espaços latrinários não expressam apenas o corpo e os atos sexuais, mas revelam, igualmente, um exibicionismo ligado aos desejos que motivam tais registros. Essa exposição atua como provocação e mobiliza a libido de quem observa ou analisa os grafismos, tornando-os ao mesmo tempo objeto de curiosidade, censura e desejo.

Considerações

Ao analisar os grafitos presentes nos banheiros escolares, compreende-se que estes constituem um valioso registro do imaginário estudantil acerca das múltiplas questões relacionadas às sexualidades. Por meio desses escritos e desenhos, emergem fragmentos de subjetividades, desejos e conflitos, que ao mesmo tempo revelam e tensionam as normas hegemônicas impostas pela instituição escolar e pela sociedade. Os grafitos, portanto, configuram-se como brechas discursivas que possibilitam transgressões e questionamentos frente às normalidades reprimidas no espaço escolar.

O banheiro, enquanto espaço físico e simbólico, assume uma função ambivalente: é, ao mesmo tempo, um local de repressão e de liberdade. Oferece aos sujeitos o anonimato e a confidencialidade necessários para a expressão de sentimentos e experiências que dificilmente encontrariam espaço em outros ambientes escolares. Assim, mensagens reais ou fictícias ali registradas refletem aspectos íntimos e sociais do contexto em que foram produzidas e permitem, muitas vezes, que identidades contraditórias ou silenciadas venham à tona.

Os grafitos de banheiro revelam formas de comunicação e interação entre pares, frequentemente orientadas por códigos culturais e sociais compartilhados. Nesse sentido, funcionam como um mecanismo seguro para a manifestação de fantasias, desejos e sexualidades dissidentes, criando um território clandestino e protegido dentro da escola. A escrita latrinária, ao mesmo tempo

que expõe preconceitos, fobias e estigmas, possibilita também que tais tensões sejam ressignificadas, funcionando como espaço de desabafo e, por vezes, de enfrentamento simbólico à normatividade vigente.

Sob essa perspectiva, o banheiro escolar pode ser compreendido como um alicerce que, além de espaço de transgressão, cumpre uma função quase terapêutica, permitindo que estudantes expressem dimensões de sua identidade que não se sentem aptos a assumir publicamente. Trata-se, portanto, de um território que, apesar de marginalizado, assume papel central na construção de sociabilidades e na negociação de fronteiras entre público e privado, entre o permitido e o proibido.

Além disso, o estudo incorpora, em diálogo, observações realizadas em ambos os municípios investigados, o que possibilita uma abordagem comparativa entre o contexto rural de Presidente Tancredo Neves e o contexto urbano de Lauro de Freitas. A análise demonstra que, embora situados em realidades territoriais distintas, os grafitos apresentam padrões muito semelhantes, tanto na forma quanto nos conteúdos, revelando dinâmicas simbólicas e socioculturais convergentes.

Tanto em Presidente Tancredo Neves quanto em Lauro de Freitas, os registros encontrados expressam temáticas comuns relacionadas a desejos, conflitos, preconceitos e transgressões em torno da sexualidade, evidenciando que a condição juvenil e escolar compartilha códigos e tensões que se reproduzem independentemente do contexto rural ou urbano. Essa constatação sugere que as normas hegemônicas de gênero e sexualidade, bem como as estratégias de resistência e contestação dos estudantes, operam de modo similar nos dois espaços, reforçando a ideia de que a escola, como instituição, exerce papel estruturante na regulação e no tensionamento dessas experiências, independentemente do território em que se insere.

Por fim, é essencial destacar que os grafitos dos banheiros escolares convidam a repensar as práticas pedagógicas e a política curricular vigente. Sua análise aponta para a urgência de inserir

debates críticos e inclusivos sobre sexualidades e gêneros no currículo escolar, de modo a superar lacunas históricas marcadas pelo silenciamento e pela invisibilização dessas temáticas. Reconhecer esses espaços e seus discursos não significa legitimá-los em sua totalidade, mas compreendê-los como parte de processos formativos mais amplos que atravessam a experiência estudantil e desafiam a escola a se posicionar diante das complexidades do mundo contemporâneo.

Referências

ARAÚJO, Denise Bastos de. **Gênero e sexualidade na escola** / Denise Bastos de Araújo, Izaura Santiago da Cruz, Maria da Conceição Carvalho Dantas. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BARBOSA, Gustavo. **Grafitos de Banheiro: a literatura proibida**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1977.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da sexualidade**.** *In:* LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado:** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In:* LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. (org.). Petropólis, RJ: Vozes, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente:** (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. – Curitiba, 2017.

VILHENA, Ruan Felipe Carvalho; BRÍCIO, Vilma Nonato de. **Entre desejos e tensões: grafismos no banheiro escolar como estratégias de controle e disciplinamento de corpos sexualizados**. Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 297-312, maio/ago. 2021.

"Não; um pouco; às vezes; sim, mas só com uma condição": uma análise psicossocial das experiências de pessoas assexuais e suas representações na literatura acadêmica brasileira

Rafael Santos Silva[1]
Daniela Maria Barreto Martins[2]

Introdução

A história da assexualidade é marcada por eventos importantes ao longo dos anos. A compreensão da assexualidade como uma orientação legítima e distinta tem se construído historicamente por meio de contribuições pontuais e, muitas vezes, marginais dentro dos estudos da sexualidade. Ainda que a Escala Kinsey, desenvolvida por Alfred Kinsey entre 1948 e 1953, já indicasse a existência de pessoas sexualmente indiferentes sob a categoria "X" (Kinsey, 1948; 1953), o reconhecimento da assexualidade como um fenômeno social e identitário só começou a tomar forma décadas depois.

Na década de 1970, Myra T. Johnson foi uma das primeiras a nomear explicitamente o grupo assexual em seu estudo sobre mulheres invisibilizadas (Johnson, 1977). Já nos anos 1980, Michael Storms (1980) sugeriu a assexualidade como uma quarta orientação sexual em sua proposta teórica, embora sem aprofundar o tema, enquanto Paula Nurius (1983–1986) e o trio William Masters, Virginia Johnson e Robert C. Kolodny (1986) adotaram visões patologizantes sobre o assunto. Nos anos 1990, a narrativa começou

[1] Psicólogo (UNIRB), Graduando em Gênero e Diversidade (UFBA) e Especialista em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras/es (UNEB). psicorafaelsilva@gmail.com.
[2] Psicóloga (UFBA), Doutora em Sociologia (UFPE), Professora Adjunta (UNEB). dmartins@uneb.br

a se transformar: Berkey e colaboradoras/es (1990) incluíram a assexualidade como possibilidade dentro de uma escala multidimensional da sexualidade; Rothblum e Brehony (1993) foram pioneiras ao explorar o tema em relações lésbicas, destacando a dissociação entre afetividade e desejo sexual; e, por fim, Green (2000) mencionou a assexualidade em pessoas trans, embora de modo breve.

Essas contribuições supracitadas, discutidas por Bezerra (2015, 2018), Brigeiro (2013), Coletto (2022), Neiva (2019), Oliveira e Vianna (2017), Santos (2016), Kovacs (2022) e Pereira (2019), evidenciam como o entendimento da assexualidade percorreu um longo caminho de invisibilidade, estigmatização e, mais recentemente, de legitimação e reconhecimento, especialmente, dentro dos estudos de gênero e sexualidade.

A compreensão da assexualidade, tanto em seu aspecto psicanalítico quanto em sua dimensão sociopolítica, atravessa diferentes tempos e discursos. Em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Sigmund Freud (1905) examina os processos que moldam o desenvolvimento da sexualidade humana, destacando a barreira contra o incesto e as transformações psíquicas da puberdade. Para ele, tanto o "amor sexual" quanto o "amor não sexual" originam-se na imaginação antes da escolha de objeto, compartilhando uma mesma base estrutural. Freud também introduz a noção de "amor assexual", referindo-se a uma fixação libidinal inconsciente que resulta da repressão moral e cultural, podendo se manifestar em vínculos afetivos intensos e não sexuais, especialmente com figuras parentais, como forma de desvio da prática sexual. Décadas depois, com o avanço da internet, a assexualidade começa a ser ressignificada por seus próprios protagonistas. Segundo o ativista Andrew Hinderliter (2016), até os anos 1990 não havia comunidades organizadas de pessoas assexuais, mas as possibilidades abertas pelas tecnologias digitais permitiram o surgimento de redes de apoio e identificação que ultrapassaram barreiras geográficas.

A partir de 2001, a assexualidade passou a ganhar maior visibilidade e legitimidade no cenário acadêmico e social, impulsionada pela criação da Asexual Visibility and Education Network (AVEN), fundada pelo ativista norte-americano David Jay. Esse marco representou uma transição simbólica de um espaço de "refúgio" para um movimento voltado à "visibilidade", consolidando a AVEN como um ponto de encontro global para pessoas assexuais e construindo em torno de Jay uma imagem quase "messiânica" (Bezerra, 2015, 2018; Oliveira, 2014). A repercussão desse movimento motivou o psicólogo canadense Anthony Bogaert (2004) a realizar uma das primeiras pesquisas acadêmicas sobre o tema, estimando que 1,05% da população britânica não experimentava atração sexual por nenhum gênero, uma definição pioneira da assexualidade como orientação sexual. Esse estudo encorajou a comunidade científica a abordar o tema sob uma perspectiva não patologizante e mais sensível à diversidade humana (Bogaert, 2004; Brigeiro, 2013; Neiva, 2019; Kovacs, 2022). Atualmente, a AVEN (2024) se consolida como a maior comunidade online dedicada à assexualidade no mundo, reunindo pessoas assexuais e sexuais em uma rede que promove diálogos abertos e recursos educativos amplos. Esse movimento de visibilidade também reverberou no Brasil, com a criação de grupos, coletivos e redes sociais voltadas à vivência e ao reconhecimento da assexualidade, fortalecidos por lutas históricas dos movimentos feministas, LGBT+ e dos estudos de gênero, bem como por reações aos impactos sociopolíticos de eventos como o golpe militar e a epidemia de HIV/Aids (Brigeiro, 2013; Oliveira; Vianna, 2017; Oliveira; Greco, 2023).

No Brasil, as primeiras discussões sobre assexualidade começaram a surgir por volta de 2004 em redes sociais como Orkut e Facebook, sendo que a comunidade do Orkut chegou a reunir 1.335 pessoas membros na época, demonstrando o início de uma mobilização ainda tímida, mas significativa (Oliveira, 2014; Santos, 2016). Com o tempo, essas trocas evoluíram para espaços mais estruturados, como sites, fóruns e blogs dedicados ao tema,

refletindo as dificuldades enfrentadas por pessoas assexuais em uma sociedade marcada por normas sexualizadas.

Em 2009, surge no Brasil a Comunidade Assexual Brasileira (A2), criada pelo pernambucano Júlio Neto inicialmente como um blog e depois transformada em fórum, com forte influência da AVEN e uma proposta educativa que impulsionou os debates nacionais sobre o tema (Oliveira, 2014; Santos, 2016). Ainda em 2010, a pesquisadora Elisabete Regina Baptista de Oliveira (2014), pioneira no campo acadêmico da assexualidade no país, criou o Blog Assexualidades como parte de sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo. O blog ganhou notoriedade e ampliou a visibilidade do tema no Brasil, rendendo à autora convites para entrevistas em meios de comunicação variados entre 2010 e 2014.

Enquanto isso, no cenário internacional, membros da AVEN participaram pela primeira vez da parada do orgulho LGBTQ+ de San Francisco em 2009, mas no Brasil esse marco só ocorreu em 2015, quando a ativista Júlia Luchiari Fioretti organizou a primeira parada assexual na Avenida Paulista, com cerca de vinte participantes, ainda sem evidências de articulação significativa com o movimento LGBT+ nacional até então (Oliveira, 2014; Santos, 2016; Silva, 2021). Em 2016, a televisão aberta brasileira abordou a assexualidade pela primeira vez no programa "Estação Plural", exibido pela TV Brasil e apresentado por Ellen Oléria, Mel Gonçalves e Fernando Oliveira (Fefito). O programa permanece disponível na WebTV e no aplicativo TV Brasil Play, ampliando o alcance da temática no espaço midiático.

Em 2017, o psicólogo e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Luigi Silvino D'Andrea, lançou Assexualidades em Trânsito: Deslocando Sobre o Arco-Íris com Tonalidades Cinza e Preto, o primeiro livro acadêmico brasileiro a abordar de forma aprofundada a temática da assexualidade. Dois anos depois, em 2019, o psicanalista e doutor em Psicologia e Sociedade pela UNESP de Assis, Paulo Victor Bezerra, deu continuidade à discussão ao organizar a obra Assexualidade: Subjetividades Emergentes no Século XXI, reunindo contribuições

teóricas e empíricas que ampliaram o debate sobre o espectro assexual no país (Bezerra, 2019).

O termo "ACE", uma abreviação em inglês para assexual, também faz alusão à carta "ás" de baralho, símbolo que, segundo Neiva (2019), é frequentemente adotado por pessoas da comunidade assexual como forma de identificação e representação, por evocar singularidade e distinção. Nesse caminho, por volta de 2023, deparei-me com uma postagem pública no Twitter/X em dezembro de 2022 feita pelo usuário autointitulado Ace Gay, que atende pelo perfil @jyzien. No referido tweet, de maneira pedagógica, sucinta e brilhante, Jyzien explora o conceito da assexualidade com suas diversas nuances e possibilidades, como "não", "um pouco", "às vezes" e "sim, mas só com uma condição". Essa proposta conceitual inicial foi adotada e mantida neste estudo com o intuito de ressaltar o protagonismo e ativismo brasileiro da comunidade assexual na sociedade contemporânea. Esse cenário também nos convoca a reconhecer e valorizar a diversidade de histórias e perspectivas, evitando a armadilha do discurso único e suas desumanizações, como argumenta a feminista e escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

Neste momento, é crucial fazer também uma declaração pessoal e política. O principal autor deste artigo é um gay cisgênero pardo e periférico cuja atração sexual por homens ocorre de forma condicionada, sendo representada pela demissexualidade, que é parte do espectro da assexualidade. Até os 31 anos, ou seja, há três anos atrás, não tinha consciência disso, o que evidencia como a falta de informação e discussão sobre esse tema pode afetar qualquer pessoa, em diversos contextos. Considerando esta problemática, a pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: Como as pessoas assexuais são compreendidas e representadas na literatura acadêmica brasileira? Portanto, explorar este tema neste artigo, leva em conta a sua relevância pessoal, social, profissional politico-científica, destacando a necessidade de dar visibilidade a essa comunidade por meio de contribuições teóricas de diversas autoras e autores do país que a abordam sob diferentes perspectivas.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo compreender conceitos, definições e representações associadas a pessoas assexuais na produção acadêmica brasileira.

Os trabalhos resultados desta pesquisa bibliográfica estão organizados em três partes principais: "ConheçACE" que identifica os conceitos e/ou definições utilizados nas publicações brasileiras sobre assexualidade; "DescrevACE" que descreve as contribuições e/ou lacunas teóricas na literatura acadêmica brasileira sobre o tema, e "AliACE", já nas considerações finais, em que é feito um balanço da aliança entre o conhecimento científico e os saberes das pessoas assexuais, no sentido de combater estigmas sociais e defender os direitos das pessoas que se identificam com o amplo espectro da assexualidade.

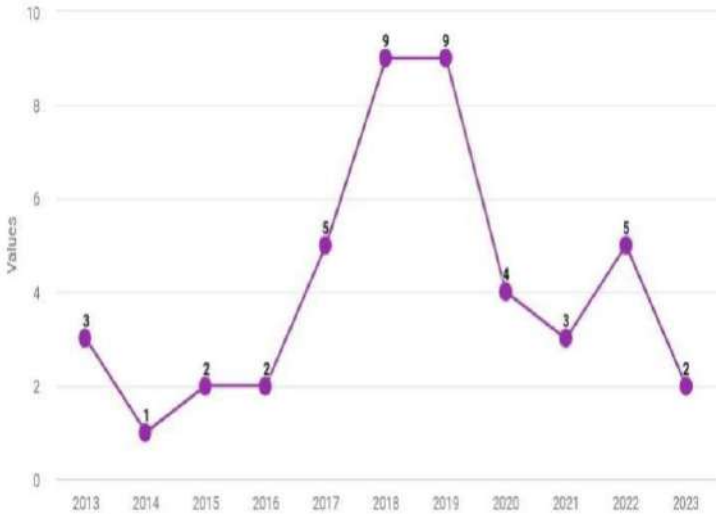
Revisão de fontes

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica do tipo narrativa. Foi estabelecido um recorte temporal de 10 anos, selecionando então fontes bibliográficas publicadas entre os anos de 2013 e 2023. A pesquisa foi conduzida entre os meses de maio de 2023 e março de 2024, utilizando as seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google, Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizadas as palavras-chave "assexualidade", "assexual", "comunidade assexual", "atração assexual", "identidade assexual", "subjetividade assexual" e "orientação assexual".

Publicados entre os anos 2013 e 2023, foram encontrados um total sessenta e uma (61) fontes relacionadas ao tema da assexualidade. Por conta do contexto de interesse da pesquisa, foram excluídas doze (12) fontes brasileiras que não tinham como foco central a assexualidade e quatro (4) publicações internacionais com foco em seus contextos, sendo uma (1) da Argentina, uma (1)

do Chile e duas (2) de Portugal. A partir disso, foram pré-selecionados quarenta e cinco (45) fontes brasileiras, que abordam a assexualidade, com diversas áreas do conhecimento no Brasil, tais como ciência da informação, ciências humanas e sociais aplicadas, enfermagem, psicologia, comunicação, jornalismo, gênero, educação, psicanálise, antropologia social, geografia, design, produção editorial, cinema, estudos de gênero, feminismo, sexualidades, literatura, cultura, história e educação. Tais publicações incluem artigos, coletânea, séries de livro, revistas, trabalhos de conclusão de curso (TCC), monografias, dissertações, periódicos, teses, anais e livros, e com uma distribuição irregular ao longo dos anos, como pode ser verificado na FIGURA 1:

Figura 1 – Panorama anual de fontes brasileiras encontradas sobre Assexualidade



FONTE: Autoria própria (2024).

É importante considerar que a pandemia da Covid- 19 teve início no país nos meses iniciais de 2020 e se estendeu até meados de 2023, o que pode ter impactado a continuidade das pesquisas e discussões sobre a assexualidade. Devido a restrições de tempo, acesso à pesquisa e obstáculos socioeconômicos, infelizmente, não foi possível incluir onze (11) fontes pré-selecionadas sobre o tema.

Mas, por uma questão ética e política, destaco e visibilizo a importância dessas referências no ANEXO A, para o campo e encorajo pesquisas futuras a incorporar essas e outras perspectivas, enriquecendo a discussão sobre o assunto e expandindo a contribuição deste estudo pioneiro na instituição. Ao final, foram selecionadas trinta e quatro (34) fontes brasileiras, que abordam a assexualidade. Sendo 3 em 2013; 1 em 2014; 2 em 2015; 1 em 2016; 3 em 2017; 8 em 2018; 4 em 2019; 4 em 2020; 3 em 2021; 4 em 2022 e 1 em 2023. Contudo, os dados apontam uma realidade alarmante sobre a baixa atenção dada à assexualidade na produção acadêmica no Brasil. Isso requer investimentos contínuos em educação, políticas públicas e capacitação de profissionais de diferentes áreas, com a participação sociopolítica da sociedade com a comunidade assexual.

Resultados e discussão

ConheçACE: Conhecendo os conceitos, definições e representações da Assexualidade utilizadas na literatura acadêmica brasileira

As fontes levantadas destacam diferentes interpretações sobre a assexualidade tida como uma parte legítima da experiência humana, uma identidade e orientação/atração própria dentro da diversidade e pluralidade sexual. As pessoas assexuais estão em constante processo de descoberta e reconhecimento ao longo da vida, e esse desinteresse em práticas sexuais pode ocorrer de forma total, parcial ou condicionada, abrangendo pessoas que não consideram isso uma prioridade em suas vidas, não sendo uma escolha, mas que convive com discursos patológicos, o que pode reforçar estigmas sociais (Araújo, 2022; Arcoverde; Amazonas, 2017; Bezerra, 2022; Coletto, 2022; Farias, 2018; Lima, 2021; Marques, 2020; Oliveira; Greco, 2023; Rocha *et al*., 2020; Sobrinho, 2018; Kovacs, 2022). A AVEN (2024) reforça que a assexualidade é uma característica inerente às pessoas assexuais, que não pode ser

modificada por vontade ou escolha pessoal, como no caso do celibato, tampouco deve ser confundida com o Transtorno do Desejo Sexual Hipoativo (TDSH), já que não se trata de uma condição médica, nem algo que possa ser diagnosticado por terceiros ou testes específicos. Além disso, a AVEN destaca que pessoas assexuais possuem as mesmas necessidades emocionais, relacionais e sociais que qualquer outra pessoa, sendo plenamente capazes de estabelecer vínculos afetivos profundos e significativos.

Recorro também a importantes referências da Psicologia Social e da Psicologia Sócio-Histórica, como Antônio Carlos Ciampa (1991), doutor em Psicologia pela PUC-SP, e Bader Burihan Sawaia (2001), também doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para afirmar que a identidade não deve ser entendida como algo fixo e imutável, mas como um processo dinâmico, fluido e em constante transformação. Mais do que uma simples representação ou enunciação, a identidade configura-se como uma ação contínua, um "fazer-se" permanente, que está intrinsecamente ligado às formas de vida e aos contextos socioculturais aos quais pertencemos. E, de fato, a assexualidade engloba uma ampla gama de experiências, subclassificações e identidades, conforme descrito pela AVEN e corroborada pela comunidade assexual brasileira A2. Essa orientação desafia conceitos essencialistas que insistem na universalidade do interesse sexual. Para as pessoas do espectro da assexualidade, é possível experimentar desejo sexual sem sentir atração por outra pessoa ou desejo de praticar atos sexuais com outrem, a exemplo da masturbação, podendo variar desde o grau sentido sem nenhuma atração (assexualidade estrita) até formas condicionadas (demissexuais) e/ou com graus intermediários (Gray-As).

Além disso, a assexualidade considera diferentes tipos de atração, como estética (interesse pela aparência de alguém), romântica e arromântica (interesse de envolvimento ou não em um contexto romântico) e sexual (interesse sexual por alguém (Cunha, 2021; Neiva, 2015, 2017, 2018, 2019). Existem também outros

termos[3] específicos, como "lithromânticas" e "lithsexuais", que descrevem nuances nas relações afetivas ou sexuais desinteressadas quando correspondidas. Podendo ser por pessoas do gênero[3] oposto (heterorromântica), do mesmo gênero (homorromântica), de ambos ou mais (birromântica), ou sem limitações de sexo ou gênero (panromântica), dentre outras possibilidades, que abrangem uma variedade de possibilidades em relação à atração e ao desejo (Cunha, 2021; Neiva, 2015; 2017, 2018, 2019; Santos, 2016). Assim como, é concebida como uma forma de identificação subjetiva que desafia as normas tradicionais sobre desejo sexual e as categorias tradicionais de gênero[4] e sexualidade, em que pessoas podem encontrar satisfação pulsional com metas não sexuais, como através da sublimação ou recalque das pulsões sexuais outras. Muitas dessas autorias também fazem críticas à busca pela normalização e associação da assexualidade com patologias em uma sociedade hipersexualizada (De Carvalho, 2013; Bezerra, 2018; Brigeiro, 2013; D'Andrea; Romagnoli, 2018; Rosenthal, 2018).

Em outras perspectivas, a assexualidade é entendida como construída através de experiências compartilhadas, e inserida comumente em comunidades globais e virtuais em diferentes tempos e espaços sociodigitais, em busca de reconhecimento social, pois enfrentam estigmas, invisibilidades, opressões e diversas exclusões sociais, mas também constroem narrativas, afirmações, subversões e modos de vida contra-hegemônicos em meio às

[3] Para mais informações sobre termos do espectro assexual e outras identidades, acesse e conheça o site LGBTQ+Spacey (2024) em: https://lgbtqspacey.com.

[4] Scott (1989) explica que o gênero é uma categoria crucial para a análise histórica, resultante das diferenças percebidas entre as pessoas e sujeita a mudanças conforme os contextos em um campo de disputa sociopolítica nas relações de poder, manifestando-se em símbolos culturais que geram representações frequentemente contraditórias e em conceitos normativos que limitam e orientam tais representações. Além de abranger diversas dimensões da vida social e transcender o biológico, gera identidade que está interligada às dinâmicas de poder, moldando-se e sendo moldada pelo social em processos desiguais, o que requer (auto)cuidado e (auto)crítica constantes.

mudanças sociais e tecnológicas (Martins; Cavalcante, 2019; Oliveira; Vianna, 2017; Pereira, 2019; Pessah, 2020; Santos; Carvalho, 2019; Silva, 2020, 2021). Como é concebida também como uma forma de vivenciar a sexualidade, como fruto de uma construção social e discursividade contemporânea, desafiando as normas hegemônicas que consideram a atividade sexual e romântica como um componente essencial e obrigatório da vida. Essa identidade representa uma resistência micropolítica às pressões sociais, operando como uma "linha de fuga" que visa evitar a sua eliminação. Além disso, pode ser interpretada como uma forma de regressão narcísica, na qual a pessoa busca a autossatisfação, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto do desejo; e/ou que frequentemente prioriza o prazer da própria companhia em detrimento dos relacionamentos afetivos e/ou sexuais normativos. Ou seja, ela se configura como uma expressão política estranha (queer): polimórfa, rizomático e paradoxal, que desafia o imperativo da ero-sexo-hetero-normatividade e de outras formas de opressão social sobre gênero e sexualidade (Bezerra, 2015; Coletto, 2022; Oliveira, 2013, 2014; Santos, 2016).

De modo geral, pode-se afirmar que a assexualidade é reconhecida como um espectro legitimado de identidade e orientação dentro da diversidade humana e sexual. Assim como representa uma forma subjetiva e singular de identificação que desafia as normas tradicionais relacionadas ao desejo, atração e satisfação sexual. Além disso, é vista como uma construção coletiva fortalecida e compartilhada de forma contra-hegemônica, especialmente em comunidades virtuais. No entanto, a doutora em Estudos de Gênero, Feminismo e Mulheres pela Illinois State University Ela Przybylo (2011) adverte sobre o perigo de que os espaços de resistência estabelecidos pelas pessoas assexuais no mundo virtual possam acabar de alguma forma também restringindo outras formas de transgressão e levando à deslegitimação da identidade assexual.

No contexto brasileiro, penso que, é crucial ter cautela com o uso e abuso de termos estrangeiros (europeus e norte-americanos)

para descrever a assexualidade. A linguagem tem um poder significativo de inclusão ou exclusão, e o uso político desses termos precisa ser repensado para considerar as diversas realidades do país.

Pois, refletir sobre a identidade relacionada à assexualidade no Brasil envolve reconhecer e dizer que ela é também uma ferida da violência ocidental branca, senhorial e masculina cis. Conforme a filósofa, escritora, ativista negra e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Sueli Carneiro (2003) explica, a violência sexual sofrida, especialmente por mulheres negras e indígenas durante o período colonial na América Latina, especialmente em nosso país, foi crucial para a formação das identidades étnico-raciais e para a perpetuação de desigualdades de raça, gênero e classe até hoje numa falsa "democracia racial". Ou seja, as opressões só existem, pois são frutos de hierarquias, e esses CIStema de opressões afetam a todas, todos e todes de maneiras diversas e distintas, destacando a complexidade das interseccionalidades existentes nas nossas relações em sociedade (Collins; Bilge, 2021; Gonzalez, 1984; Petrone, 2019).

De acordo com o filósofo e historiador crítico Michel Foucault (1988) explana, o poder é uma relação e este desempenha um papel fundamental na formação do discurso sobre a sexualidade. Em vez de reprimi-la, a renova e expande por meio da produção, saturação, controle e inter-relação, intensificando sua "vontade de saber" constante nas sociedades. Neste sentido, reconheço também que a assexualidade não deve ser necessariamente interpretada como resultado de uma repressão sexual, mas sim como um fenômeno emergente decorrente da (re) evolução histórica dos dispositivos discursivos das relações de poder relacionados à sexualidade, que buscam incessantemente saber e produzir 'verdades' outras acerca da dimensão humana.

Przybylo (2011) argumenta que a assexualidade tem o poder de desafiar e transformar a sociedade ao transcender definições binárias, criando espaços de complicação sexual e rupturas no sistema estabelecido. Isso ocorre ao redefinir autoimagens e ao

posicionar o desinteresse em sexo como apenas um aspecto da existência, revelando outras formas de ser, existir e se relacionar, o que fundamentalmente questiona a naturalidade e inevitabilidade das práticas sexuais. Nesse contexto, é válido lembrar a todas as pessoas, assexuais e não assexuais, que "todas/os/es têm um cu" (exceto quem passou depois por amputação abdominoperineal do reto). Conforme o filósofo, pensador e escritor transexual Paul Preciado (2022), o "cu" é um elemento central na revolução contrassexual, pois é universal (independentemente de gênero ou papéis sexuais), é uma zona erógena de prazer frequentemente negada na heteronormatividade, e permite subverter a vinculação entre reprodução e relacionamentos sexuais/românticos, alinhando-se, por exemplo, também, com os anseios e lutas dos espectros assexual e arromântico.

DescrevACE: Narrando as contribuições e lacunas teóricas da literatura acadêmica brasileira sobre a assexualidade

Estudos evidenciam a urgência de ampliar a produção acadêmica sobre a assexualidade no Brasil, especialmente no campo educacional, como forma de combater estigmas, promover reconhecimento e fortalecer a emancipação social dessa comunidade. Para isso, é fundamental superar ideologias conservadoras e incentivar pesquisas críticas, especialmente aquelas baseadas em perspectivas queer e feministas, que abordem a assexualidade em sua complexidade e nas disputas contra mecanismos de controle social. As comunidades online têm papel central nesse processo, atuando como espaços de acolhimento, apoio e ativismo digital, sobretudo na adolescência, e contribuindo para a construção identitária. É essencial, ainda, considerar as intersecções entre gênero, sexualidade e outros marcadores sociais, bem como os efeitos da violência, exclusão e discriminação vivenciados por pessoas assexuais em diferentes esferas da vida (Arcoverde; Amazonas, 2017; Araújo, 2022; Bezerra, 2018, 2022; Cunha, 2021; D'Andrea; Romagnoli, 2018; Farias, 2018; Lima, 2021;

Martins; Cavalcante, 2019; Neiva, 2015, 2017, 2018, 2019; Oliveira, 2013, 2014; Oliveira; Vianna, 2018; Oliveira; Greco, 2023; Pessah, 2020; Pereira, 2019; Rocha et al., 2020; Santiago, 2018; Santos, 2019; Silva, 2021; Vianna, 2017). Soma-se a isso o questionamento às categorias diagnósticas do DSM-5, como o Transtorno do Interesse/Excitação Sexual Feminino e o Transtorno do Desejo Sexual Masculino Hipoativo, que, ao se basearem em padrões ocidentais, heteronormativos e masculinos, tendem a patologizar a ausência de atração sexual, provocando sofrimento psíquico e reforçando a percepção da assexualidade como uma anormalidade, inclusive entre quem a vivencia ou desconhece essa dimensão humana possível.

As discussões em torno do movimento político assexual apontam para suas semelhanças, diferenças e tensões internas em relação a outras comunidades LGBTQIAPN+, destacando, sobretudo, a autonomia das pessoas assexuais em definirem seu grau de engajamento político (Coletto, 2022; Cunha, 2021; Neiva, 2015, 2017, 2018, 2019). Ao mesmo tempo, muitos relatos evidenciam o desejo e os desafios de estabelecer vínculos afetivos considerados convencionais, especialmente em relações com pessoas allosexuais, isto é, que experienciam atração sexual segundo as normas vigentes. Nesse contexto, ganham relevância as iniciativas de ativistas que fundaram e gerenciam comunidades, como de comunidades arromânticas e assexuais no Brasil, por exemplo, o Fórum Forumeiros, atual (assexualidade.com.br), o Coletivo AbrACE (Instagram: @coletivoabrace) e a Comunidade Aroaceiros (Instagram: @aroaceiros), que desempenham um papel fundamental ao disseminar informações sobre assexualidade e arromanticidade de forma diversa, promovendo debates, trocas de experiências e apoio mútuo. Estes coletivos lidam com fatos reais, casos de discriminação e expulsão de casa de pessoa assexual por parte de suas famílias, fatos corriqueiros que motivam as pesquisas sobre esta realidade e geram reflexão, embasando estudos que defendem a assexualidade (Arcoverde; Amazonas, 2017; Oliveira; Greco, 2023).

Nesse contexto, acredito, o movimento ACE pode refletir a perspectiva negra trazida pela pedagoga, mestra em educação e doutora em antropologia social pela USP Nilma Lino Gomes (2019), em "O movimento negro educador", ao produzir ferramentas epistemológicas e pedagógicas essenciais para a organização, resistência e transformação social, principalmente, considerando seus diversos e diferentes marcadores sociais. Ou seja, o movimento ACE não só resiste à marginalização, mas também promove, em suas lutas, uma ética radical nas relações interpessoais em sociedade, buscando compreensão, respeito e direitos mútuos, conforme ensina o professor e doutor em Sociologia do Direito pela Yale University, Boaventura de Souza Santos (2019).

Estudos outros sobre a assexualidade no Brasil ressaltam a necessidade de repensar a sexualidade para além das perspectivas tradicionais que veem o interesse e a prática sexual (alonormatividade) e amorosa (amatonormatividade) como destinos universais e compulsórios. Critica-se a excessiva dependência de relatos individuais em pesquisas, que muitas vezes ignoram o contexto socio-histórico e político, resultando em uma compreensão simplista da assexualidade. A polarização entre perspectivas culturais e biológicas é um obstáculo para uma visão mais abrangente do fenômeno, e questiona-se a ideia de que a assexualidade é apenas uma resistência à hipersexualidade. Há uma notável escassez de estudos e discussões mais críticas sobre o tema na literatura acadêmica (Bezerra, 2015; De Carvalho, 2013; Coletto, 2022; Oliveira, 2013, 2014; Rozenthal, 2018; Santos, 2016).

É notório o movimento articulado entre a literatura científica e os movimentos sociais na defesa do reconhecimento de novas formas de desejo e representações do objeto do desejo, no sentido de promover maior respeito e inclusão das pessoas assexuais, além de questionar e desconstruir as normas sexuais predominantes, reconhecendo a importância do ativismo político para fortalecer a luta pelos direitos e pelo reconhecimento da identidade assexual na sociedade. Assim como, repensando o

papel da Psicologia e outras áreas do conhecimento em relação à sexualidade, em prol de alcançar uma verdadeira democracia sexual (Bezerra, 2018; De Carvalho, 2013; Brigeiro, 2013; D'Andrea; Romagnoli, 2018; Farias, 2018; Oliveira; Vianna, 2018; Rosenthal, 2018; Santos; Carvalho, 2019).

AliACE – Aliança de Saberes Acadêmicos e Assexuais

Os estudos em questão destacam a importância da AVEN, da ciência e da sociedade no fortalecimento da comunidade assexual. Enfatizam a relevância da mediação da informação em comunidades virtuais assexuais para promover conhecimento e relacionamentos saudáveis e o senso de pertencimento. Ressaltam a necessidade de diálogo e educação para combater desinformação, preconceitos, estigmas e exclusões sociais. Além disso, evidenciam a importância de uma representação diversa e responsável da assexualidade, como na mídia e na ficção, que promova visibilidade assertiva e o protagonismo das pessoas no espectro assexual. Esse movimento busca destacar a diversidade e fluidez da assexualidade de forma inclusiva (Araújo, 2022; Bezerra, 2022; Lima, 2021; Martins; Cavalcante, 2019; Oliveira; Greco, 2023; Pereira, 2019; Pessah, 2022; Rocha et al., 2020; Santos; Carvalho, 2019; Silva, 2020, 2021; Sobrinho, 2018).

Este trabalho, que une ciência e ativismo político, explora diversas perspectivas sobre subcategorias e a cultura assexual, destacando a importância de promover a troca de conhecimentos que respeite a autonomia, experiências e reivindicações das pessoas assexuais. Enfatiza a construção de confiança e apoio genuíno e ético, criando um "pacto etnográfico" entre as partes envolvidas. Além disso, aborda a necessidade de intervenções éticas e qualificadas por profissionais, como psicólogas/es/os, para evitar causar sofrimento adicional. Ressalta a importância de respeitar as diferentes formas de expressão afetiva e sexual através do conhecimento científico, engajamento político e pesquisa acadêmica na luta por direitos e inclusão das pessoas assexuais. A

expressão de "sair do bolo", usado pela comunidade para convocar sua visibilidade política, é citado como uma forma de enfrentar "lacunas discursivas" e "injustiças epistêmicas" vivenciadas pelas pessoas assexuais (Cunha, 2021; Neiva, 2015, 2017, 2018, 2019). Embora ainda sejam escassas, as discussões sobre a assexualidade nas pesquisas acadêmicas no Brasil estão em crescente ascensão, destacando o papel ativo das pessoas assexuais na disseminação do conhecimento sobre sua identidade, que anteriormente era marcada pelo isolamento geográfico.

Essa maior visibilidade, aliada à contribuição científica, favorece um reconhecimento social importante. Assim como, é fundamental adotar abordagens que validem as identidades assexuais na esfera sociopolítica e promovam estudos críticos contextualizados, que não se limita a uma mera ausência de atividade sexual nem a um desafio às normas de gênero e sexualidade. Tal qual, alertam para a emergência de uma política pública que visa uma educação afetiva e sexual inclusiva e abrangente nos currículos escolares brasileiros. Propõe a criação de guias específicos que abordem a diversidade sexual e a assexualidade de forma interdisciplinar. Critica a ausência de diretrizes adequadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando-a um retrocesso que compromete o desenvolvimento de competências como socioemocionais e de autoconhecimento, além da capacitação de educadora/es para tratar essas questões de forma mais responsável e adequada (Bezerra, 2015; Coletto, 2022; Oliveira, 2013, 2014; Santos, 2016).

Considerações Finais: AliACE!

Para pessoas assexuais, por vezes, possibilidade de expressar sua autonomia e liberdade manifesta-se na capacidade de dizer "não", "um pouco", "às vezes" ou "sim, mas com condições". Isso evidencia que a sexualidade e o gênero vão além dos estereótipos e das normas sociais preestabelecidas, revelando-se como dimensões

muito mais amplas e complexas do que se costuma pensar. E, assim como as pessoas brancas são fundamentais na luta antirracista, conforme destacado pela professora, escritora, ativista negra norte-americana e doutora em história Bell Hooks (2020), considero que as pessoas alossexuais têm um papel crucial na erradicação da opressão sexista e na promoção da visibilidade da diversidade assexual.

Nesse sentido, as pessoas allosexuais devem colaborar para o reconhecimento e garantia de direitos sem se colocarem como figuras líderes ou porta-vozes das questões assexuais, mas sim trabalhando para alterar percepções negativas e desconstruir hierarquias e estereótipos de gênero e sexualidade que perpetuam lacunas, invisibilidades e injustiças sociais. Ao se engajarem de forma equitativa com o espectro assexual, essas pessoas podem ser vistas como aliadas na emancipação política geral. Esse engajamento exige uma educação crítica, reformas profundas e um compromisso genuíno e contínuo com a valorização da diversidade e a garantia de igualdade de acesso e oportunidades para todas, todes e todos. Além disso, profissionais da educação e demais profissionais com perspectiva feminista devem continuamente se capacitar para tornar essas informações acessíveis em diferentes contextos, reconhecendo o poder transformador de cada pessoa na sociedade.

Desse modo, frisa-se a importância da aliança entre o conhecimento científico e os saberes das pessoas do espectro da assexualidade numa profunda intersecção multifacetada e transindividual, que permita ascender a construção "AliACE". Esta importante aliança em construção exige um compromisso contínuo e abrangente de toda a sociedade com a diversidade de pessoas assexuais, e com diversidade humana em seu âmbito mais amplo. Pois, a AliACE se fundamenta em uma relação de conhecimento político e ético baseado em um poder horizontal, co-dependente, co-responsável, transitório e emancipatório, visando a construção de uma sociedade melhor e mais justa igualmente entre as pessoas.

Então, AliACE!

Referências

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARAÚJO, M. B. A força emancipatória artemisíaco: a relação entre Ártemis e a assexualidade. **Ensaios de História**, *[S.l]*, v. 23, n. 1, p. 28-39, 2022. Disponível em: https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/ensaiosdehistoria/article/view/3872. Acesso em: 10 jul. 2024.

ARCOVERDE, R. L.; AMAZONAS, M. C. L. A. Assexualidade: identidades e discursos na internet. *In*: **Anais** Eletrônicos do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis, 2017.

AVEN. The Asexual Visibility and Education Network. AVEN, 2024. Disponível em: http://www.asexuality.org/home/. Acesso em: 27 jun. 2024.

BEZERRA, B. A. *et al*. Abordagem da Assexualidade em Pesquisas Científicas: Revisão Integrativa da Literatura. *In*: **Anais** da Semana de Enfermagem. Marabá (PA), Carajás, 2022. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/semana_enfermagem_carajas/491211- ABORDAGEM-DA- ASSEXUALIDADE-EM-PESQUISAS-CIENTIFICAS—REVISAO- INTEGRATIVA-DA-LITERATURA. Acesso em: 17 jun. 2024.

BEZERRA, P. V. Assexualidades: perspectivas queer e feminista. **Arq. Bras. Psicol**., Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 305-10, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809- 52672018000100021&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 05 jun. 2023.

BEZERRA, P. V. **Avessos do excesso:** a assexualidade. 147 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/

bitstreams/785ced60-f94a-45f0-b914- ac57f390245a/content. Acesso em: 17 jun. 2024.

BOGAERT, A. F. Asexuality: Prevalence and associated factors in a national probability sample. **Journal of sex research**, *[S.l]*, v. 41, n. 3, p. 279-87, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00224490 409552235. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRIGEIRO, M. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 253- 83, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200012. Acesso em: 17 jun. 2024.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: CARNEIRO, S. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CIAMPA, A. C. **Identidade**: as categorias fundamentais da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1991. 75 p.

COLETTO, J. P. **Assexualidade e diversidade sexual: percepções de pessoas assexuais acerca de sua educação sexual escolar**. 65 f. Monografia de graduação (Bacharel em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/26090. Acesso em: 17 jun. 2024.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. 91 p.

CUNHA, J. F. **A Construção de Identidade de Adolescentes Assexuais em Comunidades Virtuais**. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/jo ao_cunha.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

D'ANDREA, L. S.; ROMAGNOLI, R. C. Deslocando sobre o arco-íris com tonalidades cinza e preto: assexualidades em trânsito.

Revista Ártemis, *[S.l]*, v. 25, n. 1, p. 219, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.36065. Acesso em: 17 jun. 2024.

DE CARVALHO, K. B. O conceito de sublimação: metas assexuais e valor cultural. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 35, n. 66, p. 55-63, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S0102- 73952013000200009. Acesso em: 17 jun. 2024.

FARIAS, I. S. C. J. Identidades-gênero, sexual e romântica. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, *[S.l]*, v. 9, n. 2, p. 377-96, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i2.0021. Acesso em: 17 jun. 2024.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 77 p.

FREUD, S. **Obras Completas:** Três ensaios sobre A teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos: (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 408 p.

GOMES, N. L. O movimento Negro como ator político. *In*: **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Vozes, 2019. p.13-20.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, *[S.l]*, v. 2, n. 1, p. 223-44, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%2C %20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_ Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

HINDERLITER, A. C. **The evolution of online asexual discourse**. Tese (Doutorado em Filosofia e Linguística) - University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana, 2016. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/items/98549. Acesso em: 17 jun. 2024.

hooks, b. **Teoria feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Editora Perspectiva AS, 2020. 256 p.

KOVACS, L. S. **Os assexuais e sua luta:** uma visão honnethiana. 41 f. Monografia de Graduação (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/0dfa923d-41da-4ad6-879a- 9843916da9fd/content. Acesso em: 27 jun. 2024.

LGBTQ+SPACEY. Glossário de termos LGBTQIAP+. Disponível em: https://lgbtqspacey.com/glossario/. Acesso em: 27 jun. 2024.

LIMA, C. M. N. Assexualidade: os desafios para o reconhecimento e aceitação social. **Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S.l]*, v. 7, n. 3, p. 110- 125, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i3.762. Acesso em: 17 jun. 2024.

MARQUES, C. A. O (não) entendimento da assexualidade em uma sociedade sexonormativa: Uma reflexão sobre como os aces são vistos pela massa. **Processos Psicossociais Psicologia E Comunicação**, p. 63, 2020. Disponível em: https://share.google/1Y2aZiktiLHKuStBX. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTINS, B. R.; CAVALCANTE, L. F. B. A mediação da informação nas comunidades virtuais para assexuais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l], v. 15, n. 3, p. 308-30, 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1261. Acesso em: 27 jun. 2024.

NEIVA, G. A. 'Vamos Sair do Bolo com a Nave Ace'? Notas Etnográficas sobre Visibilidade Política da e na Assexualidade no Ciberespaço. **Anais** de Congresso. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Brasília, 2018. Disponível em: https://www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA/files/1541469455_ARQUIVO_VamosSair doBolocomaNaveAce-GiorgiaNeiva.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

NEIVA, G. A. **"Já experimentou para saber se gosta? assexualidades na sociedade sexualizada**. 226 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/188/o/2015_-_Gi%C3%B3rgia_%28D%29.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

NEIVA, G. A. "Minha Vida em Preto e Roxo" – Notas Etnográficas sobre Assexualidade. **Anais** de Congresso. XI Reunión de Antropología del Mercosur. Montevideo, Uruguai, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/26076496/_Minha_Vida_em_Preto_e_Roxo_Notas_Etnogr%C3% A1ficas_sobre_a_Assexualidade. Acesso em: 27 jun. 2024.

NEIVA, G. A. Quem Precisa de Diagnóstico? Reflexão Antropológica sobre a Despatologização e a Visibilidade Política na Assexualidade. *In*: DE BRAZ, C. A.; HENNING, C. E. (Orgs.). **Gênero, sexualidade e saúde:** diálogos latino-americanos. Coleção Diferenças –bilíngue – Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017. p. 101-121.

OLIVEIRA, E. R. B. **Minha vida de ameba:** os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11052015- 102351/publico/ELISABETE_REGINA_BAPTISTA_DE_OLIVEIRA_rev.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

OLIVEIRA, E. R. B. Saindo do armário: a assexualidade na perspetiva da AVEN – Asexual Visibility and Education Network. 2013. *In:* **Anais** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384778146_ARQUI VO_ElisabeteReginaBaptistadeOliveira.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

OLIVEIRA, E. R. B.; VIANNA, C. Educação e assexualidades: uma das dimensões da desigualdade no universo escolar. *In*: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. **Debates contemporâneos sobre**

Educação para Sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, p.135-47, 2017. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/7097?sho w=full. Acesso em: 27 jun. 2024.

OLIVEIRA, E. R. B.; VIANNA, C. P. Quando e como usar entrevistas por e-mail: reflexões com base em pesquisa sobre assexualidade. **Educação em Revista**, *[S.l]*, v. 34, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698192012. Acesso em: 27 jun. 2024.

OLIVEIRA, J. A.; GRECO, C. Redes Sociais como Espaço de Visibilidade e Sociabilidade para Pessoas Assexuais. *In*: **Anais** do Congresso Internacional Comunicação e Consumo. São Paulo: Universidade Paulista, 2023. Disponível em: https://proceedings. science/comunicon- 2023/trabalhos/redes-sociais-como-espaco-de-visibilidade-e-sociabilidade-para-pessoas- assexuais?lang=pt-br. Acesso em: 27 jun. 2024.

PELLEGRINO, H. Pacto edípico e pacto social (Da gramática do desejo à sem-vergonhice brasílica). **Folhetim – Suplemento da Folha de S. Paulo**, nº 347 de 11 set. de 1983. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/130397623/PELLEGRINO-Pacto-Edipico-e-Pacto-Social-Da-Gramatica-Do- Desejo-A-Sem-Vergonhi ce-Brasilica. Acesso em: 27 jun. 2024.

PEREIRA, L. G.; FERNANDES, C. B. A assexualidade no discurso jornalístico: uma análise discursiva. **Revista de Linguística**, Fortaleza, v. 9, n. 3, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/ 10.22168/2237-6321-31538. Acesso em: 27 jun. 2024.

PESSAH, M. Entrevista com Euleax de Lima Pereira: mais do que eu escrever o poema, é o poema que me escreve. **Revista Légua & Meia**, *[S.l]*, v. 11, n. 1, p. 38-42, 2020. Disponível em: https://doi. org/10.13102/lm.v11i1.6209. Acesso em: 27 jun. 2024.

PETRONE, T. Prefácio à edição brasileira. *In*: ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. São Paulo: Editora Boitempo, 2019. p. 11-22.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022. 223 p.

PRZYBYLO, E. Crisis and safety: The asexual in sexusociety. **Sexualities**, *[S.l]*, v. 14, n. 4, p. 444-61, 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1177/1363460711406461. Acesso em: 27 jun. 2024.

ROCHA, M. L. B.; FALCÃO, C. A.; BARBOZA, A. M. M.; BUENO, L. D. Assexualidade em seriados televisivos: uma análise sócio-histórica. **REVES – Revista Relações Sociais**, *[S.l]*, v. 3, n. 4, p. 13001–13, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.18540/reves vl3iss4pp13001-13013. Acesso em: 27 jun. 2024.

ROZENTHAL, E. Assexualidade: um olhar psicanalítico para o futuro. **Cad. Psicanal**., Rio de Jeneiro, v. 40, n. 38, p. 111-24, 2018.

SANTIAGO, W. S. As Narrativas dos Mecanismos de Controle da Assexualidade de Jovens da Educação Superior. 2018. *In*: **Anais** VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade. Pelotas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: https://semi nariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/arquivo/109.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTOS, B. S. Prefácio. *In*: GOMES, N. L. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2019. p. 9-13.

SANTOS, T. P.; CARVALHO, G. M. Assexualidade: orientação ou disfunção sexual? **Brazilian Journal of Health Review**, *[S.l]*, v. 2, n. 4, p. 2709-28, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.34119/ bjhrv2n4-042. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTOS, V. K. **Sexualidades:** processo de subjetivação e resistência. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19428/2/Val%c3%a9ria%20K onc%20dos%20Santos. pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

SAWAIA, B. (Org.). Identidade – uma ideologia separatista? *In*: **As artimanhas da exclusão**: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 119-127.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. *[S.l]*: Gender and the politics of history, 1989. 29 p.

SILVA, V. C. R. Midiatização da sexualidade. **Anais** de resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, [S.l.], v. 1, n. 4, out. 2020. Disponível em: https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao- resumos/issue/view/13. Acesso em: 4 jun. 2023.

SILVA, V. C. R. **Midiatização da sexualidade:** a emergência da narrativa contra- hegemônica da assexualidade no ciberespaço. 115 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade de Santa Cruz, Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: https:// repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2744/1/Vit%c3%b3ria% 20Carvalho%20Roc ho%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

SILVA, V. C. R. Narrativas da sexualidade: pistas discursivas da assexualidade na mídia. **Grau Zero–Revista de Crítica Cultural**, *[S.l]*, v. 9, n. 2, p. 111-30, 2021. Disponível em: https://doi.org/ 10.30620/gz.v9n2.p111. Acesso em: 4 jun. 2023.

SOBRINHO, A. G. O. *et al*. A Manifestação da Sexualidade do Indivíduo Assexual. **Humanas Sociais & Aplicadas**, *[S.l]*, v. 8, n. 22, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.25242/887682220181535. Acesso em: 4 jun. 2023.

STARIOLO, M. **Levantamento quantitativo pioneiro na América Latina mapeia comunidade ALGBT no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2022/10/24/levantamento-quantitativo-pioneiro- na-america-latina- mapeia-comunidade-algbt-no-brasil/. Acesso em: 4 jun. 2023.

Twitter/X em dezembro de 2022. Perfil: @jyzien. Disponível em: https://x.com/jyzien/status/1600818467477024770?. Acesso em: 08 dez 2022.

Anexo I
Lista de fontes acadêmicas sobre assexualidade não Incluídas

1. Cláudia Piazza Rodrigues Taváres Costa (2016) em "A de Assexual: Entendendo a assexualidade humana".
2. Luigi D'Andrea (2017) em "Assexualidades em Trânsito".
3. Giórgia De Aquino Neiva (2017) em "Rompendo com os Diagnósticos: Reflexão Antropológica sobre a Despatologização e a Visibilidade Política na Assexualidade".
4. Jeanine Martins Adler Trovão (2018) em "Cartografia sobre a assexualidade na Perspectiva da comunidade assexual".
5. Bruna de Sena Gonçalves (2019) em "Psicologia e literatura: diálogos sobre a comunidade LGBTQ".
6. Giórgia de Aquino Neiva (2019) em "Assexuais – Olhar Antropológico sobre Assexualidades".
7. Laís Azevedo Carafini (2019) em "Eu prefiro bolo: experimentação em representação assexual através de fanfiction".
8. Paulo Victor Bezerra (2019) em "Assexualidade: subjetividades emergentes no século XXI".
9. Vitória Carvalho Rocho da Silva (2019) em "Midiatização da sexualidade: a emergência da narrativa contra-hegemônica da assexualidade no ciberespaço".
10. Emilly Melissa Pereira Correia e Taíza da Silva Lima (2023) em "Assexualidade: o surgimento de uma nova identidade sexual".
11. Léia Gabrielli Souza Ramos (2023) em "Eu não quero Bolo: um falso documentário sobre assexualidade e seus estereótipos em um mundo invertido".

(Auto)Cartografias feministas: prenúncios de um vir a ser

Luna Layse Almeida da Silva[1]
Zuleide Paiva da Silva (Eide Paiva)[2]
Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes)[3]

(Auto)Cartografias do vir a ser feminista: a experiência como território

Narrar e escutar histórias faz parte dos meus (des)encontros com o mundo ao redor, de como vou me constituindo nas identidades que são políticas, fluídas e mobilizam movimentos em mim, movimentos menores[4], ampliando sentidos de conceitos que estão em constante processo de produção.

Assim como nas histórias que ouço, a cartografia nos provoca a refletir que as entradas e saídas são fluídas. Começamos pelo meio, com/no movimento, entre as pulsações. Tomo, então, o desafio de revisitar minhas vivências, (re)significando marcas que atravessam meu corpo. Escolho narrar pelos afetos, com momentos e cenas que estão em mim e seguem vibrando seus efeitos.

---

[1] Licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas (UNEB – Campus IV). Bacharela em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo em Multimeios (UNEB – Campus III). Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na formação de Educadores/as (UNEB). Integrante do grupo de pesquisa Diversidade, Discursos, Formação na Educação Básica e Superior (DIFEBA).

[2] Lésbica feminista. Doutora em Difusão do Conhecimento (UFBA). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus XIV) e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (UNEB PPGED). eidepaivasilva@gmail.com

[3] Poeta sapatão. Mestra em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB). Licenciada em Licenciatura em Pedagogia (UFPI). eusendoliz@gmail.com

[4] O sentido do caráter minoritário tem bases nas ideias propostas por Gallo (2002), ao refletir a respeito da educação menor do cotidiano dos professores e alunos que permite produzir revoluções.

A (auto)cartografia revela a pesquisa implicada[5], encarnada nos desejos e afetamentos que produzo com o outro, reconhecendo que estou me constituindo nas relações e (des)encontros. Nesse sentido, cartografar é produzir desenhos e mapas, uma rede múltipla de linhas que se conectam, como um rizoma, e por isso aqui me proponho a trazer à cena algumas das linhas, sons e artes que marcam as minhas trajetórias de vida, fazendo alcançar minhas professoralidades[6] em devir com/na diversidade.

É uma busca pela precisão próxima dos movimentos da vida, com os fluxos e complexidades que estão imbricados. Como esclarecem Laura Barros e Virgínia Kastrup (2015, p. 15),

> a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e seu movimento permanente. Para isso, é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças.

Me lanço ao desafio de trilhar com os movimentos da memória e afetos para dizer o que me marca, faz morada ou até se despede de quem estou me constituindo. Uma mulher que tem medos, mas também ousa se dispor a olhar para si, com as alegrias e as dores que carrega. Essa busca pelo (auto)conhecer me move a alcançar lugares de transformação, (des)territorialidades, desalinhando nós que estão contorcidos.

Afinal, não nasci uma mulher, mas foi necessário assim me autoafirmar para ser vista e ouvida. Em diálogo com Simone de Beauvoir (1967), se percebe que essa identidade não é definida ao nascer, mas também não sinto que tornar-se mulher seja uma escolha. Em uma sociedade misógina, que silencia, oprime e violenta as minorias, me dizer mulher feminista também significa

---

[5] O sentido de implicada remete à ideia de dobras. A pesquisadora cartógrafa se dobra e faz dobras com/no movimento, subvertendo as lógicas cartesianas.

[6] Conceito inspirado em Anthony Fábio Santana e Marcos Villela Pereira (2019), que me desloca às inquietudes nos movimentos de constituir-se docente.

ser alvo. Mas também expressa uma não aceitação dos estigmas ou das violências impostas pela sociedade.

Tomo, então, como problema o seguinte questionamento: como o contato com os feminismos forja professoralidades implicadas? A pesquisa tem como horizonte o objetivo geral de compreender se esse contato com os feminismos forja estas professoralidades implicadas.

Já dentre os objetivos específicos, em produção, o intuito é de narrar as trajetórias familiar, profissional e acadêmica, a fim de tecer aproximações com os conceitos de feminismos. Bem como, (re)conhecer quais são os feminismos que estão implicados nas minhas vivências e leituras, produzindo modos de constituir o meu conceito de feminismos.

Para seguir esses fios da pesquisa, me conecto com Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 24) para perceber que o "sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos". O que reflete a necessidade de se expor aos riscos, se constituindo como sujeito da travessia, perigo, exposição, transformação e paixão.

É me reconhecer com as vulnerabilidades que carrego. Dentre elas, o lugar de mulher é um dos que mais me marca. Que me mobiliza, muitas vezes, a reações mais impulsivas e o desejo de quebrar ciclos que veem sendo reproduzidos na nossa sociedade.

Sou mulher, mestiça[7] e heterossexual. Estes outros marcadores significam reconhecer que também tenho privilégios de tratamentos, seja pela cor clara da pele ou pela sexualidade hetero que é posta como norma, em um espaço social em que as diferenças são inferiorizadas e oprimidas.

[7] Conceito reivindicado e ressignificado por Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2023) e Gloria Anzaldúa (2005) com a afirmação de política das diferenças. As autoras situam entre-lugares ou fronteiras em que se localizam as intersecções, produzindo outras categorias de identidades.

Como nos ensina Carla Akotirene (2019) que reflete o feminismo negro, a interseccionalidade visibiliza uma coalisão de estruturas e reforça que mais do que pensar múltiplas identidades, a interseccionalidade evidencia "como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos" (Akotirene, 2019, p. 63).

Compreender nesta reflexão a interrelação dos marcadores sociais (gênero, etnia, sexualidades, pessoas com deficiência e outras) e os lugares de inferioridade e privilégios também significa que as minhas aproximações com os conceitos de feminismos exigem aprofundamentos de saberes com/nas diversidades e diferenças, tendo em vista o amplo campo de disputas em que o poder geralmente tensiona esses conceitos para os padrões impostos como a regra, o que exige estar em constante vigilância.

Me disponho à (auto)cartografia exposta aos riscos da pesquisa encarnada e ao desafio de olhar para mim, refletindo as pistas dos feminismos que vão me (re)constituindo nos territórios da experiência em devir. Isso também significa compreender as opressões e privilégios que compõem o meu vir a ser, tendo em vista a narrativa (auto)cartográfica como ato de formar e formar-se com/na/pelas diversidades.

Como nos diz Ramon Alcântara (2015, p. 16), há um "olhar do estranhamento da humanidade frente à sua diversidade. O olhar do susto, ao se perceber tardiamente que não somos iguais, que a diferença cerca nossas relações de maneira onipresente, olhar de incômodo". Esse pensamento me provoca e tensiona a me dar conta de que há um processo tardio em curso, em uma sociedade que carrega em sua estrutura opressões que permanecem sendo reproduzidas de múltiplas formas, mas também seguem sendo feitas rachaduras como formas de resistências e de fazer vazar a diferença.

Para (re)conhecer essas linhas duras e fugas também em mim, componho este artigo a partir das memórias e afetos que me marcam por meio das escritas (auto)cartográficas que denomino

de: “Entre linhas, sons e artes: prenúncios de um vir a ser menina”; “O corpo-voz da menina-mulher: travessias nos movimentos”; “Professoralidades em devir: (re)conhecer-se com/na docência”; e “(In)conclusões: travessias nas linhas do meu conceito de feminismos”.

Esta escrita faz movimentos de (auto)conhecer, também produz novas conexões de minhas vivências com o conceito de feminismos com os quais me aproximei ao longo das trajetórias até aqui, me reaproximando de muitas das leituras teóricas realizadas na academia e nos movimentos sociais para mover novos sentidos. É um mergulho na experiência, como propõe a cartografia, na busca por alcançar as minhas professoralidades em devir e o conceito de feminismos que produzo com/nos territórios.

É como constituir linhas de um rizoma, tecendo nós e linhas de fuga. Se lançar nos pequenos fios das memórias, que podem promover (re)encontros com a menina que fui ou a mulher que está se constituindo. Um contive à pesquisa que toma o corpo e a experiência como territórios a serem investigados.

Entre linhas, sons e artes: prenúncios de um vir a ser menina

Início esta narrativa pelos afetos com a leitura na minha infância. Ainda sinto, a cada vez que toco e cheiro as páginas de um novo livro, retornar ao castelo e jardins do clássico “Bela Adormecida”, ou então, à temerosa casa da bruxa do conto “João e Maria”. Ler se tornou um dos refúgios da menina calada e de poucas amigas, que amava ir à escola, mas não gostava muito de sair para outros lugares – a não ser brincar com os colegas da rua de casa, e muitas vezes encontrava nos desenhos animados ou nos livros um universo de sonhos e possibilidades.

Tomando essas recordações, começo a questionar quais referências de feminismos essas narrativas da infância podem ter marcado em mim. Branca de Neve, Rapunzel e outras princesas ocupavam geralmente o lugar de fragilidade e a expectativa de ser salva por um príncipe.

Isso me lembra "O perigo da história única", da Chimamanda Adichie (2019). A escritora nigeriana revela que quando criança as histórias britânicas e americanas que lia lhe influenciaram a criar personagens brancos e de olhos azuis, brincando na neve. Recordo que, ainda no ensino fundamental, escrevi sobre a "princesa Cecília". Ela não fugia de muitos dos estereótipos sociais, com exceção de que a jovem protagonista ainda adolescente viu os seus pais se divorciarem e tempos depois sua mãe casou-se novamente com outro homem por quem se apaixonou.

Essa quebra parcial de expectativa na narrativa tinha relação com histórias que ouvia das minhas amigas de escola. Ainda assim, repete padrões dos contos do "Era uma vez", com marcadores sociais que reproduzem personagens brancos, heterossexuais, e os ideais de amor romântico, como se as princesas não pudessem salvar a si mesmas e dependessem de uma figura masculina para encontrar um final feliz.

Lembro de minha mãe dizendo que eu precisava estudar e conquistar a minha independência. Eu era a mais nova entre os três irmãos, única mulher, e não tinha muitas certezas sobre o que queria ser quando crescer. Mas a voz embriagada de minha mãe insistindo que eu não dependesse de ninguém, essa ecoa em mim. Por isso, apesar dos medos e receios na escolha da profissão que seguiria, sabia da importância de fazer escolhas a me proporcionar aprendizados e autonomia.

Em meio a essas (in)certezas, um dia eu ainda iria descobrir que o medo e a coragem estão entrelaçados. Desde cedo já havia indícios de que os desafios seriam muitos, profundos. As meninas eram tratadas de outro modo e por mais que eu não soubesse o que significavam os feminismos, o meu corpo já sentia marcas das desigualdades. Uma delas no silêncio que aparenta ser timidez, mas é intimidação. Somos ensinadas a nos calar, e mesmo assim também ousamos reivindicar contra a reprodução dos ciclos de opressão.

Isso me leva às histórias contadas por minha mãe que teve uma infância tão dura e às de minha avó – ela que é uma mulher preta –

com as marcas de dores e vulnerabilidades sociais, me faz perceber que a cada geração as transformações estão acontecendo, mesmo que nas linhas menores. Também me coloca de volta às afetividades de "Olhos d'água", de Conceição Evaristo (2016, p. 17):

> Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água.

Cada uma carrega as suas marcas e histórias que parecem fazer nós nas estruturas enraizadas em culturas de preconceitos e machismos. Eu sou natural de um município do interior da Bahia, quando criança costumava pensar que ali era o meu mundo e não conseguiria me imaginar estar em qualquer outo território. Senhor do Bonfim, cidade com nome de santo, como eu declamei em uma das poesias ainda dos tempos de escola, no ensino fundamental em um colégio particular e católico.

Mal sabia que havia tantos mistérios e conquistas a desbravar que em nada se pareciam com as leituras carregadas do gosto de infância. A menina que reivindicava em casa contra a ideia de que só as mulheres deveriam fazer as atividades domésticas e começava a reconhecer o modo como precisava doar-se cada vez mais para ser reconhecida nos espaços sociais atravessados de machismo, foi cedendo lugar a uma adolescente cheia de raivas e angústias mal compreendidas. Desejava muito alcançar sua autonomia, talvez acreditando que pudesse em algum momento se desvencilhar das amarras impostas pela sociedade patriarcal.

Eu não me via como uma adolescente bonita. Ainda que não tomasse uma consciência necessária sobre essa reflexão. Mesmo assim, é como se o meu corpo reverberasse essas marcas e estivesse, em diversos momentos, expressando os medos aos olhares atravessados e piadas carregadas de ironias. Estar exposta é também ser julgada pelos parâmetros de padrões de beleza construídos socialmente e, por vezes, desejar se adequar a eles,

ainda que sem perceber, para tentar desviar um pouco as linhas das dores. Creio que ainda no segundo ou terceiro ano do ensino médio comecei a alisar os cabelos.

Após concluir o ensino médio, fiz morada em Juazeiro/BA, Petrolina/PE e depois em Jacobina/BA. Mais tarde, passei a trabalhar em Saúde/BA, onde atuo como docente de uma escola estadual. A menina leitora e que se redescobria também nas escritas tinha dúvidas se queria cursar Jornalismo ou Letras, não sentia qualquer afinidade com as exatas. E achando que precisava escolher um caminho só, cursei Jornalismo na UNEB em Juazeiro e atuei por quase nove anos na área, trabalhando em Jacobina como comunicadora popular e depois como coordenadora social de projetos. Alcançar o primeiro emprego foi uma conquista muito almejada, era como sentir que a partir dali eu tinha mais liberdade nas minhas escolhas.

A docência chega depois, com as descobertas de que não somos, sempre estamos. Essa quebra da fixidez faz ver que não há necessidade de limitar. Por isso, me desafio a essas mudanças de lugares e me vejo mover os horizontes de sonhos a cada desejo alcançado. Nessas linhas em curso, sinto que a docência tem sido espaço de deslocamentos, me dispor a sair de uma zona de conforto para buscar novas linhas de transformação. Mais do que isso, tem me mostrado a força e coragem que conquistei, com as vulnerabilidades que me constituem, sempre com o apoio fundamental dos/as familiares e amigos/as cativados ao longo dessas jornadas.

O corpo-voz da menina-mulher: travessias nos movimentos

Costumo dizer que a descoberta do conceito de feminismos me fez sentir algum alívio ou respiro de quem encontra sentidos para as próprias angústias e medos. Talvez uma pausa no voo para fazer acolhida à menina ou à adolescente que por mais que resmungasse, não tinha ainda uma tomada de consciência com base nas estruturas que constroem a sociedade.

Foram as travessias nos movimentos, entre a universidade e as lutas sociais, que me reviraram, produzindo novos territórios de saber e autoconhecer. Enquanto percorria as linhas das transformações e resistências, ao fazer parte de uma cooperativa[8] que pauta direitos nos campos da agroecologia e agricultura familiar, também me movia nas trilhas acadêmicas da UNEB me aproximando dos conceitos de diversidades e diferenças no curso de Letras, em que passei a fazer parte do grupo de pesquisa "Diversidade, Discursos, Formação na Educação Básica e Superior".

Gradualmente, nessas distintas pulsações, fui aprendendo, como diz a canção, que "Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer/participando sem medo de ser mulher"[9] podemos contribuir com as mudanças menores. Essas que são capazes de reverberar outras concepções e aos poucos ir segmentando as linhas duras.

Pois, mesmo estando nos contextos das lutas sociais em que o debate da agroecologia e da convivência com o Semiárido produzem as discussões de gêneros e equidade ou nos espaços acadêmicos investigando as diversidades, ainda sentimos os efeitos do patriarcado, seja nos momentos em que não somos ouvidas, ou quando continuamos a nos sobrecarregar de tarefas para alcançar o reconhecimento do trabalho que realizamos.

Nos movimentos sociais, participei de formações e atos políticos que me mobilizaram para o debate da agrobiodiversidade, com caminhos de retorno e ressignificação dos saberes ancestrais. Contexto em que os espaços de discussões de gêneros foram dos territórios que mais me atraíram. Processualmente, passei a contribuir na mediação de oficinas sobre gêneros, com ênfase na participação das mulheres e juventudes. Foram experiências de novas descobertas e identificação com as metodologias

[8] A Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (Cofaspi) tem sede em Jacobina/BA e atuação em todo o Piemonte da Diamantina.

[9] Composição do músico Zé Pinto para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

participativas para construir ambientes que contribuam para as tomadas de consciência em relação às desigualdades, além de ressignificar os papéis sociais das mulheres.

Ainda assim, sinto que esse debate nos movimentos rurais com os quais criei vínculos ainda tem desafios de se apropriar mais do tema das diversidades e interseccionalidades, ainda que a discussão a respeito das diversidades nas academias tenha chegado a partir das lutas sociais. Um dos fatores que estão vinculados a esse desafio, é o fato de que na área rural as linhas duras dos preconceitos estão ainda mais enrijecidas. Ao mesmo tempo, as vivências acadêmicas começaram a me desafiar ao processo de me constituir docente pesquisadora, investigando questões com/na diversidade, e essas inquietudes reverberaram em outros espaços.

Organizei, com as mulheres integrantes da Cofaspi, um debate político. Realizamos uma leitura coletiva e análise de parte do livro "o feminismo é para todo mundo", de bell hooks (2018). A teórica destaca que

> O pensamento feminista reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia reforma e reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista (hooks, 2018, p. 20).

Nessa reflexão quanto à dicotomia masculino e feminino que impõe padrões sociais, hooks (2018) propõe processos educativos antirracistas, antissexistas e libertador. Uma produção interseccional atravessada pelas questões de classe, raça, gênero e sexualidade que reverbera a necessidade de quebras nas estruturas capitalistas e patriarcais. Nesse sentido, pensar o conceito de feminismos com/nas diversidades.

Tema que me inquieta e mobiliza nos múltiplos movimentos. Foi ainda em meio a essa dupla jornada, de trabalho e faculdade, e em um período que já anunciava a possível pandemia de Covid-19, que passei a me perceber com mais sintomas da ansiedade. Me pergunto, por vezes, se na tentativa de preencher os vazios, somos

sugados pela rotina acelerada de uma sociedade que negligencia e estigmatiza os autocuidados. E, também percebo, nessa discussão, o quanto as mulheres passaram a ter rotinas cada vez mais intensas.

Nalu Faria (2020) nos diz a respeito de dicotomias das atividades produtivas e reprodutivas forjadas na sociedade do capital que invisibiliza o trabalho das mulheres, bem como, analisa a necessidade de reformulação das estratégias de sobrevivência:

> A utopia do nosso feminismo faz um questionamento global do modelo atual e quer uma nova sociedade, com a construção de novas relações, com outras formas de organizar o trabalho, de garantir a sustentabilidade da vida e novas subjetividades baseadas na autonomia, reciprocidade e igualdade. Nossos acúmulos, na prática cotidiana das mulheres, apontam vários elementos desse novo vir-a-ser: reconhecimento e valorização das relações afetivas, bem-estar, cuidado, transcendência (Faria, 2020, p. 66).

Sinto que, ao longo dos (des)caminhos, foi uma necessidade me autoafirmar feminista. Uma urgência de me apropriar no corpo e na voz das ações de anúncio e denúncia, ao se sentir fortalecida e encorajada por muitas das experiências na Cofaspi e na UNEB. Contrapor os falsos discursos que inferiorizam as lutas em prol da equidade, não somente entre as mulheres em suas diversidades, mas também entre todas as pessoas. Como me ensina Tiburi (2020), o debate do feminismo nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos, produzindo inclusive as reflexões que superam e ultrapassam muitas das concepções de gêneros.

Mas, é importante demarcar e enfatizar que essa autoafirmação também significa, mais uma vez, a necessidade de confrontar as ideias forjadas na sociedade a respeito dos feminismos. Pensamentos carregado de estereótipos e julgamentos, que descredibilizam as lutas das mulheres em prol da equidade.

Para além de se ver mulher, mestiça e heterossexual, me aproximar desse conceito é uma provocação a (re)conhecer as diversidades e diferenças, tomando também os estudos acerca das interseccionalidades. Temas que causam o sentimento de que valores como a empatia não têm qualquer relação com a ideia de se

colocar no lugar do outro, esse exercício não é possível, mas podemos aprender a produzir espaços de "acolhida" com as diferenças que nos constituem. Como também, alertar a ter um olhar mais atento e demorado aos autocuidados e valorização das relações afetivas.

Afinal, e o que é ser mulher? Esse signo construído no patriarcado, pode ser ressignificado nos movimentos feministas, como explica Tiburi (2020). Permeia as problematizações que fazem ver o quanto são múltiplas as experiências de se tornar uma mulher, compreendendo os distintos lugares de falas, escutas e silenciamentos de cada uma. Conhecer essas vivências plurais faz ver as singularidades de cada história, assim como os limites das identidades.

Tomo, então, as narrativas produzidas na disciplina "Pedagogias Feministas e Epistemologias Decoloniais" – que cursei como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) da UNEB de Jacobina e Conceição do Coité, no semestre 2022.2 – como território de transformações para desvendar outros sentidos possíveis às mulheridades em devir.

As atividades, que ocorreram na modalidade *on-line*, foram um convite a gingar nas rodas de conversas que problematizaram temas como: pedagogias feministas; pensamento de mulheres negras; epistemologias lésbicas; pedagogia de favela e da desobediência; pedagogia para transeducar o pensamento; dentre outros. Os giros, gingas e dobras com/na diversidade me fizeram ver e sentir que havia muitas discussões das quais os meus feminismos pareciam ainda distantes.

As vozes polifônicas ressoaram na roda para visibilizar narrativas diversas e dissidentes. Dentre elas, a de Thiffany Odara (2020), que foi aluna da primeira turma da especialização em "Gênero, raça, sexualidade e etnia na formação de educadores" da UNEB, em 2019, e como Trabalho de Conclusão do Curso produziu a Pedagogia da Desobediência como "proposta pedagógica inclusiva no viés da transgeneridade voltada para uma educação

que potencialize as diferenças, desafiando a lógica dicotômica de gêneros" (Odara, 2020, p. 15).

Uma ruptura dos padrões estabelecidos como normas e quebra dos silêncios históricos. Cada vez mais as/os jovens e adolescentes nas escolas, inclusive na que leciono, têm visibilizado as suas identidades e lutas. E quais são os espaços de "acolhimento" que encontram dentro e fora da sala de aula? Esses lugares precisam ser construídos, com a escuta e (des)construção das concepções de gêneros e sexualidades, produzindo a valorização das diversidades no ambiente escolar.

A ginga girou para a chegada de Mariana Meriqui Rodrigues e Dayana Brunetto, que fazem parte da Liga Brasileira de Lésbicas. Elas trouxeram para o centro da ginga o LesboCenso, uma pesquisa que mapeia o perfil sócio-demográfico e as vivências lésbicas e sapatão. Um dos objetivos é de produzir dados sociodemográficos e informações sobre trabalho, educação, violências, saúde, relacionamentos, relações familiares e redes de apoio de lésbicas no Brasil.

Uma iniciativa que será fundamental para pensar a urgência de políticas públicas pautadas na perspectiva das diversidades e diferenças. Como também, fazer denúncias do ódio e violências contra as mulheres lésbicas. É preciso demarcar que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+. E isso não pode continuar sendo aceito pela sociedade. São frequentes os noticiários de agressões motivadas pela LGBTFOBIA.

A mudança dessa realidade também passa pela sala de aula. Questionar os preconceitos e exclusões que são reproduzidos cotidianamente e todas as formas de violências entre pessoas. (Re)conhecer que somos diversos e o direito à vida é de todes, com as multiplicidades e singularidades que constituem cada pessoa.

Professoralidades em devir: (re)conhecer-se com/na docência

A expectativa da mudança de profissão me inundou de medos e incertezas. Sair de territórios onde me vi transformar e realizar sonhos de quem sonha junto. Porém, também ter consciência de

que cada ciclo que se fecha abre caminhos para os novos voos, com as oportunidades de (auto)conhecer. Desse modo, as mudanças são como passos em direção às utopias, que me mobilizam rumo aos horizontes moventes.

Isso me lança nas vivencias da adolescente que um dia se questionou se iria cursar Jornalismo ou Letras, sem ter qualquer ideia de que seria possível realizar seus desejos, ainda que a história não fosse como nos contos de fadas em que tudo acontece quase instantaneamente; mas, com as distintas alegrias e pedras que constituem os (des)caminhos nos processos.

Também me mobiliza a tomar cada vez mais consciência de que os lugares de mulheres são todos em que quiser estar. Foi assim que ousei imaginar um dia ser uma professora concursada. E cá estou, em meio às novas vivências e indagações que as mudanças podem proporcionar. Me descobrir nas professoralidades em devir. Uma constante e complexa jornada que está sempre em produção do vir a ser.

Comecei atuar na docência em maio de 2024. Antes, eu me questionava, por exemplo, se já me reconhecia ou não como docente em meio à expectativa da mudança de ciclos, quando saiu o resultado do concurso. Um movimento que me lançou mais uma vez diante de muitos dos conflitos vivenciados ainda no período dos estágios curriculares da UNEB, na licenciatura em Letras. Os estágios foram desenvolvidos em etapas distintas, começando pelas atividades em espaço de educação não-formal, e depois as etapas de observação e práticas em escolas públicas municipais ou estaduais.

No primeiro fio de memória, me percebo ver-sentir a escola e os modos de aprisionamentos. A imagem das grades, agora azuis. Os portões com cadeados. Os porteiros ou guardas para liberar as saídas de estudantes apenas com autorização, ou ao barulho estridente do sinal que indica o horário de encerramento das aulas. Essa realidade é ainda mais enrijecida no ensino integral em que leciono atualmente. Na maioria das vezes, os/as alunos/as torcem para que os/as professores/as faltem e a aula seja "vaga". Eles relatam o cansaço e as perdas de interesses nos estudos e na escola.

Parte desses discentes moram distante da sede do município e saem de casa ainda mais cedo, no ônibus escolar.

São sentimentos e perguntas que me afetam, me levam a lembranças da infância. Lembro que, quando criança, certa vez eu e os meus irmãos adoecemos e ficamos quase uma semana sem frequentar o colégio. Na varanda de casa, eu observava passar um transporte coletivo que buscava alguns meninos e meninas vizinhos meus para irem às aulas. Queria poder de novo me encontrar com o brilho daquele olhar desejante de menina, cheio de expectativas de voltar às aulas. Como também, sinto as necessidades de desvendar gradualmente como posso contribuir mais para criar espaços acolhedores.

Os portões da escola servem ainda para impedir a entrada de alunos/as sem o fardamento. Essa simbologia me remete a discussões a respeito da padronização e homogeneidades. Ainda assim, há uma quebra dessa fixidez em meio à cultura escolar. As/os discentes por vezes recorrem aos diferentes modos de performatizar estilos, seja na mudança de cores ou penteados dos cabelos; ou o uso de acessórios e maquiagens que dão formas às vontades de mostrar suas diferenças. Também há os/as que quebram as regras, sob justificativas distintas, mas nem sempre conseguem driblar as ordens impostas.

Em outras recordações, as minhas inquietudes se voltam então à essa necessidade constante de os/as alunos/as saírem das salas e da escola, um desejo que percebi não ser apenas delas/es, como também dos/as professores/as. Se o saber liberta, por que a escola muitas vezes segue constituindo lugar de repressão? Essa dor é um dos reflexos das hierarquias e desigualdades na sociedade do capital, que continua negligenciando os grupos minoritários.

Uma das leituras que me guiou, ainda quando decidia os percursos da minha pesquisa no curso de Letras, foi o livro "Uma escola para o povo", de Maria Teresa Nidelcoff (1983). Revisitando essa teórica, percebo que ela me instiga a encontrar alguns alívios nos compromissos que vão sendo firmados diariamente, mesmo com os limites que são impostos pelo sistema. Ela nos diz o modo

como a escola confirma e sustenta a estrutura social. Por isso a necessidade de uma mudança social profunda. Depois, ressalta que enquanto essa transformação não acontece é possível mudar modos de agir das/os docentes, a partir dos modos de se relacionar com pais e alunos, os objetivos do trabalho e a maneira de focar nos conteúdos.

Eu convivo diariamente com alunos/as que reproduzem falas ou atitudes violentas, como se isso fosse o comum. Em meio aos desafios, observo as urgências de tatear os percursos que contribuam para (re)conhecer quais são as distintas realidades que produziram esses valores invertidos. É como (re)decobrir que o processo de ruptura de estruturas marcadas pelas desigualdades históricas é lento, árduo e desgastante.

Contexto em que as leituras de Candau (2008) tomam múltiplos significados e dimensões. Ela chama a atenção para o caráter monocultural da escola. E, em seguida, expõe que a crise da escola não pode ser encarada de modo superficial, que à reduz a uma inadequação de método e técnicas. Ou, à introdução das novas tecnologias da educação e da comunicação; ajuste da escola à lógica de mercado e da chamada modernização. A autora nos mobiliza a pensar uma outra escola que acompanhe as mudanças do mundo.

A realidade por vezes me paralisa. Me faz indagar a quais estratégias recorrer, tomando consciência de que nem toda aula irá produzir sensibilidades, em meio à luta contra o caos. Ainda assim, se pode refletir que construir outra escola possível requer buscar alternativas e linhas de fuga. Muitas lutas foram e são necessárias para democratizar o acesso ao saber e a inclusão, bem como, para construir espaços onde seja possível sonhar. Não raro, ao perguntar aos meus alunos e alunas quais são os sonhos que cultivam, muitos/as dizem não ter sonhos.

A lógica do sistema de ensino também é feita para desestimular os/as docentes. São jornadas cansativas de trabalho e inúmeras demandas. Tenho aulas geralmente nos três turnos, com turmas de distintas modalidades de ensino e diferentes disciplinas. Além do integral, o ensino médio técnico e a educação de jovens e

adultos. Outras demandas são as rotinas de planejamentos, avaliações, lançamentos no sistema de educação, por exemplo.

São frequentes os relatos de jovens e docentes com ansiedade e depressão. Nas turmas da manhã, são estudantes com idades entre 15 e 18 anos. Coletivamente, iniciamos a elaboração da proposta de um projeto sobre ansiedade, com intuito de produzir dados e juntas/os visibilizar este tema.

O debate da inclusão também tem me inquietado diariamente. A sensação continua ser como a descrita por Ramon Alcântara (2015), ao narrar os estranhamentos da humanidade frente à sua diversidade. Desse modo, seguem sendo reproduzidas formas de exclusão e todos os dias é preciso desafiar-se a (re)conhecer as diversidades e diferenças.

Nas escolas, a inclusão muitas vezes é confundida com integração. E, mesmo quando isso ocorre, percebo que a exclusão é que segue sendo reverberada. Seja nos momentos de trabalhos em grupos na sala de aula ou nos processos avaliativos, por exemplo. Pois, há uma resistência da sociedade às mudanças, principalmente quando isso significa sair dos lugares de privilégios, ou interagir com/nas diferenças.

As linhas duras nos (des)caminhos nos desgastam. São as linhas menores que fazem ver brotar o riso e alimentar as utopias. Em meio às dificuldades, cultivar as resistências menores que mobilizam os sentidos da vida. Criar espaços de escutas, trocas, formações contínuas e aprender com/nas diferenças para desenhar os novos horizontes. Dentre eles, um dos sonhos é o de dar continuidade aos processos de (auto)conhecer com/nas diversidades, concorrendo à seleção de mestrado acadêmico.

(In)Conclusões: travessias na tecitura do meu conceito de feminismos

Os movimentos e paradas nas linhas das memórias desfiadas até aqui me fazem chegar à compreensão de que a "professoralidade é algo que se constrói à medida que o sujeito

experimenta e reflete a vida vivida. Tornar-se professor, em última análise, significa uma diferença na história de cada sujeito" (Santana; Pereira, 2019, p. 8). Identifico, então, que os medos que me acompanharam e me acompanham ao longo da vida não são os mesmos. Estão em transformação, produzindo a coragem e compromissos permanentes para as exigências do campo educacional.

Me percebo em constituição de outras versões de mim. Mulher, jornalista, professora, feminista, que se move nas aprendizagens com/nas diversidades, buscando romper ideias enrijecidas, dentro ou fora de mim, que foram se cristalizando a partir de normas e padrões sociais. Como também reconhecendo as marcas de privilégios nas minhas trajetórias e o estado de vigilância em relação aos preconceitos que reproduzimos.

São exercícios constantes, desafiadores e eles fazem ver que as mudanças são individuais e coletivas. Nessas transformações, faço dobras e gingas no corpo-território para alcançar o meu conceito de feminismos, que atravessa minhas professoralidades em devir. Os feminismos são as dores e silêncios que carrego e estão em processos de curas, são também a esperança nutrida de plantar sementes de equidade, são as forças das nossas ancestralidades, as utopias de um mundo agroecológico que reverencia a mãe natureza e valoriza as suas diversidades e diferenças.

Desse modo, concluo que a minha singularidade e minhas diferenças atravessam as minhas professoralidades. Sou intersecionada pelos marcadores de gênero, etnia, sexualidade e classe social e pelos cursos das trajetórias percorridas ao longo dos meus (des)caminhos. Me produzo, com as marcas e afetamentos da menina e da adolescente e da mulher em devir, e das relações que estão em produção.

Como destaca Zuleide Silva, "a professoralidade não pode ser considerada uma identidade. Mas sim um estado em constante risco de desequilíbrio. Se ela se tornar estável e imutável, perderá o fluxo e se transformará em uma identidade fixa e prejudicial" (2023,

p. 86). Por isso, convivo com os desafios, me (re)inventando e (res)significando as memórias e experiências moventes.

As minhas professoralidades foram forjadas, portanto, nas lutas sociais da agroecologia e da agricultura familiar imersas nos feminismos, assim como, nas formações acadêmicas da UNEB, produzindo pesquisas com/nas diversidades. Assim, não há um modo único de tornar-se professora. São múltiplos os modos de produção das professoralidades, tomando minha formação acadêmica, militante e seus entrelaçamentos nas vivências pessoais, com os desejos de seguir tateando as possibilidades de desafiar me às aprendizagens com/nas diversidades e diferenças. Constituir-me nas linhas, sons e artes do incessante vir a ser.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.

ALCÂNTARA, Ramon Luiz de Santana. **Formação para a diversidade?** Desafios da formação de professores em Grajaú-MA. São Luís: UFM, 2015, p 16-54. 202f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: < https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/750#preview-link0>. Acesso em 26 abr. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. Anzaldúa, G. (2005). La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, 13(3), 704. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In:* PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-

intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. 2ªed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista brasileira de educação, p. 20-28, 2002.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In:* MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.

FARIA, Nalu. As lutas feministas pela sustentabilidade da vida. *In:* **Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas.** ZELIC, Helena; MORENO, Renata (Orgs). São Paulo: SOF, 2020. 76p. (Coleção Cadernos Sempreviva, v.18. Série Economia e Feminismo, nº 7).

GALLO, Sílvio. **Em torno de uma educação menor**. Educação & Realidade, v. 27, n. 2, 2002.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Modos de educar entre jovens transvestigeneres:** Cartografias desejantes na universidade. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023. 96 f.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense (18ª ed.), 1983.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência:** travestilizando a educação. Salvador, Devires, 2020.

SANTANA, Anthony Fábio Torres; PEREIRA, Marcos Villela. Da constituição da professoralidade ou como alguém se torna professor. **REVELLI-Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG-Inhumas**., 2019.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Zuleide Paiva da; QUEIROZ, Marilene dos Santos (org.). **Experiências (auto)formativas diarizadas na educação universitária:** pedagogias feministas e epistemologias decoloniais. 1. ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

SILVA, Zuleide Paiva da. Professoralidade lésbica: uma ginga feminista?!. *In:* **Corpos, gêneros e sexualidades nas ciências humanas e sociais** [recurso eletrônico] / Organização, Sirlene Mota Pinheiro da Silva, Jónata Ferreira de Moura. São Luís: EDUFMA, 2023, p. 66-95.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

Babete Seara: a gueixa canavieirense, 1949-2014

Ronaldo Lima da Cruz[1]
Marco Antonio Matos Martins[2]

Considerações histórica e teórica: a proposta de pesquisa

O homem só existe no plural.
Hannah Arendt

Luiz Mott é visceral ao defender o estudo das sexualidades dissidentes, haja vista, contribuir para analisar as origens do preconceito que perdura quanto à homossexualidade na sociedade brasileira, além disso, fortalece a luta para que os governos – federal, estadual e municipal - criem e consolidem políticas públicas para combater o preconceito e discriminação por orientação sexual e todo tipo de violência que perpassa a comunidade LGBT+[3], podendo ser perceptível através de uma linguagem corporal que transmite rispidez, agressividade, escárnio até o assassinato. Segundo o antropólogo:

[1] Graduado em História (UESC); Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores/as (UNEB; Mestre em História (UNESP – Campus Franca). Professor da Rede Pública Estadual da Bahia em Canavieiras - BA. ronaldolc1984@gmail.com.

[2] Mestre em Antropologia Histórica (Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales – Paris); Professor Assistente (UNEB DEDC- Campus I; Integrante do Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (CEGRES Diadorim/UNEB). mmartins@uneb.br .

[3] É uma sigla usada pela comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, o "+" representa a diversidade de orientações sexuais que existem fora das normas binárias não contempladas com a inicial na sigla.

> A este ódio mórbido contra a homossexualidade a Psicologia chama de homofobia internalizada, provocando nestes doentes, sintomas diversos, incluindo neurose de frustração sexual, suicídio e atos de violência, como agressões e assassinato sádico de homossexuais (Mott, 2003, p. 203).

A história do movimento LGBT e das sexualidades são áreas de estudo relativamente novas para a historiografia brasileira, esperamos apresentar um artigo que possa suscitar outras pesquisas, outras interrogações que minimizem o esvaziamento do tema no sul da Bahia, pois, consideramos que os estudos de gênero, corpo, loucura, sexualidade foram negligenciados pela historiografia até o surgimento da Escola dos Annales.

> No entanto, é visível (...) a História tem se mantido à margem das produções que englobam a homossexualidade e suas extensões. (...) os regimes historiográficos ainda mantêm a história das homossexualidades em um não lugar. Apesar de haver um movimento para a retirada do véu que cobre a historicidade das homossexualidades, a operação historiográfica ainda não exumou os corpos dissidentes. (Pinto; Alves, 2019, p.168)

No Brasil, a história da sexualidade é marcada pela opressão da heteronormatividade[4]. A ciência médica em seus primórdios dualizou o corpo a partir de uma definição biológica caracterizada pelas diferenças anatômicas e fisiológicas, por outro lado, a influência do cristianismo a partir da versão metafísica estabelecida no livro de Gênesis, hierarquizou a sexualidade estabelecendo o homem como primazia da "criação", enquanto a mulher é apenas complementariedade, reforçando a dualidade de gênero. Salienta Antonio Gramsci, que esses fatores se perpetuam através da "hegemonia" e opera quando um grupo reclama e sustenta uma posição de "liderança" na vida social.

Apesar desse contexto, devemos compreender que a "homossexualidade" existia no Brasil antes da chegada dos europeus, fato constatado pelos colonizadores (Trevisan, 2018,

[4] É uma norma impositiva da sociedade e suas instituições para que todas as pessoas se comportem de acordo com o gênero de nascimento, esse paradigma exclui e marginaliza as outras sexualidades.

p.64). O que ocorreu durante o período foi um choque de culturas entre os autóctones caracterizados incivilizados pelo colonizador e, estes últimos numa missão "salvacionista", acreditavam estabelecer no Brasil os moldes de comportamento, moral, religiosidade e estrutura sociocultural existente em Portugal, impondo as comunidades indígenas e africanas/afro-brasileira. Isso equivalia estabelecer a monogamia e o casamento religioso, tentativas de imposição cultural e, controle do corpo e da sexualidade.

Por mais de duzentos anos, as normas jurídicas que vigoraram no Brasil baseavam-se nas Ordenações Filipinas que criminalizava a homossexualidade. Após emancipação do país, o novo código penal promulgado pelo imperador D. Pedro I, flexibilizava a legislação, passando os homossexuais a receberem tratamento mais brando, o que perdurou até o final da monarquia. Com a instalação da república (1889) e, a criação de um novo código penal, novamente a homossexualidade volta a ser criminalizada, desta vez, como crime contra a honra e honestidade da família. Em caso de condenação, o acusado podia ficar recluso por até seis meses de prisão (Trevisan, 2018, p.164).

A partir das décadas de 1920 e 30, o Estado brasileiro passou a normatizar o comportamento das sexualidades dissidentes, "não mais os padres, mas os delegados de polícia passaram a reprimir os infelizes, a que chamavam de 'pederastas', sob alegação de atentado ao pudor e aos bons costumes" (Mott, 2006, p. 510). A partir de 1940, entrou em vigor novo código penal no qual a homossexualidade passou a ser classificada como "desvio moral".

Entre 1964-1985, durante a Ditadura Militar no Brasil, eclodiram vários movimentos sociais que exigiam a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos, o mundo vivenciava os primeiros protestos pela luta dos direitos homossexuais. O marco zero dessa caminhada foi a prisão arbitrária de gays, lésbicas, travestis e dreg queens na boate Stonewall Inn, em 28 de junho de 1969, a prisão gerou protestos durante seis dias na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. No ano seguinte, ocorreriam as primeiras paradas

do Orgulho Gay em Chicago, Los Angeles, Nova York e São Francisco.

No Brasil ocorreu fato semelhante, o surgimento do Movimento LGBT+ começa a ser articulado quando um grupo de lésbicas frequentadoras do Ferro's bar em São Paulo foram repreendidas por parcela da vizinhança que sentiam incomodados com aquelas rasuras sociais e a circulação da revista Chanacomchana. Nesse período também começa a circular no país o jornal O Lampião, que debatia os abusos e perseguições sofridas pela comunidade LGBT+, principalmente, em relação ao sistema policial e, pretendia também levar informação a sociedade para combater o preconceito.

> O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos. A abertura política possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderá ser celebrada sem restrições. (Ferrari, 2004, p. 104)

Surgiu nesse contexto o Movimento de Lésbicas e o SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, esses grupos se aglutinaram e da união surgiu o movimento LBGT+. No ano de 1980, era criado pelo antropólogo paulista Luiz Mott, dentre outros, o Grupo Gay da Bahia – GGB- que procurava reunir os grupos dispersos no Estado sem representação institucional, era início do processo de redemocratização no Brasil e "um novo estilo de militância política homossexual, muito mais específica e pragmática, focada na causa dos homossexuais, direcionando suas ações para além dos enfrentamentos no interior da sociedade, tendo também como principal alvo o Estado" (Carneiro, 2017, p.20).

Nas décadas de 1980-90, a comunidade LGBT+ vivenciou a epidemia de HIV/AIDS[5] e parte da sociedade disseminou a ideia de que a doença era transmitida pela comunidade LGBT+, sendo

[5] HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana. A AIDS é a doença causada pela infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana.

apelidada de "câncer gay", o preconceito agora estava reforçado como profilaxia social e de saúde, "contribua para o progresso da humanidade, mate um gay por dia", é uma das frases simbólicas daquele momento (Trevisan, 2018, p. 413). Toda essa estigmatização colocou muitos indivíduos não-cisgênero na exclusão quase total da convivência social.

A partir do contexto de desconhecimento da AIDS e da maior abertura para debater as sexualidades, os grupos organizados passaram a pressionar o Estado à atender algumas reivindicações, foram conquistadas a criminalização da LGBTfobia, fim da criminalização da homossexualidade, reconhecimento da identidade de gênero, despatologização da homossexualidade e transexualidade, casamento homoafetivo e a permissão para casais homossexuais adotarem bebês e crianças.

Um dado interessante é que o movimento surgiu como GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes, na década de 1990, com o transcorrer do tempo percebeu-se que muitas identidades sexuais não se enquadravam no termo "simpatizantes" (Trevisan, 2018). Em junho de 2008, na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, foi aprovada a alteração na sigla para LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. De acordo com Molina (2011, p. 27), "(...) essa mudança ocorreu com o intuito de reconhecer a atuação e privilegiar as identidades lésbicas como uma forma de reparação ou de reconhecimento do processo histórico de invisibilidade ao qual foram submetidas".

A pesquisa terá como norteador o método indiciário de Carlo Ginzburg e, o dispositivo de sexualidade apresentado por Foucault. O "método indiciário" proposto pelo italiano Carlo Ginzburg analisa minuciosamente as fontes, através de uma perspectiva microscópica, onde mesmo os dados mais comuns e/ou inexpressivos podem contribuir para explicação do fato/contexto histórico, portanto, possibilita rastrear trajetórias individuais.

O método indiciário, de Ginzburg possui um caráter etnográfico e se debruça em abordar as rasuras sociais, o imaginário popular, as práticas socioculturais, a partir de uma

pesquisa criteriosa das fontes, para que "o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho" (Darnton, 1986, p.15).

Michel Foucault através do "dispositivo de sexualidade"[6] contribui para analisarmos a disciplinarização e controle dos corpos. Esse dispositivo atua sobre a sexualidade legitimando ou tornando ilegítimo o uso do corpo, o que o estudioso classifica como "biopoder", ou seja, poder sobre a vida.

Dentre as referências bibliográficas na área de sexualidade/diversidade sexual, nos referenciam o antropólogo Luiz Mott e, o jornalista João Silvério Trevisan, ambos contribuíram para a contextualização histórica de perseguição aos sexos dissidentes. Luiz Mott, ao realizar estudos sobre o tema durante o período colonial na Bahia e, João Silvério Trevisan, através da obra "Devassos no Paraíso" percorre a história da "homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade".

Fomos historicamente uma sociedade impactada pela "masculinidade hegemônica" no qual o homem exerce dominação sobre o corpo feminino alicerçado na ideia de que o sexo biológico deve ser o padrão socialmente aceito, portanto, a mulher coube uma posição de subalternidade, na qual a heteronormatividade é:

> (...) uma instituição política com todas as variáveis que isso implica, na importância social, na estrutura de empregos, na divisão do trabalho e sua remuneração no sistema produtivo geral, nas esferas administrativas das empresas públicas e privadas, no governo e nas relações sociais de modo geral, em que o masculino é mais valorizado que o feminino. (Swain; 2010, p. 48)

Precisamos observar os "não-ditos" e os silenciamentos impostos para desconstruirmos a história única apresentada por Chimamanda Ngozi Adichie e, desse modo, valorizar os grupos historicamente subalternizados. A alteridade deve fazer parte de

[6] O filósofo e historiador Michel Foucault, desenvolveu pesquisas com o método indiciário.

toda construção discursiva, para que existam condições de dialogar com o outro, respeitando as diferenças sem apagar a diversidade.

O acervo documental da pesquisa está embasado por recortes de jornais, principalmente, o jornal TABU[7], fotografias, poesias, documentos pessoais e uma incompleta autobiografia, além da bibliografia que esmiúça a área de estudo.

A história de Babete: a gueixa canavieirense

Nasci sem dinheiro, moreno e bonito[8].
Babete Seara

Boaventura da Silva Seara era filho de José da Assunção Seara e Adalgisa da Silva Seara, nasceu no dia 14 de julho de 1949, mesmo dia de sagração a "santo" o padroeiro da Cidade, o franciscano São Boaventura. Em depoimento registrado no diário pessoal, Babete narra a escolha do nome com mais clareza: "Antes de eu nascer era Fernando, mas como nasci no dia do padroeiro (santo) da minha cidade 'São Boaventura', minha mãe por ser católica devota e praticante, me pôs o nome de Boaventura, mas não gosto, prefiro usar o nome da família Seara".

O sobrenome Seara foi herdado do genitor, José de Assunção Seara (1900-1984), no poema abaixo escrito após o falecimento do patriarca, demonstra que no transcorrer da vida, o pai foi seu alicerce familiar:

Pai
A casa aberta
A porta à cadeira
E ele calado,
Olhos sem brilho,
Olhos parados
Na solidão do ser.
(...)
Lágrimas brotam

[7] Foram consultadas todas as edições disponíveis no CEDOC/UESC de 1968 a 1996.
[8] Autobiografia (incompleta e não publicada), em posse desse pesquisador.

Doloridas,
A saudade maior.
E a vida me prende,
Não posso voltar.
(BSB, Seara, 15.07.1980)

Filho mais novo de um casal de meia idade, a mãe uma mulher religiosa e moralmente conservadora, o pai, um trabalhador de múltiplas habilidades (administrador de fazenda, roceiro, pequeno comerciante de secos e molhados). Durante seus primeiros anos de vida morou na zona rural da cidade de Camacã, mesmo em um ambiente patriarcal e conservador caracterizado pela zona rural, refere-se ao pai com afetuosidade "fui muito assediado por cuidados e carinhos por parte de meu pai"[9]. A matriarca foi sua primeira professora e, "mãe muito rígida e extremamente católica que não admitia qualquer deslize que fosse de encontro aos princípios religiosos. Os terços e ofícios eram frequentemente praticados com certa veemência"[10]. Da influência materna ficou evidenciado na sua formação traços do catolicismo, tendo sido coroinha na matriz de São Boaventura, entretanto, nos seus últimos anos de vida apresentou também devoção a religião dos orixás.

Aparentemente manteve uma relação difícil com a matriarca, e muito disso motivado pela não aceitação de sua identidade de gênero e dogmatismo religioso, de acordo com Eribon (2008, p. 121), "inúmeros relatos tendem a mostrar que a 'orientação sexual', para um grande número de gays e lésbicas, remonta aos anos da primeira infância".

Tendo passado a infância na zona rural de Canavieiras[11] e vivenciado todas as peraltices de uma criança, o pai com uma

[9] Autobiografia (incompleta) e sob guarda deste pesquisador, começou a ser escrita durante o ano de 2006 em Bom Jesus da Lapa.

[10] A partir daqui qualquer citação entre aspas sem indicação bibliográfica, é um recorte da autobiografia do pesquisado.

[11] Pela Lei Estadual n.º 1465, de 31.08.1961, foi desmembrado do município de Canavieiras o distrito de Camacã. Elevado à categoria de município com a

condição financeira estável resolveu trazer a família de volta para Canavieiras a fim de matricular o filho mais novo em um estabelecimento de ensino para continuidade aos estudos. Nesse momento, passou a ser motivo de questionamento social quanto a sua postura e trejeitos, devido ao comportamento desviante passou por situações desagradáveis. Ao entrar na puberdade, conhece e passa a se aconselhar com um homem homossexual mais velho, "Raimundão"- funcionário do extinto Banco da Bahia.

Aos 14 anos, seu pai adquire um sítio no litoral distando 6 km da área urbana que somente era acessado através de canoas pelo rio Cipó, enquanto passava férias curtas no sítio se preparando para realizar o "exame de admissão", conheceu um rapaz bonito, provavelmente, o primeiro homem que consumou o ato sexual, um remador, assim descrito:

> moreno, de pele bronzeada pelo constante sol, corpo dividido em músculos naturalmente conseguidos pelo trabalho árduo da prática do remo, pernas rígidas, que no ato remar, retesavam-lhe os membros demonstrando a força exercida. Um rosto simpático, sorridente, dentes alvos e boca carnuda bem feita. Ele na proa e meu pai na popa da canoa. Eu, no meio, num banco improvisado, de frente para aquele ídolo sentindo as mais estranhas sensações. Com certo pudor, conjecturava a sua parte mais insinuante, escondida dentro de um calção (short) folgado, aparentemente sem forro que me fazia vibrar em pensar nos prazeres que aquele sexo poderia me oferecer. Ele notou meus olhares ávidos e seu riso ia de um lado a outro da boca. Enquanto disfarçadamente conversava com meu pai lá do outro lado, muitas vezes, propositalmente alisava o sexo por cima do calção enrijecendo-o e me deixando louco! Cosme o nome dele. 17 anos. Filho de um pescador amigo do meu pai.

Em 1965, prestou exame de admissão[12] no Ginásio Osmário Batista na época sob a gestão da professora Rita Braga, não sendo aprovado, foi motivo de conversação na cidade a ponto de chegar

denominação de Camacan. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31309&view=detalhes acesso em 23.01.2025.

[12] Eram quatro provas (português, matemática, história e geografia), Babete foi eliminada na primeira avaliação, prova de português.

a conclusão que havia motivação preconceituosa na ação desencadeada pela unidade de ensino devido a sua sexualidade, passando a residir após esse incidente com a família da sua irmã na cidade de Barreiras, para continuidade aos estudos no Ginásio Padre Vieira.

Aos 15 anos, completou o 1º ano ginasial, concomitantemente a isso, sua irmã descobriu que ele mantinha relações sexuais com um homem, motivo que o fará retornar a Canavieiras. De acordo com suas memórias, não foi bem recepcionado pela família e menos ainda por sua mãe que saiu de casa para não manter convivência, "os boatos já não me incomodava, só que não me era permitido frequentar lugares públicos, tipo: parques, cinemas, pracinhas, clubes, praias, as vezes que eu o fiz, fui ovacionado com assobios, vaias e palavras constrangedoras como bicha[13], veado, mariquinha...". Ao bagunçar a hierarquia e dualidade de gênero os sujeitos dissidentes passam por momentos em que enfrentam a violência simbólica, sendo incorporada mesmo inconscientemente desde a infância, pois, "a heteronormatividade e a homofobia perpassa o cotidiano dos sujeitos" (Farias et al., 2023, p.132).

Aos 17 anos viaja para o Rio de Janeiro sendo abrigado na casa do irmão militar, nesse ínterim conheceu a Cinelândia, na época local famoso de encontros homossexuais e amores ocasionais. Vivendo o período da ditadura militar (1964-1985) participou de um desfile clandestino no interior de uma alfaiataria com outros concorrentes, quando utilizou pela primeira vez o codinome Babete, pela qual ficará conhecida no transcorrer da vida[14].

A ditadura militar no Brasil perseguiu os homossexuais e, o incipiente movimento de liberação sexual. Para Martins, "a diversidade não é desejada pelo Estado, por ser, digamos, mais fácil de administrar, produzindo sujeitos assujeitados pelas imposições

[13] De acordo com James Green (2019), bicha foi um termo criado durante os anos de 1930, referindo-se a um relacionamento entre pessoas do mesmo sexo.

[14] A inspiração surgiu a partir do filme francês "Babete vai à guerra (1959)".

de individualidade dos saberes, ou seja, um 'governo da individualização'" (2013, p.5).

O irmão ao perceber que ele não passaria na seleção para o corpo da aeronáutica traça seu destino, Babete retorna mais uma vez para a cidade natal, antes passou alguns dias na cidade de Itabuna, mergulhando no mundo gay onde conheceu outros pares como Noilton Araújo[15], mantendo uma longa amizade que "colaborou para a construção de táticas que, tiravam-lhe da condição de um assujeitamento passivo" (Soares Júnior; Silva, 2021, p.208). Ao retornar a Canavieiras, a essa altura tendo por volta dos 18 anos, reestabelece contato com outros sujeitos da cena gay, dentre eles, Ari Coutinho[16]. Participa de peças de teatro e concursos de música no sul da Bahia, torna-se uma figura frequente nas boates, onde dublava/cantava músicas em diversas línguas, essa rotina noturna apresentou-lhe o álcool o cigarro e o devir de ser bicha.

Nesse ínterim, ocorreu um incidente lamentável, quando convidado pela sobrinha Nadja para festa de formatura no Clube Lítero Social foi impedido de entrar, "a humilhação foi terrível. Quiseram até intervir a meu favor, não dei tempo, corri para casa e chorei de raiva, pois, os próprios que me barraram os diretores, alguns deles eram meus 'fregueses' de orgias". Em cidades pequenas como Canavieiras, o controle sobre o indivíduo é maior por essa razão existem na comunidade territórios que "possibilitam a diminuição de segurança, como evitar transitar e permanecer em determinados locais" (Gomes et al., 2023, p.2), exemplo, do clube social, da Igreja Católica, na época.

---

[15] Noilton Araújo passou a residir em Canavieiras na década de 1970, sendo natural de Itabuna. E se consagrou como multiprofissional (cabelereiro, decorador, instrutor de teatro, promotor de eventos e colunista social) além de exímio cozinheiro, faleceu entre 2011-12. TABU. Ano XXIII – 1ª quinzena de junho de 1990 – nº427 (Noilton Araujo, 20 anos de Canavieiras)

[16] Ari Santana Coutinho (professor de inglês, cantor, compositor, promotor de eventos, colunista social, astrólogo).

Babete decide retornar ao Rio de Janeiro passando a morar com Almir Look, um homossexual com mais de 40 anos, conhecido no meio artístico carioca, no qual foi uma espécie de secretário particular.

> Migração trouxe a oportunidade e/ou necessidade de corpos se libertarem da vigilância do meio rural; o capitalismo forneceu os meios necessários para estes corpos se libertarem da dependência econômica familiar, dando-lhes certa autoridade sobre seus próprios corpos; a urbanização produziu espaços que por sua vez forneceram oportunidades de encontros sexuais e reconhecimento, além de proporcionar o anonimato que não só protegia como tornava legível a preferência sexual. (Gomes et al., 2023, p.7)

Após algum tempo, Babete aluga uma pequena casa em Duque de Caxias, desempregado passa por algumas dificuldades, tendo solicitado algumas vezes ajuda financeira ao pai. Nesse período difícil, passou a se prostituir na região da Cinelândia, na sua primeira vez não foi "vestido de mulher, e sim de boyzinho, bem 'bichinha'. O retorno veio logo." Sobre a Cinelândia escreve ainda o seguinte poema:

> Cinelândia (Rio de Janeiro)
> A cidade dos sonhos
> Das suas noites de orgias.
> Ritos e risos expressados
> Nas caras das criaturas
> Que se vendem, que se trocam...[17]

Nesse ambiente de muitos contatos, conhece um microempreendedor do ramo alimentício e vai morar na Ilha do Governador, mas o relacionamento não dura muito tempo e retorna novamente a Canavieiras. Em 1970, organiza o I Festival da Música Canavieirense em parceria com Noilton Araújo e Ari

[17] Poema escrito em Canavieiras, dia 6 de abril de 1970, que demarca outros sujeitos dissidentes de Canavieiras.

Coutinho, o evento teve aceitação da juventude local e grande repercussão na cidade[18].

Nas noites canavieirenses dentre todos os estabelecimentos de entretenimento, destacava-se a boate Butterfly que promovia o concurso "A noite gay Butterfly", no qual veio a ser laureado pelo júri em primeira colocação. Em uma dessas noites foi apresentado por intermédio de Carlos Alberto Evangelista a um jovem que aparentava ter 18 anos, chamado Josely, estava na cidade vindo de Santos-SP para conhecer o pai, durante o diálogo acabam se reconhecendo como irmãos pela parte paterna.

No transcorrer do ano, com um elenco de 15 pessoas sob a direção de Noilton Araújo -recém chegado de Itabuna-, foi encenada no antigo Cine Teatro Glória a peça "Uma volta ao mundo através da dança e da música", a peça tinha entre seus atores/atrizes Ari e Babete, que com os demais apresentaram 10 países através de suas danças e músicas típicas, segundo ele "(...) por nossas influências [Ari, Noilton e Babete], os emergentes assumiam escancaradamente: Brigithe, Carlinhos, Rogéria, Gangueta, Tindú, Da Lua, Zé Mocinha, com seus turbantes afros e seus colares coloridos representando sua religião, o candomblé".

Apesar de descendência alemã proveniente da parte materna, se declara em autobiografia como "moreno", ou seja, não-branco. Ao longo da década de 1970, experimenta o cabelo black power, que deriva de um movimento que defendia a autoafirmação da identidade afro-americana, surgido nos E.U.A. e tendo adesão da população negra brasileira, principalmente, no eixo Rio-São Paulo. Apesar de ser católico por influência de sua mãe, sincretizou com os orixás africanos. Apesar de não defender a pauta étnico-racial como um marcador de sua identidade, ao longo de sua trajetória a cultura e religiosidade afro-brasileira interseccionou com sua autoafirmação sexual.

[18] Babete foi tricampeã do Festival de Música Canavieirense (FEMUCA), seja cantando músicas de sua autoria ou como intérprete de outros compositores.

Figura 1



Anos 70, Babete de cabelo black power.

O território em que Babete vivia, tanto na vida familiar ou social em Canavieiras, passou a ser o seu "não lugar", foi um ambiente marcado pelo machismo e a prevalência de normas sociais que moldavam a sociedade sob o signo do binarismo. Porém, ele estabeleceu com outros homossexuais da época uma espécie de "solidariedade coletiva". Assim como maioria da comunidade LGBT+, teve dificuldade ao acesso à educação porque a única unidade de ensino dificultou sua entrada por questões meramente homofóbicas. Passando a morar em cidades diferentes e, de maior porte populacional pôde desfrutar de maior liberdade para praticar sua sexualidade, além, de melhorar os ganhos financeiros, as cidades maiores possibilitavam novas oportunidades, inserção social e anonimato, por outro lado, a música e as atividades culturais propiciavam-lhe visibilidade e acesso a determinados espaços sociais.

A partir de 1970, pôde retornar a estudar no Colégio Estadual Osmário Batista, continuava frequentando a boate Butterfly[19] no qual cantava e conquistava algumas cervejas dos expectadores, durante o dia ajudava Noilton na organização de eventos. Entre agosto de 1972 até fevereiro de 1973, trabalhou como alfabetizador

[19] A boate também funcionava como prostíbulo.

de idosos no Movimento Brasileiro de Alfabetização -MOBRAL-, atuando na vila de pescadores de Atalaia. Na época, para afrontar as normas sociais, entrou na matriz de São Boaventura com Juarez Báfica, "um jovem belo sem o mínimo de preconceito que chegamos ao ponto de na festa do padroeiro, na novena, entrarmos de mãos dadas, na igreja para o incômodo e a surpresa dos devotos".

A iluminação pública do período funcionava a base de geradores sob gestão municipal e, devido aos custos de manutenção desse sistema, a rede elétrica era desligada entre 22h-23h, nesse momento muitos rapazes retornavam para suas casas, era o momento para que as sexualidades desviantes se encontrassem. Na época, as relações sexuais estavam intimamente ligada a convenção do casamento e os prostíbulos eram uma zona de perigo devido ao medo de contágio por infecções sexualmente transmissíveis, Babete então "entrava em cena. Escolhia, naquela noite o mais apropriado. Ficava de 'tocaia' na esquina da padaria Brasília, lugar onde geralmente todos tinham que passar. O escolhido vinha daquele jeito 'excitadíssimo'. Daí era fácil a conquista." De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Jr , o "advento da luz elétrica trouxe para o Nordeste, a imposição de se viver às claras" (Soares Júnior et al., 2021, p.213).

Figura 2



Padaria A Brasília

Aos 23 anos (1972) estava matriculado no curso técnico comercial do Colégio Estadual Osmário Batista[20], se apresentou nesse ano no II FEMUCA - Festival de Música Canavieirense - conquistando o 1º lugar com a música "A primavera veio antes do tempo"[21]. Retorna a morar no Rio de Janeiro e, passa um período trabalhando na Fábrica de Cigarros, Cia. Lopes Sá.

Em 1974, conclui o ensino médio no Liceu Eduardo Prado localizado na capital de São Paulo, em outubro desse ano, se encontrava em Canavieiras realizando curso de "Iniciação ao Teatro" sob a monitoria de Noilton Araújo. Em outubro de 1975, participa como cantor lírico na qualidade de tenor no Coral Luther King, com apresentações realizadas no Teatro Paulo Eiró (SP)[22].

Em 1976, passando estadia em Canavieiras, participou do VI Festival de Música Canavieirense conquistando duas colocações de acordo com a avaliação do júri. Em matéria do jornal TABU saiu registrado o clima do evento:

> O pessoal aplaudiu ou vaiou, mas participou, o que é ótimo. Para o júri foi difícil a decisão, tal o nível muito bom das composições. O primeiro lugar ficou com Boaventura Seara, com a música Pode me chamar de cara. O mesmo Boaventura é o que levou troféu do II Festival, com a música Primavera. O segundo lugar ficou para a composição defendida pelo mesmo Boaventura, mas de autoria de Carlos Alberto Evangelista, com o título Acalente para um menino de colant.[23]

Em 1978, Babete apresenta-se cantando seresta em eventos pela cidade[24]. Ainda participou da organização do VIII FEMUCA, juntamente com Carlos Alberto e Noilton Araújo[25], voltando a

---

[20] Pasta do estudante arquivada no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Canavieiras.

[21] TABU. Ano IV. 2ª quinzena de setembro de 1972. N° 76. Essa música foi a terceira colocada no Festival de Música Sharp em São Paulo e 1º lugar no Festival ASSEMCO em Montes Claros – MG.

[22] Dimensão Jornal. Ano VI. Itapetinga, 8 de julho de 1978. N°127.

[23] TABU. Ano VIII. 1ª e 2ª quinzenas de dezembro de 1976. N° 169.

[24] Diário do Cacau: o jornal da região cacaueira. Ano II. Itabuna, 17.04.1979. N° 390.

[25] TABU. Ano X. 2ª quinzena de dezembro de 1978. Nº 209

conquistar o segundo lugar com a composição "O pequeno delinquente". Em setembro de 1979, Boaventura Seara, promovia o 1º Concurso Gay de Canavieiras, realizado na boate Solá com "cinco bonitas candidatas .... O resultado ficou assim: 5º lugar May Breath, 4º Gigi Maia, 3º Lady Martinelli, 2º Paulette Dubois e 1º lugar *Babete Brian*[26]". Envolto no circuito cultural da cidade participa do festejado Santo Antônio na casa de D. Augusta, tendo a noite do dia 11 de junho, oferecida ao "Gay Power" da cidade, estando representado por Boaventura Seara, Carlinhos Gonçalves, José Reis de São Leopoldo (famoso Patinha da Leilú), Carleide Alves, Jorge Rignes, dentre outros[27].

Figura 3



Em pé; Babete e Brigithe, ajoelhadas; Andréa e My Breath e sentada; Danuza. 1972.

Babete Seara, após concluí o ensino médio, presta concurso público sendo admitido na CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- no dia 04 de fevereiro de 1980, na função de agente administrativo, lotado

[26] Foi a única vez, durante toda a pesquisa, que Babete "mudou" o Seara pelo Brian, considero apenas um sobrenome performático para o concurso.
[27] TABU. Ano XI – 2ª quinzena de junho de 1979 – n° 219

em Brasília, na época o órgão estava vinculado ao Ministério do Interior.

Em 1984, Jorge Rignes[28] assina a coluna "Sociais" do jornal TABU, e registra visita de Babete a Canavieiras, dessa vez, acompanhado de uma figura marcante em sua vida, Leandro Malagutti, natural de Curitiba.[29] Leandro Geick Malagutti, manteve um relacionamento durante 8 anos com Babete, caracterizado como "uma pessoa de caráter muito forte, do signo de leão, natural de Curitiba-PR. Tivemos um relacionamento por demais intenso, mas um tanto conturbado."[30] Essa perspectiva de Babete sobre a relação amorosa nos possibilita pensar que:

> O que se atraem são os prazeres, são os desejos, que entram em ressonâncias criando algo que faz os sujeitos sentirem-se diferentes do normativo; está aí o corpo que vibra com o calor daquilo que muitas vezes não se sabe nomear. (Figueiredo Calou; Santos, 2023, p.168)

Após o término do relacionamento com Leandro Malagutti, é transferido a pedido da CODEVASF de Brasília para Salvador, em 07 de abril de 1987, fato noticiado na coluna "Sociais" do jornal TABU:

> Boaventura Seara, o nosso "Babete", foi transferido de Brasília para Salvador e continua na CODEVASF. Está se sentindo ótimo, uma vez que tem atualmente o privilégio de estar sempre conosco. Ele continua atuando na vida artística, participando de festivais pelo Nordeste do país. É isso aí, Babete.[31]

De fato, a transferência de Babete para Salvador aproximou-o ainda mais da região cacaueira, pois, durante o ano de 1988, será

---

[28] Jorge Rignes faz parte do que poderíamos chamar de "primeira geração" de homossexuais "assumidos" em Canavieiras. Foi professor de inglês da rede estadual, colunista social no jornal TABU e um adepto do candomblé em Canavieiras.

[29] TABU. Ano XV – 1ª quinzena de março de 1984 – nº 320. Babete fazia visitas frequentes a Canavieiras, certamente, nos períodos de férias.

[30] Depoimento registrado em diário pessoal.

[31] TABU. Ano XIX. Visita de gente grande. 1ª quinzena de março de 1988. Nº 388

destaque em colunas sociais participando de vários eventos no sul baiano[32]. Em fevereiro de 1989, participa da chapa vencedora que irá gerir a Associação dos Empregados da CODEVASF, assumindo a função de coordenador social pelo período de um ano[33] na capital do Estado.

Em Bom Jesus da Lapa, local para qual foi transferido em 14 de março de 1991, promove no Clube Carranca o evento Garota Piscina 91, com sucesso de público e crítica, evento no qual desfilaram 14 garotas[34]. Realiza-se na CODEVASF vários cursos, dentre eles na área de biblioteconomia, setor em que trabalhou no período em que esteve lotado na Superintendência Regional do órgão. Continuava fazendo visitas frequentes a Canavieiras, mas, nesse ano, era visitado pelo professor e colunista social, Jorge Rignes, que o TABU narra os seguintes fatos:

> Em Bom Jesus da Lapa, em recente viagem, conheci e faço questão de registrar a turma boa da Barraca Bons Momentos, tendo a frente Seara e sua equipe, Matilde, um encanto de pessoa, o malhadíssimo professor da Academia Master, Hércules Miranda, todos funcionários da Codevasf. Nosso Boaventura Seara é pessoa estimadíssima alí.[35]

São feitos registros da atuação de Babete Seara em algumas cidades circunscritas a área de influência da CODEVASF de B. J. da Lapa, tais como, Guanambi promovendo um desfile de moda, em Brumado, realizava o Garota Piscina no Carranca Social Clube que contou com a participação de 12 candidatas.[36] Em julho de 1993, abrindo os festejos ao padroeiro lapense, produzindo a "Abertura profana da Romaria" ocorrida no Carranca Social sob a agitação da

---

[32] Tribuna do Cacau. Ano 24. Itabuna, 21 de abril de 1988. N°4.672 / TABU. Ano XIX. Canavieiras, 2ª quinzena de abril de 1988. Nº 391 / TABU. Ano XX. Canavieiras, 1º quinzena de agosto de 1988. Nº395.

[33] Jornal da ASSEMCO. 2ª DR tem novos diretores. Ano II. Fevereiro de 1989. Nº 6.

[34] TABU. Ano XXIII – 2ª quinzena de julho de 1991. Nº 444.

[35] TABU. Ano XXIII. Canavieiras, 2ª quinzena de setembro de 1991. Nº 448.

[36] Possuímos recorte do jornal Tribuna do Sertão (Brumado) sem referência a data de publicação. Em Guanambi o evento foi registrado no jornal A folha do algodão. Ano IV. Novembro de 1992. Nº46.

Banda 2001[37]. Nesse mesmo ano, promovia a "Noite dos motoqueiros" realizada dia 21.10.1993, em Bom Jesus da Lapa, o evento contou com a presença da Miss Bahia/93, Rosilene Ribeiro[38].

Em 1997, assinava coluna dos jornais FalaInforma e O Eco de Bom Jesus da Lapa[39]. nesse ano a Gazeta da Lapa, registrava uma confraternização de canavieirenses que residiam na Lapa, constava na relação Boaventura Seara, o evento foi organizado pelo casal Zunara e Neivaldo Ferraz, além das cervejas geladas, o cardápio constava de moquecas de frutos do mar[40].

Em 1998, passou a assinar a coluna "Sociais Seara" do novo jornal da Assemco – Assemco informativo - e participa da campanha salarial da CODEVASF como representante dos funcionários da Superintendência de Bom Jesus da Lapa.

Nas comemorações dos 500 anos de conquista do Brasil, ano 2000, Babete Seara volta a ser tema de jornal, após passar férias em Canavieiras e Porto Seguro. Segundo a colunista Diogênia Alves, "tanto na repartição quanto no meio artístico, Seara deixa grande lacuna quando se afasta, principalmente em suas férias"[41]. Ele continuava promovendo eventos no Carranca Social Clube e, sendo responsável por várias colunas em jornais, em uma de suas publicações de final do ano, faz os seguintes votos:

> Feliz Natal. Mais que um conceito público. Essa palavra nos inspira confraternização e paz... Que o natal de 2000 seja para todos um símbolo do nascimento de um mundo melhor, onde o alimento esteja em todas as mesas, a paz em todos os lares e o amor em todos os corações. Feliz natal para os meus leitores. Seara"[42].

Entre maio de 2007 até 2010, esteve realizando tratamento médico, na época foi detectado um câncer de próstata, doença que

[37] Tribuna do sertão. Brumado. 30 de julho de 1993. (recorte de jornal).
[38] Recorte do jornal Nova Fronteira. Barreiras. Sem demais referências.
[39] TABU. Ano XXX. Canavieiras, 1ª e 2ª quinzena de fevereiro de 1998.
[40] Gazeta da Lapa. Ano I. Bom Jesus da Lapa, 20 de outubro de 1997. N° 3
[41] Gazeta do Oeste. Ano I. Barreiras, 22 de abril de 2000. N° 10.
[42] O Beiradeiro. Ano I. Bom Jesus da Lapa, 1 de dezembro de 2000.

o levará a óbito anos depois. Em 1 de março de 2014, é desligado da CODEVASF, retorna a morar na sua cidade natal na condição de aposentado. No dia 12 de julho daquele ano, promove "A festa de Babete" em comemoração a sua aposentadoria e seus 65 anos de idade. O evento ocorreu no Clube Society de Canavieiras, sendo considerado o evento social do ano, no qual Babete e Ari Coutinho relembraram suas trajetórias interpretando belas canções[43]. Ressaltamos que durante o evento ocorreu apresentação do transformista Bagageryer Spilberg em performances de Maria Bethânia, Witney Huston, dentre outros[44].

Em 2015, Babete, promoveu a I Parada LGBT+ de Canavieiras, coordenando o evento até sua V edição. O evento atrai o público local e conta com a presença de simpatizantes da comunidade LGBT+ de várias cidades da região[45]. Babete Seara, veio a falecer as vésperas dos festejos carnavalescos, em fevereiro de 2023.

Á guisa de conclusão

A relação afetivo/sexual entre duas pessoas do mesmo sexo possui registros antigos no transcorrer da história e nem sempre esteve numa condição de visibilidade por apresentar uma estética que é conflitiva em relação às normas sociais nas mais diferentes sociedades e culturas.

No século XVIII, a sexualidade passou a ser estudada pela medicina que reforçou o modelo dual de sociedade estabelecido séculos antes pela tradição cristã, portanto, a função do ser humano seria garantir a sobrevivência da espécie com a manutenção da heterossexualidade. No lado oposto, ficava evidente o interdito social para qualquer outro "modelo" que se estabelecesse fora desse marco, nesse contexto, as sexualidades dissidentes passam a

[43] TABU. Ano 47. Canavieiras, julho de 2014. Nº872.

[44] TABU. Ano 47. Canavieiras, outubro de 2014. Nº 875

[45] Referências das três primeiras paradas LGBT+. TABU. Ano 48. Canavieiras, outubro de 2015. N°887. TABU. Ano 49. Canavieiras, novembro de 2016. N° 900. TABU. Ano 50. Canavieiras, novembro de 2017.

ser consideradas abjetas. Esse discurso "favorece o surgimento da homofobia que discrimina, restringe, gera injustiça, desigualdade e sofrimento em pessoas" (Toniette, 2006).

Apesar dos avanços com o estudo de novos temas e métodos a historiografia brasileira passou a abordar as sexualidades dissidentes recentemente, além disso, muito dessa escrita se concentra nos grandes polos habitacionais, principalmente, localizados na região sudeste.

Nosso protagonista, Babete Seara, foi figura revolucionária, característica típica dos aquarianos. Ele nunca deixou os palcos, seja como promotor de eventos, colunista social, organizador de desfiles, interprete musical. Rodeado de muitos caninos, bebeu muitas noites e teve vários amores. Propositor e um dos criadores da Parada LGBT+ em Canavieiras, rompeu barreiras em sua própria cidade ao questionar através de sua estética as normas. Imprevisível se adaptou bem as mudanças. Transgredir é para Michel Foucault (2004), uma forma de liberdade, assim foi a trajetória de vida de Boaventura da Silva Seara, ou simplesmente, Babete.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGRA DO Ó, Alarcon. "**Michel de Certeau e a Operação Historiográfica**". Revista Veredas Favip, Caruaru, Vol. 1, n. 02, p. 48–56, jul./dez. 2004.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. **Homossexuais em Trânsito**: Representações, Militância e Organização Política Homossexual na Bahia, 1978-1988. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 2008.

FARIAS, Magno Nunes.; LEITE JUNIOR, Jaime Daniel.; FALEIRO, Wender. **Homossexualidade e território rural**: entre descobertas e conflitos de um jovem. Revista Multidisciplinar Humanidades & Tecnologia (FINOM). Vol.39, n°1. São Paulo, 2023.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente**: o movimento gay como espaço educativo. Revista Brasileira de Educação, v.25, p.105-115, jan./fev./mar./abr. 2004.

FIGUEIREDO CALOU, A. L., SANTOS, J. E. C. dos. **E "o cu que é democrático e todo mundo tem"**: homossexualidade molecular por toda parte. Revista Periódicus, 2(19), 156–179. Salvador, 2023. https://doi.org/10.9771/peri.v2i19.55187

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade.** Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Uma entrevista com Michel Foucault**. Revista Verve. Nº 5. São Paulo, 2004. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4994. Acesso em 11.08.2024

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Jeam Claude de Souza.; KNOX, Winifred.; FARIAS, Pedro Henrique Bezerra. **Território do medo**: desvendando a lgbtfobia no Brasil rural. Canoas, v. 11, n. 2, 2023. http://dx.doi.org/10.18316/cippus.v11i2.11222

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MARTINS, Emerson.; ROSA, Rogério Machado. **Jovens homens homossexuais na zona rural e heteronormatividade**: resistências e processos de subjetivação. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

MOLINA, Luana. **Pluralizando a arte de amar**: a homossexualidade e a historiografia da trajetória do movimento homossexual. MÉTIS: história & cultura – v. 10, n. 20, p. 17-34, jul./dez. Rio Grande do Sul, 2011.

MOTT, Luiz. "**Homo-afetividade e direitos humanos**". Estudos Feministas: Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto, 2006.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. **Breve definição**. Disponível em: http://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/RODRIGUES%2C%20M.B.F.%20e%20COELHO%2C%20C.M.%20Paradigma%20Indici%C3%A1rio_Breve%20defini%C3%A7ao.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

SOARES JÚNIOR, A. dos S., SILVA, W. F. **O Véu da noite que (des)cobre o desejo de bichas e "heteros" no campo do palmeiras, em Cubati – PB**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 72, 205–227. São Paulo, 2021. https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p205-22

SWAIN, Tânia Navarro. **Desfazendo o "natural"**: a heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano. Bagoas, Natal, n.05, p.44-55, 2010. Disponível em: https://periodicos. ufrn.br/bag oas/article/view/2310. Acesso em 22 dez. 2023.

TONIETTE, Marcelo Augusto. (2006). **Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade**. Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 17(1). https://doi.org/10.35919/rbsh.v17i1.443

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. Objetiva: Rio de Janeiro, 2018.

Os corpos e as sexualidades são territórios de experiências, normas, disputas e resistências. Neste quarto volume de Tecendo Interseccionalidades, diferentes estudos interrogam padrões que regulam corpos, desejos, identidades e modos de existir. Entre vivências, silenciamentos e transgressões, emergem sujeitos que desafiam normas e reivindicam reconhecimento. A diversidade afirma-se, assim, como potência para transformar a educação e as relações sociais.

Pedro & João Editores
pedrojoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-3164-8